

# VIVENDO O TRABALHO SUBALTERNO

As experiências de doze magistrados

Escola Judicial do TRT da 1ª Região



Escola Judicial do TRT da 1ª Região

# **VIVENDO O TRABALHO SUBALTERNO**

As experiências de doze magistrados

Rio de Janeiro, RJ

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

2018

## **Diretor da Escola Judicial do TRT da 1ª Região**

Desembargador do Trabalho Marcelo Augusto Souto de Oliveira

## **Conselho Cultural-Pedagógico**

Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva

Desembargador Enoque Ribeiro dos Santos

Juiz Paulo Guilherme Santos Périssé

Juíza Mônica de Amorim Torres Brandão

Juiz Eduardo Almeida Jerônimo

Juíza Ana Larissa Lopes Caraciki

## **Juiz Auxiliar**

Juiz Roberto da Silva Fragale Filho

**Diagramação:** TL PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA-ME

## **Centro de Pesquisas e Estudos da Escola Judicial do TRT da 1ª Região**

Av. Presidente Antonio Carlos, 251, 9º andar – Rio de Janeiro-RJ, CEP 20021-040

(21) 2380-6866/6495

<http://www.trt1.jus.br/escola-judicial>

[cepe@trt1.jus.br](mailto:cepe@trt1.jus.br)



Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (1. Região). Escola Judicial  
Vivendo o trabalho subalterno [recurso eletrônico]: as experiências de doze magistrados. – Dados de texto eletrônico. -- 1. ed.-- Rio de Janeiro: TRT-1ª Região, 2018.  
266 p.

Forma de acesso: [www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br)

1. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. 2. Magistrado. 3. Formação profissional. 4. Escola de Magistratura. 5. Ciências Sociais. I. Título.

CDDir 342.6815

## SUMÁRIO

Prefácio .....	5
Andréa Maciel Pachá	
Nota de agradecimento .....	10
Relato de um projeto de formação .....	11
Roberto Fragale Filho	
Nota ao leitor .....	55
Diários de campo:	
Amanda Diniz Silveira .....	56
Anelise Haase de Miranda .....	64
Cléa Maria Carvalho do Couto .....	72
Daniela Valle da Rocha Muller .....	80
Fernanda Stipp .....	88
Hernani Fleury Chaves Ribeiro .....	102
Marcelo Augusto Souto de Oliveira .....	114
Marcelo Fisch Teixeira e Silva .....	129
Marco Antonio Belchior da Silveira .....	141
Natália dos Santos Medeiros .....	155
Raquel de Oliveira Maciel .....	168
Roberto da Silva Fragale Filho .....	179
Doze magistrados .....	223
Fernando Braga da Costa	
O impacto na formação de magistrados .....	238
Roberto Fragale Filho	
Apêndice .....	252

# PREFÁCIO

**Andréa Pachá\***

Ansioso diante da tarefa impossível de drenar apenas com o rodo a água acumulada em uma sala sem ralo para escoamento, o magistrado em dia de gari na limpeza de um hospital ouviu de Fátima, sua parceira de trabalho, um conselho tranquilizador: ninguém aprende tudo no primeiro dia.

Esse mesmo magistrado, Roberto da Silva Fragale Filho, idealizou, coordenou e participou da experiência que resultou no *Relato de um projeto de formação* da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, uma proposta inovadora, viabilizada também pela sensibilidade do diretor da EJ1, o desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira.

Durante um dia, doze juízes trabalharam como garis, faxineiros, copeiros, cobradores de ônibus e caixas de supermercado, atividades normalmente exercidas por quem tem menos escolaridade, menor renda, pouco ou nenhum prestígio. A experiência chega ao leitor com os relatos subjetivos e a apresentação de todo o processo metodológico e preparatório.

*Vivendo o trabalho subalterno*, no entanto, não é uma obra apenas para quem se interessa pela pesquisa científica.

Comecei a leitura e só consegui parar na última página, com um nó na garganta e lágrimas que não secavam. Desigualdade, injustiça, alteridade e solidariedade, sentimentos juntos e misturados que me comoveram profundamente.

---

\* Andréa Pachá é juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ) e escritora.

Foi inevitável a lembrança do filme *Doze homens e uma sentença*: um jovem é acusado do assassinato brutal do próprio pai. No julgamento, doze homens decidirão seu destino. Onze dos jurados têm convicção da culpa do réu. Apenas um decide investigar mais profundamente. Para isso, ele enfrenta as inúmeras contradições, complexidades, além da má vontade dos demais, que querem terminar logo o serviço e retornarem para suas casas. Aos poucos, com argumentos consistentes, o olhar de um único jurado transforma a percepção de todo o corpo do júri.

*Doze homens e uma sentença* não é apenas uma associação numérica diante dos doze magistrados que aceitaram generosamente participar desse jogo. Também não é uma sentença de condenação ou absolvição. A trama funciona como uma metáfora para a compreensão da intensidade da experiência vivenciada pelo grupo.

É pela inquietação, pelas dúvidas e questionamentos dos doze colegas, pelos relatos das experiências por eles narradas que, paulatinamente, deixamos desabar as certezas, as convicções e os preconceitos que ao longo da história e da cultura se solidificaram, impedindo a visibilidade de seres humanos que exercem atividades subalternas e desvelando que o mito constitucional da igualdade não existe, senão formalmente.

*A separação entre sujeitos que servem e sujeitos que são servidos parece implicar a existência de dois mundos diferentes* – alerta-nos Fernando Braga da Costa. Ele não só inspirou o projeto em razão da sua obra publicada em 2004, *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*, como participou da experiência.

A cisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal, por si só, já inviabilizaria qualquer interlocução. O abismo que separa os dois mundos transparece nas entrelinhas e nas perplexidades dos colegas: então o banheiro dos faxineiros em um shopping é separado dos clientes?

Camisinhas, brinquedos e vidros quebrados são jogados na rua para que um gari os limpe? Um cobrador de ônibus tem que levar dinheiro trocado? Cansaço, repetição e resignação são aceitos sem questionamento?

A boa surpresa foi saber que há colegas que aceitaram participar de um projeto dessa natureza. A magistratura é, via de regra, conservadora, resistente a situações que possam vulnerabilizar sua representação. Apenas por esse motivo, a experiência já seria vitoriosa.

Investidos de poder, por meio de concurso público, não raro perdemos a conexão com a realidade e passamos a nos comportar como se o olhar do outro não existisse ou não fosse relevante.

A distância entre aqueles que têm o direito de escolher o trabalho e aqueles que têm necessidade de sobreviver já indica o muro que nos separa. Basta concluir que a mesma experiência – de passar um dia no lugar do Outro – seria rapidamente descoberta, caso trabalhadores subalternos desejassem ocupar, apenas por algumas horas, o gabinete de um juiz, realizando audiências e despachando nos processos.

Nos relatos da obra, em várias ocasiões, a identidade dos magistrados foi questionada pelos gestos, pelo comportamento, pelo tom da voz, pela linguagem, por símbolos de pertencimento que jamais haviam sido percebidos pelos colegas, senão quando deixaram seus espaços na tentativa de ocupar o espaço do Outro.

É uma obra rica de olhares e percepções. A tentativa de ocupar o lugar do Outro é frustrada porque não há transplante para a outra pele. E foi Raquel de Oliveira Maciel quem conseguiu traduzir a inquietação que me angustiava enquanto lia os relatos:

*Não estava no meu lugar, nem no lugar dos outros. Era como se eu estivesse presa em um intervalo de lugares, neste*

*caso, lugares simbólicos. Estar ali com eles não me fazia ver a partir dos olhos deles, mas com meus próprios olhos.*

O olhar dos juízes que decidem conflitos decorrentes das relações de trabalho, mesmo travestidos de trabalhadores braçais, surge em todos os relatos. A preocupação com a observação dos direitos laborais, com o uso de materiais adequados, com as estratégias, com os uniformes, seguidos da indignação diante dos comandos arbitrários, do controle indevido de decotes, cabelos e barbas.

Mesmo julgando diariamente processos que envolvem os *trabalhadores invisíveis*, os magistrados com frequência revelam surpresa com a submissão aceita, consentida, nunca questionada.

O preconceito que nos constitui e que parece estar integrado à classe social à qual pertencemos, também surge nos textos, quando, olhando para o Outro, o que mais enxergamos são as nossas angústias e o nosso desamparo diante da impotência. Da arrogância com que observamos o mundo, somos capazes de imaginar soluções para problemas que sequer foram apontados pelos trabalhadores da vida real.

É realmente complexo o desafio de olhar pelos olhos do Outro.

No entanto, não somos apenas seres da razão, da observação e das experiências científicas. Somos humanos, precários, contraditórios e errantes. Nesse espaço subjetivo do cotidiano e das trivialidades foi que a experiência mais transformadora ocorreu.

Nos intervalos da labuta, em lugares improváveis, como banheiros e corredores, os amores, os salários, as festas, famílias, filhos, as orações e desejos de bem-querer, mulheres e homens misturaram as vozes e os olhares. O abismo que impedia enxergar a vida pelo olhar do Outro

se transformou em ponte. O que a desigualdade apartou, em acesso a direitos, o afeto reuniu, em esperança e possibilidade.

No espaço do afeto e da escuta, a transformação individual experimentada por cada magistrado impactará o leitor, seguramente, na maneira de perceber o Outro, especialmente nos momentos de decidir e julgar conflitos.

Na sociedade de consumo em que estamos mergulhados, se não estivermos atentos à afirmação do afeto e da humanidade, em breve seremos todos trabalhadores subalternos ao comando do capital e do mercado, peças de reposição, sem direito ao sonho, submetidos à repetição, ao cansaço e à invisibilidade.

Registro um agradecimento muito especial a Amanda Diniz Silveira, Anelise Haase de Miranda, Cléa Maria Carvalho do Couto, Daniela Valle da Rocha Muller, Fernanda Stipp, Fernando Braga da Costa, Hernani Fleury Chaves Ribeiro, Marcelo Fisch Teixeira e Silva, Marco Antonio Belchior da Silveira, Natália dos Santos Medeiros, Raquel de Oliveira Maciel, Roberto Fragale Filho e Marcelo Augusto Souto de Oliveira.

Pelos olhos dos autores, compreendemos melhor o nosso lugar no mundo e a importância de ouvir o Outro, especialmente o Outro invisibilizado pela nossa falta de cuidado e sensibilidade.

É verdade que foi uma experiência de curta duração. Espero que tenha sido apenas o início de muitas outras experiências similares.

Que o conselho de Fátima, a faxineira do hospital, chegue a todos os leitores, especialmente aos magistrados: ninguém aprende tudo no primeiro dia!

## **Nota de agradecimento**

Este projeto não teria sido possível sem a colaboração das empresas Companhia Municipal de Lixo Urbano – Comlurb, Empresa de Transportes Flores, Inter Supermercados, Liderança Limpeza e Conservação e Nova Rio Serviços Gerais, bem como do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e da Justiça Federal Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que, gentilmente, abriram suas portas para que doze magistrados tivessem uma experiência singular como trabalhadores subalternos.

# RELATO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO

**Roberto Fragale Filho**

Aeroportos são espaços de passagem, despidos de identidade e incapazes de produzir uma referência coletiva. Quase todas as pessoas estão ali em trânsito – entre idas e vindas – salvo por aqueles que neles trabalham. Na tentativa de acelerar o tempo de passagem, reproduz-se indistintamente a oferta de alguns serviços: lojas de souvenirs, farmácias, pequenas lanchonetes, caixas eletrônicos e livrarias. Foi nesse contexto, acelerando o tempo em um aeroporto qualquer, no início de 2005, que fiz meu primeiro contato com o livro *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social* (2004), do psicólogo Fernando Braga da Costa. Em meio a tantos livros, a leitura despretensiosa de sua orelha e dos primeiros parágrafos fez-me rememorar o estranhamento dos dias iniciais após meu retorno da França, ao término de meu doutorado. Não era tanto pela ideia de invisibilidade pública, inaugurada pelo livro, mas muito em função da visibilidade forçada que o ato de desejar *bom dia* indistintamente, e em permanência, suscitava em meus interlocutores. De fato, eu havia incorporado o *bonjour* francês, cujo alcance parecia-me ir além da simples saudação matinal, como uma prática cotidiana que sugeria um estar atento ao outro. Certamente, ao longo dos anos, a prática fora por mim naturalizada e perdera muito daquele estranhamento pós-retorno. Mas alguma coisa naquela leitura desatenta fisgou-me a ponto de comprar o livro. Enquanto esperava meu voo, iniciei sua leitura e nela continuei envolvido ao longo de toda a viagem.

*Homens invisíveis* revelou-se uma grata surpresa e trouxe-me uma série de inquietações – seja pela imersão em um trabalho subalterno e não qualificado como gari, ali narrado, seja pela inovadora categoria de invisibilidade pública que ele introduzia. Meu entusiasmo resultou na sua imediata incorporação na bibliografia da disciplina de metodologia que eu ministraria a partir de março de 2005, no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Não era uma incorporação isolada, mas uma tentativa de diálogo com outra experiência de imersão que resultara no livro *Miséria à americana: vivendo de subempregos nos Estados Unidos* (2004), de Barbara Ehrenreich, cuja leitura também muito me impressionara. Naturalmente, esse tipo de narrativa e/ou experiência não constitui em si uma novidade. *Cabeça de turco* (1985), livro do jornalista Günter Wallraff, tornou-se um impressionante *best-seller* ao descrever a incompreensão e o desprezo com que estrangeiros, em especial turcos, eram (são) tratados na sociedade alemã.

O debate em torno dessa invisibilidade pública não se limita, contudo, à literatura, e ganhava semelhantes contornos com o filme *Um dia sem mexicanos* (2004), que descreve o colapso da vida social e econômica do estado da Califórnia (EUA) após o desaparecimento repentino dos mexicanos, que constituem um terço de sua população economicamente ativa. Todas essas referências trouxeram-me uma inquietação profissional intensa quanto à minha capacidade em ver e/ou compreender homens e mulheres ditos *invisíveis* e seus trabalhos subalternos, ainda mais quando meu trabalho consistia (e ainda consiste) em julgar litígios trabalhistas.

Chamado a julgar os outros em permanência, eu enfrentava um grande incômodo com meu desconhecimento dos Outros. Essa inquietação apareceu de forma intensa na sala de aula, onde o debate com os alunos da pós-graduação foi rico e generoso ao longo daquele primeiro semestre

de 2005. Entretanto, sua riqueza restringiu-se, de certa forma, à reflexão metodológica, ou seja, às indagações sobre a experiência etnográfica realizada pelo autor junto aos garis da Universidade de São Paulo (USP) e o que ela ensinava sobre esse grupo, mas também sobre a própria comunidade acadêmica. Encerrado o semestre, com a subsequente mudança de minhas atribuições docentes, o livro migrou para a estante da minha biblioteca para ali permanecer aguardando uma possível utilização futura.

Essa ocasião surgiria, de forma consistente, em março de 2015, quando fui designado para atuar como juiz auxiliar da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (EJ1). Nesse intervalo de uma década, voltei ao livro algumas vezes para utilizá-lo em processos de orientação, revisitando em especial a categoria de *invisibilidade pública*. Era, contudo, um uso errático, circunstancial, que não traduzia uma inquietação acadêmica ou profissional específica. Foi somente a partir de minha chegada à EJ1 que vislumbrei a possibilidade de realizar um trabalho mais perene que envolvesse a reflexão nele contida. De fato, em junho de 2015, após a posse de dezesseis novos juízes do trabalho, teve início o VII Curso de Formação Inicial (CFI) de Magistrados do Trabalho, com duração prevista de dois meses e uma aula sobre *invisibilidade pública*, que fornecia o motivo para um contato com o autor do livro que dormitava em minha estante.

O contato com Fernando foi simples, ainda que cercado de alguma desconfiança, pois precisávamos estabelecer um terreno comum entre formação de magistrados e *invisibilidade pública*. Não foi difícil superar o estranhamento inicial e, após alguns ajustes de logística e conciliação de datas, Fernando deu sua aula no dia 03.08.2015. Naquela ocasião, postei-me na sala como mais um aluno, e fiquei impressionado com a narrativa de reconstituição de sua experiência de trabalho como gari.

Foi um verdadeiro aprendizado que reforçou minha convicção de estar nascendo ali uma importante parceria, absolutamente em conformidade com os valores encampados pela EJ1. Repetimos a experiência no VIII CFI, quando outra aula com o mesmo tema foi dada em 29.02.2016 para quinze novos juízes. Dessa vez, ela repercutiu no próprio tribunal, pois Fernando chegou para a aula vestido com o uniforme de gari, o que causou certa hesitação entre os seguranças na entrada do prédio (<http://www.trt1.jus.br/web/guest/materia-completa?nID=40194709>).

Respaldado pela avaliação positiva das duas aulas, a EJ1 decidiu convidar o Fernando para colaborar no VI Fórum Gestão Judiciária do TRT/RJ, participando da Oficina *Judiciário e Alteridade: hierarquias, fragmentação e invisibilidade nas relações pessoais*. Era um passo importante para a construção de um projeto comum que, no entanto, quase resultou no esfacelamento da parceria desejada. Mais uma vez trajando seu uniforme de gari, Fernando enfrentou uma plateia de juízes já consolidados na carreira, cuja receptividade não correspondia necessariamente àquela dos recém-empossados, ainda crus na cultura profissional da magistratura. De forma inesperada, os debates foram exasperados, suscitando dúvidas sobre a pertinência da iniciativa junto aos juízes. Não obstante o ruído na comunicação, o VI Fórum aprovou algumas iniciativas que correspondiam ao sentido da ação pretendida. De fato, ao final, recomendou-se, por um lado, a *adoção de política institucional que promova o resgate da visibilidade entre os trabalhadores que prestam serviço dentro da nossa instituição: servidores, terceirizados e juízes/desembargadores (ativos e inativos)* e, por outro lado, *que a escola judicial invista no tema da alteridade com dinâmicas internas que possibilitem o exercício de se colocar no lugar do outro (envolvendo se colocar no lugar de juízes, desembargadores e servidores)*. [Em outras palavras,] *que haja uma alternância de funções – por exemplo,*

*que um desembargador, uma vez ao ano, possa passar o dia observando a rotina de um juiz de primeiro grau e que um juiz de primeiro grau possa fazer o mesmo no que se refere à atividade diária de um desembargador.* No fundo, as ações sugeridas recomendavam um olhar para dentro da instituição, buscando eliminar as invisibilidades que nela são produzidas. Mesmo com o aparente esgarçamento da parceria, um segundo passo fora dado na construção de um projeto mais robusto sobre invisibilidade pública.

Convencer o Fernando a voltar para repetir sua aula no IX CFI não foi fácil. O desgaste com o VI Fórum fora realmente grande e ele não estava certo de querer retornar. Conversamos pessoalmente. Disse-lhe que todo processo é sujeito a percalços e o nosso não seria diferente. Tínhamos caminhado bastante desde nossa primeira iniciativa no final do primeiro semestre de 2015 e não podíamos esmorecer na construção de nossa interlocução. Ele finalmente aceitou o convite, mas pediu-me que estivesse, mais uma vez, na sala de aula. Repetimos integralmente a experiência no encontro em 20.02.2017, dessa vez para vinte novos juízes. De novo, lá estavam a indumentária do gari e as incríveis narrativas de uma década de varrição pública. A receptividade dos novos magistrados foi fundamental para restabelecer o clima de confiança do início da parceria. Ao fim, estava convicto de que precisávamos dar um novo passo e avançar com o projeto que motivara nosso contato inicial: reproduzir sua experiência com juízes, em um projeto próprio que extrapolava a sala de aula e trazia o experimento para o campo do concreto. Ganhava corpo, assim, o projeto de vivência sobre invisibilidade pública, que consistia em possibilitar que magistrados do trabalho vivessem uma experiência de trabalho subalterno e braçal.

Conversamos muito sobre o projeto, cujo desenho deixara de revelar uma ânsia pessoal e passou a refletir uma empreitada coletiva. Especulamos

sobre as possibilidades de trabalho, sobre os locais e as etapas necessárias para sua realização. Redigimos uma primeira versão, que foi discutida e amadurecida com a direção, o conselho cultural pedagógico da Escola e seus funcionários. Desenhamos o edital de oferta enquanto negociávamos com as empresas parceiras. Queríamos postos de trabalho com baixo *status* social, que são basicamente conhecidos pelos magistrados a partir das narrativas de terceiros. Mais ainda, buscávamos tipos de trabalho cuja realização foi por nós de tal forma naturalizada, que não nos damos conta de sua importância e seu impacto nos nossos cotidianos.

Esbarramos, contudo, em inúmeras dificuldades não antevistas, consistindo a principal delas em convencer os interlocutores de que não se tratava de uma inspeção judicial, tampouco de um trabalho de investigação acerca de suas práticas empresariais. Os empregadores recebiam-nos com entusiasmo em relação à ideia do projeto, mas com desconfiança quanto à exposição de suas rotinas e de suas práticas profissionais. Desarmar os espíritos e evidenciar o impacto da experiência para a rotina de um juiz foi fundamental para que conseguíssemos reunir um leque razoável de opções.

Nesse processo, o diretor da EJ1, desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira, participou ativamente, visitando diversos possíveis parceiros. Logo após cada visita, ele regressava à EJ1 animado, compartilhando suas impressões e descrevendo os possíveis postos de trabalho. Entusiasmado, ele falava das possibilidades de realização de um trabalho fabril clássico ou de um trabalho externo como ajudante de caminhão. Ele sugeria um trabalho como frentista ou cobrador de ônibus e comentava, ainda, as possibilidades de mapeamento da invisibilidade nos serviços terceirizados do tribunal com seus vigilantes, copeiros, ascensoristas, faxineiros.

Entretanto, possibilitar que alguns magistrados pusessem-se nesses lugares revelou-se muito mais difícil do que imaginávamos.

De fato, além de convencer os possíveis parceiros, impunha-se fornecer alguma proteção quanto a possíveis adversidades. Espelhados nos comitês universitários de ética na pesquisa científica, formulamos termos de compromisso para as empresas, assegurando o respeito aos princípios éticos de pesquisa e fornecendo-lhes indicações precisas quanto aos objetivos do projeto. Elaboramos, ainda, um termo de consentimento a ser preenchido pelos magistrados participantes. Enfim, não sem dificuldade, todas essas etapas foram vencidas, possibilitando o lançamento do edital para inscrições em 19.06.2017.

Oferecemos, inicialmente, onze vagas: cinco para operação de caixa de supermercado com a empresa Intercontinental Comércio de Alimentos Ltda., duas para cobrador de ônibus na frota da Empresa de Transportes Flores Ltda., além de duas para auxiliar de limpeza, uma para copeiro e uma para jardineiro com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. As respostas foram rápidas e, antes de terminado o prazo, alcançamos doze inscritos. Desenhava-se, assim, um cenário bastante encorajador, possibilitando a reunião de todas as condições necessárias para a realização do projeto: tínhamos três empresas parceiras, doze magistrados inscritos e dispostos a participar da experiência e, além disso, tínhamos a presença do Fernando coordenando a iniciativa.

Exalávamos algum triunfalismo, quando o jornalista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, soltou uma inodora nota em sua coluna. Em uma redação telegráfica de apenas 44 palavras e o provocativo título de *Sandália da humildade*, a nota publicada em 26.06.2017 trazia informações bem precisas. Ela dizia que:

*A Escola Judicial do TRT do Rio abriu inscrições, só para magistrados, para o curso “Vivendo o trabalho subalterno”. Durante um dia, e de forma anônima, os doutores trabalharão como jardineiros, copeiros, auxiliares de limpeza, cobradores de ônibus e operadores de caixa de supermercado.*

Não havia nenhuma informação incorreta, mas ela fazia uma articulação bastante provocativa entre os títulos da nota e do projeto, a ênfase na inscrição exclusiva para magistrados e a referência aos doutores. No âmbito da EJ1, a nota passaria incólume e seria provavelmente vista de forma anedótica caso não tivesse deflagrado um intenso interesse da mídia pelo projeto, o que era, seguramente, revelador de uma sintomatologia social, cujo exame ficaria para mais tarde.

Naquela manhã, a interlocução com a assessoria de imprensa e comunicação social (AIC) do tribunal seria intensa, pois o jornal *O Globo* havia enviado algumas perguntas com o propósito de fazer uma matéria sobre o projeto e, além disso, a rádio Gaúcha havia solicitado o contato do Fernando para realizar uma entrevista ao vivo. De plano, questionamos sobre o benefício daquela visibilidade inesperada e seu impacto sobre o projeto. Convictos de nossas escolhas e com a concordância do Fernando, fornecemos seu telefone para a rádio e elaboramos as respostas para o jornal.

Eram 16h10 quando Leandro Staudt, locutor da rádio Gaúcha, anunciou:

*A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro vai colocar magistrados do trabalho para viver a realidade de trabalho em atividades como jardineiro, copeiro, faxineiro, cobrador de ônibus e caixa de supermercado.*

Pela internet, acompanhei a entrevista, cuja duração pareceu-me interminável, embora tenham sido apenas 10 minutos e 19 segundos de debate durante os quais as circunstâncias do projeto foram perscrutadas com afincamento pelo entrevistador e esclarecidas pelo Fernando. Contudo, o diálogo levantava um importante problema para a pesquisa: enquanto a nota publicada pelo Ancelmo Gois dizia que os magistrados trabalhariam de forma anônima, Fernando enfatizava no rádio que o trabalho seria feito às claras, com todos os empregados envolvidos na experiência estando informados sobre a presença do juiz. Levantava-se assim um importante problema, cujo enfrentamento seria ainda objeto de debate entre a equipe da EJ1 e o próprio Fernando. Registramos a questão e decidimos aguardar as reportagens em gestação.

No mesmo dia, após o *Jornal do Commercio* Online e o site *Leia Já*, ambos de Recife (PE), publicarem enxuta notícia construída essencialmente em cima do edital do projeto, a *Gazeta Online de Vitória* (ES) divulgava matéria na qual a justificativa fornecida pela EJ1 para o uso da adjetivação subalterno era reproduzida [*as várias possibilidades de leitura e interpretação do termo (remetem) à subordinação típica do contrato de trabalho, à hierarquia, à inferioridade, bem como à própria noção original de invisibilidade*], além de trazer a opinião dos presidentes do Sindicato dos Rodoviários (Sindirodoviários), Edson Bastos, e do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Cozinha Industrial, Bares, Restaurantes e Similares do ES (Sintrahoteis), Odeildo Ribeiro dos Santos. Ambos manifestavam-se de forma favorável, com o primeiro dizendo ser *muito positivo, (pois) só assim (os juízes) teriam a dimensão de tudo que o trabalhador sofre no seu dia a dia* e o segundo desejando que não se trate de uma ação isolada, já que *não é possível moldar a personalidade de ninguém em apenas um dia (e,) para isso, é necessário conscientização*

*constante sobre as condições adversas de cada um, nas mais variadas relações de emprego.*

No dia seguinte, 27.06.2017, o projeto foi objeto de uma reportagem no jornal *O Globo*, cuja matéria indicava:

*Onze juízes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio vão deixar de lado a liturgia do cargo para viver, pelo menos por um dia, a experiência de executar tarefas normalmente desempenhadas por quem tem menos escolaridade, menor renda e pouco prestígio.*

Dois aspectos chamavam atenção na reportagem: o debate em torno da denominação de trabalho subalterno e a tentativa em apreender circunstâncias da experiência tanto na função de cobrador quanto na de operador de caixa de supermercado. Quanto ao primeiro aspecto, a reportagem não reproduzia a explicação fornecida pela EJ1 e transcrevia a opinião do antropólogo Paulo Storani, para quem a denominação seria infeliz já que *trabalho é trabalho, pode ser até alternativo, (mas) não subalterno*. Quanto ao segundo aspecto, ela descrevia, por um lado, as dificuldades enfrentadas por um cobrador de ônibus na linha entre São João de Meriti e Duque de Caxias enfatizando que, *sem ar-condicionado, o veículo atravessa favelas e ruas esburacadas e sem saneamento* e, por outro lado, o desgaste dos operadores de caixas de supermercado que funcionam como *para-raios de “todos os problemas que acontecem com clientes no mercado”*.

Nas 48 horas subsequentes, a EJ1 receberia uma demanda da *TV Brasil* solicitando que fosse autorizado o registro, mesmo que de forma dissimulada, do dia de trabalho realizado por um dos juízes participantes do projeto, além de outras três demandas formuladas pela editoria *G1* do

site *globo.com*, pelo programa *Jornada*, cuja produção é realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e pelo site *Consultor Jurídico*.

O inesperado interesse da imprensa criava um importante risco para o projeto, ou seja, a espetacularização da atividade, com sua transformação em uma espécie de *Big Brother* laboral. Como uma espiral descontrolada, o interesse da imprensa só fazia crescer e o projeto foi objeto de debate no programa *Estúdio i* da *GloboNews*, onde, mais uma vez, discutiu-se a adjetivação subalterno. O debate na TV e o incômodo proporcionado pela adjetivação evidenciavam que tínhamos tocado em uma ferida ao mesclar subalternidade com invisibilidade. Por mais que quiséssemos escamotear o problema, havia algo no ar proporcionado, essencialmente, pela mudança de patamar social proposta aos participantes.

O debate ganhava contornos mais amplos, enquanto tentávamos assegurar que o projeto não perdesse consistência por conta de sua improvável espetacularização. Para enfrentar essa questão, ainda que nossas respostas fossem invariavelmente contrárias à exposição pública, marcamos, em função das impossibilidades de agenda, uma reunião da equipe para a semana seguinte para conversarmos sobre tamanha demanda e sobre os encaminhamentos que desejávamos dar ao projeto. Enquanto isso, mais dois pedidos de entrevista chegavam-nos: um do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais (SINJUS-MG) e outro da revista *Justiça & Cidadania*. Como não queríamos nos afastar da linha de descrição definida, remetemos as mesmas informações que tinham sido antes endereçadas ao *O Globo*. Mas o segundo pedido trazia-nos um desconforto, pois a revista havia sido nossa parceira na concepção e construção da exposição comemorativa dos 20 anos da EJ1 em outubro de 2016. Como atender o parceiro pretérito

sem colocar em risco, sem comprometer a linha de resposta até então adotada? Avolumava-se, assim, a pauta de nossa reunião.

Na manhã do dia 04.07.2017 fizemos a aguardada reunião. Em torno da mesa, estávamos eu, o diretor Marcelo e os servidores Diana Felgueiras das Neves, Marina Leite Ribeiro e Sérgio Luiz Nascimento Lobo, respectivamente, supervisora do centro de pesquisas e estudos, coordenadora de ensino, projetos e eventos e coordenador de administração. Na tela do computador, participando por Skype, tínhamos ainda a presença virtual do Fernando. Foram 53 minutos de diálogo, no qual pusemo-nos de acordo quanto às demandas da imprensa, reforçando nossa opção pela recusa à espetacularização da experiência. Discutimos ainda alguns pedidos específicos dos participantes e deliberamos sobre a bibliografia a ser previamente por eles lida. No final, enfrentamos a questão do sigilo que emergira da contradição entre a entrevista do Fernando e as notícias publicadas na imprensa. De um lado, havia nosso temor quanto à possibilidade de um tratamento desigual decorrente da ciência da condição profissional de magistrado e, de outro lado, a preocupação do Fernando quanto aos princípios éticos da psicologia social, além dos esforços necessários empreendidos pelo participante para manter seu anonimato. Entre um extremo e outro, concordamos que o sigilo era uma parte importante da experiência para que o magistrado pudesse vivenciá-la plenamente, mas reconhecemos que ela não poderia se transformar em um esforço suplementar para o participante. Em outras palavras, assumimos o sigilo como princípio, sem, contudo, transformá-lo em elemento essencial da experiência. Nesse sentido, convencionamos que o magistrado não necessitaria guardar silêncio ou empreender esforços para manter-se anônimo, caso, ao longo da vivência, sua condição profissional original fosse exposta. Quando estávamos encerrando a reunião, demo-nos conta

de quanto havíamos caminhado com o projeto, que agora contava ainda com a parceria da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Tínhamos, assim, ampliado a oferta para quinze vagas, incluindo doravante duas vagas para varrição urbana e duas outras para limpeza hospitalar no Hospital Municipal Souza Aguiar.

Dois dias depois, o *Jornal da Universidade de São Paulo* (USP) publicava uma reportagem cujo foco era, sem dúvida, a articulação entre o processo acadêmico de produção de conhecimento e a apropriação efetuada pela EJ1. Dessa forma, a publicação, após recuperar a trajetória acadêmica do Fernando, descrevendo tanto sua dissertação de mestrado quanto sua tese de doutorado e os problemas psicossociais por ele identificados, ou seja, *a invisibilidade pública de profissionais que exercem funções de baixa remuneração e não são “vistos” pela sociedade, e a cegueira social, que humilha e subtrai a humanidade dos sujeitos que executam essas tarefas*, descrevia como o projeto pretendia reproduzir esse processo com juízes do trabalho. Na medida em que se tratava de um periódico acadêmico, a reportagem não nos parecia contribuir para a espetacularização, mas, ao contrário, sinalizava para um cenário positivo, cujo resultado poderia contribuir para ampliar a visibilidade social do trabalho subalterno.

Mal tivemos tempo para saborear a reportagem favorável, pois, no dia seguinte (07.07.2017), era publicada a reportagem do SINJUS-MG, cujo título – *Projeto no TRT-RJ expõe contradição no Judiciário* – chamava-nos atenção para outro problema: a distância entre o poder judiciário e determinados estratos da sociedade. Após recuperar a mesma crítica inscrita na reportagem de *O Globo* quanto à adjetivação subalterno, a notícia recorria à fala de Laura Rodrigues Benta, presidenta da Associação Juízes para a Democracia (AJD), para sugerir que a proposta estaria *sendo conduzida por um viés complicado, porque está mais para uma experiência exótica*.

Não foram, portanto, poucas as críticas endereçadas ao projeto após ele ganhar uma inesperada visibilidade decorrente da nota publicada pelo Ancelmo Gois. De uma banda, criticavam-nos pela inconveniência da referência à subalternidade enquanto, de outra banda, acusavam-nos de exotismo. Nada disso, entretanto, se comparava às críticas que circulavam nas redes sociais, nas listas de e-mails e nos grupos de *WhatsApp* da magistratura nacional. Éramos taxados de ideólogos do operariado, incapazes de produzir alguma sensibilização para a condição dos pequenos empresários ou, ainda, dos gerentes injustiçados. Na verdade, estávamos sendo deliciosamente espancados sem que a experiência tivesse sequer começado. Nada disso, entretanto, alterou nossa convicção quanto à riqueza que a vivência pretendida poderia proporcionar. Restava-nos, tão somente, realizar a experiência para então avaliar seu impacto, quando mais um pedido da imprensa nos foi encaminhado. Dessa feita, ele vinha da revista *Piauí*, que desejava acompanhar um ou dois juízes ao longo de seu dia de trabalho. Na justificativa do pedido, o repórter aludia ao peculiar estilo narrativo da revista. O pedido suscitou alguma dúvida na equipe, que contava com alguns leitores da revista. De fato, seu estilo narrativo poderia resultar em um meta-diário de campo no qual um olhar externo reconstituiria a experiência com algum distanciamento. Essa era uma interessante possibilidade que não tínhamos certeza se valeria a pena explorar. Depois de alguma hesitação, optamos por manter a mesma linha de resposta e sugerir que a reportagem fosse efetuada na seção diário, o que permitiria que um dos participantes produzisse um primeiro relato cru de sua ida ao campo, sem, entretanto, se fazer acompanhar por um repórter. A proposta foi encaminhada à revista pela AIC, sem que tivéssemos, contudo, qualquer resposta. O aparente interesse da imprensa

escasseava e, dessa forma, pudemos voltar nosso olhar para o projeto e seus participantes.

## OS PARTICIPANTES

Encerradas as inscrições, o projeto contava com dez participantes para onze vagas, sem contar comigo e Marcelo, pois tínhamos decidido aguardar as inscrições para definir sobre nossas possíveis participações. A oferta de novas vagas pela Comlurb obrigou-nos a fazer uma segunda rodada de inscrições, que resultou na adesão de dois novos participantes. Como havia quinze vagas, nossa inclusão não impediria que alguém participasse da experiência. Concluímos o quadro de participantes com a inserção do Fernando, o que fora por ele solicitado em nossa conversa virtual. Como sua vivência como gari na USP havia se encerrado há dez anos, era uma forma de evitar a idealização de sua experiência passada, além de possibilitar que ele vivenciasse a experiência de forma semelhante aos juízes inscritos: Amanda Diniz Silveira, Anelise Haase de Miranda, Cléa Maria Carvalho do Couto, Daniela Valle da Rocha Muller, Erika Cristina Ferreira Gomes, Fernanda Stipp, Gláucia Zuccari Fernandes Braga, Hernani Fleury Chaves Ribeiro, Marcelo Fisch Teixeira e Silva, Marco Antonio Belchior da Silveira, Natália dos Santos Medeiros e Raquel de Oliveira Maciel, além de mim mesmo e do diretor Marcelo Augusto.

De plano, constatava-se uma forte heterogeneidade na composição do grupo, composto por nove mulheres e cinco homens, assim distribuídos: seis juízes substitutos (quatro mulheres e dois homens), seis juízes titulares (quatro mulheres e dois homens) e dois desembargadores (uma mulher e um homem). Décimo quinto integrante do grupo, Fernando havia tido três participantes do projeto como alunos no CFI: Hernani, Marcelo e Natália.

Embora eles representassem pouco mais de 5% do público das três aulas do Fernando, eles respondiam por 20% das vagas do projeto, o que sugeria uma passagem exitosa do Fernando pelo CFI. Por outro lado, na medida em que cinco dos seis juízes substitutos participantes possuíam menos de três anos de carreira no TRT/RJ, intuía-se que a disposição para esse tipo de experiência arrefecesse com a cristalização de uma cultura profissional própria à magistratura, ou seja, a participação tenderia a escassear na medida em que se avançasse na carreira. Não surpreende, portanto, que, entre os juízes titulares participantes, a dispersão em termos de antiguidade profissional seja a tônica, sugerindo intensamente que a participação decorre essencialmente de uma circunstância/curiosidade pessoal. De fato, o arco temporal dos titulares oscila entre 22 e 4 anos, com registros intermediários de dezoito, doze e cinco anos de tempo de titularidade, sendo este último repetido para dois juízes. Finalmente, entre os desembargadores, a participação envolvia o diretor da EJ1 e a mais nova integrante do segundo grau do tribunal, promovida às vésperas da experiência. Em resumo, pode-se argumentar que, de uma banda, a propensão à participação na vivência proposta é mais intensa durante o noviciado profissional e, de outra banda, a consolidação de uma cultura profissional não se transforma em empecilho quando a trajetória individual é pautada por preocupações de alteridade. Ora, ainda que a primeira dimensão pareça ser ratificada pelos dados quantitativos da amostra, a segunda dimensão carece de uma adequada demonstração que não poderia vir sem um exame das trajetórias individuais dos participantes. Faz-se, portanto, necessário conhecer um pouco mais quem são aqueles que se voluntariaram para viver a experiência do trabalho subalterno. Começemos, pois, por aqueles que os números parecem corroborar a hipótese avançada, ou seja, os juízes substitutos.

Anelise é a mais antiga dos juízes substitutos participantes da vivência. Proveniente de Belém do Pará, ela iniciou sua carreira na magistratura trabalhista em setembro de 2004 no Regional de Pernambuco (6ª Região), onde permaneceu até junho de 2005, quando permutou para o Regional do Pará e Amapá (8ª Região). De lá, em setembro de 2009, ela seria removida para o Regional fluminense, onde permanece como juíza substituta. Com mais de dez anos de magistratura e passagens por três diferentes tribunais trabalhistas, é difícil sustentar que ela não possua uma cultura profissional consolidada. Entretanto, corroborando a segunda dimensão de nossa hipótese, ela evidenciou ao longo de toda sua trajetória profissional uma forte preocupação com o Outro, seu empoderamento e emancipação. Militante ativa no movimento associativo, com fortes preocupações cidadãs, ela tem sido partícipe do programa *Trabalho, Justiça & Cidadania* da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e tem colaborado em diferentes esforços institucionais para erradicação do trabalho escravo. Anelise escolheu participar do projeto exercendo a função de gari na varrição de ruas.

Com pouco mais de dois anos e meio de vida profissional no Regional fluminense, a carioca Amanda possui, na verdade, seis anos de carreira na magistratura, cujo início deu-se no Regional de Mato Grosso (23ª Região), onde ingressou em agosto de 2011. Após ter permanecido por pouco mais de três anos naquele Regional, ela obteve remoção para o Rio de Janeiro e pôde assim regressar ao seu estado de origem. No projeto, Amanda optou pela função de cobrador de ônibus. Por sua vez, a carioca Erika, que no projeto optou pela função de caixa de supermercado e foi designada para atuar na filial de Campo Grande, fez mais que começar sua trajetória profissional longe de casa. De fato, ela concluiu em 2003 sua graduação em direito na Universidade Federal do Pará (UFPA) e no

norte do país permaneceu advogando por cinco anos para o Banco da Amazônia. Em abril de 2014, ela ingressou na magistratura trabalhista ao ser empossada no Regional do Maranhão (16<sup>a</sup> Região), onde permaneceu até março de 2015, quando permutou para o Regional do interior de São Paulo (15<sup>a</sup> Região), cuja sede fica em Campinas. De lá, em maio de 2016, mediante permuta triangular, ela veio para o Regional fluminense.

Mineiro de Varginha, que fez seus estudos de direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Hernani permaneceu advogando em São Paulo até ingressar no Regional fluminense em junho de 2015. No projeto, escolheu trabalhar como auxiliar de limpeza na sede do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ). Natália fala com um forte sotaque, com um *erre* carregado que denuncia sua origem paulista de Marília. Logo após concluir em 2011 sua graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), ela ingressou como técnica judiciária no Regional de Campinas, de onde sairia dois anos mais tarde para regressar à cidade de seus estudos como analista judiciária da Justiça Federal. Com seu posterior êxito no certame fluminense, ela ingressou na magistratura trabalhista em dezembro de 2015. Estrangeira em uma cidade partida e designada para atuar como caixa de supermercado em Realengo, ela quase desistiu da experiência por conta das distâncias e do desconhecimento da cidade. Entretanto, o ingresso tardio da empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda. no projeto, com a disponibilização de três vagas para auxiliar de limpeza, possibilitou que ela fosse realocada para outro posto de trabalho, no shopping *Rio Design Barra*, e não desistisse da vivência. Porto-alegrense, Marcelo é o mais jovem dos substitutos na carreira, pois ingressou no Regional fluminense em novembro de 2016. Entretanto, sua trajetória na Justiça do Trabalho é mais longa, pois, após alguns poucos anos de advocacia, ele ingressou no Regional gaúcho (4<sup>a</sup> Região), onde por sete

anos exerceu a função de analista judiciário, até sua posse no Rio de Janeiro. Reservado, ele escolheu participar do projeto como cobrador de ônibus. Constata-se, assim, que a tônica das trajetórias dos juízes substitutos participantes do projeto é sua mobilidade profissional. De fato, três deles começaram suas carreiras em outros Regionais e vieram para o Rio de Janeiro por meio de remoções e permuta, ao passo que os outros três, embora tenham tido o Regional fluminense como porta de entrada, são oriundos de outros estados, mais especificamente São Paulo e Rio Grande do Sul. Essa característica é praticamente inexistente entre os juízes titulares participantes do projeto. Vejamos, então, suas trajetórias.

Com 24 anos de carreira, Raquel é a juíza titular mais antiga entre os participantes. Depois de dois anos e dois meses como juíza substituta, ela foi promovida em junho de 1995 e desde então conheceu a titularidade em apenas duas unidades jurisdicionais: a antiga 39ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro até fevereiro de 2004, quando foi removida para a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, onde permanece até hoje. Desde fevereiro de 2016, ela tem sido eventual e ocasionalmente convocada para atuar no segundo grau de jurisdição. No projeto, ela optou por trabalhar como jardineira, mas o sorteio acabou lhe proporcionando uma vaga de copeira no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ). Meu tempo de profissão é bastante próximo ao dela, uma vez que tomei posse cerca de seis meses mais tarde, em novembro de 1993. Como evidência precoce do estrangulamento da carreira, minha permanência como juiz substituto prolongou-se por quase seis anos, uma vez que fui promovido a juiz titular em junho de 1999, quando assumi a 33ª Junta de Conciliação do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2004, obtive minha remoção para a 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, onde permaneço até hoje, ainda que esteja afastado da jurisdição desde março de 2015 por conta de minha

atuação como juiz auxiliar da EJ1. Exceção feita ao tempo de permanência na função de juiz substituto, nossas carreiras são muito semelhantes, com ambos exercendo a titularidade em apenas duas unidades jurisdicionais. Quis o destino, contudo, que minha experiência no projeto não fosse efetuada em outra casa de justiça, mas fosse realizada na limpeza do Hospital Municipal Souza Aguiar, exercendo a função de gari.

Cléa foi servidora do Regional fluminense muito antes de tornar-se juíza. Com efeito, seu ingresso no tribunal data de agosto de 1982, tendo conhecido as funções de secretária de audiências e assistente de juiz ao longo dos anos. Em fevereiro de 1996, ela toma posse como juíza substituta, função que exercerá por mais de nove anos até sua promoção para juíza titular em junho de 2005, quando assume a 1ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes. Entretanto, menos de um mês depois, ela obtém remoção para a 5ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu, onde permanece por quase dezoito meses. De fato, em janeiro de 2007, ela é removida para a 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, de onde sai, em dezembro de 2008, para a 61ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Com quase uma década de permanência na mesma unidade jurisdicional, Cléa, que optou por trabalhar no projeto como auxiliar de limpeza na sede do MP/RJ, encontra-se afastada da jurisdição desde dezembro de 2015 para exercício da presidência da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra-1).

Paulistana que foi miúda para Bauru, onde estudou com Marco Antonio, Fernanda mudou-se para o Rio de Janeiro em função de seu primeiro casamento, ingressando no corpo jurídico da Petrobrás. Por aqui ficou mesmo após as guinadas de sua vida pessoal e profissional. No Regional fluminense, após entrar por concurso público em setembro de 2001, cumpriu quase onze anos de carreira como juíza substituta, até ser

promovida em maio de 2012 para a 1ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes. De lá saiu removida a pedido, em agosto de 2013, para exercer a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Niterói e para lá retornou, em junho de 2014, por remoção também a pedido, para assumir a titularidade da 4ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes. Grávida, Fernanda engajou-se no projeto na segunda leva de inscrições, optando por realizar o trabalho de caixa de supermercado. Por sorteio, foi-lhe atribuído o posto da filial de Nova Iguaçu, ficando o da filial de Bangu conferido a Daniela, que, coincidentemente, ingressou no tribunal também em setembro de 2001. Ela foi promovida a juíza titular quatro meses depois de Fernanda, às vésperas de completar onze anos como juíza substituta, assumindo a 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes, onde permaneceu por apenas quatro meses. Em novembro de 2012, ela obteve remoção para a 1ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, de onde saiu em novembro de 2013 para a 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, sua atual lotação. De forma semelhante a Anelise, Daniela também é militante do movimento associativo e membro da Comissão Executiva de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do TRT/RJ.

Paulista de Mirassol, Marco Antonio começou sua vida profissional como bancário no extinto Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado) e aventurou-se durante dois anos e meio pela engenharia mecânica, em Itajubá, nas Minas Gerais, sem, contudo, concluir o curso. Concluiu a graduação em direito no Instituto Toledo de Ensino (ITE) em Bauru e, logo em seguida, montou uma banca de advocacia, que exerceu por sete anos antes de ingressar no Regional fluminense em maio de 2003. Ao longo de dez anos, atuou como juiz substituto e, em junho de 2013, foi promovido a juiz titular da 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, onde até hoje

permanece. Diferentemente de Cléa, Fernanda e Daniela, sua porta de entrada na titularidade não foi Campos dos Goytacazes, mas a cidade do Rio de Janeiro e, no bairro da Pavuna, vivenciaria a experiência do projeto como caixa de supermercado. Diferentemente dos juízes substitutos participantes do projeto, sua mobilidade (assim como a de Fernanda) é prévia ao ingresso na carreira, cuja primeira etapa, ou seja, do ingresso até a promoção a juiz titular, foi sendo ampliada ao longo do tempo, até chegar aos atuais dez/onze anos de média.

Para participar do projeto, inscreveram-se ainda dois desembargadores. Filho de um longevo advogado trabalhista, que exerceu por um curto intervalo de tempo a magistratura classista como representante dos empregados no Regional fluminense, Marcelo Augusto teve no segundo semestre de 1990 uma curta experiência de quatro meses em cargo comissionado como assessor no tribunal, de onde se afastou para exercer a advocacia. Em junho de 1992, tomou posse como juiz substituto e assim permaneceu até março de 1994, quando foi promovido a juiz titular da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Volta Redonda. Após quatro meses, foi removido para a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, onde exerceu a titularidade até setembro de 2005, quando pediu remoção para a 7ª Vara do Trabalho de Niterói. De lá só sairia promovido para o segundo grau, em junho de 2008. Desde janeiro de 2017 é o diretor da Escola Judicial do TRT/RJ, onde sucedeu o desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes. Entusiasmado com o projeto, dele escolheu participar exercendo a função de gari na varrição de ruas. Por sua vez, Gláucia é filha de um antigo juiz de carreira do tribunal e também teve uma experiência prévia em cargo comissionado. Colega de concurso de Raquel, ela ingressou na magistratura em abril de 1993. Com pouco mais de um ano de juíza substituta, em junho de 1994 alcançou a titularidade,

sendo promovida para a 21ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, onde permaneceu até novembro de 2016, quando obteve remoção para a 77ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Promovida para o segundo grau em julho de 2017, ela é a mais nova desembargadora do Regional fluminense, tendo escolhido participar do projeto como jardineira na sede do MP/RJ. Embora seja difícil constatar um traço comum entre as duas trajetórias, dois aspectos merecem ser enfatizados: a curta permanência como juízes substitutos e a longa duração da titularidade em uma única unidade jurisdicional (3ª JCJ/DCX para um e 21ª JCJ/RJ para outro).

Os participantes do projeto constituem, portanto, um grupo heterogêneo, que se dispôs a enfrentar a experiência de um dia de trabalho subalterno. Como décimo quinto participante, Fernando juntou-se a eles para repetir sua vivência de gari, desta vez, porém, ocupando-se da limpeza hospitalar no Souza Aguiar. Após assinarem o termo de consentimento, todos foram informados de sua aceitação no projeto e receberam uma longa bibliografia indicada pelo Fernando para leitura prévia ao encontro teórico-preparatório agendado para 28.07.2017. Mas essa é outra história, que é a seguir examinada.

## A BIBLIOGRAFIA

Na reunião virtual, solicitamos ao Fernando que nos encaminhasse alguma leitura prévia para os participantes. Entusiasmado, ele mandou-nos uma extensa bibliografia, a seguir enumerada:

BOSI, Ecléa (2003). *O Tempo Vivo da Memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial (capítulo “Entre a Opinião e o Estereótipo”);

- CHAUÍ, Marilena (1981). *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora (capítulos “O Discurso Competente” e “Crítica e Ideologia”);
- COSTA, Fernando Braga da (2016). “O Desejo de Mandar”, em: PADILHA, Valquíria. *Antimanual de Gestão*. São Paulo: Ideias & Letras;
- GOLDMANN, Lucien (1991). *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (capítulo “A Reificação”);
- GONÇALVES FILHO, José Moura (1998). “Humilhação Social: um problema político em psicologia”, *Revista Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67;
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2001 [1998]). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes (capítulo “Feuerbach”);
- MARX, Karl (1996). *O Capital*. (volume 1) [Coleção Os Economistas]. São Paulo: Editora Nova Cultural (capítulo “A mercadoria”);
- WEIL, Simone (1982). *A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (capítulos “Diário de Fábrica”, “A racionalização” e “O desenraizamento”); e
- GEERTZ, Clifford (1989 [1973]). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora (capítulo “Uma descrição densa”).

Inútil dizer que o tamanho da bibliografia sugerida nos assustou, pois imaginávamos que ele fosse sugerir a leitura de apenas um ou dois artigos. Na verdade, essa impressão só se revelaria correta em relação à leitura sugerida para o pós-campo, uma vez que ela limitava-se tão somente a um texto: GONÇALVES FILHO, José Moura (2009 [2003]). “Problemas de Método em Psicologia Social”, em: BOCK, Ana Mercedes Bahia. *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez Editora. Mesmo assim, Diana saiu em busca dos textos, conseguindo alguns na internet e percorrendo as bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para obter os demais. Encaminhamos cópia de todos os textos para os participantes, que não chegaram a reagir de imediato. Entretanto, alguns dias depois, Daniela escreveu-nos dizendo pretender desistir do projeto, pois não teria tempo para fazer toda a leitura solicitada. Ponderamos com o Fernando que a carga de leitura requerida poderia desencorajar outros participantes e, de comum acordo, resolvemos limitar a bibliografia aos textos de Goldmann, Weil e Geertz, o que ajudou-nos a convencer Daniela a permanecer no projeto. Longa e complexa, a bibliografia seria uma importante alavanca para as discussões da sessão de preparação que se avizinhava.

## A PREPARAÇÃO

Finalmente, em 28.07.2017, tivemos uma longa sessão de trabalho com o Fernando para preparar a ida ao campo. Nosso encontro registrou, contudo, duas ausências. Érika e Gláucia não compareceram, respectivamente, em decorrência de problemas médicos e por estar em período de férias. O projeto registrava, assim, duas baixas de participação. Éramos agora doze juízes a dialogar com o Fernando, que abriu os trabalhos com uma longa discussão sobre o conto *O Caso da Vara*, de Machado de Assis. Na sala, envolvidos com a atividade, tínhamos ainda Diana e Calebe Secundino dos Reis, responsável pelo treinamento da empresa Nova Rio, que, por ser estudante de psicologia na Universidade Estácio de Sá (UNESA), havia pedido e obtido nossa autorização para participar do encontro.

Começamos por uma leitura coletiva do conto machadiano, já que nem todos estávamos familiarizados com a história de Damião, o seminarista fugitivo que pede ajuda a Sinhá Rita para convencer seu pai a não lhe

obrigar a retornar ao seminário. Para ajudar o rapaz, Sinhá Rita pede auxílio ao padrinho de Damião, João Carneiro, que se vê obrigado a interceder junto ao pai do rapaz para agradar Sinhá Rita. Enquanto o padrinho parte para cumprir a missão de convencer o pai de Damião, este e Sinhá Rita permanecem conversando, distraindo Lucrécia, uma das crias da primeira *que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço*. Ao rir de uma anedota contada pelo segundo, Lucrécia é fortemente repreendida pela primeira, que lhe ameaça com uma vara. O conto prossegue com Damião sendo obrigado a contar novamente a mesma anedota, que, dessa feita, proporciona um riso geral não compartilhado, contudo, por Lucrécia. No fim do dia, sem que saibamos o resultado do esforço de João Carneiro, quando Sinhá Rita recolhe os trabalhos feitos pelas crias, ela constata que Lucrécia não conseguira concluir sua tarefa. Enfurecida, ela agarra pela orelha Lucrécia, que tenta fugir da iminente surra sem sucesso, enquanto clama por misericórdia. Entretanto, como a vara de Sinhá Rita não se encontra mais ao alcance de sua mão, ela pede a Damião que lhe passe a mesma. Diante do pedido de Sinhá Rita e da súplica de Lucrécia, o leitor é conduzido ao dilema do seminarista, que hesita em entregar a vara. Nas duas últimas linhas do conto, o dilema desfaz-se rapidamente: Damião, compungido pelo sofrimento de Lucrécia, mas ansioso para sair do seminário, termina por entregar a vara a Sinhá Rita.

O debate entre os participantes foi intenso, com Damião sendo consensual e unanimemente execrado. Os comentários partiam em todas as direções, recuperando a etimologia dos nomes das personagens e todas as ironias sutis presentes no conto de Machado. Fernando procurava dar um norte à discussão explorando a situação de Lucrécia e o que ela engendrava de (in)visibilidade pública. De fato, tensionada entre existência e não existência, Lucrécia é um objeto que tem rompantes

de subjetividade, ou seja, que ganha uma dimensão humana quando se permite rir da anedota para, em seguida, perdê-la ao ignorar a mesma piada. Lucrécia apela aos sentimentos daquele que sofre com o seminário, mas que se revela incapaz de sair de sua posição para não colocar em risco sua empreitada de fuga. Lucrécia é negra e, em meio a uma sociedade escravocrata, vive de forma permanente sua invisibilidade. Deslocar aquela situação para a contemporaneidade e pensar a invisibilidade em contextos mais dissimulados revela-se um exercício difícil. Fernando ampliou o debate pedindo a intervenção de Calebe, o único negro do grupo. Com uma experiência prévia de seis anos como gari na varrição (até então desconhecida por todos), Calebe deu-nos um contundente depoimento sobre sua experiência com a invisibilidade pública. Definitivamente, era difícil nos colocarmos tanto na pele de Lucrécia quanto na de Calebe. Rapidamente, percebemos que a invisibilidade por eles descrita não seria desvendada na experiência de um único dia de trabalho, por mais penoso que ele fosse. Combater honestamente a pecha de vivência exótica exigiria, de uma banda, uma tomada de consciência do brevíssimo flash que um único dia representa e, de outra banda, uma vigilância atenta às possibilidades que esse mesmo dia poderia proporcionar. No fundo, o exame das duas situações evidenciava que todo poder é situacional e não se constitui em um atributo inerente às pessoas.

Na sequência, revisitamos a experiência de gari do Fernando, e fizemos um bom debate sobre as reações da imprensa e de colegas magistrados ao projeto. Conversamos sobre as críticas explicitadas por estes em grupos de *WhatsApp* e listas de *e-mails*, bem como sobre a controvérsia fustigada por jornais e TVs. Marcelo Augusto sugeriu que a crítica decorria essencialmente de dois fatores: o possível desprestígio social que o projeto engendrava para a magistratura trabalhista e uma alegada leitura

ideológica que sugeria um esforço de catequização e simpatia em favor dos trabalhadores e que era redarguida com a sugestão de igual prática para o trabalho de gerentes, para a posição de microempresários, enfim, para a circunstância de patrão. Amanda relatou comentários de servidores sugerindo que muito provavelmente os participantes não seriam aqueles que mais necessitariam vivenciar tal tipo de experiência. Na verdade, seu relato reproduzia nossas discussões iniciais sobre o caráter não compulsório da experiência e o impacto que isso teria na composição do grupo de participantes. Enfim, compartilhamos nossas impressões sobre o desconforto constatado, sem, contudo, nos preocuparmos em elaborar uma resposta à crítica, pois parecia-nos mais importante entender a sintomatologia que a crítica revelava sobre a posição social da magistratura. Ou seja, como ela se vê e como ela é vista pelos outros.

Retomamos a aula, analisando a produção da mais-valia, bem como o impacto da divisão social do trabalho e da distinção entre trabalho intelectual e braçal para reforçar as posições de classe. Fernando insistiu muito em realçar a falsa dicotomia entre trabalho intelectual e braçal e a produção de hierarquias que ela proporciona, enfatizando que entre os dois trabalhos não haveria ruptura, mas um gradiente, ou seja, uma linha contínua de interação que retroalimenta a reflexão. Nesse sentido, viver o real, mediante a realização de um trabalho braçal, deslocar-nos-ia nesse gradiente possibilitando perceber que não existe idealização sem realidade. Nosso dia de preparação foi longo e, ao final, estávamos aparentemente prontos para viver a práxis. Era o que faríamos na semana seguinte, não sem antes termos um dia de treinamento, exigência que fora formulada por todos os empregadores. Conversamos sobre a logística do treinamento e do dia de campo, conjecturamos sobre possíveis situações

da vivência e compartilhamos, sobretudo, a enorme ansiedade que todos sentíamos. Havia, sem dúvida, muita expectativa no ar.

## O RETORNO

Quase um mês mais tarde, reunimo-nos para compartilhar nossas experiências. Nem todos puderam comparecer, pois Anelise estava de férias viajando, Fernanda teve um contratempo familiar que a impediu de viajar de Campos dos Goytacazes e Hernani fora designado para realizar audiências. Calebe estava de novo conosco, assim como Maria Rita Carrara, funcionária da Comlurb, e Carlos Veiga Júnior, supervisor da Nova Rio, que vieram participar do encontro.

Fernando propôs que viéssemos trajando nossos uniformes, o que gerou alguma excitação na entrada do Fórum. Chegamos juntos, eu, Cléa e Marcelo, ao estacionamento e, ao descermos de nossos carros, o vigilante não conseguiu conter a risada. Como ele nos conhecia e via-nos quase diariamente em outros trajes, a situação tinha algo de inusitado. A risada parecia nos dizer que não basta vestir o uniforme para se deslocar de seu espaço social.

Fernando chegava nesse mesmo momento, e juntou-se a nós pouco antes do controle de entrada do prédio, onde deu-se nova hesitação: deveríamos passar pelo detector de metais existente para o público em geral ou entrar pela lateral como os demais funcionários. Alguns passaram pelo detector, outros seguiram pela lateral. Um vigilante virou-se para mim e desejou *bom dia*, dizendo ainda que não adiantava se fantasiar e que ele já havia reconhecido o Marcelo Augusto, que chegara pouco antes de nós. Um frisson percorria o saguão por onde nós todos passávamos, vestidos com nossos uniformes.

No elevador, não foi diferente. Alguma coisa estava fora da ordem, mas ninguém nos perguntava o que estava acontecendo. Aos poucos, todos foram chegando. Na secretaria da Escola, constatava-se uma genuína alegria dos funcionários, bastante atarefados com a chegada dos novos estagiários e a realização de outro evento da Escola, o Fórum de Direitos Humanos, que, naquele dia, propunha uma discussão sobre magistratura e gênero. Entre os convidados do Fórum, que também chegavam naquele momento, estava o deputado federal Jean Wyllys, que demonstrou enorme curiosidade pelo projeto. Era, no mínimo, inusitado vê-lo ouvir atentamente as explicações do Marcelo Augusto trajando sua roupa de gari. Depois de alguns minutos de conversa, despedimo-nos dos convidados do Fórum e rumamos para a sala de aula onde faríamos nossa atividade.

Fernando propôs uma dinâmica bem simples: cada um de nós faria um breve relato de sua experiência, seguida de um debate com todos os participantes. Diana e Jorgeane da Conceição Cordeiro Brandão, a copeira que nos atende na EJ1, também se juntaram ao grupo e, em uma cadeira diante de todos, um após o outro, cada um sentou-se para fazer sua narrativa. Optamos por fazer os relatos em ordem alfabética, dando, entretanto, preferência para Cléa, que, por conta da presidência da Amatra-1, tinha um compromisso institucional na parte da tarde. Opto aqui, entretanto, por reagrupar as diferentes narrativas por tipo de trabalho, o que permite um exercício comparativo.

Começamos, portanto, por Cléa, que iniciou indicando que seu dia de trabalho havia sido no MP/RJ onde atuou como auxiliar de limpeza. Ela indicou que seu trabalho consistia em limpar um banheiro público masculino de hora em hora, registrando em uma folha atrás da porta a realização da tarefa, que era, em seguida, validada por sua superiora. Ela nos disse que se tratava de um trabalho extremamente repetitivo e monótono e

que, na hora do almoço, já estava bastante cansada. Quando compartilhou seu cansaço com os colegas, disseram-lhe que, na parte da tarde, sua tarefa consistia em *enrolar* para ver o tempo passar durante um dia que ela reputou particularmente longo. Cléa contou-nos o desentendimento que teve com a recepcionista, enfatizando o impacto das pequenas hierarquias que encontrou em seu ambiente de trabalho. Disse-nos ainda não ter se sentido invisível e que todos que por ela passavam eram bastante educados. Ao longo do dia, ela estabeleceu uma cumplicidade com o vigilante, que lhe explicou preferir a rotina de 12x36 horas ao invés de 5x2 dias, pois ele gastava seis horas no trânsito. Repetitivo e monótono, exaustivo e pleno de pequenas hierarquias, enfadonho e despido de criatividade, o trabalho por ela desenvolvido não lhe causou, contudo, estranheza, por conta de sua trajetória individual e a navegação que ela ainda entretém com diferentes estratos sociais. Colocar-se no lugar do Outro teria sido para ela, entretanto, algo importante, na medida em que isso teria possibilitado uma vivência que não é baseada em narrativa alheia. É como se ela nos dissesse que a imersão subalterna aumentasse a inteligibilidade de seu mundo atual.

Cobradora de ônibus na linha 136 (Nova Iguaçu/Duque de Caxias, via Vilar dos Teles) no primeiro turno de trabalho, Amanda iniciou sua jornada às 04h50. Preocupada em não se atrasar para o trabalho, ela chegou à garagem às 04h30, apresentando-se imediatamente ao coordenador de operações. No café da manhã com os colegas, ela confirmou o que havia lhe sido dito no treinamento, ou seja, que o turno da manhã é um privilégio. Na sua narrativa, ela contou-nos que os cobradores devem trazer o troco para seu trabalho e que, como ela não havia trazido, foi o motorista quem lhe ajudou, emprestando alguns trocados. Ela tampouco se sentiu invisível, seja com os colegas de trabalho, seja com os passageiros, ainda que tenha

distinguido diferentes classes de *bom dia* entre os últimos: havia os que sequer cumprimentavam o trocador, os que davam um bom dia protocolar sem sequer olhar o interlocutor e os que cumprimentam efusivamente, eventualmente até puxando papo e contando seus problemas. Ela nos disse que desgastante mesmo é o trabalho do motorista, já que o cobrador tem tempo entre as paradas para devaneios, para pensar sobre outras coisas. Após chegar à garagem às 13h15, ela prestou contas por oito minutos e foi liberada às 13h23. Curiosamente, ela contou que, no fim do dia, estava com sono, mas não estava nem física nem mentalmente cansada, até porque o valor da passagem, que era de exatos dois reais, não exigia grandes cálculos. Retomando a comparação com o motorista, ela explicou que seu colega de ônibus tinha uma rotina muito fragmentada de horários, dormindo de tarde para poder usufruir um pouco da companhia de seus familiares no início da noite. Contrastando seu dia de cobradora de ônibus com sua trajetória pessoal, ela nos descreveu uma forte navegação social em que a invisibilidade é ampliada por circunstâncias geográficas da cidade. Intuitivamente, ela dizia que o uniforme possivelmente não teria feito diferença na linha de ônibus na Baixada Fluminense, mas talvez fizesse muita diferença se ela estivesse transitando no *Shopping Tijuca* ou no *Barra Shopping*. No fim das contas, sua narrativa mostra uma intensa consciência de classe e seus marcadores geográficos e sociais. No mínimo, é uma forma de estar atento ao Outro.

Marcelo apresentou-se na garagem às 12h30 para trabalhar como cobrador na mesma linha em que Amanda cumprira o primeiro turno. Não houve entre eles, entretanto, rendição de turno, pois Marcelo saiu para trabalhar poucos minutos antes de Amanda terminar sua jornada na garagem. Depois de passar pelo mesmo episódio do troco, com o motorista designado para trabalhar consigo e acompanhados de dois

fiscais da empresa que pegaram carona, fizeram a viagem da garagem até o ponto final em Duque de Caxias sem pegar passageiros, para dali iniciar suas viagens do dia. Marcelo contou-nos que a cadeira de cobrador era desconfortável e que a lataria batia muito. O desconforto, originalmente ergonômico e auditivo, era ampliado ao longo do dia com o cansaço do motorista, que não conseguia manter o mesmo nível de atenção e cuidado exibido nas primeiras viagens. Assim como Amanda, Marcelo também disse relaxar no tempo ocioso das viagens, mas disse não ter visto nenhuma paisagem interessante ou convidativa. Além disso, contou-nos ele que o trabalho era extremamente monótono. Ele disse-nos que a relação com os passageiros era bastante amistosa, com cumprimentos formais e eventuais tentativas de diálogo, ainda que a preocupação maior destes estivesse aparentemente voltada para a manutenção de seus equilíbrios no interior do ônibus. Entre o treinamento e seu dia de trabalho, Marcelo foi questionado sobre sua barba e o impacto que supostamente ela teria sobre a imagem da empresa, o que lhe gerou algum desconforto. Mas, como na garagem ele havia cruzado com um empregado de estilo mais despojado, imaginou que o problema dissiparia ao longo de sua experiência, cujo encerramento deu-se às 21h, após cumprir uma derradeira viagem que se iniciou por volta das 19h30. Ao cabo, Marcelo relatou uma enorme satisfação com a experiência que foi por ele apropriada posteriormente em uma audiência, quando pôde emprestar maior inteligibilidade ao depoimento trazido por uma testemunha.

Daniela, Fernanda e Marco Antonio trabalharam como operadores de caixa, respectivamente, nas filiais de Bangu, Nova Iguaçu e Pavuna de um grande supermercado. Embora fosse um mesmo empregador, a experiência vivida por cada um deles foi totalmente distinta. Infelizmente, por conta de um contratempo familiar, Fernanda não pôde relatar-nos

seu dia de campo, que descobrimos um pouco por conta das interseções com as narrativas dos demais ou pelos relatos por ela previamente compartilhados com alguns membros do grupo.

Por sua vez, Daniela contou-nos que a experiência foi muito marcante, pois aquela era a primeira vez em dezesseis anos que se via em um lugar diferente do seu. Essa sensação de estar fora do lugar seria, aliás, realçada pelo desconhecimento da localização do lugar de seu treinamento, o que proporcionou chegar atrasada, engendrando a reflexão de que o atraso é um privilégio de classe. Como o treinamento foi efetuado pelos três em conjunto, ela descreveu um forte contraste nas percepções de uns para com os outros: enquanto os trejeitos, a indumentária e os códigos sociais dos juízes que ali estavam incógnitos pareciam denunciar um retrocesso profissional, as falas e manifestações dos demais participantes sugeriam que ali todos eram privilegiados, pois tinham emprego em plena crise e, melhor ainda, com a possibilidade de crescer ainda mais nos seus trabalhos. Operador de caixa de supermercado representaria, além disso, uma progressão profissional para aqueles que ali estavam e que já tinham no passado sido operadores de caixa em casa lotérica ou restaurante. Na filial, ela foi uma das onze caixas do turno da manhã, o que teria proporcionado um ambiente hostil com as colegas. Na apresentação, uma fina ironia de sua superiora realçava que ela não tinha experiência, mas estava iniciando no turno da manhã. Era como se ela fosse culpada de uma intrusão precoce em um espaço que necessita ser conquistado sem que nenhuma das colegas dirigisse seu inconformismo ao empregador. Aquilo representou uma pressão ainda mais intensa para um trabalho que consistia em passar o código de barras dos produtos, verificar se havia concordância entre o código e o produto e avisar a prevenção de furto quando o cliente está comprando muita bebida e/ou carne,

preocupando-se ainda em manter o caixa sempre com troco, anotar os pagamentos de cartão em planilha própria e manter a esteira por onde passam os produtos permanentemente limpa. De tempos em tempos, é feita a sangria do caixa, quando as notas mais altas são recolhidas. Como se tudo isso não fosse suficiente, era preciso ainda conhecer os códigos dos alimentos que são pesados, o que ensejava uma dupla dificuldade: conhecer os códigos, mas também identificar o alimento. Distinguir coentro de salsa e identificar o alho-poró foram circunstâncias que permitiram o desenvolvimento de uma cumplicidade mínima no trabalho. No fim do dia, o caixa é contabilizado em uma máquina de contagem de dinheiro, o que gera uma enorme tensão, em virtude da possibilidade de recusa da nota. Para evitar esse problema, os caixas procuram desvencilhar-se das notas mais velhas que correm o risco da recusa. Parte importante da experiência é o contato com o público, as interações com os passantes da fila, que proporcionam confidências a jato, trocas efêmeras. No fim das contas, Daniela apresentou-nos um balanço intenso ao descrever a experiência como um tapa na cara, como um deslocamento para fora de uma zona de conforto, que, ao fim do dia, é acompanhado por um sentimento de alívio com o encerramento do trabalho, muito parecido com o que ela sentia quando deixava a carceragem no exercício da advocacia criminal.

Marco Antonio chegou atrasado tanto para o treinamento quanto para o dia de trabalho. O primeiro atraso teria sido proporcionado pela leitura equivocada do aplicativo *Waze*, utilizado por ele, Daniela e Fernanda para chegarem à empresa, ao passo que o segundo decorreu de um erro de cálculo quanto ao tempo necessário para chegar de metrô à filial da Pavuna. A tensão proporcionada pelo atraso ampliou a sensação de ausência de pertencimento àquele espaço profissional, exigindo um esforço maior de integração. Nervoso, ele descreveu como foi se atrapalhando com

a fila, com a demora em realizar seu trabalho, com a possibilidade de erro no cumprimento de suas tarefas, que eram idênticas às realizadas por Daniela. Ao longo da manhã de trabalho, sua ansiedade foi sendo denunciada pela intensa transpiração, o que ensejou muitas recomendações de calma e tranquilidade por parte de colegas e até mesmo de clientes. Nessas falas, havia uma enorme cumplicidade de quem desejava seu sucesso no trabalho. Marco Antonio disse-nos que a experiência tinha sido profundamente impactante, pois, na qualidade de magistrados, não estamos acostumados a ser contestados. No trabalho por ele empreendido, as possíveis altercações eram continuamente negociadas, porém sem a autoridade que o cargo nos proporciona, o que se transformou em um exaustivo exercício. A porta por ele escolhida para facilitar a negociação consistia em começar já pedindo desculpas pelo eventual erro. Não estranha, portanto, que ele diga ter chegado ao final do dia exausto, como se tivesse levado uma surra. Cumprindo um trabalho repetitivo, estressante e desvalorizado, ele relatou uma sensação de humilhação social que provavelmente ganharia contornos diferentes em outras áreas da cidade. Talvez mais importante tenha sido sua tentativa de transladar essa percepção para as relações que estabelecemos no âmbito da magistratura, onde as hierarquias são mais difusas e pouco perceptíveis, e as negociações mais improváveis.

Trabalhar como gari foi uma experiência compartilhada por três magistrados: Anelise e Marcelo, que trabalharam na varrição pública, e eu mesmo, que fui designado para a limpeza hospitalar no Hospital Municipal Souza Aguiar. Anelise não esteve presente no encontro de retorno, o que nos impediu de ouvir sua narrativa. Como minha experiência foi compartilhada pelo Fernando, fomos apenas dois juízes a narrar diferentes vivências como gari, que, embora distintas, tinham alguns traços comuns.

De fato, Marcelo trabalhou (junto com Anelise) na varrição pública na Praça Nelson Mandela em Botafogo. Ali, ele limpou as ruas por longas sete horas realizando um trabalho intensamente físico, que produz uma fadiga corporal gigantesca. Ele nos disse que o trabalho é extremamente solitário, com pouca ou quase nenhuma interação com empregados da Comlurb. Nas poucas vezes em que ela ocorreu, a indagação *você é de qual concurso?* funcionava como porta de entrada para toda conversa, ainda que proporcionasse uma enorme dificuldade de resposta. Como regra, todos os garis foram sempre muito afáveis e acolhedores. Por outro lado, ele descreveu uma prazerosa e mais intensa interação com os transeuntes: pessoas que lhe desejavam bom dia, que cumprimentavam e pediam orientação de ruas. Aparentemente, uma possível estadia perene nesse mesmo local de trabalho proporcionaria quase uma vida de bairro. Essa interação deu-se ainda ao pedir água no comércio local e possivelmente ocorreria diante de eventual necessidade de utilização de banheiro, o que ali não acontecia, pois os garis da praça utilizavam o banheiro da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Na sua descrição, o dia foi longo e marcado pela advertência feita por um colega: *não é para arear, não!* Em outras palavras, o trabalho é inconclusivo, contínuo e repetitivo, sendo certo que, no dia seguinte, haverá ainda lixo a ser recolhido. Não dá, portanto, para recolher as guimbas de cigarro largadas nos canteiros da praça. Perfeição seria humildemente reconhecer que o trabalho é permanente e estará lá, dia após dia, esperando para ser realizado.

No hospital, onde trabalhei com o Fernando, o drama não dizia respeito à forma de arear o objeto de limpeza, mas à capacidade de limpar espaços sem ralo. De fato, quando o primeiro balde de água foi jogado na sala sem ralo e fez-se uma gigantesca poça, imaginei que passaria ali o dia inteiro para conseguir enxugar e limpar aquele espaço. Era sem

contar com a destreza dos colegas que, em poucos minutos, deixaram a sala seca e absolutamente limpa. Na verdade, esta foi apenas uma das muitas experiências pelas quais passei ao longo do dia, que parecia não ter fim. Mesmo assim, três aspectos se reproduziram de forma mais enfática e marcaram profundamente minha experiência. Marcadamente, o primeiro deles dizia respeito aos inúmeros questionamentos quanto ao ano de *meu* concurso. De fato, por mais de uma vez, fui perguntado qual era o ano de *meu* concurso, ou seja, todos queriam saber desde quando eu trabalhava na Comlurb. Desconversei em todas as ocasiões, como se estivesse negando meu pertencimento. Embora estivesse fazendo um esforço para pertencer, minha resposta era sempre evasiva, como se eu não tivesse uma porta de entrada legítima para pertencer àquele grupo. O segundo aspecto é que aquele grupo portava um símbolo distintivo, o uniforme azul da Comlurb. O esquisito era que eu e Fernando, além de alguns outros poucos garis, portávamos o *laranjinha*, isto é, o uniforme padrão da empresa. Aquilo produzia simultaneamente uma diferenciação para fora – éramos diferentes dos demais trabalhadores do hospital – além de uma distinção para dentro – éramos também diferentes dos garis que trabalhavam dentro do hospital. Quando descobrimos que os garis com uniforme laranja quase sempre estavam regressando de algum tipo de licença, compartilharam conosco a percepção de alguns deles consoante a qual um de nós estaria a regressar de uma licença médica decorrente de algum problema físico, enquanto o outro deveria ter tido alta de uma licença psiquiátrica. Finalmente, o terceiro aspecto dizia respeito às linguagens não verbais que denunciam nossas condições de classe. Da mesma forma que uma gari do setor da pediatria disse para o Fernando que não bastava botar o uniforme para ser gari, minha supervisora disse-me desconfiar de que algo estava errado, pois eu falava muito baixo, muito

educadamente para um gari. Era frustrante reconhecer que o signo social dessa distinção era imperceptível para mim, embora fosse evidente para minha supervisora. Em outras palavras, o que para mim parecia um sinal de boa educação, era para o grupo interpretado como um sinal de distinção social que me colocava em outro lugar e diminuía minhas possibilidades de um pertencimento diferente. No fundo, queremos sempre pertencer, sem necessariamente saber que o pertencimento não é apenas um ato volitivo, mas algo que incorpora dimensões ocultas, além de deitar raízes na práxis.

Natália trabalhou como auxiliar de limpeza no shopping *Rio Design Barra* na Barra da Tijuca, cumprindo uma sessão prévia de treinamento na empresa em Triagem. Locomoção foi para ela uma grande dificuldade, tanto para o treinamento quanto para o dia de trabalho. Com efeito, ela contou-nos o desencontro com Calebe por ocasião do treinamento, quando ele ficou esperando-a na estação do metrô de Triagem, enquanto ela estava na empresa procurando o setor de triagem. No dia de trabalho, embora não tenha havido desencontro, o deslocamento para a Barra também foi impactante, pois ele possibilitou um olhar atento sobre uma vida profissional que se desenvolve em um horário improvável para sua rotina de juíza. Em sua narrativa, as referências geográficas da cidade são muito importantes. Nesse sentido, ao dizer que morava em Copacabana, foi identificada por uma colega de trabalho como alguém rica. Assim como Cléa, ela nos disse também que, à tarde, o cansaço toma conta do corpo e enrola-se até o fim do expediente. A dimensão mais impactante de sua experiência deu-se na interação com as colegas, que tinham o banheiro do shopping como um espaço privilegiado. Na verdade, ele revelou-se um espaço catalisador, onde elas trocam confidências, fazem reclamações e compartilham alegrias. Essa cumplicidade, disse-nos ela, teria sido

rompida quando, no fim do dia, ela revelou sua condição de magistrada. Na sua interpretação, ao desvendar sua identidade, teria ocorrido uma quebra de confiança que fora lentamente construída ao longo da experiência. Outra leitura sugere que a revelação produziu mais dúvida sobre quem ela seria, já que os colegas passaram o dia inteiro tentando compreender o que Natália estaria fazendo ali. Entre a auxiliar de limpeza que compartilhou segredos no banheiro e a magistrada desvendada ao final do dia, teria talvez se estabelecido um gradiente identitário que transformou aquela interação em algo quase incompreensível. Mesmo assim, Natália disse guardar uma ótima lembrança de sua experiência e das interações havidas com suas colegas de trabalho.

Raquel queria ter uma experiência de jardineira, mas, obra do acaso, acabou exercendo a função de copeira no TJ/RJ, o que trouxe uma angústia diferente ao seu dia de campo. De fato, a imersão para ela proposta impunha uma navegação improvável, mediante uma explícita passagem para uma situação subalterna em que estaria servindo pares profissionais, ou seja, outros magistrados. Essa circunstância gerou, inclusive, uma inesperada dificuldade, pois seu ingresso no local de trabalho exigiu uma autorização do presidente do TJ/RJ, que chegou a oferecer um gabinete e alguns servidores para atendê-la ao longo do dia. Naturalmente, na medida em que a oferta inviabilizava a experiência, ela foi recusada. Com a autorização fornecida, ao apresentar-se para trabalhar, Raquel viu sua angústia aumentar quando seu chefe explicou-lhe o trabalho, indicando que ele era difícil e que era proibido errar, pois estavam ali para servir juízes e desembargadores, os quais sempre têm razão. Entre as recomendações, ele enfatizava que nada podia ser quebrado e que não podia errar qualquer pedido. Ao atender ao telefone, era preciso se apresentar, dizer bom dia ou boa tarde, e concluir a saudação dizendo

*ao seu dispor*. A angústia era tanta que, na hora do almoço, ela sentiu-se desorientada nas ruas do Centro e terminou fazendo um rápido lanche no *Megamatte*. No fundo, ela parecia perceber que a pressão não decorria do trabalho em si, mas da responsabilidade imposta pelo público atendido: magistrados, como ela. O deslocamento simultaneamente espacial e social era enorme para ser suportado sem qualquer angústia. No retorno do almoço, ao conversar com seus colegas, ela ouviu narrativas de longevidade profissional, com alguns trabalhando ali há dez, vinte anos, com trocas sucessivas de empresas terceirizadas. Ouviu ainda um dos colegas sugerir-lhe que estudasse, pois não havia futuro naquele trabalho. No fim das contas, ela disse-nos que o trabalho – que consistia em fazer café e sanduíches, atender ao telefone, lavar e guardar a louça e servir os gabinetes – não era tão difícil, mas ainda assim o estresse era uma dimensão quase onipresente, seja em função do fosso existente entre aqueles empregados e o mundo judiciário, seja em função da crise econômica e dos reiterados atrasos salariais e ameaças de dispensa que ela engendra. Foi realmente impactante ouvir Raquel contar-nos que, ao cabo daquela experiência, para a qual imaginava estar absolutamente pronta, ela deu-se conta de que nenhum de nós jamais esteve pronto e de que muitas das certezas que possuímos desmancham-se no ar com uma velocidade estrondosa, possivelmente porque nunca tiveram a solidez que imaginávamos que elas tivessem.

## EPÍLOGO

O exame cruzado das diferentes experiências trouxe visibilidade para algumas questões relacionadas com o tempo, o corpo e os símbolos de pertencimento. De fato, o tempo é uma unidade apropriada de forma

muito particular em cada um dos trabalhos realizados. Cléa descreveu as escolhas feitas pelo vigilante em função do tempo dispendido no trânsito, enquanto Amanda relatou-nos o dia entrecortado do motorista que com ela trabalhou para poder minimamente aproveitar seu espaço familiar. Tanto no ônibus quanto no supermercado, houve um profundo estranhamento pelos novos *empregados* estarem tendo a oportunidade de começar pelo turno da manhã, o que seria, na verdade, uma conquista decorrente da antiguidade na empresa. Essa dimensão do tempo é claramente esquecida quando ela é traduzida em processos trabalhistas nos quais o debate gira exclusivamente em torno do tempo apropriado do empregado e sua correspondente remuneração como hora extra. Nas diferentes narrativas, verifica-se que o tempo é uma complexa dimensão da subjetividade do trabalhador, que se vê obrigado a fazer escolhas para melhor vivenciar as demais circunstâncias de sua vida privada. Como magistrados, somos senhores de nossos tempos, o que ratifica a percepção expressa por Daniela de que o atraso é um privilégio de classe. O tempo é, portanto, uma dimensão distintiva relacionada com nossas formas de apropriação de suas diferentes dimensões.

Por sua vez, a domesticação do corpo é outra importante dimensão do trabalho vivenciado pelos participantes do projeto. Não se trata, tão somente, do uso do uniforme e da homogeneização que ele proporciona. Aliás, uma interessante correlação com o uso da toga foi construída durante os debates. De fato, ela não só traduz um simbolismo da justiça, mas ela amalgama os juízes em um só corpo, que perde suas individualidades. Mas a domesticação é muito mais contundente ao disciplinar o corpo em torno de uma ideia de asseio que reprime barbas e cabelos compridos, assim como decotes e possíveis escolhas extravagantes pautadas por trejeitos sensuais. O preto da toga, o azul do uniforme dos garis do hospital, o

laranja dos garis da varrição pública, o verde dos cobradores de ônibus, enfim, os diferentes símbolos de pertencimento marcam uma oposição entre dentro e fora, entre envolvimento e distanciamento, entre sujeição e autonomia que extrapola o mundo do trabalho. Pertencer envolve, portanto, uma compreensão de si e de seu lugar no mundo, cuja visibilidade só nos é desvendada pelo deslocamento e/ou pelo afastamento dos lugares que *naturalmente* ocupamos no mundo. Em outras palavras, conquanto nos trabalhos experimentados a domesticação possa estar vinculada à construção de uma estética coerente com a subalternidade, na medida em que a discussão seja ampliada para pensar o próprio cotidiano da magistratura, constata-se que ela é mais complexa e envolve a constituição de diferentes signos sobre o espaço que cada um de nós ocupa no mundo do trabalho e na própria sociedade. Invadimos o mundo alheio repletos de certezas e convencidos de que éramos aqueles que tínhamos menos necessidade de participar do projeto. Entretanto, dele saímos convencidos de que não há quem não possa aproveitar as descobertas que essa mesma experiência possa proporcionar.

O compartilhamento do retorno foi para muitos de nós mais que um dia. Foi um momento que em muito extrapolou a descrição densa dos fatos. Na verdade, o encontro do retorno traduziu-se em um longo dia, interrompido apenas na hora do almoço, quando saímos todos juntos para comer. Foram necessárias duas viagens de elevador para reunirmos todos no saguão do Fórum. Marchamos pela rua em direção ao restaurante como se fôssemos um exército Brancaleone com seus uniformes de trabalho. Exalávamos a certeza da vitória, da conquista, a convicção de termos vivido uma experiência única, embora não tivéssemos, em tempo algum, deixado de ser *doutores*. Nossos uniformes apenas acentuavam o desencaixe proporcionado pela experiência. Alguns passantes nos olhavam com um

espanto que se reproduziu, de forma quase hiperbólica, ao entrarmos no restaurante a quilo nas proximidades do tribunal. Naturalizando nossos uniformes, agíamos como se nossa presença ali fosse rotineira, o que era, na verdade, o meu caso. Naturalizando a situação, a fantasia era a de que não éramos vistos. Essa falsa impressão seria rompida ao sentarmos ao lado de outros funcionários do tribunal, que, em um primeiro momento, entretanto, não chegamos a cumprimentar. Foram necessários alguns minutos para que eles tomassem a iniciativa, rompessem o silêncio e conosco falassem. Afinal, tínhamos sido reconhecidos independentemente de nossos uniformes. O chamado à realidade era, sem dúvida, contundente. Embriagados pela experiência, imaginávamo-nos ter incorporado, por meio de nossos uniformes, a pele do Outro, sem, contudo, darmos conta da perenidade de nossos maneirismos. No jogo de luz e sombra que aquele encontro no subsolo do restaurante proporcionava, a hesitação em torno do cumprimento indicava que nunca chegamos a penetrar na escuridão. Apenas tínhamos resvalado em seu conteúdo, tangenciado o mundo das sombras. O esforço para iluminar o restante do palco haveria de ser muito maior, e provavelmente impossível na curta duração de uma experiência inesquecível.

## **Nota ao leitor**

Nos doze diários, embora tenham sido utilizados os nomes verdadeiros de alguns familiares dos magistrados, todos os demais nomes foram alterados para preservar sua identidade.

Todas as opiniões expressas nos doze diários são de responsabilidade dos autores e não correspondem necessariamente à opinião institucional da Escola Judicial e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região nem tampouco expressam uma manifestação jurisdicional sobre empregados e empregadores.

## Amanda Diniz Silveira

Até o início de minha adolescência, morei em um bairro nobre na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Estudei em uma das melhores escolas da região, cujos alunos tinham padrão de vida superior ao meu: para eles, férias na *Disneylândia* era fato bem comum. Meus pais se esforçavam para me dar uma educação de qualidade.

Aos 13 anos, mudamos para o bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Passei a estudar em uma escola frequentada por estudantes menos abastados. Continuei me relacionando muito bem com os colegas de escola, mas agora eram eles que não tinham condições financeiras para desfrutar as mesmas opções de lazer que eu: ir ao cinema, por exemplo, nem sempre era possível. Foi um choque de realidade para mim – fundamental para minha formação como pessoa – pois passei a conviver com sujeitos que enfrentavam dificuldades cotidianas que eu própria desconhecia.

Nessa época, utilizar transporte público era um hábito em minha vida, algo que mantenho até hoje, muito embora, já há algum tempo, possa optar por fazer uso de meu próprio veículo.

Após três anos de estudos intensos e muita renúncia, fui aprovada em concurso para juíza do trabalho e, desde então, venho atuando neste cargo.

Dentro de nossa rotina na magistratura, através da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (EJ1), é possível vincular-se aos cursos de aperfeiçoamento. Chamou-me a atenção a oportunidade de – ainda que apenas por um dia – trabalhar como cobradora em um ônibus. Tendo atuado como advogada de empresas de transporte coletivo, e tendo também a experiência frequente como passageira, apresentou-se neste universo algo de fato novo para mim.

Após ser selecionada pela EJ1, fui submetida a um treinamento, atividade ministrada na empresa para potenciais futuros funcionários. Durante oito horas, na própria garagem da instituição (no Município de São João de Meriti), fomos ensinados a operar os equipamentos para leitura de vale transporte e orientados sobre relacionamentos no tempo do expediente: com os passageiros, com os demais colegas de trabalho e, claro, com os superiores hierárquicos.

Um colega de magistratura, que também seria cobrador de ônibus por um dia, esteve presente. O objetivo, desde o treinamento até o final do dia de trabalho, era manter sigilo sobre nossa condição profissional. Bastaria se omitir na identificação? Ou seria preciso tentar incorporar a postura do trabalhador e chamar o mínimo de atenção possível, a fim de que ninguém desconfiasse?

Fomos informados sobre normas da empresa, códigos de conduta, regras para a vestimenta (decotes, ornamentos, etc.) e uso do uniforme. Também divulgaram os procedimentos do empregador em caso de faltas injustificadas ao trabalho, e comentaram acerca da proibição em professar qualquer tipo de fé no ambiente de trabalho. Na sequência, enfatizaram uma bilateralidade um tanto curiosa: se fôssemos bons profissionais para a empresa, a empresa seria boa empregadora para os funcionários. Fato é que alguns condutores, responsáveis por pequenas avarias no veículo, disseram-se isentos de cobrança, justamente, por serem funcionários assíduos e seguidores das demais regras de conduta exigidas.

Fui informada de que deveria me apresentar às 04h50 da manhã para dar início ao meu dia de trabalho. Devidamente uniformizada, contei com um amigo para me conduzir do Leblon até São de João de Meriti. O longo trajeto, nesse horário da madrugada, facilmente seria recusado por taxistas e motoristas contatados via aplicativos.

Cheguei à garagem às 04h30. Era a mesma na qual havia feito o treinamento, mas a visão que tive foi completamente diferente. Em razão do horário no primeiro dia, percebi uma garagem grande (capacidade para aproximadamente 70 ônibus) praticamente vazia, já que os funcionários do primeiro turno já estavam nas ruas. No dia de trabalho, deparei-me com um ambiente denso, repleto de trabalhadores: motoristas, cobradores, despachantes, fiscais, etc. e um número impressionante de ônibus indo e vindo. O resto da cidade dormia, mas ali já havia trabalho intenso.

Apresentei-me ao despachante designado, e ele perguntou se eu gostaria de tomar café. Ele me encaminhou ao refeitório que havia dentro da própria garagem, local com capacidade para aproximadamente 80 pessoas. Muitos trabalhadores estavam ali, em meio ao café e conversas.

A empresa oferece pão feito no dia, manteiga, café, leite e água. A manteiga fica nas mesas, para ser usada coletivamente, em grandes potes onde todos podem se servir. Peguei um pão e coloquei em uma bandeja. Não havia pratos. Também me servi de café (apesar de eu não gostar da bebida, era melhor do que tomar água pra acompanhar o pão). A bebida tradicional também poderia me facilitar alguma interação com os demais.

Na mesa em que fiquei estava também Tatiana, motorista. Ela me abordou, aparentemente curiosa, afirmando nunca ter me visto por ali. Apresentei-me, informando que era meu primeiro dia. Conversamos sobre a rotina da labuta. Um fiscal, Eduardo, juntou-se a nós. Tatiana declarou não se tratar de uma empresa perfeita, mas, ainda assim, um bom local para se trabalhar. Talvez isso explique a relativa longevidade de alguns ali. Ao final do café, os funcionários jogavam os farelos de pão em um cesto de lixo, e deixavam as bandejas empilhadas em local apropriado. Também havia um imenso bebedouro com quatro bicas, destinadas aos funcionários para que pudessem abastecer suas garrafas. Antes de sair

de casa, até considerei levar uma, pois já percebi muitos motoristas e cobradores usando. Certamente não esqueceria (em uma segunda oportunidade), pois senti sede boa parte do tempo durante a jornada de trabalho. Esperar chegar ao ponto final para encontrar o bebedouro era sempre um sufoco.

Encerrado o café, apresentei-me novamente ao despachante. Ele informou que Daniel, o motorista, já me aguardava no coletivo. Entregou-me a guia ministerial (controle de ponto) para que eu repassasse ao condutor, recomendando que não me esquecesse de assinar o documento, sob pena de não ter o dia de trabalho pago.

Por fim, perguntou se eu havia levado troco para as passagens. Fiquei pasma! Que pergunta era aquela? Respondi negativamente, sem hesitação. Nada disso havia sido explicado no treinamento.

Fui apresentada ao Daniel, gentil e educado, que se prontificou a me emprestar vinte reais, em moedas e notas de dois reais. Tranquilizou-me sobre a questão do troco, afirmando que na primeira viagem da manhã o maior contingente é de trabalhadores em marcha para o trabalho, e que costumam (em sua grande maioria) utilizar dinheiro já trocado. Também me orientou a ter em mãos – sempre – cerca de vinte reais a cada dia de trabalho, no intuito de facilitar a circulação do troco.

Partimos da garagem diretamente até um dos pontos finais da linha, na rodoviária de Duque de Caxias. Neste trajeto, o letreiro do coletivo indicava *garagem*, e não paramos para passageiros. Na rodoviária, Daniel alterou a indicação para o nome original da linha.

A primeira viagem transcorreu com tranquilidade e não tive dificuldades com o troco, com o manuseio do *RioCard* (gratuidades) ou mesmo para liberar a roleta. Logo no caminho da garagem ao ponto final, e no início da primeira viagem, senti desconforto pelo balanço da cadeira do cobrador.

Mal parafusada, e com a lataria do ônibus batendo constantemente nos buracos, aquilo me preocupou. Contudo, da metade da primeira viagem em diante, já não me incomodava mais como antes. Suponho que a preocupação em executar com perfeição aquele inédito ofício teria me distraído do infortúnio sonoro. Mas como se sentem aqueles que ali estão diariamente por, no mínimo, oito horas?

A primeira viagem completa foi muito rápida. Cerca de 40 minutos foi tempo suficiente para concluir o roteiro. A ausência de trânsito de veículos naquele horário teria sido decisiva. Linha 136 – de Nova Iguaçu até a Rodoviária de Duque de Caxias – passando por Coelho Neto, Belford Roxo e Vilar dos Teles. Coletivo repleto de trabalhadores. A segunda viagem consumiu impressionantes 80 minutos!

Nos locais por onde passei, constatei como o Estado realmente é omissivo. Ruas mal conservadas e esburacadas. Ausência de calçadas! Ligações elétricas estapafúrdias. Também constatei milhares de anúncios de cunho religioso – desde igrejas variadas até um tal de *pai Celso do diabo* – ou convidando para apresentações musicais: pagode, sertanejo e funk. Reparei nas infinitas igrejas. Comecei a imaginar se isso confirmaria a máxima de Karl Marx – *a religião é o ópio do povo* – e se a população pobre, abandonada à própria sorte, buscaria algum consolo desta forma.

Daniel era cuidadoso e bem hábil. Impressionante como ele dirigia com extrema eficiência! Ruas estreitas e repletas de buracos e depressões não pareciam lhe impor maiores dificuldades. Mesmo curvas demais angulosas ele acertava na primeira tentativa, sem que precisasse recorrer às manobras auxiliares.

Alguns passageiros passavam mudos. Era como se eu não estivesse ali. Estranha sensação. De outros, eu ouvia um *bom dia* protocolar, sem que me olhassem nos olhos. Mas muitos também – esses eram um sopro de

vida – passavam sorrindo, me olhando e cumprimentando com energia. Algumas pessoas – pouquíssimas – iniciavam conversa e mantinham o diálogo durante toda a viagem. Nesses momentos, era como se pudesse esquecer que estava ali trabalhando.

No total de minha jornada, foram duas viagens e meia. Ao final, recolhemos o ônibus para a garagem desde o terminal de Nova Iguaçu. Ao longo do dia eu levava cada vez mais tempo entre uma viagem e outra, em razão da movimentação de carros que só aumentava.

Nos pontos finais (e não nos pontos intermediários), o motorista verificava o celular. Em uma dessas vezes até me mostrou – orgulhoso – um vídeo da sua filhinha de dois anos, dançando em frente à TV. Recebera o vídeo da sogra, que cuidava da menina enquanto ele e a esposa trabalhavam (eles intercalam a responsabilidade de buscá-la ao fim do expediente). Ele ria satisfeito, sentindo sua filha feliz e bem cuidada.

Daniel estava preocupado comigo e – durante a jornada – orientou-me a guardar o dinheiro no bolso de trás da calça (ou dentro da meia), especialmente quando começasse a acumular uma grande soma de cédulas na roleta.

No ponto final de Nova Iguaçu, reparei que os motoristas conversam muito entre si, ou se isolam para ler o jornal *O Povo*. Havia banheiro próprio da empresa, precário, mas limpo. Também havia bebedouro exclusivo. Na rodoviária de Duque de Caxias, a parada não durava sequer cinco minutos. Havia somente o banheiro público. Água, apenas para quem comprasse em uma das muitas lanchonetes.

Em cada ponto final, tinha a obrigação de informar ao despachante o número marcado na roleta. Ele anotava. O dado refere-se à quantidade de passageiros transportados. Encerrada a última viagem, a guia ministerial foi fechada no ponto final de Nova Iguaçu. Em seguida, foi projetado que

demoraríamos 20 minutos no deslocamento entre o ponto e a garagem, mas esse percurso durou 35 minutos. No trajeto, outro condutor subiu no coletivo, mas apenas como passageiro. Cuidadoso, foi me orientando com procedimentos de devolução do ônibus, tais como deixar todas as janelas fechadas. Também recomendou fechar a máquina do *RioCard* quando estivesse chegando perto da empresa. Assim fiz.

Chegando à garagem, fui prestar contas, o que não teria levado mais de dez minutos. Estava liberada para ir para casa às 13h23. Fiquei na porta da empresa esperando o meu amigo. Nesse meio tempo, ainda conversei com alguns trabalhadores também de saída.

Ao fim do dia na prestação de contas, constatei que a maioria dos passageiros utiliza *RioCard*. Ao longo da jornada de aproximadamente oito horas, transportamos em torno de 200 pessoas.

O motorista Daniel trabalha há vários anos na empresa. Suponho que seu cotidiano seja exaustivo, bem mais desgastante do que a atividade de cobrador. Além de manobras e da condução em si, todo o cansaço mental de quem precisa ter atenção extrema ao trânsito.

Não senti fadiga em nenhum momento. Apenas à tarde, um pouco de sono, talvez em razão do horário no qual precisei acordar. Daniel relatou que normalmente trabalha naquele turno. Reside em Bangu e acorda às 03h30. Chega à empresa às 04h50. Deixa o trabalho por volta de 13h00, quando retorna para casa e dorme até 17h00. Levanta, convive com a família e volta a dormir por volta das 22h00. Pela descrição de Daniel, suponho que o fato de acordar ainda pela madrugada faz com que o ritmo biológico do condutor esteja profundamente afetado. Caso contrário, não estaria obrigado a parcelar seu descanso de forma aritmeticamente tão equilibrada em quantidade de horas. Isto é, a rotina de despertar em momento que o organismo não reconhece como natural, provavelmente,

cria desajustes em sua dinâmica bioquímica – e ao longo dos anos tanto mais – o que acarreta, certamente, prejuízos nos índices hormonais e sanguíneos.

## Anelise Haase de Miranda

A experiência proposta começou antes do dia da atividade braçal. Desde quando soube que passaria um dia na varrição da cidade, observar garis em ação tornou-se quase uma constante. Imaginava como seria estar no lugar deles (ainda que em uma curta jornada) e observava os movimentos que faziam e como trabalhavam.

O que teria se passado antes, quando aparentemente não observava dessa forma tal atividade profissional?

Na véspera da empreitada em questão, passei por um breve treinamento. Naquele dia fomos muito bem recebidos por uma equipe da Comlurb, representantes que explanaram acerca dos diferentes tipos de varrição, conforme o logradouro e o lixo, as ferramentas e os equipamentos utilizados, como o gari deve ou não se posicionar nas vias a serem limpas. Foram destacados aspectos sobre segurança e prevenção de acidentes no trabalho.

No dia da vivência, cheguei ao local combinado às 06h40 da manhã. Imediatamente procurei o vestiário feminino. Neste trajeto, reparei que os sons originados do vestiário masculino se sobrepunham a todos os demais, especialmente se comparados ao silencioso espaço reservado às mulheres. Interessante a diversidade nesta paisagem sonora.

Troquei de roupa rapidamente, e me desloquei até o local onde se serviam de café. Neste caminho, conheci o Jimmy Willy que, muito cordialmente, já me apresentou aos demais colegas. Chegando ao espaço do café, não havia muita gente. Lugar pequeno, estreito e escuro. Do lado esquerdo, havia uma mesa encostada na parede. Sobre ela, pãezinhos (de massa fina, embalados em sacos plásticos), margarina, achocolatado (em embalagem longa vida), café e copos plásticos.

Os garis com quem me deparei pareciam ter um ritual próprio: apanhavam o saco de pãezinhos, um pouco de achocolatado (ou café) e rapidamente saíam. Peguei uns pães, passei margarina e sentei num banco corrido, próximo à mesa. Comi e bebi, solitária e observadora. Algo de minha infância me ocorreu, quando costumávamos comer em casa pães de leite parecidos com os que ali estavam.

O encarregado chegou, e logo indicou o local no qual deveríamos retirar as ferramentas. Um funcionário nos entregou vassoura, papão e *lutocar* (carrinho onde se coloca o lixo). Desde que cheguei, perguntaram por um número de matrícula. Não possuir tal identificação causava grande estranhamento. Tobias – o encarregado – ordenou o serviço e chamou Célio, pelo que entendi, gari experiente que nos acompanharia naquele dia.

Célio relatou ter 30 anos de serviços prestados à Comlurb em 62 anos de vida. Enalteceu a empresa, ressaltando a possibilidade de promoções. Ele prosseguiu, citando Dona Beth, fiscal, de corpo esguio e baixa estatura que acabara de passar por ali. A colega fez piada e disse que machucaria Célio se o flagrasse resistindo à labuta do dia.

Dona Beth tendo deixado o lugar, o gari referiu-se à superiora de forma curiosa, afirmando que ela teria ingressado na instituição em idade *já bichada*. Perguntei sobre a matemática de seu raciocínio. Célio, rápida e objetivamente, cravou: *por volta de 50*. E prosseguiu, afirmando que Dona Beth cursou faculdade e alcançou a posição de fiscal.

Ainda no início da varrição, Célio emendou outra conversa. Relatou a preferência pelo trabalho noturno, estabelecido na coleta de lixo no caminhão. Pareceu queixar-se quando, em meio à narrativa, contou jamais ter estado informado em tempo de ler os editais convocando os concursos internos visando outras funções, em especial administrativas.

Sobretudo, disse que se sentia muito cansado para estudar, e que o tempo livre mal era suficiente para recuperar o corpo esmagado e moído por todas as circunstâncias laborais.

Já durante a varrição, permaneci sozinha um bom tempo, observando como era varrer fazendo uso de vassoura grande, em logradouro público e movimentado. Entre vai e vem de automóveis e pedestres, reparei nos canteiros das árvores: um número inimaginável de restos de guimbas de cigarro cobria boa parte das raízes e terra. O esforço para limpar o local é desumano, obrigando o gari a abaixar o corpo e curvÁ-lo em demasia. Este contorcionismo por si só – e tendo que varrer primeiro as guimbas para os cantos, para depois tirar com o papão e a vassoura – poderia justificar sessões de fisioterapia. Colegas generosos ensinaram certas maneiras menos agressivas à coluna vertebral.

No exato momento em que eu varria um canteiro e tentava retirar os restos de guimbas de cigarro por entre as raízes da árvore, ouvi alguém perguntar se minha luva era nova. Interrompi a acrobacia. Olhei pra cima (eu estava agachada pegando o lixo!) e vi que era uma moça, sem uniforme, a me questionar. Respondi que sim, ainda que sem muita segurança sobre o assunto. Ela então se identificou, representante da CIPA, em deslocamento para um treinamento na Comlurb. Recomendou que eu não me abaixasse para pegar lixo. Tal capricho com a limpeza seria nocivo demais a mim mesma. Compreendia minha inexperiência e receio de advertências em começo de profissão, mas que a coluna vertebral de todo e qualquer sujeito ali empenhado logo revelaria graves e permanentes danos. Atitude de empatia, acolhimento e solidariedade, como ocorreu por várias vezes nesse dia. Atitude que também me faz questionar porque não são desenvolvidos equipamentos ergonômicos e estratégias de trabalho mais dignas. A opressão também se revela na técnica, como ensina Simone Weil.

Prossegui em direção à parte mais movimentada da Praça Nelson Mandela. Bem ao centro dela, Marcos, vendedor ambulante, falou:

*Esse emprego é show de bola. Valoriza!*

Contou-me que foi gari em 1988, mas não levava a atividade a sério. Sempre se atrasava para o serviço. A experiência durou apenas um mês. Saliu a pontualidade com que o salário é pago.

Minutos depois, em outro setor ali mesmo, estava o Gian Marlos, trajando o mesmo uniforme que eu, mas em cor diferente e com identificação de que era um prestador terceirizado. Ele fazia a varrição da área ao redor da UPA. Logo que nos cumprimentamos, ele quis saber quando seria o próximo concurso da Comlurb. Sua preocupação era, sobretudo, financeira: recebe o *salário seco*, não tem o vale-alimentação, tampouco plano de saúde. Depois, já nas imediações da Rua São Clemente, Carlo, empregado de outra terceirizada, enveredou-se pela mesma curiosidade.

O contato com os transeuntes reservou experiências agudas. De forma geral, fui abordada apenas em situações a fim de informar as pessoas acerca de nomes de ruas e adjacências. Verdade que alguns me cumprimentavam, especialmente jovens trajados de forma despojada e idosos, em grande número ali. Trabalhadores – como os autônomos que estavam na praça, por exemplo – eram especialmente cordiais. Houve quem, tendo percebido os campos de visão em convergência, logo desviou o olhar.

Um idoso me cumprimentou com *bom dia*, ao que eu respondi alegre. Na sequência, ele me perguntou se eu queria uma bala. Ganhei três, sabor café. Alguns dos que passavam e não olhavam, mesmo assim se afastavam para dar espaço para eu varrer; estes, eu poderia afirmar que respeitavam o raio de ação das minhas tarefas.

Fato curioso foi quando Marlos se deu conta de que eu estava com sede. Gripado, ele evitou compartilhar a garrafa que carregava consigo. No entanto, em instantes apareceu com uma exclusiva para mim. Talvez não soubesse, mas considerando que eu havia esquecido todo meu dinheiro em casa, naquele momento ele me salvou.

Passei a varrer o parquinho infantil, localizado bem ao centro da praça. Neste momento, acontecia uma aula de ginástica (aparentemente dirigida à terceira idade). Evento concorrido, com muitos participantes. Um grande número de crianças brincava por ali. Uma delas, sentada no balanço, olhou em minha direção fixamente, e por um tempo relativamente longo. Durante a longa jornada do dia, certamente foi quem pareceu me olhar por mais tempo, sem desviar a atenção.

Em outro momento, ventava muito. Nessas condições, uma densa cortina de poeira levantava. Umas duas ou três pessoas que passaram, fizeram comentários:

*Essa é a pior época do ano. O trabalho de vocês não vai render nada com esse vento, É como enxugar gelo...*

Percebi que o trabalho era absolutamente interminável. Nem tanto pelo vento, mas pela repetição insana do lixo: mais e mais pessoas passavam e continuavam jogando coisas ao chão, inclusive onde já havíamos varrido. Como descrever o sentimento daí derivado?

Instantes depois, enquanto eu varria e olhava para o chão, senti água caindo em meu braço. Um ônibus transitou por um trecho da rua no qual havia água acumulada. A consequência para mim foi desagradável. Uma senhora testemunhou o fato e balançou a cabeça negativamente. Empatia?

Na praça, havia uma poça grande de água escura. O líquido de cor asquerosa – nem é correto dizer água – estava bem próximo à entrada da estação do metrô Botafogo. Célio, ao recolher a mistura com o instrumento *papão*, comentou do risco daquela atividade, de exposição a inúmeras doenças.

Algo que me chamou muito a atenção foi a diversidade de coisas que as pessoas simplesmente dispensam ao chão. Além do trivial, cito exemplos: cabeça de plástico do personagem infantil *tartaruga ninja*, camisinha dentro da embalagem plástica já aberta, camisinha sem a embalagem, fezes de todos os tipos (consistentes ou não), garrafa de vidro (quebrada) de cachaça, diversos cacos de vidro, cascas de ovo, banana, pedaços de laranja e infinitos restos de guimbas de cigarros, papéis, jornais abertos no chão, cartão de visitas, copo de vidro deixado em cima do banco da praça, etc.

Após o almoço, voltando ao local de varrição, encontrei Célio e outros garis na esquina. Wilson, chamado por um apelido, contou que tem 32 anos de Comlurb e 52 de idade. Animou-se em me ensinar como colocar de forma mais rápida o saco de lixo dentro do *lutocar*, bem como retirá-lo, sem curvar tanto a coluna vertebral.

Enquanto varriamos, o papo com Célio se alongou. Afirmou que para ele a atividade de varrição é leve, pois já passou pela coleta no caminhão de lixo e pela coleta de entulho. Segundo ele, tarefas para homens. E não quaisquer homens, mas aqueles mais fortes e bem dispostos.

Percebi que a varrição requer atenção extrema para preservação da segurança contra acidentes, principalmente junto às sarjetas e, nesse caso, especial cuidado com os motociclistas, que em geral estão em alta velocidade e bem próximos às calçadas. Não há tempo de se desviar em caso de descuido. Em ruas estreitas, isso fica ainda mais evidente. Além

disso, coletivos indo e vindo trazem demasiada apreensão, especialmente próximos ao ponto de parada.

Em outras partes das vias, carros estacionados dificultam ou até impossibilitam a varrição da sarjeta, de modo que muito lixo fica acumulado nesses locais. O movimento para deslocar o lixo (que estava no papão e deve ser depositado no *lutocar*) também exige atenção para, ao fazê-lo, não contundir a coluna, ou fazer esse movimento um número de vezes maior do que o necessário.

Uns colegas da coleta desceram do caminhão, perto da calçada na qual eu estava. Dirigiram-se a mim, perguntando se eu era nova e em qual concurso eu havia ingressado. Ensinarão-me que minha varrição não estava bem adequada. Um deles gentilmente pegou minha vassoura e mostrou como fazer.

Após o dia da vivência, retornei ao mesmo local. Fui novamente muito bem recebida. Célio, encarregado que estive conosco, afirmou estar muito feliz com a visita e de saber sobre a imersão dos magistrados com os garis e com outros trabalhadores.

Quando lá cheguei, Tobias me acompanhou até a rua onde estava Célio. No caminho, comentou que atualmente é agente de limpeza, uma espécie de fiscal. Antes disso, foram quinze anos na coleta, mais três como gari. Finalmente, cumpriu a inscrição no edital para fiscal. Disse que ficava mais à vontade na coleta, onde a dinâmica exige mais do corpo e parece animá-lo.

Tobias contou que os garis são adorados nas comunidades pobres, na zona norte e em outras áreas do município. Quando estão por lá para um serviço, todos ficam felizes, convidam para um café, são gentis e cordiais. Segundo ele, na zona sul da cidade é diferente. Difícil até conseguir um copo de água. Comentou sobre o que chamou de preconceito, exceto a

atitude de alguns moradores que, ocasionalmente, quando precisam de um serviço específico, mudam de comportamento. Segundo ele, crianças adoram os garis. Gostam de vê-los pendurados no caminhão da coleta e admiram a cor laranja da roupa. Sobre o fedor na coleta, ele disse que no início era muito ruim, mas depois acabou se habituando.

Um último relato. Quando estava na varrição, bem ao centro da Praça Nelson Mandela, Seu Teobaldo, senhor de cabelos brancos que estava sentado, vendendo café, me abordou. Cordialmente, ofereceu-me um pouco da bebida. Informei que não contava com um centavo sequer. Ele enfatizou a gentileza, sem custo algum. Prosseguiu, mencionando a possibilidade de acrescentar leite, caso assim eu preferisse. Lamentou não poder oferecer o achocolatado, a bebida que primeiro se esgotou naquele dia.

Raramente o café faz parte do meu dia, mas, ante a inesperada gentileza – e para sentir o *gosto da solidariedade* – feliz, eu aceitei. O café estava doce e, como naquele momento com os pãezinhos do começo da manhã, recordei-me da infância. Seu Teobaldo e todos os garis que conheci naquele dia efetivaram firmes e incontestes demonstrações de solidariedade.

## Cléa Maria Carvalho do Couto

Cheguei ao posto de trabalho para o qual fui designada, no Ministério Público Estadual, exatamente às sete horas da manhã. Sua sede ocupa dois prédios, na Avenida Marechal Câmara, local pouco movimentado se comparado ao restante do centro da cidade. A edificação mais antiga, da década de 1960, ostenta uma portaria em mármore. Ao lado há uma escada de acesso aos andares, não muito larga. Depois, uma recepção lateral, detector de metais e três elevadores guiados por cabineiros. A construção mais moderna possui entrada bem mais espaçosa e escadas rolantes que levam ao subsolo; lá, os elevadores e toda a estrutura física de apoio aos empregados da Liderança: a administração, o vestiário, a sala do cartão de ponto e a copa.

Na portaria, apresentei-me ao segurança, rapaz jovem e muito simpático. Indiquei o nome do coordenador a quem eu deveria procurar. Ele pediu que eu aguardasse. Em cinco minutos veio a Lúcia, empregada da Liderança. Não sei bem qual era o cargo dela, mas certamente pertencia ao setor administrativo. Expliquei-lhe que era meu primeiro dia ali, e que eu deveria falar com o coordenador Sérgio, a quem fui levada.

Aguardei onde estavam três funcionárias da empresa. Nesta sala, além do cartão de ponto, havia três fileiras de cadeira longarina, com cinco lugares cada. Junto à parede oposta, duas fileiras idênticas. Tão logo cheguei, o coordenador deixou sua sala, anexa à primeira, e, muito educadamente, perguntou pelo meu crachá. Como não possuía esta identificação, ele solicitou minha carteira de identidade e voltou à sua sala. De lá, retornou com um crachá provisório confeccionado (sem foto) e o cartão de ponto. Sentei e aguardei por cerca de cinco minutos.

Assim que bati o cartão de ponto, Lúcia me conduziu até o vestiário, onde troquei minha roupa pelo uniforme. Saquei minha marmita da mochila. No refeitório, dentro da geladeira, acomodei minha comida junto às dos demais funcionários. Ainda no vestiário, em um armário cinza de aço, guardei minha mochila.

De volta à sala de espera, ouvi um trecho da conversa de três colegas – Tânia, Patrícia e Mônica. A primeira, uma mulata de olhos castanhos claros (quase verdes), moradora do município de São Gonçalo. Ela falava sobre o impasse de seu sobrinho, recentemente saído da prisão: ou permanecia recluso em sua própria casa, ou seria morto na rua. E prosseguiu, dizendo que estaria de férias em setembro e que não queria ter que ir a enterro algum neste período.

Patrícia falava de sua solidão e da rotina pendular casa-trabalho-casa, das atribuições domésticas, das filhas e da neta. Sem namorado, sem companhia, sem diversão. Casa-trabalho-casa. Contou do domingo de sua filha mais velha, *designer* de sobrancelhas e de vida financeira estável: foi passear com sua neta pelo Parque Lage, no nobre bairro do Jardim Botânico, na zona sul. Um lazer gratuito e muito agradável. Aos finais de semana, muitas famílias se encontram para piqueniques ali. Patrícia reside na Vila Kennedy, bairro pobre da zona oeste, criado em 1964 a fim de abrigar os moradores desalojados das favelas. Ela relatou nunca ter estado no Parque Lage e que, muito provavelmente, sequer teria condições financeiras para atravessar a cidade durante o dia de seu descanso semanal para ir até lá, o lado oposto da cidade.

Os cartões postais da Cidade Maravilhosa e suas lindas praias. A mundialmente famosa Copacabana e a badalada Ipanema, com suas lojas caras. O Jardim Botânico, com suas lindas palmeiras imperiais. A Lagoa Rodrigo de Freitas sob o Morro do Corcovado e o Cristo Redentor. O

glorioso Pão de Açúcar. Tudo totalmente oposto ao bairro de Vila Kennedy, lugar do descaso e morada da omissão do poder público. Percebo que as pessoas das classes pobres desconhecem alguns horizontes. Não podem se sentir incluídas em cenários diferentes dos seus. Aquele mundo, além das favelas e das periferias, não lhes é possível, ou pode ser sentido como proibido para eles. Não se permitem sequer tentar, sonhar, desejar. Deve ser resultado de gerações e gerações humilhadas e excluídas dos lugares públicos por excelência. Estas pessoas estão antecipadamente derrotadas pela alienação que lhes é conscientemente imposta. Submetidas propositalmente à extrema pobreza, despossuídas de armas para lutar por uma vida melhor. Não têm acesso à educação digna e cuidados com a saúde. Como poderiam se sentir dignos e incluídos nos bairros ricos?

Tânia e Mônica não possuem posto fixo de trabalho. Elas cobrem funcionários em férias ou licenças. A empregadora determina e lá vão as duas. Naquele dia estavam retornando, respectivamente, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e de Macaé. Foram liberadas do trabalho do dia. Tânia adorou seu posto no Tribunal de Justiça, e contou que ao fim de sua jornada recebeu gorjeta de alguns dos servidores públicos: o valor ofertado correspondeu à metade do seu salário!

O funcionário da Liderança que me treinou no TRT/RJ chegou. Ele nos cumprimentou individual e cordialmente e seguiu para a sala do coordenador. Antes de irem embora, veio minha designação: trabalhar sob a supervisão da Astrid. Tânia e Mônica, visivelmente satisfeitas, desejaram sorte e sucesso.

Astrid, muito simpática, pediu que eu a acompanhasse e iniciou a orientação sobre o que, onde e como fazer. Apresentou-me ao meu companheiro de trabalho, Sérgio, que também foi muito simpático e impressionou-me pelo porte físico avantajado.

Minhas tarefas consistiam em varrer, tirar o lixo e o pó, bem como limpar dois banheiros: feminino e masculino. Tudo isso restrito ao andar térreo do prédio do Ministério Público Estadual.

Ali, na recepção, trabalhavam duas moças (muito falantes) e dois vigilantes. O acesso aos três elevadores era ali pelo térreo, e um dos rapazes da segurança posicionava-se mais próximo aos elevadores, na porta de acesso ao porão. No andar superior ficava o setor de tecnologia da informação – atividade terceirizada – e havia uma sala equipada com um aparelho televisor, espaço em que ficavam os motoristas (provavelmente designados aos promotores, pois trabalhavam de terno). Também estava sob a nossa responsabilidade – minha e do Sérgio – o porão: local de armazenamento do material de limpeza e, também, onde ficava uma velha geladeira na qual os rapazes da vigilância acomodavam suas garrafas de água e suas marmitas. Também neste porão fica o tanque (onde foram lavados os panos de chão que utilizamos), e um dos banheiros, cuja limpeza era função minha.

Astrid entregou meu equipamento de proteção individual (EPI): dois pares de luvas (amarelas e verdes), um para a limpeza do chão, outro para superfícies elevadas; uma vassoura; uma pá de cabo longo, para que eu não precisasse me abaixar no recolhimento do lixo; um balde de plástico; um pano de chão (e dois panos pequenos, macios, para a limpeza das superfícies). As maçanetas não podem ser manuseadas com luvas e, desta forma, cada vez que eu abrisse uma porta deveria descalçá-las.

Varri todo o segundo andar e as escadarias – sempre utilizando um sinalizador de plástico amarelo a fim de evitar acidentes (como tropeções e quedas). Com um pano macio limpei o corrimão de mármore avermelhado e passei a varrer a recepção. Subi, bati à porta do banheiro masculino para me certificar de que não havia ninguém ali. Abri o sinalizador do lado

de fora, joguei um pouco de cloro nos três mictórios, no vaso sanitário e no chão. A cada vez que o banheiro era limpo – de hora em hora – eu deveria registrar em uma folha de papel afixada atrás da porta: o horário da execução e minha rubrica ao lado. Na sequência, Astrid deveria ir até o local, verificar a limpeza e também rubricar a tabela. Realizei este mesmo procedimento – rigorosamente – ao longo de todo o dia. Poucas tarefas poderiam ser mais repetitivas e mecânicas que aquela.

Ainda pela manhã, fiz a varredura dos dois andares mais uma vez. Uma das recepcionistas reclamou comigo, indicando que eu não deveria entrar na recepção tantas vezes. Objeção que não compreendi. Estava executando o serviço ordenado e, sobretudo, tornando o local de seu trabalho mais limpo e agradável. Talvez a minha presença estivesse perturbando a conversa dos três. Talvez ela quisesse ressaltar minha subalternidade ali.

Faltando quinze minutos para o meio-dia, Adriana ordenou que eu descesse para o intervalo. Seria feito um revezamento. Meu colega de andar almoçaria quando eu retornasse – ele era o responsável pela parte mais pesada do trabalho, como o recolhimento dos sacos de lixo. O refeitório – no subsolo do prédio ao lado – obriga-nos a uma peregrinação para alcançá-lo. Saí do prédio, descí as escadas rolantes, fui até a sala do cartão de ponto. Não encontrei meu cartão, mas a fim de não levantar suspeitas, simplesmente me dirigi ao refeitório, sem nada informar. Localizei minha marmitta e a aqueci em um dos três aparelhos de micro-ondas disponíveis. Escolhi uma mesa vazia, e logo recebi a companhia de três colegas. Perguntei se queriam privacidade, mas insistiram que eu ficasse já que a conversa não era particular. Senti-me acolhida pelo grupo. Todas haviam levado suas respectivas refeições, como eu. Reparei no cardápio escolhido, quase idêntico entre elas: basicamente macarrão, batata, arroz e linguiça. Jovens, bonitas, e vaidosas. Mas todas também

nada magras. Conversaram sobre seus passeios noturnos. Encerrada minha refeição, lavei minha marmita e fui para a sala do cartão de ponto. Fiquei sentada, como os demais, conversando. Adriana estava sentada à minha frente. A conversa era sobre família, mas surgiu uma notícia de arrepiar os cabelos: um estuprador teria escondido a vítima dentro de uma mala e, em seguida, teria a arremessado ao rio. Todos indignados, julgaram e condenaram o suspeito. Adriana foi almoçar e, chegado o meu horário, retornei ao posto de trabalho.

Fiz a limpeza do banheiro masculino – de hora em hora – até a chegada de dona Terezinha. Ela ordenou que eu limpasse as paredes abaixo do parapeito no andar superior. Tendo cumprido a tarefa, ela me conduziu à sala dos motoristas. O local estava bem cheio, o que a levou a me orientar para que aguardasse um momento mais tranquilo, por volta das 14h30.

Desci ao porão. Lavei os panos de chão no tanque e os coloquei para secar estendidos, da forma como foi possível. O cansaço me bateu forte. Os sapatos pesavam assustadoramente, de tão desconfortáveis. Hesitei, mas resolvi que me sentaria por uns instantes. Depois subi. A sala de TV ainda estava cheia. Fui ao encontro do meu companheiro de andar, e perguntei o que mais eu deveria fazer. Sua resposta:

*Agora é enrolar até a hora da saída. Vai lá fora, tira o lixo, desce no porão e descansa um pouco.*

Encostei-me ao parapeito e peguei o telefone celular. O companheiro advertiu:

*Se a fiscal te pegar vendo o celular, você é levada lá pra baixo e toma uma advertência. Guarda o celular.*

Em seguida, perguntou há quanto tempo eu estava na Liderança. Respondi que era o meu primeiro dia. Ele prosseguiu, contando que trabalha na empresa há três anos, mas que apenas recentemente havia assumido aquele posto. Confidenciou que no dia seguinte faria aniversário. Provavelmente sensível à minha fisionomia – evidenciando cansaço – ele insistiu que eu não desanimasse, que naquele momento minha função era aquela, mas que amanhã eu poderia melhorar profissionalmente, trabalhar atrás de uma mesa de escritório.

Assumi limpar o banheiro masculino novamente e, depois, repetindo também, varri o andar por completo. Às 14h30, a sala de TV ainda estava ocupada. Pedi licença, e todos saíram. Varri o local todo, que estava muito sujo. Quando saí, verifiquei que todos estavam aguardando que eu encerrasse a tarefa. Tão logo deixei a sala, entraram novamente.

Orientada por meu companheiro, desci ao porão outras duas vezes. Sentei um pouco. Por volta das 16h00, Dona Terezinha ordenou que eu recolhesse e trocasse todos os sacos de lixo. Quando um deles parecia impossível de ser retirado, ela me valeu com seu auxílio.

O rapaz vigilante, cujo posto ficava ao lado da entrada do porão, na lateral dos elevadores, abria a porta para eu acessar o local. Isso me liberava do transtorno de sacar as luvas o tempo todo. Ele contou da peregrinação de sua residência ao trabalho. Do bairro de Campo Grande ao centro da cidade são três horas. Para retornar, praticamente o mesmo tempo. Disse que no início trabalhava de segunda à sexta-feira, mas a exaustão no trânsito era tamanha, que solicitou alteração de jornada: 12 trabalhadas por 36 horas de recesso.

Durante o expediente, notei algo incrível: não havia água para bebermos! Bebi a água que estava em garrafa de refrigerante, reutilizada.

Também não havia copos! Todos bebem direto no gargalo. Desconheço a procedência da água. Mas a sede era muito intensa.

O horário determinado para a saída era às 16h45. Meia hora antes disso, Dona Terezinha ordenou que eu me dirigisse devagarinho ao vestiário. Pediu que me trocasse e que esperasse o momento exato de bater o cartão. Obedeci. Eu, de fato, estava muito cansada. Meu longo dia de trabalho – trabalho cansativo, trabalho repetitivo, sem criatividade – chegou ao fim.

A grande maioria das pessoas que trabalhavam ou circularam no prédio foram cordiais e gentis. Meus colegas de trabalho eram muito educados e simpáticos.

## Daniela Valle da Rocha Muller

O dia de treinamento começou bem cedo. Os ônibus pareciam fazer mais barulho que o comum, mas suponho que se tratava de ansiedade da minha parte. Acordei reflexiva, pensando em como os trabalhadores braçais normalmente saem muito cedo de suas residências.

A decisão em participar do projeto já foi mobilizadora mesmo antes do treinamento. Em dezesseis anos, será a primeira vez em que vou assumir, ainda que por um dia, uma atividade profissional totalmente diferente: operadora de caixa em um supermercado.

Meu primeiro desafio foi escolher uma roupa para o treinamento: deveria ser suficiente arrumada para uma ocasião importante, mas longe dos padrões *jurídicos*; uma roupa demasiadamente formal traria estranheza junto aos demais presentes. Optei por uma camiseta de malha (cinza e sem estampas ou detalhes), uma calça preta e um tênis nada sofisticado – na verdade, bem usado. Comecei a refletir sobre a quantidade de signos de classe – alguns ostensivos, outros nem tanto – que carregamos por aí sem que tenhamos consciência disso. Nossa condição social talvez apareça em cada mínimo detalhe, deliberadamente ou não.

Seguimos para o local indicado pela EJ1 – dois colegas magistrados e eu – orientados pelas informações de um aplicativo no celular. Estávamos com uma considerável antecedência em relação ao horário marcado. Contudo, o aplicativo nos encaminhou para um terreno baldio, e o que era antecedência rapidamente se transformou em atraso.

O conforto do carro particular, o sofisticado celular repleto de facilidades, a conexão com a internet em tempo integral, tudo isso apenas nos afastou do que pretendíamos vivenciar: a participação no processo

de treinamento em circunstâncias bastante similares às que encontram os trabalhadores sem qualificação técnica.

Primeira lição do dia: o mundo dos trabalhadores subalternos é regido pelos horários e itinerários dos transportes públicos. O trabalhador deve se precaver de atraso, o que, aliás, foi enfatizado diante de nosso ingresso com o processo já em curso.

Finalmente chegamos à sede do supermercado. O grupo ao qual nos juntamos era formado quase que na totalidade de negros e pardos. Além da cor da pele, as roupas e o vocabulário, o corte de cabelo e até o modo de falar já marcavam a enorme distância entre nós e nossos colegas temporários. Acredito que isso foi notado com estranheza pelos demais candidatos, embora não tenha sido dito expressamente.

Segunda lição do dia: os padrões da classe social à qual pertencemos saltam aos olhos, estão evidentes. Foi muito ingênuo considerar que os tons neutros e lisos nas vestimentas poderiam atenuar este efeito. Estamos marcados pela nossa classe social – todos nós, pobres e ricos – em muitos níveis, em muitas camadas concretas e simbólicas.

Conforme o treinamento avançou, fui percebendo o quanto era disputada aquela vaga para operadora de caixa. Ao contrário de nós (Fernanda, Marco e eu), todas as candidatas a operadora de caixa já possuíam experiência na função, ainda que fosse em restaurantes ou casas lotéricas. Compreendi que passar para o supermercado representava um avanço específico nessa categoria profissional. Curiosa a situação, pois os processos judiciais indicam baixíssimos salários e longas jornadas de trabalho para quem tem essa ocupação. Imaginei que a vantagem do supermercado talvez fosse pelos benefícios indiretos anunciados no treinamento: convênio médico e odontológico, convênio com instituições de ensino, etc.

Ninguém do nosso grupo de *brancos atrasados* possuía experiência anterior como caixa. Isso parece ter causado, no meu sentir, um desconforto no grupo que estava em treinamento. Desconforto discreto, talvez. Afinal, ninguém queria perder a vaga de emprego assim tão perto da contratação. Também refleti acerca da condição de pessoas forçadas ao hábito – obrigadas, por assim dizer – a ter que engolir em seco diversas contrariedades. E sem possibilidade alguma de questionamento.

A manhã seguiu em meio a muitas informações: sobre a empresa e seus donos, seus objetivos e clientes, etc. Apenas no intervalo para o almoço tivemos chance de interagir um pouco com nossas colegas de treinamento. Na sala, o grupo já estava dividido: mulheres de um lado e homens de outro. Durante a refeição, isso se tornou ainda mais marcante. Por que tal separação aparentemente tão natural? Também descobri que existe uma divisão de gênero nos cargos do supermercado: mulheres são operadoras de caixas, enquanto homens são açougueiros e fiscais de salão. Isso explicaria, pelo menos em parte, o afastamento ali, entre gêneros?

Sentamos no refeitório próximo às outras candidatas, onde conseguimos conversar um pouco. A minha impressão é de que elas estavam desconfiadas de mim e da Fernanda, mas levavam a situação com a naturalidade possível. Uma delas – portadora de deficiência – chegou a mostrar uma foto dos filhos, mas a tela do celular estava danificada e não consegui ver direito. Ainda assim, notei sua satisfação com a atitude, o que constituiu uma possibilidade de aproximação.

Fiquei entusiasmada para também mostrar uma foto da minha filha. Considerei dois aspectos: meu aparelho celular não é dos mais sofisticados e caros (e a tela está rachada); minha filha tem cabelos cacheados e olhos escuros (portanto distante do estereótipo ariano). Isso me acalmou quanto a algum tipo de constrangimento que eu poderia causar. Verifiquei algumas

fotos: carro particular, festa junina onde todos são brancos, roupas caras... Enfim, desisti. Quantos destes indicativos – detalhes ou não – gritam em silêncio, cotidianamente? Alguém que resida ali na abandonada Baixada Fluminense, e depois de horas no coletivo chegue à área rica da cidade (cuidadosamente mantida pelo poder público), como se sente? E aqueles que trabalham nos shopping centers da zona sul – locais nos quais a elite econômica esbanja futilidades, *queima* em horas de compras o que um trabalhador braçal precisa de um mês inteiro para receber como minguada remuneração – como se sentem? Como se sentem se a renda de sua família para sobreviver durante trinta dias pode ser gasta em uma simples refeição em um sofisticado restaurante?

Nosso almoço: arroz, feijão, salada de alface e tomate e um frango desfiado (tipo *fricassê*); para sobremesa, uma tangerina (bem feia, talvez velha), refresco e água.

Depois do almoço, fizemos um treinamento usando o caixa de modo simulado. Notei que havia uma inquietude pela contratação de três pessoas sem experiência anterior específica. Esse treinamento deixou claro, para mim, que o operador de caixa precisa ter habilidades próprias da área, muita atenção e agilidade: são vários procedimentos realizados simultaneamente e com rapidez.

Na sequência, assistimos à palestra sobre segurança no trabalho, com um volume de informações que parecia difícil assimilar em um único dia. Também notei muitas referências à dificuldade em encontrar emprego e à necessidade de valorizar a oportunidade que estavam tendo. Postura controversa e emblemática.

A empresa ostenta diversos símbolos católicos. Há uma capela na unidade, inclusive. Interessante (e corajosa) a atitude de uma das candidatas que, mesmo assim, sacou a camisa e exibiu um (lindo) São

Jorge e um dragão tatuado nas costas – envolvimento em prática religiosa de origem africana.

Por fim, experimentamos e recebemos nossos uniformes. Saí bem cansada do treinamento e, tirando a simulação da operação de caixa, conhecia a maior parte das informações transmitidas – a respeito de legislação trabalhista e normas de segurança. Fiquei imaginando o quanto aquela dinâmica teria sido desgastante para os meus colegas de treinamento.

Ao final desse dia, percebi que eu jamais havia me colocado na posição daqueles trabalhadores. Resolvi listar as atividades que em algum momento eu havia executado em troca de dinheiro, e nenhuma era equivalente àquela vaga de emprego. Apesar de ter mantido contato com a população mais pobre – ao atuar como advogada e juíza – ser introduzida naquele mundo daquela maneira constituiu-se como uma experiência pontiaguda e decisiva.

Terminei o período bem ansiosa em relação ao dia de trabalho propriamente dito. Meu maior receio era perceber uma enorme fila em frente ao meu caixa ou, pior ainda, enfrentar algum constrangimento com clientes.

O dia de trabalhar no supermercado chegou cedo. Às 7h00 da manhã – em ponto – apresentei-me ao Vitório, gerente geral. Durante o café da manhã, expliquei sobre o projeto da EJ1 e soube, por intermédio dele, que a contratação de operadoras de caixa jamais ocorre diretamente para o primeiro turno. A informação de que para as refeições cada um deve levar seus próprios utensílios (copo, prato e talheres) foi surpreendente. A refeição e o suco eles disponibilizam.

No vestiário, troquei minha roupa própria pelo uniforme. No entanto, diante da notícia de que não haveria espaço de armário para que pudesse

guardar ali mesmo meus pertences, levei tudo até a sala do Vitório. Desci trocada e fui apresentada às pessoas nos diversos setores do supermercado.

Na sequência, conheci Lucineide (chefe da frente de loja), Miriam (fiscal) e Benedito (supervisor). Em todos os caixas, um a um, fui introduzida de forma irônica e com referência ao fato de ser admitida logo no turno da manhã. Fui tomada por uma sensação de difícil descrição, um misto de raiva e incredulidade. Como pode ser cruel a situação de subalternidade!

Carla foi designada para trabalhar comigo. E odiou essa obrigatoriedade! Quando revelei não ter experiência na operação de caixa, senti como se ela fosse desferir um soco. Seu olhar foi fuzilante. Sem opção possível – também submetida ao comando da chefia – começou a me ensinar umas coisas. Julguei que a situação mereceria ser remediada rapidamente, antes que o desconforto se tornasse insuportável para ambas. Informei acerca da experiência etnográfica, que eu trabalhava no TRT/RJ e não estava ali para ocupar a vaga de alguém. Instantaneamente – por receio de retaliação ou confiança no que eu disse – ela pareceu relaxar.

Pouco antes das 8h00, iniciei os primeiros atendimentos – pessoas sozinhas ou famílias inteiras, uma diversidade incrível de sujeitos. Controlar o troco e verificar notas altas. Anotar os pagamentos com cartão, transmitir corretamente os códigos de barra e verificar com extrema atenção grande quantidade de bebidas e carnes – e, se necessário, avisar a *prevenção*. Auxiliar os clientes a abrirem as sacolas e controlar o número delas à disposição. Fazer as sangrias – fechamentos parciais, realizados periodicamente pela fiscal de caixa, onde são totalizadas as notas de cinquenta e cem reais e os pagamentos com tíquetes e cartões. Compras passando pelo nosso *check out* (denominação designada pela empresa) numa velocidade estonteante. Troco. Troco. Troco. Troco. Muita tensão.

Código do pãozinho e alimentos frescos. Reconhecimento de legumes, frutas e verduras.

Entre 09h30 e 10h00, uma pausa para banheiro. Água apenas no início da jornada e no intervalo. Fundamental levar o próprio vasilhame, embora isso não tivesse sido orientado no treinamento. Sem garrafa, sem água! Carla pegou um copo de água para mim. Também contei com a solidariedade dos clientes. Ao notarem minha insegurança de principiante, na maior parte do tempo, foram bem simpáticos. No entanto, por parte das outras operadoras de caixa, clima de muita hostilidade.

Às 11h30, hora do almoço. Bife de alcatra (item em oferta no dia), arroz, feijão, legumes, salada de alface e tomate, frutas variadas para a sobremesa. Apenas 20 minutos, considerado o pequeno tempo para ir até o vestiário verificar os possíveis recados no telefone celular. Carla *tirou onda* de alongar o intervalo uma vez que orientava a novata. Percebi que o armário é a intimidade possível no ambiente do supermercado.

Ao meio-dia já estava na operação do caixa de novo. Retomar o ritmo, cartões, troco, sangria. Muito refrigerante e sacos de salsicha passaram no meu *check out*. Mais mandioca do que batata inglesa. Óleo, arroz e feijão são os campeões de venda. Alcatra em promoção foi muito requisitado, assim como uma enorme embalagem de papel higiênico (com preço convidativo).

Após às 14h00, meu pensamento fixo era a hora da saída! De um modo geral, o tratamento dos clientes foi atencioso. Hostilidade por parte das colegas de trabalho, imagino, em razão do suposto *privilégio* no horário de trabalho (logo ao ser admitida na empresa).

Às 15h20, iniciamos o fechamento do caixa. Contar e conferir com as sangrias realizadas ao longo do dia. Descontar o troco inicial (com o qual abrimos o caixa). O momento demasiadamente tenso de passar as

notas recebidas pela máquina de conferência: as notas recusadas são descontadas pela operadora! O máximo de diferença tolerado é R\$ 1,99. A partir de dois reais, a funcionária arca com o prejuízo.

Vinte minutos depois, finalmente liberada! Carla ainda permaneceu. Quando deixei a loja, todas as operadoras já estavam dentro do trem, rumo à Central do Brasil. Em cada vagão, uma quantidade enorme de ambulantes – chocolates e biscoitos, acessórios para telefone celular, água, refrigerantes, etc. Fiquei refletindo a respeito desse consumo periférico, na profusão de produtos de baixa qualidade que iludem o trabalhador assalariado quanto à sua verdadeira inclusão no mercado de trocas.

Tudo começou na manhã da quarta-feira, dia 02 de agosto. Acordei diversas vezes durante a noite. Algo me incomodava, mas não sabia exatamente o quê. Imaginei ser só ansiedade, mas acordei com o peito apertado, angustiada. Percebi que estava com medo.

Como de costume, acompanhei as crianças para a escola, voltei para casa, preparei-me para o trabalho. Com pensamentos mil, nos quais me via em situação de exposição e desgaste. Quando me atentei, estava a imaginar que seria dispensada no dia do treinamento, porque chegava atrasada e nem sequer teria a oportunidade de experimentar estar no supermercado. Foi então que passei a me entender numa situação confortável: a que o Poder Público me garante.

Muitos anos se passaram desde que eu deixei a iniciativa privada. Aquela necessidade de *matar um leão por dia* para ganhar o prato de comida nada mais era do que simples lembrança, como um retrato velho de um álbum que se guarda no fundo do armário. Sem que eu percebesse, houve um relaxamento, uma tranquilidade e, de repente, estava totalmente inserida em uma bolha de conforto.

Sair para ser operadora de caixa em um supermercado me remeteu diretamente à infância em Bauru, cidade de porte médio do interior de São Paulo. Meus pais tinham deixado a capital do estado, onde lecionavam, para viver no interior, buscando mais tranquilidade e menor custo de vida.

Ali, batalharam muito para garantir aos filhos algum conforto material. Minha mãe, professora do ensino médio, lecionava em três turnos, saindo de casa sempre seis da manhã e voltando quase onze da noite. Lembro-me do tempo curto, sempre corrido, para que ela pudesse manter dois empregos. Meu pai lecionava em universidade pública. Mantinha sua

carreira e, em paralelo, aulas em faculdades particulares na área médica, em outro município. Isso o obrigava a pernoitar fora de casa. Assim, eles se revezavam em horários vagos cuidando dos filhos.

Nossa rua era de casinhas conjugadas, que os adultos chamavam de *parede-meia*. Na esquina próxima foram morar meus padrinhos, que muito me mimavam. Minha madrinha não trabalhava e com isso dedicava o dia a nos deliciar com seus quitutes e a ensinar algum artesanato. Com ela aprendi algumas técnicas de pintura, um pouquinho de costura e, em que pese sua paciência para me ensinar, garantiu a comprovação de minha total inaptidão para a culinária. Meu tio-padrinho era bancário, ativado por longas horas além do expediente a fim de garantir um incremento salarial, pois, como lá em casa, a situação era apertada.

A família do meu pai era bastante humilde. De seis filhos do meu avô, que era comerciário, apenas dois obtiveram diploma universitário. Meu pai foi o primeiro e, na sequência, ficou responsável pelo estudo da irmã.

A família da minha mãe tinha uma condição melhor, sendo meu avô um militar de carreira e minha avó professora universitária. Para uma criança, habitavam a categoria dos ricos, morando em uma residência espaçosa e sempre nos oferecendo boa variedade de guloseimas, raridade lá em casa.

A vida era difícil. Vida contada. Mas éramos felizes. Nossa família era unida. Nossos pais eram presentes, em que pese todo o acúmulo de trabalho. Amigos sempre vinham. Havia muito amor.

Éramos apenas e, sobretudo, crianças. Brincávamos na rua e uma bola era suficiente. O curioso desta época era que havia na vizinhança um espírito de cooperação. Bastava que o indivíduo fosse pai ou mãe de uma das crianças que isto lhe conferia automaticamente a possibilidade de *enquadrar* qualquer um de nós. Este pátrio poder coletivo nos fazia

acreditar no sistema de vigilância total. Algum plano mirabolante para coisas como roubar limão do quintal do vizinho deveria sempre ser muito criterioso.

Parti para fazer minha pauta de audiências com saudades na memória e o coração tranquilo.

O dia foi corrido. Na volta para casa, foi necessário novamente explicar para o meu pequeno que se tratava apenas de um estudo para saber como os operadores de caixas no supermercado trabalham. Nada em casa se modificaria. Ele não compreendeu como eu teria um trabalho normalmente reservado às classes pobres e ficaríamos na mesma situação social. Aos sete anos, parecia realmente preocupado. Já ouvia sempre a conversa sobre desemprego e crise econômica. Surpreendi-me com a precocidade da visão segmentada do mundo e como isto pode ser aflitivo. Meu espanto foi ainda maior ao perceber que, em sua compreensão, uma vida mais humilde implicaria necessariamente em sofrimento. Que razões ele teria para pensar assim? No que se baseava?

Viajei de Campos dos Goytacazes ao Rio. Acolhida pela Daniela (magistrada também participante deste projeto), senti-me em casa. Estava cansada. Tomei um banho e deitei.

No dia seguinte, tomamos café e partimos para encontrar Marco Antonio (outro magistrado participante), já que iríamos juntos ao treinamento. Partimos os três para a Baixada Fluminense. O cenário colorido da Comunidade da Maré, emoldurado pelo 22º Batalhão da PM e envolto no cheiro do manguezal evidenciam um cotidiano de penúria. A Baixada tem suas peculiaridades culturais. Trabalhar ali por um bom tempo me fez ter a dimensão do quanto toda a pobreza do local se reveste também de muita humanidade. Voltar para a Baixada era voltar ao tempo em que cheguei ao Rio de Janeiro. Novamente nostalgia.

Marcamos o itinerário em um aplicativo no *smartphone*. Estávamos todos preocupados e ansiosos. Saímos cedo. Duas horas de antecedência não foram suficientes. Meia hora de atraso nos fez ruborizar.

A gerente do Departamento de Recursos Humanos foi nos esperar no portão da empresa, junto ao chefe da segurança. Ela estava evidentemente apreensiva. Receber três juízes em seu local de trabalho não é experiência comum.

Bem recepcionados, ela nos levou até a sua pequena sala, aos fundos de outra sala. Os olhares do pessoal do RH eram de curiosidade. Os nossos, de apreensão. A gerente nos contou que ninguém ali sabia da nossa situação. Disse que isto tinha lhe trazido algum desconforto, já que as contratações normalmente não passavam por ela diretamente, mas por seus subordinados, os quais, automaticamente, indagaram quanto à nossa condição ali diferente. A fim de driblar aquela situação, ela disse que tínhamos sido contratados por decisão da Diretoria o que, por óbvio, teria nos tornado verdadeiros *protegidos do dono*.

Fomos encaminhados para a sala de aula, onde o treinamento de outros colegas estava ocorrendo. Curiosamente, a maneira como nos distribuímos livremente nas cadeiras evidenciou certa separação dos demais. Imagino que meus colegas também se deram conta disso. Conforme as palestras foram acontecendo, aos poucos fui relaxando.

Uma moça, ao olhar para o Marco Antonio, de pele bem clara como a minha, logo atribuiu à crise econômica o fato de estarmos ali, pleiteando um posto de operadores de caixa dentro de supermercado. Parecia compaixão. Foi como se olhasse para um pai de família desesperado. A meu ver, nesse instante, toda a sala passou a nos olhar com um ar de preocupação: haveria sinais ali de que a instabilidade do país estaria obrigando gente

tecnicamente mais qualificada a ocupar postos essencialmente simples. No Brasil, ainda é impossível separar qualificação profissional e etnia.

Sáimos para o almoço e nós três tentamos, na medida do possível, estarmos misturados aos demais. Eu e Daniela estivemos com as moças. Fomos conversando sobre filhos, maridos e ex-maridos. Uma delas nos mostrou fotos de seus pequenos. Senti vontade de fazer o mesmo, mas meu *smartphone* tornaria evidente o que tentávamos não revelar. Que sensação estranha! Um objeto hoje tão banalizado, mesmo ele guarda signos de uma sociedade segregada em classes antagônicas.

A situação me remeteu à Alemanha no início da primeira guerra mundial. As mulheres foram proibidas de usar lenços. Geralmente caros, evidenciariam sinais de certo consumismo. Embora toda mulher gostasse de lenços coloridos, estes poderiam trazer constrangimento. Naquele momento, meu *iPhone* era como um lenço florido enorme, que deveria ficar escondido dentro da minha bolsa, em que pese, provavelmente, representasse uma espécie de sonho de consumo.

Veio o almoço no refeitório. A comida era bem farta. As pessoas completavam o prato, mas jogavam boa parte fora. Fato curioso e até agora enigmático para mim. O que explicaria aquele ritual, o desperdício de alimento partindo de gente tão humilde?

Passado o almoço, ficamos em uma área de descanso. Lá, havia bancos (em um número bem inferior ao necessário) e uma sala na qual os trabalhadores estendiam papelões no chão a fim de tirar um cochilo. Papelões ao chão, o mesmo recurso dos cidadãos em situação de mendicância. Cena um tanto insólita, especialmente em paralelo ao farto almoço oferecido.

Marco embarcou em animada conversa com um rapaz que trabalha no açougue do estabelecimento. Ambos estariam na mesma loja no

dia seguinte. O tal moço era bem falante e contou várias passagens de sua vida. Ouvimos histórias de outros. Um, por exemplo, reencontrou o amor da sua vida via página cibernética de relacionamento e agora – devidamente empregado – engataria em matrimônio. Outro, que seria do setor de expedição, estava muito satisfeito porque soube que a comida mais desejada de toda a rede era, justamente, a da loja para qual iria (em particular, comemorou que mesmo as carnes poderiam ser saboreadas sem limite de quantidade por pessoa). Naquele momento, encontrei uma pista para melhor compreender a sobra de comida nos pratos. O alimento escasso induziria à instantânea gulodice? A sobra, o excesso nos pratos, por que a avidez diante da comida em abundância?

De tarde, aflição: a prática da operação do caixa. Fomos deslocados para outra sala – apenas os três juízes – e um senhor bastante simpático (que pareceu não entender ao certo porque tínhamos de treinar ali) havia montado um mini mercado. Colocou leitor óptico e diversas mercadorias, para que lançássemos os valores. A tarefa – ali descontextualizada da loja, sem clientes e supervisores – pareceu simples.

Posteriormente, fomos encaminhados para pegar uniformes e crachá. Ficamos do lado de fora da sala, enquanto uma senhora (mal-humorada) chamava um a um, e um rapaz (simpático) pegava os uniformes nas prateleiras e nos entregava.

Quando chegou a minha vez, eu já havia identificado a necessidade de uma calça cuja cintura fosse elástica. O rapaz informou que esse tipo de calça era exclusivo para gestantes, ao que eu, em puro reflexo, atestei ser o meu caso. A senhora ao lado, contundente, de pronto questionou:

*Grávida? Na admissão? Não pode.*

Tratei de arranjar rapidamente uma explicação. Disse que tinha informado sobre a gestação quando da contratação, feita diretamente no Recreio dos Bandeirantes. (Agora ninguém teria dúvidas que eu era amiga do patrão). Olhos me fuzilando, ela ordenou o rapaz ceder também uma bata:

*Já que está grávida e a barriga ainda vai crescer, você não vai precisar voltar aqui para pegar outro uniforme.*

Peguei tudo rapidamente. Sentimento horrível, sentimento de ser coisa. Roupa sem rosto. Roupa sem minha cara. Indiquei que as medidas estavam em conformidade com a descrição e a segurança pretendidas.

Fomos dispensados até o dia seguinte. Encontramos os demais colegas de treinamento, que nos dirigiram palavras carinhosas, todos desejando uns aos outros uma boa sorte.

Na saída do estacionamento, a bordo do carro de nossa colega magistrada, ficamos frente a frente com o rapaz que assumiria um posto no açougue. Ele ficou boquiaberto, embasbacado ao ver os três naquele carro novo e sofisticado. Compartilhamos a sensação de constrangimento. Por que a noção de possuir privilégios – ainda que os autorizados e legais em uma sociedade capitalista – pode gerar esse tipo de sensação?

Fui ao shopping center comprar sapatos na cor preta, para o dia seguinte. Exigência da empresa, embora ela própria não forneça. Durante as compras me atentei para o fato de que tinha de adquirir sapatos mais simples, em comparação aos que normalmente eu poderia escolher. Nada caro, ou que parecesse caro. Acabei indo a uma loja que visa consumidores de baixa renda, e adquiri um par de uma marca bem popular, modelo que não usava desde a época do concurso para a magistratura.

No dia seguinte, chegando à loja no município de Nova Iguaçu, logo procurei um estacionamento não muito distante. Parei meu carro e rumei para o supermercado. Na caminhada me perdi. Solicitei informações a uma gari. Ela indicou o caminho e, gentilmente, fez questão de avisar que o mercado só abriria às 7h00. Informei-lhe que estava indo para meu primeiro dia de trabalho e ela, desconfiada, desejou boa sorte.

No mercado – uma loja ampla, provavelmente uma das maiores da rede – logo fui barrada por um moço que empurrava os carrinhos destinados às compras. Ele informou que o mercado ainda não estava aberto. Repeti o que havia dito à moça da varrição. Tal qual ela, desconfiado, pediu para que lhe seguisse. Fomos ao encontro de uma senhora loira, alta e altiva. Ela perguntou por uma carta de liberação. Revirei a bolsa procurando a tal carta, para a qual nem tinha prestado atenção, tampouco conhecia o conteúdo. A supervisora tomou o papel amassado. Fiquei apreensiva. Após longo silêncio, perguntou se eu tinha algum produto de supermercado na bolsa. Saquei uma garrafinha de água. Ela etiquetou e foi me explicando que – diariamente – eu teria de mostrar os produtos, para não ser dispensada por justa causa. Disse que era bem-vinda, foi bastante simpática e, então, encaminhou-me à minha chefe.

Dentro da loja, passamos por cortinas de borracha (bem pesadas). Naquele corredor escuro estavam frutas encaixotadas e vasilhames. Chamou-me a atenção um odor misto: estranha confusão olfativa, sobreposição do que era produto de limpeza e comida. Subimos uma estreita escada e entramos em um salão de refeição. A tal chefe era nada simpática. Morena bonita, com cerca de 40 anos. Ordenou (secamente) que eu tomasse café, e perguntou se tinha trazido prato, talheres e copo. Surpresa, disse que não. Ela, então, prontificou-se a arrumar algum para

que eu pudesse fazer o desjejum. Ao entregar-me os utensílios, indicou que me servisse, trocasse o uniforme e batesse o ponto.

O café consistia em mamão, pão com margarina, leite e café. Realmente sem fome, tratei de pegar pãozinho e um gole de café (brutalmente adoçado). Indaguei-me, já que costumo não adoçar a bebida, como é lidar com essa falta de opção.

Todos conversavam alto no refeitório. Pareciam íntimos e, ao que pude constatar, bastante intrigados com a minha presença. Encerrei a refeição rapidamente. Já no vestiário – onde as mulheres se trocavam sem qualquer pudor, umas em frente às outras – a conversa animada persistia. Isolada, apenas me troquei.

Minha chefe me esperava. Apreensiva, expliquei que não tinha cadastrado meu ponto, o que me obrigaria a assinalar no manual. Vi que ela não gostou. Falou que iria conversar com o gerente e depois eu marcaria. Desceu as escadas comigo e disse que me mostraria o trabalho. Declarei minha ansiedade e minha inexperiência. Ela me tranquilizou, afirmando que eu não ficaria sozinha. Senti que havia uma atmosfera tensa, mas não entendi a razão.

No trajeto pelo salão, vi um senhor arrumando laranjas no *display*. Minha chefe parou diante dele e me apresentou como nova funcionária. Era Seu Oliveira, meu gerente. Ele me desejou boa sorte e voltou para a arrumação das laranjas. No treinamento, comentaram sobre sua ótima reputação com chefes e subordinados.

Conduzida até a frente de caixa, a chefe ordenou que eu deixasse a bolsa, já que não havia armário *para mais uma na loja*. Logo em seguida, apresentou minha *imediata* e saiu.

A imediata, moça nova, com cerca de trinta anos, empertigada, era nada simpática. Havia um questionamento implícito aqui: como uma novata

chega no primeiro horário do dia, e ainda grávida? Sua irritabilidade parecia repousar nisso. Respirei, e disse que tinha sido contratada como temporária, tais quais várias pessoas para várias lojas. Disse também que precisava muito do emprego, uma vez que meu marido (desempregado) estava impossibilitado de me auxiliar no sustento de nossos dois filhos. Ressaltei estar acima de meu peso ideal e que, portanto, não haveria outro uniforme para mim além daquela bata. Imaginei que poderia sensibilizar. Nada. Manteve o desprezo explícito por mim e me apresentou Zélia.

Zélia cedeu seu próprio caixa e permaneceu ao meu lado durante toda a manhã. Ofereceu apoio técnico, operacional e psicológico. Ensinou-me a abrir o caixa e demonstrou grande preocupação com a manutenção do troco em cerca de trinta reais: isso se tornou uma meta declarada.

Antes de abirmos a operação do caixa, alguns meninos portadores de Síndrome de Down vieram se apresentar, desejaram boa sorte e distribuíram abraços e beijos. Um deles, conhecido como *Baby*, disse para eu não me preocupar, pois ele estava ali, logo tudo daria certo. Senti-me acolhida por ele, alguém aparentemente frágil.

A prática no supermercado foi muito diferente da realidade apresentada durante o treinamento. No monitor, duas telas. Ali apareciam informações diferentes, de modo que a dupla conferência se fazia imprescindível. Muitos produtos não eram identificados pela leitora, o que obrigava à digitação completa do código de barras de cada um. A cada equívoco inserido, o cancelamento não poderia ser feito por mim mesma. Era necessário chamar a imediata para realizar o procedimento, o que gerou certo desgaste nesta relação.

Percebi que os operadores de caixa são verdadeiras patrulhas no mercado. Qualquer situação incomum deve ser imediatamente informada, e sem que o cliente perceba. Por exemplo: se o comprador aparece com

o carrinho abarrotado de cerveja, o patrimônio é acionado. Caso traga muita carne ou mercadorias de alto valor, também. Quanto às peças de carne, a atenção tem a ver com identificar se a qualidade indicada na etiqueta era realmente a mesma do conteúdo da embalagem.

A manhã foi bem animada. Percebi que boa parte da clientela era frequentadora assídua do estabelecimento, e que conhecia Zélia pelo nome, perguntando, inclusive por sua família. Várias pessoas fizeram brincadeiras, comentando sobre ela ser minha professora. Desejavam boa sorte e, nesses momentos de conversas que contrariavam um encontro *reificante*, tudo parecia menos tenso.

Atender ao público, ali, ensinou sobre aspectos de uma atmosfera psicossocial para a qual eu jamais havia atentado verdadeiramente. Alguns sujeitos bem exigentes, por exemplo, esperneiam até por um centavo, a mais ou a menos. Outros, solitários, ancoram ali só para conversar um pouco, deslocando-se ao mercado duas ou três vezes ao dia. Tem os sujeitos frios e calados, que sequer olham nos olhos, e fazem tudo de modo automatizado. E o contraponto, os animados que contam causos e anedotas, mesmo com a enorme fila de pessoas na espera. Também recebi um animado galanteio...

Em cada atendimento procurei ser rápida o suficiente, mas fiquei aquém do esperado pela chefia. Tal situação foi geradora de desconforto para Zélia, a despeito de sua generosidade em compreender minha ineficiência.

*Não olha o tamanho da fila. Olha para as telas.*

Some-se o fato de minha imediata demonstrar grande cansaço em – frequentemente – ter de se deslocar para liberar meu caixa. Ao final da manhã, ela já havia me chamado de *cabeção* (!) algumas vezes.

### *De novo, cabeção?*

E saía faiscando depois de me liberar...

Pouco antes do meio-dia, outra funcionária foi nos render. Subimos para almoçar, Zélia e eu. Ela informou que 30 minutos deveria ser o tempo de intervalo, mas, diferentemente do habitual, a imediata ordenou que eu tirasse uma hora e, na sequência, voltasse a conversar com ela. Almoçamos, falamos da vida, e ela indicou um passeio pelo comércio local a fim de fazer o relógio andar mais rápido. Não me encorajei a deixar a frente da loja. Permaneci distraída, manuseando o *smartphone*, ainda que dentro da bolsa.

Retornando do intervalo, a imediata informou que meu tempo dedicado à operação do caixa já havia sido o suficiente. Ordenou que eu arrumasse a frente de loja, o que consistia em ter de recolher toda a mercadoria dispensada de última hora pelos clientes e, criteriosamente, devolver produto por produto em suas respectivas prateleiras. Além disso, deveria retirar todos os carrinhos abandonados e retornar com estes para o estacionamento. Indicou que eu voltasse às 14h45 para acompanhar o procedimento de encerramento de caixa, responsabilidade de Zélia. A notícia de que não teria que enfrentar a ansiedade quanto ao troco me trouxe enorme alívio.

Obedeci à ordem. Era muita coisa. Carnes, laticínios, farináceos, e tudo o que se pode imaginar. Eu colocava cada produto em um carrinho, e transitava vagarosamente pela loja, a distribuir cada mercadoria em

seu respectivo lugar. Isso foi muito complicado! O ganho relativo foi ter dialogado com várias pessoas, desde funcionários de outros setores até diversos clientes perdidos pela loja. Uma senhora, certa hora, indagou sobre a prateleira das sopas e lhe informei que era meu primeiro dia, que eu procuraria saber para lhe transmitir. Ela arregalou os olhos:

*Como você é abençoada minha filha! Arrumou emprego grávida!!! Que o Senhor esteja com você.*

No restante da tarde trabalhei como formiga operária. Indo e voltando, carregando carrinho para lá e para cá, recolhendo centenas de mercadorias abandonadas. Senti raiva por conta da desconsideração de certas pessoas que desarrumam tudo sem nenhum constrangimento. O cansaço e a irritação me alcançaram de vez.

Chegado o horário combinado, encerramento do caixa. Encontrei Zélia e assisti o procedimento de finalização que tanto me afligiu. Juntas, fomos para a conferência, onde a máquina de contagem de notas indicava as quantias. Em menos de cinco minutos nosso caixa estava fechado e conferido, inclusive com as notas de cartões (que são todas anotadas em papeletas). Zélia subiu para o seu merecido descanso. Permaneci ali, auxiliando os clientes com o empacotamento, o que era muito melhor que devolver mercadoria à prateleira. Resisti ali até 15h45, quando evadi informando que iria ao banheiro. De posse de minha bolsa, pretendia sair rapidamente. Estava exausta.

No trajeto para o vestiário, encontrei Seu Oliveira, surpreendentemente com a mesma disposição das 06h30 da manhã. Ele me perguntou como havia sido a experiência naquele dia, se havia me sentido bem e se o ambiente com as pessoas era agradável. Pareceu ter grande preocupação

com minha inserção, o que provavelmente orientou sua atenção durante aquele período. Respondi positivamente aos seus questionamentos, mas relatando ser muito desgastante a frente de loja, o que, em minha percepção, alimentava um clima tenso entre operadoras, imediata e chefe de caixa. Ele explicou que eram funções de muita responsabilidade e que, com algum tempo, eu acostumaría. Elogiou meu desempenho. Agradei a oportunidade de trabalhar ali, enalteci seu trabalho de gerente e expliquei que não pretendia ficar. Revelei a proposta do estudo e me identifiquei. Ele ficou muito surpreso. Sorriu mas, instantaneamente, não estava mais à vontade. Meio protocolar, indagou novamente sobre minhas impressões.

Antes de chegar ao vestiário, ao acaso, encontrei minhas colegas de caixa, inclusive a imediata. De mãos dadas, em círculo, faziam uma prece no refeitório. Zélia fez sinal para que eu entrasse ali. Orei com elas. Agradeciam pelo dia de trabalho, pediam pelas famílias e filhos, que chegassem em casa com segurança. Ao final, fizeram uma solicitação especial: que a novata conseguisse manter o emprego. Emudeci por completo, e senti meus olhos levemente marejados. Não esperava aquilo. Fui abraçada por todas. Chorei.

Quando pude me refazer, identifiquei-me como juíza do trabalho. Expliquei sobre o projeto. Confessei jamais ter imaginado como era desgastante a rotina de labuta delas. Perguntaram se eu tinha *um carteirão vermelho*. Achei graça. Peguei a tal carteira na bolsa e ela passou de mão em mão, como se fora uma relíquia. Fizemos fotos, e nos abraçamos novamente. Agradeceram o fato de eu ter estado ali entre elas, testemunhando aquela realidade. Aparentemente, sentiram-se percebidas de outra maneira. Ou, quem sabe, apenas percebidas e acolhidas.

## Hernani Fleury Chaves Ribeiro

Ontem fui trabalhador braçal pela primeira vez. Algo absolutamente diferente para alguém que até os 31 anos de idade jamais tinha se submetido a uma tarefa que exigia essa modalidade de esforço.

Como a jornada proposta se iniciaria às 10h00 da manhã, acordei, como de costume, às 07h00. Vesti o uniforme de auxiliar de serviços gerais: uma camiseta cinza regular com o emblema da companhia, uma calça de elástico de um tecido um tanto grosseiro e, por fim, um famigerado par de sapatos pretos. Estes últimos me torturaram o dia inteiro.

Minha esposa não conseguiu permanecer na cama. Ainda sonolenta, mas desperta pela curiosidade daquela inédita situação – um magistrado se preparando para uma atividade braçal – logo tratou de se levantar e me fotografar. Em seguida, insistiu alguns minutos que eu autorizasse o envio de fotografias para a família, via aplicativo de *smartphone*. Informados acerca do inusitado fato, também eles estavam curiosos.

Não tardou para que aparecessem os comentários, alguns positivos, outros, irônicos. Houve quem fizesse piada acerca da *atual situação da magistratura*. Entretanto, o que mais me chamou atenção foram as palavras de minha mãe para que *tomasse cuidado*. O que entendia dizer com aquilo? Qual o real perigo?

Fiz o trajeto Niterói-Rio utilizando meu próprio carro. Almejava estacionar na área reservada aos magistrados e servidores. Por volta das 09h00 da manhã, cheguei ao local. Estacionei o carro e o rapaz da segurança logo apareceu. Pediu para informar a vara na qual estava atuando, para que pudesse preencher o formulário. Não reparou na roupa que eu estava usando, pois do seu campo de visão a única coisa que poderia observar

era a camiseta cinza com o logo da empresa, que àquela distância poderia ser qualquer camiseta.

Como faltava uma hora para o início dos trabalhos, liguei o rádio e aguardei dentro do carro. Dali ao local designado, não tardava cinco minutos.

Tratava-se de uma sexta-feira e uma concorridíssima palestra de competente desembargadora lotava os auditórios do tribunal. Diversos servidores passavam pela frente do carro e poucos me prestavam atenção. Todavia, o que mais me espantou foi o fato de um colega juiz, relativamente próximo, estacionar seu carro na vaga ao lado e, apesar da pequena distância entre as janelas dos veículos, sequer me notar. O segurança – cumprindo rigorosamente seu mister – questionou seu local de trabalho e o colega seguiu apressadamente para alguma reunião.

Às 09h45 resolvi me dirigir ao local pretendido: Avenida Rio Branco, por volta do número 200, prédio da primeira instância da Justiça Federal no Rio de Janeiro. Surpreendi-me. Conhecia o prédio e já havia ingressado naquele recinto enquanto advogado. Por quase dois anos, diversas vezes passei por sua entrada. Diferentemente do que imaginava, o acesso não ficava na Avenida Rio Branco, mas na Rua México, paralela àquela avenida. Verifiquei no meu celular e confirmei o local. Realmente na Avenida Rio Branco, por volta do número 200. Dei a volta no quarteirão e cheguei razoavelmente ao local indicado no sistema *GPS*. Não encontrei o número, somente um prédio comercial (dessa pouca criativa arquitetura de vidro) que indicava outro número.

De um lado, a Biblioteca Nacional. Do outro, o prédio. Mais ao centro, um pouco convidativo portão de ferro, datando provavelmente do século XIX, guardado por dois seguranças de séria expressão. Resolvi não arriscar. Se sempre entrei pela Rua México, era pela México que iria entrar hoje.

Desta feita, cheio de ansiedade, dei a volta no quarteirão e logo ingressei uniformizado pela entrada com a qual estava familiarizado.

Tão logo pus meus pés no prédio, um homem da segurança questionou o que estava a fazer ali. Não revelei acerca do projeto, pois minha condição ali seguramente ficaria comprometida. Expliquei-me rapidamente que era meu primeiro dia de trabalho e que deveria me apresentar ao encarregado da empresa. As explicações pouco o convenceram. Mal terminei de falar e fui interpelado o porquê de não estar com o crachá da empresa. Afirmei que, por se tratar do meu primeiro dia, o tempo havia sido escasso para todo esse processo administrativo. Ele me ordenou que fosse até o portão de ferro (aquele mesmo que anteriormente tinha circulado por fora pelo quarteirão) para conversar com os outros responsáveis pela segurança. Para minha surpresa, o portão de ferro encontrava-se apenas encostado. Os empregados terceirizados e alguns servidores ingressavam na área do prédio por aquela porta.

Nesse momento estava completamente perdido. Os seguranças – que também eram novatos – não sabiam exatamente para onde deveria se dirigir o pessoal de serviços gerais. Já se aproximava das 10h00 da manhã e minha apresentação ao encarregado ainda não havia acontecido.

Comecei a questionar as pessoas que ali passavam acerca do local que procurava. A maioria ignorava a existência dessa sala. Uma pessoa que interpelei, no entanto, conhecia. Disse que bastava eu ir até o prédio anexo e ingressar em um corredor paralelo aos elevadores. Entrei no tal prédio, passei sem problemas pelo detector de metais e me dirigi ao elevador. Ao seu lado, um corredor levava até uma porta corta-fogo. Quando a abri, encontrei uma escada que levava em direção ao porão. Tão logo ia descendo, um odor de ar sem circulação, mofo talvez, impregnava as minhas narinas. Ao final dos degraus havia duas portas, que mais tarde descobri serem

os banheiros, sendo que o corredor se estreitava à esquerda. Ninguém passaria ao acaso por um lugar como aquele.

Percorrendo mais um pouco o porão, chega-se por fim à recôndita sala da Liderança. O lugar nada chamava a atenção. Embora muito limpo, somente duas salas, uma maior e outra menor. Na primeira ficam dispostas algumas cadeiras de plástico, dois barris com vassouras, rodos e outros materiais de trabalho. Ao lado, uma pequena estante de ferro com várias prateleiras em que são armazenados os produtos químicos indispensáveis à limpeza. Na sala menor há diversos armários de alumínio para que os empregados possam armazenar seus pertences e duas mesas de plástico com diversas cadeiras. Sobre esta mesa, estava servido um café da manhã (pão, margarina, leite e café). Mais ao centro havia também a mesa da encarregada, Maria Laura.

A responsável pelo setor é uma mulher alta, de tez morena, na faixa dos quarenta anos de idade. Coordenava as coisas por ali, sentada logo abaixo do relógio de ponto. Curiosa coincidência. Entrei e me apresentei. Não era ela quem eu procurava. Informei que haviam solicitado que eu comparecesse àquele local. Ela apenas me observou. Na sequência, fez a pergunta que mais se repetiria naquele dia de trabalho:

*Onde está seu crachá?*

Não vacilei e, desta vez mais confiante, verbalizei a resposta que dera ao homem da segurança no térreo. Como havia muitas pessoas no local, ela pediu que aguardasse em uma das cadeiras na sala maior. A encarregada parecia aflita. Já se aproximava das 10h00 da manhã e os empregados ainda não ocupavam seus postos de trabalho. Pediu para

que todos encerrassem o café, pelo que foi imediatamente obedecida. Em seguida, formaram uma fila para bater o cartão.

Um último empregado passou por mim quando todos já estavam a sair da sala. Por volta das 10h05 ainda comia um pãozinho quando, sem cerimônia, foi questionado pela supervisora sobre o motivo de estar ali. Estava obviamente atrasado, e não queria perder o café, talvez sua única refeição antes da labuta. Maria Laura disse que ele já deveria estar no seu posto, vez que sua superiora em breve estaria ali para fiscalizar o cumprimento do contrato. Pelo visto, haveria ali algum tipo de punição ou advertência.

A encarregada me chamou. Convocou também uma mulher que eu até então não conhecia, que ali estava para discutir uma questão particular. Perguntou se eu tinha alguma experiência. Fui sincero. Então, pediu para que acompanhasse Fábria naquele dia, a pessoa que me orientaria.

Tão logo encerrou a frase, minha companheira me entregou um par de luvas amarelas. Na sequência, tomou balde, pano de chão, rodo e vassoura. Sem demora, pediu para que a seguisse. Era dia de limpar os corredores dos andares.

Subimos pelas escadas, cruzamos com a supervisora da encarregada a descer, e fomos em direção aos elevadores. Destes seis, somente um poderia ser acessado com materiais de limpeza, e outro deles era exclusivo dos magistrados. Chamou-me a atenção a ordem expressa quanto a este privilégio:

*Em hipótese alguma devemos entrar. Pois dá problema!*

Nos demais poderíamos ingressar, desde que sem material. Talvez por hábito ou desatenção, deixei de indagar Fábria sobre o significado da

expressão *dar problema*. No fim das contas, a rotina diária de utilização do elevador privativo me anestesiou para o questionamento naquela situação. Fato curioso.

Treze era o número inscrito no botão que ela apertou. Treze também era o número de andares que deveríamos limpar. Cada piso com aproximadamente 30 metros de comprimento e 3 metros de largura, algo em torno de 90 metros quadrados. Cerca 1.200 metros quadrados, portanto, se somados todos os pavimentos. Cada andar é composto de duas secretarias (cuja responsabilidade da limpeza compete a uma auxiliar específica), um banheiro unissex e o corredor com duas ou três latas de lixo. Além dessas dependências, há um lavabo com um tanque para lavar os panos, local no qual também ficam guardados os demais materiais de limpeza.

Começamos de cima para baixo. Fábria me pediu para que limpasse os corredores, enquanto ela estaria incumbida dos banheiros. Tendo em vista que há pouca circulação de pessoas às sextas-feiras, não seria necessário varrer primeiro; passar o pano com o detergente era suficiente.

A dinâmica parecia bem simples. Enquanto ela limpava o banheiro, eu deveria passar o pano no corredor. Todavia, como o banheiro era pequeno, ela aguardava eu terminar (enquanto conversava com as auxiliares designadas nas secretarias).

Em cada andar, no momento em que chegávamos, a auxiliar respectiva se dirigia ao corredor e de lá não saía, conversando com a Fábria, até que eu terminasse todo o corredor. Lá por volta do oitavo andar e com um pouco de atraso no serviço, ela disse que não era indispensável a limpeza de todo o andar. Orientou que eu cuidasse tão somente nos balcões da secretaria, local em que ficava o maior número de pessoas. Acrescentou que eu era muito grande para aquele serviço de limpar chão, e se continuasse daquela

forma eu não conseguiria terminar o dia. Fábria parecia estar correta. Esfregar o chão constituiu-se como tarefa bem desconfortável para mim, medindo 1,86m e pesando mais de 100 quilos. A limpeza, além de exigir bastante esforço dos braços, ainda torturava a coluna vertebral, uma vez que a posição ao executar a tarefa em nada respeitava um corpo ereto. Foi neste momento que passamos a conversar um pouco mais.

Fábria reside na Baixada Fluminense. Adora comer churrasco, beber cerveja e ouvir música. É mãe de uma pequena menina e de uma adolescente, filha com que parecia mais preocupada: a jovem de 18 anos agora frequenta bailes noturnos. Nesse dia estava aflitíssima, porquanto não havia ainda conseguido falar com ela. Confessou-me que tinha tentado fazer a filha mudar-se para a casa de alguns parentes, em local mais tranquilo. A jovem não encampou o projeto da mãe, justamente por considerar a cidade pretendida muito calma e sem opções de lazer.

Por volta do meio dia, o fluxo de pessoas aumentou. Nada demais, se comparado a repartições públicas em geral. Apenas alguns advogados – com seus ternos um tanto mais sóbrios do que aqueles festivos e coloridos das audiências trabalhistas – e partes, sozinhos ou no máximo em dupla, em direção às secretarias.

O pequeno número de pessoas foi o suficiente para atrasar o meu serviço ainda mais. Todos, sem exceção, ignoravam solenemente a placa com os dizeres indicando *piso molhado*. Sem cerimônia, ingressavam na área em que eu estava a limpar. Lá permaneciam, tão presos ao chão como uma montanha. Outros, imersos nas profundezas oceânicas de seus celulares, sequer percebiam que jaziam no único círculo não alcançado pelo rodo, e assim insistiam inertes até serem atendidos pelos servidores.

Nada parecia indicar a minha presença naquele recinto. Em alguns momentos, esfreguei o chão com mais rapidez ou força, objetivando,

com o barulho, chamar a atenção para minha presença. Noutras vezes, fingindo agir descuidadamente, acertava levemente os sapatos das pessoas. No entanto, nada. Foi chocante! Somente uma única pessoa (uma!), um advogado talvez (em razão do terno que usava), percebendo minhas atribuições fez a gentileza de se oferecer para levantar para que eu pudesse concluir o serviço.

O trabalho assim prosseguiu até o terceiro andar, quando então o relógio se aproximava das duas da tarde: hora do almoço. Habitado à refeição rigorosamente ao meio-dia, eu já estava com muita fome. Perguntei sobre a cultura do lugar. A maioria – creio que todos – havia levado comida de casa. Fui informado que alguém vendia marmitas do outro lado da rua, mas já era tarde. Um colega auxiliar de serviços gerais observou minha decepção, e confidenciou ser possível comprar um prato feito em um bar na esquina. Todavia deveria ir correndo, pois não estávamos autorizados a deixar o local de trabalho, nem na hora do almoço, o que poderia *dar problema*.

Fui até o bar e comprei a marmita (arroz, feijão, farofa, dois pedaços de frango e um refresco de limão por R\$ 15,90). Retornei ao espaço da Liderança onde, na sala menor, os empregados estavam reunidos realizando suas refeições. O almoço ocorreu sem maiores problemas. Alguns dormiam, outros comeram mais do que deveriam, e duas auxiliares discutiam divertidamente se o valor da dívida que uma tinha com a outra era de cinquenta ou sessenta reais. Decidiram: a dívida era de cinquenta, tendo a devedora dito que chacoalhava a cintura demais ao limpar o chão para se despojar de dez reais, quando, então, todos caíram na gargalhada.

Faltavam vinte minutos para o fim do almoço quando cedi meu espaço para que outra pessoa pudesse fazer sua refeição. Fui até a sala ao lado (maior) e lá me sentei junto ao João. Ele, como eu, estava em seu primeiro

dia de trabalho na nova empresa. Tinha sido demitido do último emprego após dois meses. O patrão havia descoberto seus sintomas de hipertensão. Assinou alguns documentos solicitados pelo empregador (dos quais não se recorda o teor), e logo depois foi sumariamente dispensado. Estava muito satisfeito com sua nova ocupação. Sorriu ao saber de minha situação iniciante. Em seguida, mostrou o seu *cartão alimentação*, aproveitando para me recomendar retirar o meu o quanto antes.

Três horas em ponto todos os empregados se colocaram em fila. Um a um, todos bateram o cartão. Eu, inclusive, fazendo uso de meu cartão recém-confeccionado pela encarregada. Retornamos ao terceiro andar, onde havíamos parado as tarefas. Terminamos o segundo e, finalmente, o primeiro andar.

Fábia ainda parou por alguns minutos para fumar no topo do edifício, onde foi possível contemplar o centro do Rio e o Aterro do Flamengo. Após, retornamos ao 13º andar para começar a recolher os lixos das lixeiras em cada pavimento. O trabalho não demorou muito para ser realizado. Já eram quase cinco horas da tarde quando, vagarosamente, encerramos a limpeza e retornamos à sala da Liderança, no porão do prédio.

Ao chegar, fui logo cooptado pela encarregada Maria Laura. Precisava de *homens fortes*, para realizar uma mudança. Após reunir todos os auxiliares do sexo masculino, fomos conduzidos ao 11ª andar do prédio anexo, que se encontrava em reforma. Tratava-se de uma sala ampla, com uma vista singularmente bonita na direção do Teatro Municipal. Lá já estavam reunidos cerca de dez auxiliares. Nossa missão: trazer diversos móveis de uma sala para a área dos elevadores, visto que a sala também seria reformada.

Conheci outro João, este bem mais jovem do que o primeiro. Já estava no emprego havia aproximadamente dois meses. Contudo, apesar da enorme disposição para o trabalho, não estava satisfeito.

*Não tem como subir aqui. Que eu tô novo aqui e já ganho a mesma coisa desses cara velho.*

Começamos a mudança trabalhando em duplas. Eu e João descemos mesas, estantes, cadeiras e caixas de papelão. Por fim, faltaram os armários. Estes últimos, produzidos em alumínio, possuíam duas portas e cinco prateleiras. Ali ficam armazenados os processos. As dimensões de cada armário eram algo em torno de 1,90m de altura por aproximadamente 0,5m de profundidade. São muito lisos, dificultando demais a aderência e empunhadura para serem carregados por uma pessoa somente. Nossa estratégia inicial era realizar o transporte com o auxílio de mais um colega. Cada um em uma ponta, esforçando-se ao máximo para que o suor dos dedos não fizesse escorregar o móvel.

De repente, ocorreu-me que se desmontássemos os armários – afinal eram apenas encaixados – o serviço seria melhorado sensivelmente. João já havia trabalhado com isso, motivo pelo qual afirmou que poderia remontá-los rapidamente. O servidor que coordenava a mudança negou nossa proposta. Não argumentou. Proibiu, simplesmente. Insistimos na estratégia, agindo longe de seus olhos. Percebemos, inclusive, que as peças eram danificadas quando descíamos as escadas sem o desmonte que iniciamos.

Mantivemos enquanto foi possível. Duas oportunidades. Os armários ficaram bem mais leves e as paredes intactas, já que não havia esbarrões. Durou pouco nossa experiência empreendedora. O servidor percebeu

nossa artimanha e trancou os armários, alguns deles com objetos dentro. Senti-me ultrajado, humilhado, violentado até. Minha irritação era evidente. E me consumiu alguns minutos.

Aqueles armários eram pesados demais! E difíceis de serem manuseados! Transportá-los daquela forma era no mínimo imprudente, porquanto se um de nós deixasse o armário cair, o que era uma realidade iminente: estávamos ambos muito suados, no corpo todo, inclusive mãos e braços. A probabilidade de acidente aumentou sensivelmente. Decisão autoritária, sem lógica, e que nos arriscava desnecessariamente. O poder pelo poder.

Não havia outro modo agora. Os armários deveriam ser transportados pela escadaria, montados, ainda que para o prejuízo da pintura, das paredes e, o pior, das pessoas envolvidas na tarefa. Descemos com mais cinco ou seis armários, sem embargo do trabalho dos outros. Faltando vinte minutos para encerrar a jornada, já estafado com o grande esforço físico, encerramos a mudança. Já não havia mais espaço físico no andar de baixo.

Retornamos ao porão, e as mulheres já tinham trocado de roupa. Os homens foram ao vestiário para se trocar ou tomar banho. João, o mais novo, notando que eu permanecia quieto, questionou se não iria trocar a roupa. Ficou muito espantado quando disse que não. Informei que retornaria para minha residência com o uniforme da empresa. Pasmado, ele não acreditava. Que signos carregam aquele uniforme? Como se sente quem sobrevive, de fato, uniformizado, e circula nestes trajes pela cidade? Por que tanta surpresa por parte do trabalhador?

Próximo às 19h00 todos formaram uma fila. Pontualmente, encerraram sua jornada. Bati meu ponto. Chamei alguns companheiros no canto

e contei acerca do programa. Uns ficaram espantados, um pouco sem acreditar. Outros, mais tímidos, aparentemente encabulados.

Maria Laura convocou o outro encarregado. Chocou-me ao afirmar que o colega havia tido êxito em uma aposta, feita anteriormente. Ele havia assegurado, logo no começo, que eu não tinha *perfil* de *ASG* (auxiliar de serviços gerais).

Despedi-me do pessoal. Em seguida, caminhei até meu carro. Dirigi para Niterói, como normalmente faço até minha residência. O trajeto não foi mais curto. Tampouco mais longo. Mas, certamente, as paisagens dentro de mim haviam se alterado sensivelmente. Experiência única, coisa de apenas um dia de labuta. O suficiente para me capturar em reflexões antes improváveis.

## Marcelo Augusto Souto de Oliveira

Na Rua Joaquim Távora, no nobre bairro de Icaraí, na cidade de Niterói, vivi minha juventude. Em uma casa ampla e confortável, plantada no centro de um grande terreno, muito futebol, bola de gude, pipa, bicicleta e correria. Uma infância com segurança e fartura.

De ascendência espanhola, minha mãe não se importava em delegar aos mais crescidos algumas de suas tarefas. Eu e meu irmão Alcides, não sem alguma contrariedade, auxiliávamos Dona Miguelita. Era um saco de farinha e um parafuso pra cá; uma fatia de pão e um analgésico pra lá... Preguiça soberana em combinação com a sensação de perda de tempo teriam me conduzido à estratégica *solução*: resolvi que, quando se anunciasse mais uma solicitação – geralmente precedida de meu nome em alto e bom som – passaria a me esconder até que outro recebesse o encargo. Embaixo da cama, dentro do armário ou em qualquer outro lugar que me mantivesse incógnito.

Meu pai, Dr. Hilson Cezar (assim o chamavam os trabalhadores-clientes e os dirigentes sindicais), foi advogado trabalhista de empregados e também de sindicatos. Aos 19 anos, estagiando em seu escritório de advocacia, fui colhido por um misto de pânico e satisfação. Ainda relativamente jovem, em torno dos 50 anos, ele sofreu um infarto do miocárdio que o impossibilitaria de trabalhar por um longo período. Pânico sobre não saber de onde viria o sustento da família. Advogado vive de advogar. É profissional autônomo e liberal até o último osso da coluna. Sem trabalho, sem dinheiro. Satisfação porque organizei as coisas de modo que o escritório não parasse: deleguei as audiências para outros advogados e assumi a responsabilidade de peticionar nos processos como estagiário. O susto transformou-se em energia mobilizadora.

Ingressei na Faculdade de Direito, estagiei, advoguei. Vivi muito profundamente a experiência de ser advogado de trabalhadores: a angústia de processos que se eternizavam (audiências designadas para dois ou três anos depois); juízes que não atendiam ou atendiam mal os advogados; sentenças que eram prolatadas muitos anos depois do processo iniciado; servidores descorteses (as experiências de balcão mereceriam uma narrativa própria) e pouco preocupados com o andamento dos processos. Advogar foi fundamental para decidir como não ser quando, e se, estivesse do outro lado do balcão.

Aos 25 anos, ingressei na magistratura trabalhista. Talvez por vocação, talvez por insegurança financeira na advocacia, talvez porque a advocacia trabalhista (muito focada na prova, sobretudo oral) exigisse um enorme esforço em dialogar com testemunhas e com a verdade parcial das partes. Processos menos teóricos conduzem a fazer perguntas espinhosas: omitir a verdade – a fim de obter uma sentença vantajosa – vale financeiramente o que custa em nossas emoções? Vale instruir testemunhas ou falsear a verdade para alcançar êxito? Sonegar fatos e provas, justifica-se?

No meu cenário, ser aprovado em concurso para juiz do trabalho foi um feito surreal. Não havia me preparado sistematicamente para o exame. Não me sentia capaz de lograr a aprovação. Minha idade era uma prova evidente da precipitação à candidatura.

A audiência é ambiente que merece relato próprio, um olhar mais cuidadoso. Trata-se de um local no qual o drama pessoal dos contendentes se evidencia. É nela que a parte tem a oportunidade de ser ouvida, de interagir com quem vai decretar a sua vitória ou informar a péssima notícia sobre a derrota. É nela também que há uma clara disputa – não somente entre advogados antagonistas – mas entre advogados e juízes. Não uma disputa explícita ou necessariamente consciente, mas uma

disputa pelo melhor argumento, pelo poder de levar o processo para a direção desejada. Quando se trabalha com *bytes* ou com papel, é sempre possível estudar, pesquisar e ouvir opiniões. Prorrogar o momento da decisão. Na audiência, não. É à queima roupa. Esse ambiente em que as expectativas nervosas das partes se confundem à disputa pelo argumento e pelo poder de conduzir o processo – tudo ao vivo e em cores – cria uma densa camada de sentimentos a embaçar nossa lucidez.

O contato frequente com testemunhas faz brotar – nas autoridades que têm o dever de ouvi-las e, depois, concluir sobre a verossimilhança do relato – um emaranhado de sensações, uma montanha-russa de sentimentos. É possível, pela reiteração, pela massificação da oitiva de testemunhas, perder de vista que elas são pessoas. Não são um objeto da justiça ou um meio inanimado de coleta da verdade. Entre os juízes, não é raro encontrar certa predisposição em achar que as testemunhas estão a priori interessadas em não contar a verdade. Também é possível transformar o relato de testemunhas em mera formalidade de um processo oral, sem maiores engajamentos ou preocupações com a verdade. Para esses, passar pela prova testemunhal, é cumprir um rito, somente.

Esse ambiente complexo da audiência não é diferente da tensão no chão de fábrica, do balcão no comércio ou mesmo da lida no campo. O direito do trabalho parte de uma subordinação jurídica, que é a vida do contrato de trabalho. Mas isso também representa a morte da solidariedade, de uma possível tendência à harmonia. Um direito que subordina o desejo de um ser humano ao de outro, que não incentiva a integração e a parceria, talvez seja um dos produtores desse cenário de disputa: ao litígio antes, durante e depois do início do contrato. A referência, aqui, não é à flexibilização das leis do trabalho ou à outorga de mais liberdade para o empregado negociar seus direitos com o empregador, mas a uma relação

que é ontologicamente de apropriação e de precificação da vontade e do esforço humano. Harmonia, parceria e solidariedade não se fazem com exploração, subjugação do desejo, precificação do esforço humano sob a ótica da margem de lucro e da competição desenfreada.

Já na magistratura, ainda em primeiro ano, novamente me deparei com testemunhas e suas verdades parciais. Fui acometido por uma reação que talvez possa ser denominada *síndrome da verdade real*. A experiência da dúvida pode ser desumana para um magistrado. Afinal, espera-se de quem julga a certeza sobre o que é certo e o que é errado, sobre o que é verdade e o que não é. Em meu caso em particular, sempre foi desconfortável a verdade parcial, a omissão conveniente e, mais ainda, a mentira social. Quaisquer que sejam as relações sociais, a verdade deve ser a base: somente ela liberta as pessoas para sorver da vida sua essência ou seu valor.

Cheguei a me aborrecer a tal ponto com uma testemunha que me pareceu mentirosa que, depois de muito insistir para que pensasse bem sobre suas declarações e de uma acareação que se demonstrou inútil, resolvi conduzi-la detida por crime de falso testemunho. Nessa época, contava com menos de seis meses de magistratura. Estava, como juiz substituto, lotado na 45<sup>a</sup> Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Em um processo que tratava – se a memória não me trai – de recebimento de parte do salário de forma não oficial, chamado no jargão trabalhista de *por fora*. Uma testemunha do reclamante, ouvida em primeiro lugar, afirmava que havia essa forma de pagamento. A outra testemunha, da reclamada, ouvida a seguir, negava peremptoriamente. Depois de colher os depoimentos, fiz uma acareação. Esforcei-me ao máximo, mas ambas mantiveram-se irredutíveis. Pelas circunstâncias do processo, acabei chegando à conclusão de que a testemunha mentirosa era a da empresa. Decreei no ato a sua

prisão, expedi o respectivo mandado e solicitei que a segurança do tribunal conduzisse todo mundo à Delegacia de Polícia. Foi a primeira e a última vez que agi desta forma. Os impasses não se resolveram.

Vinte e cinco anos de magistratura. Tempo de aprender a ser juiz, tempo de lidar bem com pessoas, formar equipes, mantê-las unidas. Tempo também de repensar o que tem sido o exercício do poder, o sentido da jurisdição, a finalidade do existir. A sensação de desperdiçar tempo com o que não parece ser essencial; o medo do aperto financeiro; o desconforto de lidar com verdades parciais fizeram-me chegar até aqui. Não tem sido fácil aprender com os próprios erros, mas tem sido muito rico ter a oportunidade de, em mais um dia, poder tentar de novo.

Eleito para a EJ1, encontrei como proposta o projeto *Vivendo o Trabalho Subalterno*. Fiquei entusiasmado. Já mais amadurecido, passei a considerar imprescindível o deslocamento de quem detém alguma parcela de poder e de conforto material na direção de uma posição de instabilidade, intrinsecamente diferente da sua. Refiro-me especialmente à possibilidade muito concreta de estratos mais distinguidos pela sociedade serem tomados pela cultura do gueto, do irrealismo social e da insensibilidade coletiva.

Viver com fartura material, proporcionada por salários dignos, associada a uma proeminência social e ao exercício diário do poder podem formar na *psique* a ideia de estar naturalmente não pertencente ao mesmo estrato. Esse universo existencial também é capaz de gerar um olhar corporativo, na perspectiva da legitimação dos benefícios e da ampliação permanente de vantagens. Esse pacote que institucionaliza a experiência de ser juiz precisa ser frequentemente aberto por instrumentos cortantes e que injetem realidade, removam as couraças e introduzam o oxigênio da vida no seu interior.

Quando tomei posse, pousei sobre mim, rapidamente, a convicção de que meu conhecimento jurídico excedia em muito ao dos comuns mortais. Uma enorme quantidade de desajustes interpessoais foi criada em razão disso no início da minha carreira. Eu sentia uma grande dificuldade nas audiências, algo na linha da intolerância com o desconhecimento técnico de alguns advogados. Havia pressa excessiva em resolver os processos, decidir, prolatar sentenças. Era baixa a preocupação em constituir relações proveitosas com servidores e advogados. Afinal, o importante era fazer o processo andar, e o mais rapidamente possível.

Nada disso era possível identificar *enquanto a luta era travada*. Naquele início, a preocupação era fazer o melhor, o mais rapidamente possível, nada de atrasos. Sem um deslocamento de consciência, sem uma alteração de perspectiva e sem a fluência do tempo, seria quase impossível mergulhar no meu universo interior. Com o passar dos anos, foi possível olhar no espelho e reconhecer meus desajustes. Enxergar minha trajetória em perspectiva fez revelar traços de personalidade, características pessoais e a necessidade permanente de desenvolver o caráter.

Faço esse registro sem a pretensão de lançar teses ou de construir um raciocínio acadêmico sobre o pertencimento à carreira da magistratura; falo de mim mesmo, de minha experiência pessoal de ser juiz do trabalho desde os 25 anos e como cheguei até aqui para vivenciar um *dia de campo* como gari da Comlurb.

Aqui, retomo a experiência do trabalho subalterno. É bem possível que muitos dos meus colegas magistrados se identifiquem com o que narrei acima. É provável que, com algumas nuances, esse caleidoscópio de sentimentos seja comum a um grupo maior de magistrados. Pode ser que o desejo em não desperdiçar tempo também tenha feito a eles o mal que fez a mim: não ter como foco principal as pessoas, enquanto

se executa o que pensa ser correto. Não é impossível que o vetor que os tenha conduzido à magistratura fosse o receio da insegurança financeira, e hoje tenham que lidar com o seu subproduto: uma sensação de incompletude porque, a despeito do bom subsídio, ele é sempre limitado e não cresce significativamente ao longo do tempo. É provável que outros tantos se vejam pessoalmente ofendidos com as verdades parciais que saltam dos depoimentos e, para isso, somente um olhar sob a perspectiva do outro pode ser capaz de apaziguar a alma. Se isso for verdade, o projeto *Vivendo o Trabalho Subalterno* será não somente um instrumento pedagógico da EJ1, mas, sobretudo, um poderoso veículo de transformação pessoal e existencial.

Tal iniciativa foi concebida por Roberto Fragale e a equipe da EJ1, sobretudo a Diana Neves, que vem a executando com esmero. A mim, caberia decidir questões burocráticas e obter parcerias com empresas. Após reunir-me com os representantes de várias delas, conseguimos acordo com cinco: Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Nova Rio Serviços Gerais Ltda., Empresa de Transportes Flores Ltda., e Intercontinental Comércio de Alimentos Ltda.

Vivenciei um dia como gari da Comlurb. No dia 02.08.2017, de 14h00 às 16h00, estive em uma das sedes da empresa para o treinamento. Fomos muito bem recebidos pela Silvana, formada em psicologia e entusiasta do projeto. O treinamento com Renato, um antigo empregado, foi, sobretudo, teórico e instrucional. Sua tônica foi a segurança na rua, como lidar com o risco de ser gari em via pública. A ordem era varrer na direção contrária ao fluxo de trânsito, usar o contêiner como sinalização da nossa presença e manter um olho no chão e o outro nos veículos – os grandes adversários do gari. Garis, ainda que vestindo roupas refletivas e chamativas, não

são notados. São invisíveis para condutores de carros, motocicletas e bicicletas, a despeito de prestarem um inestimável serviço de manutenção da higiene e do bem estar no espaço público. Também esteve presente o gerente Anderson, a quem também expliquei os objetivos do projeto.

Normalmente, desloco-me da minha residência, em Niterói, até o meu trabalho, no centro do Rio de Janeiro, utilizando automóvel. Nesse percurso, levo cerca de uma hora e meia. Temi não conseguir chegar a tempo no dia de campo. Deveria acordar por volta das 04h00 e sair de casa às 05h00 da manhã. Era muito arriscado. Por essa razão, preferi dormir em um hotel nas cercanias da Comlurb. Afinal, seria inaceitável um empregado chegar atrasado logo no seu primeiro dia de trabalho.

No dia 04.08.2017, cheguei ao local em que deveria me apresentar: Rua Professor Álvaro Rodrigues, nº 243, no bairro de Botafogo. Às 06h30 da manhã, fui recepcionado pelo Nereu, que logo indagou sobre o número da minha matrícula e se havia algum documento a apresentar. Respondi negativamente, ao que ele me encaminhou, com a ajuda do fiscal Tobias, para trocar de roupa no vestiário.

O vestiário é coletivo, amplo, equipado com armários e cabides para perdurar as roupas. Razoavelmente limpo, pelo menos na chegada. Após colocar o uniforme, fui comunicado pelo Tobias que poderia tomar um café da manhã no *refeitório* – na verdade, um vão na construção, um espaço aparentemente conquistado pelos próprios empregados. Não parecia ser algo construído pela Comlurb para servir de refeitório. Tudo era muito precário e, até onde pude perceber, o pão, a manteiga, o café e o leite só estavam ali porque os garis se cotizaram para comprá-los.

Ficamos aguardando a designação da área de trabalho. Nesse meio tempo, ouvíamos uma pergunta comum: *de quando é o seu concurso?* Depois fiquei sabendo que o uniforme *novo em folha* denunciava nossa

condição especial. Respondia com alguma evasiva. Ainda aguardando a designação, outro empregado, de nome James (a quem chamei, para socializar, *James Dean*), também me indagou sobre a data de meu concurso. Estranhou alguém tão velho começar a trabalhar ali. Dei outra resposta defensiva: *velho também é gente*, que encerrou o papo. Eu não deveria ser *desmascarado* logo no início da experiência. Passamos pelo setor de ferramentas, e acompanhados pelo Sr. Luís (um empregado bastante antigo), pegamos uma vassoura grande, uma pá (que eles chamam de papão) e um pequeno contêiner onde seria colocado o lixo. Depois, fui designado para um setor onde ficavam os equipamentos individuais. Lá recebi luvas e, mais uma vez, solicitaram minha matrícula.

Completamente equipado, fui conduzido pelo Tobias à Praça Nelson Mandela, em Botafogo, por volta das 07h00 da manhã. Lá encontramos o Célio, um gari também bastante antigo, que recentemente veio designado da coleta (em caminhões de lixo) para a varrição de rua. Ele havia sofrido um problema de coluna que o impedia de continuar trabalhando no caminhão de lixo. Depois, fui informado que o trabalho no caminhão é dos mais pesados e perigosos. Célio nos deu a designação: cada um ficaria num canto da praça e nos encontraríamos mais adiante.

Varri a primeira hora em uma das pontas da praça, em torno da estação de metrô. Percebi que a posição do corpo – necessária ao ato de varrer – não era das mais confortáveis. Comecei a me familiarizar com as ferramentas e tentei descobrir quais seriam as melhores técnicas. Atravessamos a rua e continuei a varrer o lado esquerdo da praça, onde estão situados muitos bares e restaurantes. Deparei-me com uma enorme quantidade de guimbas de cigarro nos canteiros e, automaticamente, inclinei-me para recolhê-las. Só ao fim do expediente – e informalmente – fiquei sabendo que isso é ergonomicamente não recomendável. É estranho pensar que

as pessoas não atinam para as consequências de se jogar lixo na rua, em local inapropriado. Sendo gari, ficou ainda mais fácil perceber que a existência minimamente digna em sociedade depende da higiene dos espaços públicos e como, de um modo geral, as pessoas no Brasil não se dão conta da importância do serviço de varrição, limpeza e coleta de lixo.

Em torno das 10h00, senti muita sede e pedi um pouco de água em um restaurante que estava sendo preparado para abrir. Fui atendido pelo gerente, que pegou um copo de vidro, encheu de gelo e colocou água filtrada (filtro de torneira). Repeti por três vezes e ele não demonstrou nenhuma impaciência ou desconforto com isso. Além de ter a sede satisfeita, fiquei orgulhoso de ter sido bem atendido, ainda que trajando uniforme de gari. Havia conforto nesse momento.

Dos passantes, recebi de dois a três cumprimentos de *bom dia*, alguns sorrisos de pessoas mais idosas e pelo menos dois pedidos de informação sobre a localização de algum comércio ou de alguma rua. A esses, respondi que estava ali no meu primeiro dia de trabalho e, por isso, não saberia informar. A reação das pessoas foi agradecer e congratular-me com o começo no novo emprego. Fico pensando se essa reação é normal, se o uniforme da Comlurb traz alguma confiabilidade a ponto de fazer com que a população tenha mais segurança para interagir. Não sei se essa reação teria sido a mesma com um gari de verdade. Não sei se minha postura confiante e segura influenciou a reação das pessoas que passaram por ali. Também não sei se a cor da minha pele teve alguma coisa a ver com isso. O fato é que, no meu caso, naquele dia e naquele lugar, senti-me bastante acolhido e respeitado.

Terminando de limpar esse lado da via, Célio, que ficou mais próximo da minha companheira de empreitada, a Anelise, aproximou-se e solicitou que eu apressasse o serviço. Nas palavras dele: *não é para arear não...*

Demorei um pouco a entender o sentido, mas logo fiz a associação com *arear a louça*, limpar com esmero, usando força e fricção. Percebi que, ao varrer a rua – um local de constante sujeira – deveria encarar o lixo maior, mais evidente. Isso criou em mim uma guerra interna: fazer bem feito ou obedecer? Minha compulsão pela organização dizia que, se era para varrer, então tinha que ser muito bem feito, tirar tudo, *arear*. Consegui me conter. Cumpri as ordens.

Em torno de 11h00, já não sentia mais os ombros e os braços. Pensei comigo: estou ficando velho e meu preparo físico já não é mais o mesmo. Mesmo que não tivesse braços ou mãos no final do dia, eu terminaria aquela tarefa. Passamos a nos ocupar da limpeza da parte maior da praça e não da via lateral. Nesse local, havia muitas folhas de árvore e um vento constante. Varriamos e as folhas caíam... Uma condição climática difícil. No dia anterior ou de madrugada, havia chovido e a água estava empoçada. Célio se encarregou de retirar com o papão o líquido acumulado no final da praça. Uma técnica rudimentar, decorrente da falta de instrumentos mais adequados, foi por ele utilizada: com a vassoura, ele empurrava a água para o papão, levava o papão até o bueiro e repetia tudo até que toda a água fosse removida. Nessa tarefa, ele gastou cerca de uma hora. Enquanto isso, eu e Anelise continuamos varrendo a praça.

Abro aqui um parêntese. Apesar da minha contrariedade, minha mulher e filha fizeram questão de me ver como gari, no local de trabalho. Tentei de todas as formas impedi-las, mas não obtive êxito. Minha filha veio de Petrópolis para isso: perdeu a aula de sexta-feira. O argumento final dela: *tenho que ver isso para contar para meus filhos*. O que naquele fato, para ela, poderia ser tão digno de nota? Fiz uma única exigência: elas não falariam comigo e eu não falaria com elas. Notei-as na praça, em frente a algumas barracas de comércio variado. Minha mulher estava me fotografando em

ação. Fingi não ver. Depois do expediente, fui informado que ela quase foi escorraçada por uma das comerciantes da praça: julgaram que se tratava de uma fiscal da Comlurb que estaria ali com a finalidade de me prejudicar – o gari no primeiro dia de trabalho. Minha mulher teve que se esconder na saída da estação de metrô.

Nesse mesmo lado da praça, parou um carro de coleta e dele desceu um gari de nome Jonas. Mais uma vez fui indagado sobre o uniforme *novo em folha*, e respondi, como anteriormente havia feito, que era meu primeiro dia de trabalho. A primeira abordagem, sobre o uniforme, não parecia muito amistosa (soube depois que, nesse ano, ainda não foi distribuído um novo uniforme pela Comlurb). Logo na sequência de minha resposta, Jonas abriu um largo sorriso e estendeu seus braços. Felicitou-me pelo emprego, de corpo e alma. Um homem negro, forte, pesando mais de 120 quilos e muito amável. Uma boa vivência no primeiro dia de trabalho: sentir-se acolhido, fazendo parte de algo... A interação e a solidariedade entre os garis me pareceram traço marcante e contundente daquelas pessoas, e outra experiência no decorrer do dia corroboraria esse sentimento.

Agora é meio dia. Percorremos as laterais da praça e chegamos quase ao ponto de partida. Era hora de parar para almoçar. Indagamos ao Célio se iria comer e ele disse que não, que retornaria para a sede e nos encontraria às 13h00 ali mesmo, onde deixamos o contêiner. Minha companheira magistrada – Anelise – informou ser vegetariana; na sequência, disse conhecer um restaurante com essa especificidade, ali perto. Trajados como garis, fomos até lá. Depois de uma boa caminhada, chegamos ao estabelecimento. Sugeri a ela que, antes de entrar, indagasse ao gerente se podíamos comer ali, vestidos como estávamos. Assim ela fez, e o gerente não demonstrou nenhum desconforto com nossa presença uniformizada. Sentamos em uma mesa grande, coletiva, escolhemos a comida (feijoada

vegetariana), utilizamos o banheiro e não percebemos nenhum tipo de mal-estar entre os presentes. Fomos convidados a voltar no dia seguinte pelo gerente ou proprietário. Também aqui, senti-me bastante confortável com aquele uniforme, muito bem acolhido pelas pessoas em volta.

Retornamos ao trabalho, por volta das 13h00. Lá encontramos o *Quatro Olhos*, um gari antigo com seus óculos de *fundo de garrafa*. Logo depois de informar o nome, ele enfatizou que na Comlurb havia apenas um *Quatro Olhos*, fazendo referência aos meus óculos, também um *fundo de garrafa*. Notei aqui certo apego ao apelido, o que se confirmou mais tarde, quando fui informado de que ele próprio não gostava de ser chamado pelo nome. Dialogamos rapidamente, enquanto retirávamos os sacos de lixo dos contêineres. Tive a oportunidade de perguntar sobre como ele via a empresa, o trabalho. A resposta foi a que esperava: eles gostavam do que faziam e apreciavam muito a Comlurb, o que de resto era comprovado pelos longos anos de contrato de trabalho. Ou não. Na verdade, como avaliar tais declarações sem considerar as circunstâncias econômicas do país? Que opções lhe estariam acessíveis? Em uma sociedade que priva a maior parte da população de formação escolar de qualidade, qual seria a chance de ele ousar imaginar uma ocupação profissional menos extenuante? Caso eu tivesse indagado acerca de seus desejos na infância – *com o que quer trabalhar quando for adulto?* – qual teria sido sua resposta? Em sua vizinhança, em seu meio, os cidadãos desejariam trabalhos que exigem maior qualificação? Querem ser médicos ou desembargadores? Querem ser professores universitários ou engenheiros?

Voltamos ao trecho inicial da Praça Nelson Mandela – onde se localiza a estação de metrô – e fizemos por ali uma segunda limpeza. Em pouco tempo, já acumulara mais lixo. Muitas lojinhas estavam abertas agora. Varremos a frente delas e o meio da praça. Mais uma vez, aqui, recebi

uma manifestação de apreço pelo trabalho de gari: uma dona de loja agradeceu-me por limpar a frente de seu comércio. Confesso que me enchi de orgulho pelo serviço bem feito.

Já ao final do expediente, por volta das 14h00, uma gari dirigiu-se a mim. Expliquei-lhe que era meu primeiro dia de trabalho e ela, preocupada, orientou-me a tomar cuidado uma vez que no dia seguinte haveria mais do mesmo, e eu ainda em contrato de experiência. Ela relatou que foi medicada para dor nos trinta primeiros dias de trabalho, e que eu deveria me proteger de posições desconfortáveis, sob pena de não aguentar o serviço. Também ela foi muito amável, gentil e solidária comigo. Mais uma vez, recebi uma demonstração de cuidado e carinho.

Voltamos para a sede da Comlurb acompanhados pelo Célio. Entregamos os equipamentos ao Sr. Luís, trocamos de roupa e ficamos de voltar no dia seguinte. Mas não haveria dia seguinte. A experiência era somente de um dia e, diante das características do trabalho, basicamente solitário, não houve oportunidade de falar sobre o projeto e sobre quem eu era. Senti uma espécie de desapontamento comigo mesmo. Talvez culpa.

Resolvi entrar em contato com a Comlurb a fim de solicitar autorização para voltar e ter uma conversa, ainda que rápida, com meus colegas de trabalho. Percebi que teria que ser rápido porque não poderia retirá-los da escala ou atrapalhar o serviço de varrição. A autorização foi concedida, e uma semana depois estive no mesmo local. Cheguei às 06h45, devidamente paramentado de terno e gravata para um dia de trabalho como juiz. Procurei mais uma vez o encarregado Nereu, que reuniu o pessoal para me ouvir.

Inicialmente, disse que havia passado por ali na semana anterior e relatei que a pergunta que mais ouvi foi sobre o ano de meu concurso. Agora poderia revelar o ano: 1992, e expliquei que não tinha sido para gari, mas

para juiz. Discorri rapidamente sobre o projeto, sua finalidade, agradei ter sido tão bem tratado e acabei parabenizando-os pela solidariedade entre eles e, claro, comigo. Ao final, todos aplaudimos. Na sequência, recebi abraços e manifestações várias. O James demorou a acreditar que eu era mesmo um juiz e perguntou se a minha colega – Anelise – também era uma magistrada. Outro gari relatou com muito orgulho que estava concluindo a faculdade de direito, e eu o felicitei por isso. Tudo muito rápido, porque o serviço começava às 07h00. Ao fim dessa experiência, a sensação é de alegria. Alegria por ter sido capaz de executá-la, por me sentir em contato mais visceral comigo mesmo, em dia com meus propósitos. Essa experiência, se bem compreendida, pode resultar em um inventário da vida. A caminhada é árdua, o aprendizado não é retilíneo, mas transformar-se é possível sempre que houver disposição para a luta. Este projeto é algo que espero ver como experiência continuamente disponível na EJ1, e que deve ser replicado com outros juízes, tantos quantos assim o desejarem. Imagino que mais encontros como esses possam contribuir para alargar a consciência que temos do mundo e de nós mesmos, todos nós.

## Marcelo Fisch Teixeira e Silva

(...)  
Na rodoviária  
Assumem formas mil  
Uns vendem fumo  
Têm uns que viram Jesus  
Muito sanfoneiro  
Cego tocando blues  
Uns têm saudade  
E dançam maracatus  
Uns atiram pedra  
Outros passeiam nus  
Mas há milhões desses seres  
Que se disfarçam tão bem  
Que ninguém pergunta  
De onde essa gente vem  
São jardineiros  
Guardas-noturnos, casais  
São passageiros  
Bombeiros e babás  
Já nem se lembram  
Que existe um Brejo da Cruz  
Que eram crianças  
E que comiam luz  
São faxineiros  
Balançam nas construções  
São bilheteiras  
Baleiros e garçons  
(...)

Brejo da Cruz  
Chico Buarque

Havana, março de 2016. Passeando no bonito bairro Miramar, eu e minha esposa decidimos pegar um ônibus e ir até o fim da linha, para conhecer um pouco da periferia da capital cubana. Um trabalhador nos informa o ponto de embarque e, ao saber que não temos a moeda local, ele mesmo tira do bolso e nos oferece o dinheiro da passagem, num gesto de solidariedade típico dos habitantes daquele país.

O preço da passagem é bem baixo mesmo para os cubanos, que ganham pouco. Talvez por isso o ônibus circule sem um cobrador. Cada passageiro deposita as moedas em uma caixa ao lado do motorista, que nem as confere.

O ônibus parte da região mais agradável da cidade e nos leva a um dos bairros mais modestos. O percurso é longo. Em um local já distante do centro, ingressa, com passos calmos e roupas simples, um senhor de uns sessenta e poucos anos. O ônibus está lotado. Cedo o meu lugar a ele e penso no que eu poderia perguntar para um senhor humilde que pega o ônibus em uma região pobre, dirigindo-se a um local ainda mais pobre. Pergunto como está a qualidade do sistema de saúde no bairro. Ele responde que o sistema é muito eficiente e, prosseguindo, passa a me dar uma aula sobre a saúde em seu país, a formação dos médicos cubanos, o trabalho deles em outros países e os médicos estrangeiros que complementam os estudos e trabalham em Cuba.

As explicações daquele carismático senhor, economista do Banco Nacional, continuam. Ele diz por que Cuba possui duas moedas, explica os efeitos do bloqueio estadunidense, dá exemplos, e demonstra curiosidade sobre o Brasil e a situação de Lula. Poucos dias antes, o ex-presidente havia sido conduzido pela polícia para prestar depoimento. Passo-lhe as informações que tenho, dou meus palpites, digo que não acompanhei as notícias do dia e ele, então, me atualiza com as informações mais recentes

do Brasil, país que ele conhece não apenas pelo noticiário, pois já esteve na Universidade Federal do Ceará, participando em congressos de economia.

Aquele economista descerá em breve, e eu prosseguirei na viagem, cada vez mais encantado com o povo cubano. Por último, pergunto se é seguro caminhar na região do ponto final. Ele responde que sim, *por supuesto*. Minha pergunta foi tola. Havana é uma cidade com ótimos níveis de segurança. Minha surpresa com a sapiência daquele senhor também não se justificava. Os cubanos têm muitos conhecimentos a compartilhar e desenvolvem argumentos sofisticados, com suas visões pessoais críticas, nunca maniqueístas ou simplórias, ao contrário do que é tão comum em outros lugares.

Baixada Fluminense, agosto de 2017. Novamente estou dentro de um ônibus para mais uma experiência marcante. Dessa vez, divorciado, já não tenho esposa para compartilhar minhas vivências. Eu, que até outubro de 2016 morava em Porto Alegre, deixei de ser um tranquilo servidor do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. Sou agora um exausto juiz do trabalho no Rio de Janeiro. E estou passando um dia como cobrador de ônibus, graças a um inovador projeto da EJ1, que me permite estar ali, pelo menos por um dia, vivendo o trabalho subalterno.

Sou originário de uma família de classe média. Na infância, fiz amizades jogando futebol na rua, onde convivi com pessoas de vários estratos sociais. Daquela época, tenho amigos que hoje desempenham profissões como as de porteiro e caixa de supermercado. Da família da minha ex-esposa, de origem humilde, convivi com motorista e com cobradora de ônibus. Por isso, quando a funcionária do setor de recursos humanos da empresa, que sabe que sou juiz, pergunta-me se estou com medo, respondo, sem nenhuma dúvida, que não.

Sou um cobrador um tanto diferente. Em meu apartamento no Leblon, bairro cujo metro quadrado dos imóveis é o mais caro do Brasil, visto o uniforme e, para evitar o atraso, vou no meu carro até a garagem da empresa, em São João de Meriti. Apelidado de *formigueiro das Américas*, devido à alta densidade demográfica, a maior do Brasil, o referido município concentra população de baixa renda. Às 12h30, deixo o carro no estacionamento da diretoria, onde muros o separam da garagem dos ônibus. Vou caminhando até o setor em que me apresento para o trabalho.

Ninguém ali sabe que sou juiz. Se sabem, fingem não saber. E me convencem disso. Sou bem recebido pelo encarregado, que me esclarece sobre a linha e a minha rotina. Coloco o crachá e já sou advertido: a empresa não admite empregados que usam barba. É meu primeiro dia, eu não sabia, então, tudo bem. Mas no dia seguinte não posso deixar de obedecer à exigência.

Por volta das 12h40 sou apresentado ao Rogério, o motorista que vai trabalhar comigo. Ele sabe que é meu primeiro dia e, por isso, faz de tudo para não me deixar em apuros. Falamos sobre o calor e o frio ao mesmo tempo. É que, no nosso uniforme, temos uma camisa de manga curta e um casaco bem quente. No friozinho do inverno fluminense, nos restam duas opções: ou sentir um pouco de frio ficando só de camisa, ou passar calor com o casaco. Ao longo do dia, vou variar entre as duas alternativas, sem nunca alcançar uma temperatura agradável.

Rogério me pergunta se tenho moedas para o troco. É claro que não tenho. Propositalmente, comporto-me como um trabalhador sueco e deixo a cargo da empresa as obrigações que são dela. O motorista, então, me pergunta se tenho algum dinheiro na carteira, para trocar. Penso em responder que não tenho nada, só para saber como a empresa lidaria com isso. Mas os donos da empresa nem me conhecem. Quem teria que

resolver o meu problema seria o próprio Rogério. Assim, para não estorvar quem não merece, respondo-lhe que tenho 37 reais. Prontamente, ele vai comigo ao setor de prestação de contas. Pede troco em todos os guichês. E em cinco minutos, Rogério resolve tudo. Tenho 37 reais em moedas. Devem ser suficientes para o dia. Se não forem, conseguiremos mais algum troco no comércio.

Vamos caminhando pela ampla e bem organizada sede da empresa até ingressarmos no veículo em que iremos trabalhar. Fazemos os registros na máquina e eu recebo as últimas orientações. Iremos até o ponto final em Duque de Caxias, quando iniciará a primeira viagem com passageiros.

Já na saída, dois colegas que se dirigem a seus postos de trabalho pedem carona. Uma mulher de uns 45 anos e um homem de uns 25. São fiscais da empresa. A gente vai conversando. Rogério, mais quieto, concentra-se no trânsito. O diálogo é agradável. A colega refere que já passeou por muitos lugares no Brasil, mas que gosta mesmo é de Duque de Caxias, onde reside. Fala com felicidade sobre a sensação de voltar para casa. Eu, longe de casa, compreendo bem o que ela diz.

Como juiz do trabalho, já atuei em São João de Meriti e em Duque de Caxias e, desse modo, consigo conversar com eles e falar das minhas impressões sobre as duas cidades. No Brasil, e, em especial, no Rio, é comum as pessoas opinarem sobre assuntos que desconhecem. Assim, naquela conversa informal, não me constranjo em dizer coisas sem maior embasamento. Concordamos que o centro de Duque de Caxias é mais interessante.

O rapaz faz menção a seus trabalhos anteriores, em uma *lan house* e, depois, no exército. Os dois colegas fiscais falam da dificuldade de se conseguir emprego e da importância de trabalhar corretamente, para progredir na carreira. Ressaltam que a empresa disponibiliza uma ótima

academia de ginástica aos empregados. Mencionam o refeitório e elogiam a comida. O rapaz lembra que, quando participou de um treinamento na empresa, pôde almoçar no refeitório. O almoço estava ótimo. Tinha lasanha. Ele fotografou a comida e enviou a foto para a esposa.

Eu e uma colega juíza (que também participou do projeto) tivemos um dia de treinamento na empresa, quando almoçamos no refeitório. E nós dois pudemos constatar que a comida realmente é saborosa. A colega também fotografou a nossa refeição. Contudo, creio que ela pretendeu apenas nos mostrar ali, naquele contexto atípico, almoçando no bandeirão da empresa de ônibus. Para nós, habituados a almoçar em locais mais elitizados, aquela refeição, embora saborosa, não se destacava por isso. Já a fotografia do rapaz sugere que ele estava diante de um almoço especial, de qualidade superior à sua alimentação habitual.

Prosseguindo na viagem, a colega fiscal, já mais à vontade comigo, arrisca um questionamento sobre a minha barba. Explica que é cobrada quando não verifica esse tipo de situação. Rogério não quer me deixar constrangido e diz que estou recém começando e que está tudo bem. A colega fala bastante e faz questão de explicar que é a empresa que cobra a respeito da barba.

Assim, em menos de uma hora de trabalho, foi possível observar dois fatos graves. O primeiro, a falta de troco. É presumível que o trabalhador que inicia numa atividade de cobrador não disponha facilmente de recursos financeiros para auxiliar a empresa nas obrigações desta, sem que isso dificulte o seu próprio sustento. Em segundo lugar, a exigência de que não se utilize barba, a evidenciar um traço de invisibilidade dos empregados, forçadamente padronizados na aparência, em detrimento da livre expressão das suas individualidades.

A viagem prossegue e a conversa vai chegando mais para o meu lado. Então, explico-lhes que sou da Justiça do Trabalho e vou trabalhar ali apenas naquele dia, como uma experiência para conhecer um pouco dessa rotina, olhando-a por dentro. Eles acham interessante a iniciativa, mas não pedem mais detalhes. A colega comenta que já desempenhou atividades em outra empresa de ônibus e considera importantes essas trocas. Rogério é o mais discreto. Em nenhum momento questiona sobre a minha presença ali. Talvez alguém da empresa já houvesse dito a ele que o meu caso era atípico. O importante é que, sabendo ou não, Rogério é educado e atencioso. E percebo que ele é assim com todos.

Sou um cobrador um tanto atrapalhado, mas o preço redondo da passagem, quatro reais, facilita a minha vida. O expressivo número de usuários de bilhete eletrônico – um pouco mais da metade – também ajuda no meu trabalho.

No quesito conservação, o ônibus é similar ao de Havana: velho e barulhento. Coloco uns papezinhos nas junções dos ferros e desse modo consigo atenuar um pouco os ruídos. O encosto da minha cadeira fica batendo no vidro da janela. O barulho incomoda e me deixa com receio de acabar quebrando o vidro. Fica difícil relaxar. Só após umas três, quatro horas de viagem percebo que, fechando a cortina, a batida fica amortecida e silenciada.

As viagens vão transcorrendo e um fato me causa surpresa: a cortesia dos passageiros. Boa tarde. Obrigado. Em todo o dia de trabalho, não houve nenhum ato desrespeitoso digno de nota. Alguns passam sem falar, principalmente os que usam o cartão. Acontece que o registro do cartão é feito pelo próprio passageiro em leitor posicionado na roleta, no lado oposto ao cobrador. Tal circunstância e a rapidez da passagem pela roleta desestimulam maiores comunicações. Alguns agradecem ao sair e é tudo

tão rápido que, às vezes, quando olho para responder, o passageiro já desceu do ônibus. Em nenhum momento me senti desrespeitado.

Quando o pagamento se realiza com bilhete eletrônico (cartão), a roleta destrava automaticamente. Para pagamentos em dinheiro, eu preciso acionar um botão que libera a passagem. Um senhor posiciona-se na roleta e abre a bolsa. Intuindo que ele vai pagar com dinheiro, eu aciono o botão que libera a roleta. No entanto, ele tira da bolsa o seu cartão. Com a roleta já liberada, passa sem pagar. Em seguida, percebendo o ocorrido, ele me oferece o pagamento em dinheiro. Como o erro tinha sido meu, agradeço, mas recuso. Ele planejara pagar com cartão e presumo que aqueles quatro reais poderão lhe fazer falta.

Uma senhora que presenciou o incidente, sentada de frente para mim, me diz que o passageiro não agiu bem. Explico-lhe que está tudo certo, que o erro foi meu. Ela diz que não está me criticando, mas que o passageiro não foi correto. Digo que entendi, mas que ele não errou, que o erro foi meu. Ela diz que a sua crítica não é para mim, mas para o passageiro. Repito que entendi, mas que o erro foi meu, e não dele, que, inclusive, se prontificou a pagar. Ela diz que a sua crítica não é para mim, mas para o passageiro. Digo *sim, sim, tudo bem*, e lembro com saudade daquele senhor no ônibus em Havana.

São 16h00. Chegamos ao fim da linha em Duque de Caxias. Rogério avisa que vamos parar por quinze minutos. Eu, que não almocei, aproveito o intervalo para encontrar algo para comer. Numa lancheria nas imediações, muito frequentada pelos rodoviários, peço o maior salgado. Pergunto o preço, mas não decifro a fala rápida do atendente. *Quatro reais pru bará irton*. Como? *Quatro reais nocaná ivon*. Não consigo entender. Penso que talvez seja algum convênio que dá desconto. Com fome, faço o pedido mesmo assim. No caixa, dou os quatro reais e recebo o salgado e uma

garrafinha de... Guaraviton, que só depois venho a saber que se trata de uma bebida energética, à base de guaraná. Ah, agora entendi. Uma venda casada. Não vou invocar o Código de Defesa do Consumidor ali. Apenas peço para trocar o Guaraviton por uma água, no que sou atendido.

Saio da lancheria comendo o salgado e logo visualizo o ônibus já posicionado para seguir viagem, com Rogério ao volante. Aperto o passo. Rogério percebe a minha pressa, desce do veículo e me tranquiliza. Ele só estava estacionando o ônibus mais à frente. Posso lanchar sossegadamente.

Na sala da empresa, de frente para a rua, no restinho do intervalo, vou comendo o salgado e conversando com Rogério sobre as condições das vias. São péssimas. Nenhum quebra-molas tem pintura. Sinalizações são raras, ao contrário dos buracos, que estão em toda parte. O motorista observa que não há placas nas ruas e que as paradas, além de mal sinalizadas, não protegem das chuvas. Ele se expressa com clareza. Salaria que em vésperas de eleições, os prefeitos investem em pinturas que logo se apagam, só para ludibriar o povo. No entender dele, a culpa, em última análise, é do próprio povo, que não se informa e não sabe escolher seus representantes. Penso em argumentar que nesse nosso sistema, dito democrático, só podemos escolher o molho com que seremos devorados. Mas o intervalo já acabou, devorei meu salgado e está na hora de seguir para mais uma viagem.

Fim da linha em Nova Iguaçu. Rogério avisa que vamos parar por cinco minutos e, se eu quiser, posso aproveitar para descer e usar o banheiro. Quero. Na porta do banheiro, uma simpática senhora controla a entrada. Pede que eu informe o nome, para ela fazer o registro. E pergunta se sou casado. Falo qualquer bobagem, mantendo a descontração, e entro. Com a exigência de identificação, eu só poderia esperar encontrar um banheiro...

sujo, com o piso molhado e sem onde secar as mãos. Seco as mãos no meu uniforme e retorno para o ônibus. Já está na hora da próxima viagem.

São 19h30. Motorista e cobrador cansados. Todos os passageiros já desceram e o ônibus aproxima-se do fim da linha. Está terminando um dia de muito trabalho. Só para confirmar, pergunto ao motorista se iremos dali para a garagem. Resposta: não! Ainda haverá mais uma corrida.

O ônibus estaciona e os passageiros começam a ingressar. O filme vai repetir-se outra vez. Eu, em apenas um dia, mesmo curioso com a atividade e com o percurso em lugares até então desconhecidos, já começo a sentir um certo enfado com as reiteradas idas e vindas. Fico imaginando a situação daqueles que passam anos e anos nessa mesma rotina pendular. A linha em que trabalhei circula em quatro cidades da Baixada Fluminense. Em todo o percurso, não aparece qualquer paisagem a ser contemplada. Nenhuma praça, nenhum jardim bem cuidado, nem mesmo uma casa bonita. Nada. Muitas ruas esburacadas, casas sem manutenção, calçamentos irregulares, vazamentos de água e terrenos com lixo sendo queimado. Como bem observou um amigo, que é juiz do trabalho no Rio Grande do Sul, a quem contei a experiência: *Um dia é fácil; quero ver dois anos!*

Fico imaginando a situação do motorista, cuja atividade, que exige atenção permanente, é muito mais desgastante que a do cobrador. Já era noite quando uma senhora entrou no ônibus falando ao celular. O ônibus passou por um buraco e ela quase perdeu o equilíbrio. Falando ao telefone, comentou que quase caiu e, em tom irônico, disse que o motorista é dos bons. Ironia de lado, a verdade é que o motorista é sim muito bom. Eu, investido na condição de trabalhador rodoviário, posso observar com mais clareza a dificuldade de se conduzir um veículo por tantas horas em vias esburacadas, mal sinalizadas e mal iluminadas. Tais condições, somadas

ao cansaço, tornam praticamente impossível que não se passe por um buraco ou outro. Um dia inteiro trabalhando como cobrador permite-me ampliar minha percepção dessa realidade e, no caso específico, observar que talvez a passageira devesse evitar o uso do celular até acomodar-se no ônibus.

Concluimos a última viagem e, agora sim, podemos ir para a garagem. Lá chegando, encontramos muitos profissionais encarregados da limpeza. Um deles, bastante espirituoso, sabe melhor que eu como fazer os últimos registros com o cartão dentro do ônibus. O motorista, cansado, mas sempre simpático com todos, diz ao companheiro da limpeza: *ajude o nosso novo cobrador*. O rapaz, então, explica os últimos procedimentos do fechamento. Pronto. Já posso dirigir-me ao guichê para prestar contas. Embora não seja obrigação de Rogério, ele faz questão de me acompanhar. Vamos conversando. Ele salienta que em qualquer início em nova profissão, mesmo no meu caso atípico, surgem dúvidas e dificuldades, sendo importante que um colega mais experiente possa estar junto para auxiliar no que for necessário.

São 21h00, as contas estão prestadas e a jornada de trabalho chega ao fim. Rogério ainda terá que pegar um ônibus e viajar durante 30 minutos até chegar em sua casa, na Baixada Fluminense. Ofereço carona, mas ele não aceita. Despedimos-nos. Enquanto ele se dirige ao ponto de ônibus, eu vou pegar meu carro no estacionamento da empresa, para retornar à zona sul do Rio de Janeiro.

Está escuro. A iluminação é precária. Encontro um colega uniformizado e pergunto se há alguém na portaria para que eu possa retirar meu carro. Ele, surpreso, pergunta: *Você está de carro?* Sim. Ainda surpreso, questiona: *E seu carro está ali?* Sim. Então, ele diz que basta eu seguir, pois há um

porteiro no local. Vou embora para casa. A experiência chega ao fim, com cada trabalhador de volta à sua casa e à sua casta.

Não sei qual a história de vida de Rogério e dos demais trabalhadores daquela empresa de ônibus. O que sei é que se a todos os brasileiros fossem asseguradas, desde a infância, adequadas condições socioeducacionais, todas as profissões poderiam ser devidamente valorizadas.

Em 2000, a UNESCO fixou as seguintes metas para a educação a serem atingidas até 2015: (1) Expandir a educação e os cuidados na primeira infância, especialmente para crianças mais vulneráveis; (2) Alcançar a educação primária universal, particularmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas; (3) Garantir acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e a habilidades para a vida; (4) Reduzir em 50% os níveis de analfabetismo de adultos; (5) Atingir a paridade e a igualdade de gênero; (6) Melhorar a qualidade de educação e garantir resultados mensuráveis de aprendizagem para todos.

O Brasil – com 13 milhões de analfabetos e mais de um quarto da população no analfabetismo funcional – cumpriu apenas as metas 2 e 5. O único país da América Latina a cumprir todas as metas foi Cuba, onde inexistiu analfabetismo desde 1961. Não por acaso, o diálogo fascinante a que me referi ocorreu num ônibus na periferia de Havana. Dificilmente algo parecido aconteceria em um turno inteiro de idas e vindas na Baixada Fluminense, no Leblon ou em qualquer outro ponto desse injusto e desigual território brasileiro.

## Marco Antonio Belchior da Silveira

Subalterno se diz, para a finalidade deste diário, o trabalho não qualificado e intensamente subordinado. A nota da subalternidade é a fungibilidade do trabalhador perante seus pares, a possibilidade quase ilimitada de descarte e substituição no posto ocupado. Esse *desvalor* – a possibilidade de ser descartado e substituído por outro trabalhador também desprovido de qualificação técnica ou escolar – em uma oferta quase inesgotável de mão-de-obra, parece ser um dos aspectos que funda um *sentir-se inferior* perante superiores hierárquicos e, de alguma forma, também perante a própria sociedade. Do sentimento brota a postura do corpo, o curvar-se diante do mundo e dos outros, o semblante que parece o tempo todo exprimir uma súplica, um pedido de desculpas.

Parte integrante do projeto *Vivendo o Trabalho Subalterno*, o trabalho de campo proposto e realizado consistiu no treinamento e no cumprimento de uma jornada normal de trabalho em uma das funções disponibilizadas. Coube-me o exercício da função de operador de caixa de supermercado, tarefa que cumpri em uma das várias lojas de uma rede varejista na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O treinamento foi realizado em 03.08.2017, nas instalações da empresa contratante, no município de São João de Meriti, neste Estado. O trabalho de campo propriamente dito ocorreu no dia seguinte.

A rotina do juiz – circunscrita à esfera de decidir e ordenar – contém em si o gérmen da arbitrariedade. A pedra fundadora para alavancar comportamentos autoritários e vaidosos parece estar bem aí. Exercemos uma função que é a verdadeira antítese do trabalho subalterno, ao menos em relação àquilo que o juiz habitualmente pode sentir no exercício de sua função: possuímos autonomia e independência e nem as leis ou a

Constituição nos vinculam de modo absoluto; ou, de outra forma, não nos curvamos à lei, mas traduzimos o real significado e extensão desta.

A consciência é nosso norte e na esfera de uma audiência o juiz centraliza o jogo intersubjetivo das partes envolvidas. A compreensão dos fatos, bem como o direito que vai prevalecer, depende do que solitariamente deliberarmos. Assim, por mais que a lei seja objetiva, não dispensa a interpretação, que cabe ao juiz e que o coloca em uma situação de proeminência no processo. Disso, concluo que o trabalho subalterno não é aquele ao qual estamos habituados, por mais repetitiva que seja parte de nossa rotina diária.

Nasci em uma pequena cidade do interior do estado de São Paulo, distante quase quinhentos quilômetros da capital. De educação conservadora e uma origem modesta, vim para a cidade grande há cerca de 14 anos. Fui advogado. Sou marido, pai e, agora, juiz titular de uma das varas da segunda maior cidade do país. Vivo diariamente no município conhecido como aquele que condensa *o melhor e o pior* do Brasil. Estou a julgar os casos que me são submetidos, de uma população que vou conhecendo aos poucos, cuja leveza me encanta e, às vezes, também me assusta.

Mais em razão do que não sou, fui chamado em consciência a participar do projeto. Resolvi voltar a estar perto de minhas origens de classe, em um ato que avalio inicialmente como de perigosa vaidade. Resgate paradoxal, repleto de possibilidades e inviabilidades. A experiência deixou marcas permanentes.

Após o encontro realizado na semana anterior com os demais integrantes do projeto, sob a coordenação do professor Fernando Braga, foram feitos os preparativos para nossa jornada. O trabalho de campo nos levou aos garis e aos operadores de caixa de supermercado, aos copeiros e aos cobradores de ônibus. Assim, cada um de nós deveria se

submeter a um breve treinamento e trabalharia em período integral no exercício de uma daquelas funções. Estaríamos incógnitos junto àqueles sujeitos subalternizados, vivenciando, tanto quanto possível, sua realidade profissional.

Chega a véspera do treinamento. Noite agitada e mal dormida. Expectativa de como seria o primeiro contato com a equipe de treinamento da empresa contratante e, principalmente, como seria a reação dos demais trabalhadores diante de mim e das duas colegas que participariam do treinamento.

A perspectiva de trabalhar incógnito, oculto, infiltrado entre os demais, gerou constrangimento, um sentimento como uma espécie de deslealdade que, por sua vez, exacerbou minha ansiedade. Dormi mal. Acordei com o coração pulsando na minha garganta.

O Rio de Janeiro é a cidade dos contrastes, síntese *imperfeita* de uma realidade que nos morde nas entranhas. Há como que dois municípios: o da zona sul, dos bairros de classe média e alta, da praia, do Copacabana Palace, dos turistas, a capital não oficial do país; o outro é o reverso da medalha, as favelas da zona norte, o Complexo de Favelas do Alemão, a Maré, o amontoado de pessoas à beira do mangue, a pobreza. Sim, ainda a Casa Grande e a Senzala.

Ao todo éramos três juízes em treinamento, eu e duas colegas.

Chegamos ao local indicado, em São João de Meriti, Baixada Fluminense, um pouco atrasados. O primeiro impacto foi a visão dos arredores da empresa: lixo espalhado em terrenos baldios, rua de terra, um grande portão que protegia o pátio onde estavam estacionados alguns caminhões: tudo remetia à realidade de que estávamos bem longe de nossa zona de conforto, a região litorânea da cidade maravilhosa.

Tão logo ingressamos no prédio, fomos levados até a responsável pelo setor de recursos humanos, que nos encaminhou à palestra da qual participavam os empregados recém-contratados: seguranças, carregadores, açougueiros, auxiliares de serviços gerais e operadoras de caixa. Três negros, cinco pardos e três brancos; os últimos três, nós, os juízes.

A exposição já havia começado e consistia em um resumo da missão e valores da empresa, bem como uma explanação sobre as vantagens e responsabilidades recíprocas. Na sequência, houve uma exposição sobre segurança no trabalho.

Ao chegarmos à sala de treinamento, fomos apresentados aos contratados. Observei que, além da cor da pele que nos diferenciava, havia no rosto dos demais empregados uma expressão sofrida. As marcas de uma vida de trabalho duro ficam muito bem estampadas no rosto feminino, naqueles braços duros, de uma musculatura estreita, mas rija, na postura tensa e inconscientemente calculada, no sentar-se na beiradinha da cadeira, com os pés apoiados no chão (prontos para uma saída rápida diante da primeira insinuação de que não se está agradando), no colocar a mão sobre a boca na hora de rir, como uma espécie de controle contra qualquer indiscrição em um ambiente estranho e talvez hostil a certas liberdades.

Encerrada a apresentação, fomos perguntados sobre que tipo de ocupação tínhamos anteriormente. Eu já havia feito bicos como garçom (nos tempos da faculdade), e também tinha trabalhado como bancário em minha cidade de origem; por fim, o trabalho de escritório, o que não é inverídico, porque as profissões de advogado e de juiz são preponderantemente burocráticas. Fui sincero, não totalmente, mas permaneci tranquilo com o relato sumário e superficial da minha experiência no mundo do trabalho. Disse a verdade, mas para manter o sigilo do projeto, não em sua integralidade.

Paramos para o almoço no refeitório: comida simples, boa e farta, uma conversa animada entre os descarregadores dos caminhões que dividiam o espaço com os que estavam em treinamento. Houve um reencontro entre um empregado recém-contratado, que ocuparia a função de açougueiro na loja da Pavuna, a mesma na qual eu trabalharia e um antigo colega de um emprego anterior. Nós, os três juízes, estivemos separados propositalmente, tentando uma aproximação com os empregados da empresa e, em especial, dos que estivessem também em treinamento. Sentamos em mesas separadas, em que pesou a divisão de gênero: homens e mulheres apartados. No grupo dos homens havia um rapaz quieto que vestia uma touca, com um olhar distante e que permaneceu em silêncio durante todo o tempo em que estive à mesa. Estava isolado e amuado. Fez transbordar seu prato de comida, mas comeu pouco. Ao se levantar, deixou tudo em cima da mesa, ao contrário dos demais, que recolhiam individualmente os pratos e os colocavam em local reservado a isso.

O almoço transcorreu em um clima quase festivo, talvez pela alegria dos recém-contratados, por terem encontrado um novo posto de trabalho. Além disso, o assunto sempre recorrente entre homens – as mulheres – é um convite à atmosfera leve, não importando classe social ou idade. Conversamos e rimos. Nesse momento de descontração, os meus modos desajeitados foram esquecidos. Surgiram até palavras de incentivo, quando tomavam conhecimento de que eu estava no treinamento, uma espécie de camaradagem. Na família como no trabalho, o momento da refeição é uma hora de aproximação entre as pessoas, de compartilhamento de experiências, em que uma boa anedota diz muito mais do que a cor do crachá ou do uniforme. Para os homens, é o mais próximo que temos das reuniões da infância, das brincadeiras dos jogos, daquelas conversas sobre os mistérios do mundo ou das mulheres. Por um instante, breve

demais, mas valioso, parecíamos devolvidos à infância. Havia inesperada liberdade ali.

Terminada a refeição, fomos até uma área de repouso: sala bem ventilada equipada com algumas cadeiras. Chamou-me a atenção que alguns trabalhadores dormiam, mas acomodados improvisadamente no chão. Descansamos e retomamos as conversas de um pouco antes: falamos da família, dos filhos, da carestia, das crises econômica e política, de futebol. Após o intervalo, subimos para a parte prática do treinamento.

Fomos levados a uma sala no andar superior do prédio, onde fizemos um treinamento sumário com o registro de mercadorias em uma leitora utilizada para este fim. Nenhum dos empregados do treinamento sabia sobre nossa real intenção (Mateus, o mais velho; Jorge, o chefe; e Pedro, que permaneceu quieto em sua mesa, envolvido com o trabalho que realizava). Sem muitas indagações, descemos para retirar nosso uniforme. Depois, retornamos para a zona sul do Rio. Eu estava prestes a enfrentar uma nova realidade de trabalho, na qual eu não tinha o comando da situação. No dia seguinte estaríamos completamente sós.

No dia seguinte, logo às 05h00 da manhã, acordei sobressaltado. Resolvi que iria vestido com o uniforme do supermercado: uma calça social azul marinho e uma camisa branca de mangas curtas com o logotipo da empresa. Arrumei o café da manhã da minha filha e caminhei até a estação Cardeal Arco Verde do metrô, no bairro de Copacabana. Fiz a baldeação para a linha 2 na estação Botafogo, sentido Pavuna.

Nas plataformas do metrô, as pessoas olhavam na minha direção, mas esse olhar me atravessava. Difícil descrever. O olhar visava um ponto mais distante de onde eu estava, mas na minha direção. Desfocavam o olhar, aparentemente a fim de evitar que os campos de visão se cruzassem. Reparei que isso era especialmente em relação a pessoas melhor trajadas,

que não usavam uniforme e que, ao perceberem meu olhar a elas direcionadas, pareciam desconfortáveis. Assim, estendiam seu foco para adiante de mim, transpassando-me.

A viagem demorou cerca de 1h10, o que fez com que eu chegasse atrasado: um erro de cálculo imperdoável. Deixei a estação correndo, meio desorientado diante da multidão que se aglomerava junto às barracas de camelôs posicionadas na passarela de acesso à estação. Atravessei a rua e imediatamente entrei no estacionamento do supermercado.

A loja é muito grande, cerca de dez ou doze caixas registradoras. Várias estantes de produtos, bem espaçadas. Tudo muito amplo, tudo muito limpo e arrumado e, da chegada ao encerramento da jornada, muito movimento de clientes. Nem a agilidade das operadoras de caixa era suficiente para acabar com as filas, que se formavam contínua e insistentemente.

Tão logo cheguei, apresentei-me ao chefe dos operadores – Moreira – e já fui me explicando sobre o atraso, esperando obviamente que levaria uma carraspana do chefe. Estava realmente envergonhado por chegar atrasado no primeiro dia de trabalho. Não fui repreendido, mas a expressão insatisfeita de Moreira era suficientemente clara, apesar de ter mantido uma postura muito educada e colaborativa.

Depois da apresentação aos demais empregados, fui levado por Moreira até o interior da loja, aos vestiários, onde me foi reservado um armário. Não depusitei objeto algum. Carteira e celular (desligado durante toda a jornada) permaneceram comigo.

Receber ligações telefônicas particulares durante o expediente é algo que um trabalhador subalternizado em geral não pode cogitar. A oferta de um armário onde depositar objetos pessoais lembra mais uma advertência que um conforto. O uniforme do empregado ao que parece tem um significado mais amplo. A conduta também deve atender a certa

uniformidade. Roupas idênticas, proibição de acessórios de beleza, a impossibilidade de utilizar barba, cabelo comprido ou colorido. A individualidade do trabalhador vai criteriosamente sendo apagada. Não é apenas sua força de trabalho que é apropriada pelo empregador, mas seu corpo e seus gostos, suas peculiaridades e querereres, aquilo que o torna único como ser humano.

Fui conduzido ao refeitório para um café com pão. Gostei muito, mas logo retornei para a loja, para a área dos caixas, a fim de assumir o meu posto.

O chefe dos caixas, depois de perguntar sobre se eu havia tomado o café, chamou uma das operadoras, Jeanete, que foi incumbida de me acompanhar. A funcionária mostrou-se solícita e animada, muito verdadeira nos seus comentários, especialmente quando me alertava sobre a necessidade de eu manter a atenção, sob pena de ter de arcar com diferença de caixa. Seria mais que manter a atenção simplesmente; na verdade, a instrução nesse sentido criou uma espécie de alerta paranoide, como se qualquer deslize fosse fatal. As advertências continham certo humor, mas de forma incisiva, como a ressaltar a importância de cada centavo do salário.

O trabalho como operador de caixa é, senão exclusivo, quase exclusivamente feminino. No almoço daquele dia, a cozinheira me declarou jamais ter visto um operador de caixa homem. Disse a ela que eu ficaria na história do supermercado e ela riu. Nós rimos, um riso raro ali, aberto e gostoso.

O refeitório é muito simples, mas limpo. Dispõe de uma televisão e uma pequena estante que leva a inscrição *Pequena Biblioteca*. Identifiquei livros velhos, pelo visto abandonados, sem arrumação de qualquer natureza, desprovida de preocupação catalográfica. Não parecem estar

ali para nos servirmos de suas palavras e histórias. Durante o café, algumas funcionárias da área de limpeza se sentaram ao meu lado, tudo muito natural. A conversa era tranquila, sem tensão sobre o dia a dia e, eventualmente, a respeito de uma notícia veiculada no telejornal do canal sintonizado.

Assumi o posto com a apreensão de quem nunca havia exercido aquela função, de quem chegava para o seu primeiro dia de trabalho. Tensão verdadeira, sem nenhum fingimento. Não havia proteção ou conforto. Eu estava bem exposto, inclusive e especialmente, exposto aos olhares de todos os empregados. A novidade do dia. Em alguns momentos suava em bicas, momentos em que sentia meu coração batendo muito forte.

O atraso inevitável da fila, os olhares descontentes e ansiosos dos clientes, tudo trazia um grande desconforto. A indiferença – prática maciça dos que um a um alinhavam-se em fila – parecia menos opressora, embora humilhante. Algumas vezes me vi obrigado a explicar que era o meu primeiro dia na empresa. Era como uma senha para sensibilizar a maioria das pessoas, que geralmente me dirigiam uma palavra de conforto:

*Calma que tudo vai dar certo, com o tempo você tira de letra.*

Minha pequena abertura correspondeu sempre a uma abertura recíproca daqueles compradores apressados. Por instantes, a atmosfera ficava mais leve. Um humano falando a outro humano. Um misto de aconchego e constrangimento me acometia, o último sentimento motivado pelo desconhecimento de todos os empregados sobre a minha real condição naquele lugar. Em alguns momentos me sentia um agente

infiltrado. Em outros, entregava espontaneidade às conversas com a minha treinadora e com os clientes.

Fiquei realmente surpreso ao chegar ao local de trabalho e constatar que ninguém sabia sobre o projeto do qual eu participava. A ausência de cadastro no ponto biométrico gerou muitas dúvidas e perplexidade por parte da chefia, já que a empresa demonstrou acentuada preocupação com as delimitações estabelecidas em contrato.

Cheguei à loja às 07h40 daquela sexta-feira, 40 minutos atrasado. Na chegada fui recebido pelo subgerente Magno, e por Moreira, o chefe dos caixas. O gerente da loja, Jamal, somente chegou ao local às 14h00, e foi diretamente para o setor dos caixas. Fui apresentado e, já no começo da conversa, também o gerente demonstrou desconhecer os reais motivos de minha presença ali. Permaneci incógnito até o encerramento da jornada. O fato de ter sido admoestado (de forma respeitosa, mas inconfundível) para que retirasse a barba que trago cerrada, evidencia minha tese.

Jeanete, minha treinadora no posto de trabalho, tem cerca de 50 anos, há 12 como operadora de caixa, como ela própria relatou no correr do dia. Demonstrou ser uma pessoa de personalidade forte e ágil, lutadora, alguém que sabe que não pode se dar ao luxo de esperar de outros a realização de suas conquistas diárias. Negra, como as demais operadoras, à exceção de uma, que era branca. Desta última ouvi várias advertências:

*Cuidado! Atenção no troco! Se você errar no troco vai ter desconto no salário.*

*Preste atenção nos monitores (havia dois, onde eram digitados os códigos e a tela dividida com o cliente), pois pode acontecer do scanner não captar o código de barras do produto ou registrar duas vezes a compra.*

Mas Jeanete demonstrou muita paciência comigo, incentivando, especialmente quando me identificava sobressaltado com o aumento da fila ou com problemas no troco:

*Com dois dias no caixa, você aprende tudo que precisa.  
Eu tenho 12 anos nesta função e sei do que estou falando.*

Ao falar de suas habilidades na realização da função, Jeanete mostrou-se modesta, pontuando que qualquer pessoa, não importa quais limitações possuísse, dominaria a operação de caixa em um curtíssimo período. Trata-se de uma postura comum aos empregados que exercem funções subalternas. Talvez tenham internalizado um sentimento de *desvalor* sobre o que fazem. Sentem-se destituídos de mérito, pois qualquer um é capaz de fazer o que fazem. Quando falam da família, ressaltando os filhos, desejam que estudem e ocupem funções acimadas.

A insana correria do trabalho – o que rendeu muitas dores nas costas ao final do dia – não impossibilitou alguma conversa, o suficiente para fazer uma incursão, ainda que modesta, no mundo do trabalho que eu encarava pela primeira vez. Jeanete reiteradamente insistiu que, no começo, não se conformava com as reclamações dos clientes, a má vontade de muitos, mas que, depois de um tempo trabalhando na função, teria concluído que esse estresse não compensava o sacrifício de manter-se em alguma medida aberta, disponível para diálogos, ainda que curtos e magros. Moreira já havia salientado o mesmo para mim.

Essa diretriz de não se constranger pela atitude dos clientes traduz-se em uma postura de submissão. A premissa aqui parece ser a de que um trabalhador que veste aquele uniforme deve deixar-se alcançar por dentro por aquela vestimenta despersonalizada. Seus atributos e qualidades

individuais devem estar em segundo plano. Durante a labuta, cada personalidade contorcida, anestesiada, latente. A primazia absoluta cabe aos fins do empregador. O cliente tem sempre razão, não é mesmo?

Era evidente como Jeanete e Moreira – operadora e chefe, respectivamente – estavam preocupados com o fato de eu nunca ter trabalhado em supermercado, e muito menos na função de caixa, uma atribuição naturalmente feminina. Minha barba embranquecida destoava na linha de frente da loja. O que transpareceu para mim foi um sentimento de solidariedade de ambos, presumivelmente direcionados a um homem entrando na meia idade e que, por suposição, não era habituado àquele trabalho pesado.

Já nos primeiros diálogos deve ter ficado patente para as operadoras e demais funcionários, e mesmo para os clientes, que ali estava um peixe fora d'água. Alguém que no passado recente havia guindado posições mais importantes no mercado de trabalho e que, por algum infortúnio, teria de se contentar com rebaixamento de função profissional.

Acredito que minha falta de experiência e desconforto naquele ambiente foram denunciados pelo meu tom mais baixo ao falar, pelas palavras utilizadas (percebi que havia vocábulos em meu diálogo que não eram comuns para o local), as mãos sem calos, os reiterados pedidos de desculpas a cada erro cometido, os modos mais polidos ou delicados. O ambiente bruto embrutece. Por que eu estaria ali com tantas delicadezas?

Minha inexperiência e a lentidão no atendimento faziam com que Jeanete assumisse o caixa nessas circunstâncias, ocasião em que eu assumia o posto de empacotador. Se o trabalho do operador de caixa é subalterno (intensamente subordinado e não qualificado), o do empacotador é quase robótico. Estamos expostos a comandos ininterruptos. É estressante e nos expõe constantemente a mal entendidos.

Ao embalar as mercadorias, é necessário cuidado extremo, pois cada cliente é diferente do outro: alguns não gostam ou não admitem que o empacotador toque os produtos comprados. Isso foi chocante! Outros ficam impacientes quando a mercadoria não é imediatamente embalada após o registro do preço. Resolvi, então, perguntar a todos os clientes se podia empacotar, o que causou surpresa a alguns e um sorriso simpático por parte de outros.

Um aspecto muito relevante era a forma como o produto era acondicionado nas sacolas plásticas. Misturar alimentos, em especial os perecíveis, com produtos de limpeza, seria imperdoável. Mas, para além disso, era necessária a sensibilidade para utilizar duas sacolas, uma dentro da outra, quando o produto era mais pesado ou tinha maiores dimensões. Outras vezes era preciso perceber que o cliente estava interessado em algumas sacolas sobressalentes, provavelmente para embalar o lixo de casa, e se antecipar, aproximando do mesmo as sacolas. Os grandes pacotes de papel higiênico pediam a confecção de uma alça com as sacolas plásticas, para facilitar o transporte da mercadoria. Isso enriqueceu sobremaneira a atividade de campo.

A fila diminuía e eu voltava à operação do caixa.

Antes do fim do expediente, fui chamado ao escritório do gerente do estabelecimento, Jamal, um homem da minha idade. O escritório era minúsculo e atulhado de mercadorias. Mal dava para sentar na cadeira única à frente de sua mesa. Empregados de todas as funções entravam na sala para falar com o gerente, sem prévio anúncio, e eram sempre recebidos pelo chefe máximo com simpatia e presteza. Nossa conversa foi interrompida várias vezes. Numa delas, como o assunto era mais delicado (a situação pessoal de uma auxiliar de limpeza), saí de fininho e aguardei do lado de fora.

Durante esses minutos, o sistema de som anunciou que estava chegando ao fim a jornada do primeiro turno e indicava aos empregados a necessidade de procederem ao fechamento do posto de trabalho, para que não houvesse atraso.

Ao retornar à sala, Jamal ainda estava perplexo. A completa ausência de notícias minhas provenientes do setor de RH da empresa, bem como alguma pista cadastral do *novo funcionário* para anotação do ponto, parecia inacreditável. Diante disso, preparou uma folha para que eu registrasse a jornada e assinasse, para posterior regularização.

Foi então que, diante da certeza de que nem mesmo o gerente da loja sabia sobre o projeto do qual eu participava, e como Jamal estava realmente preocupado em que eu não perdesse o dia de trabalho (por falta de anotação da jornada), resolvi participar ao mesmo as razões de meu comparecimento naquele dia.

O gerente ficou surpreso e declarou, momentos depois, estar feliz com a iniciativa da Justiça do Trabalho, de levar os juízes para conhecer a realidade da labuta que julgam nos processos. Depois dos esclarecimentos, despedimo-nos.

## **Natália dos Santos Medeiros**

Servidora pública de carreira – tendo ingressado nesta área ainda na graduação, quando estagiei no Ministério Público Federal – sou juíza há dois anos, aproximadamente. Estive como Técnico Administrativo no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e como Analista Judiciário no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atuei em cada um dos cargos por aproximadamente dois anos. A escolha pela magistratura do trabalho não foi aleatória. Exercer este ofício sempre esteve em meu foco.

Paulista, nascida e criada no em uma pequena cidade do interior, a mudança para a ex-capital da federação também foi marcante pelas culturas locais bem distintas.

Esse é o meu contexto.

Quando tomei conhecimento do edital acerca da experiência de viver um trabalho subalterno, fiquei entusiasmada. Seja pela possibilidade de conhecer mais profundamente um universo que acesso apenas por narrativas, seja porque tomar parte em novas histórias e novas realidades auxilia a melhor compor o campo a partir do qual podemos interpretar as leis.

Algum distanciamento social e cultural parece ser marca negativa a ser superada em uma audiência, para dizer apenas de nossa atuação. O nível de conforto material do qual desfrutei junto à minha família pode ter tornado um tanto parcial a percepção de muitas realidades em nosso país.

Sobretudo, em minha vida institucional jamais estive em condição subordinada em uma relação patronal comum. De órgão público em órgão público, meus vínculos profissionais nunca estiveram regulados pela CLT. O projeto da EJ1 constituiu-se como raríssima oportunidade para confrontar expectativas e realidades deste mundo do trabalho.

Inscrita, estive aflita, pois a atividade para mim designada exigia deslocamento para um bairro que não me parecia seguro. A Floresta da Tijuca parece materializar uma separação profunda e inconteste. Considerando os dois lados – esses universos tão distintos – não fui capaz de atravessar para o lado de lá. Ocorreu-me até mesmo declinar do projeto. Acessando pelo Túnel Rebouças o outro lado da cidade, o cuidado do Estado com as pessoas fica cada vez mais escasso. Quanto mais distante da zona sul, menor a segurança pública.

Enfim, escolhi ser auxiliar de serviços gerais, porque o local de trabalho era familiar e, por essa razão, para mim menos hostil: um shopping center na Barra da Tijuca. Eu pude escolher onde gostaria de viver essa experiência. A maioria das pessoas não tem esse privilégio. Escolhi, também, onde vivo e onde quero estar. A maioria das pessoas não conhece essa possibilidade.

Esse controle parcial da vida costuma estar reservado a quem ocupa boa posição social. Recordo de minha mãe contar que em época na qual se preparava para o vestibular, quando a escolha pela profissão era iminente, foi preciso que optasse pelo curso universitário possível de ser pago por sua família. Como estudante, uma limitação que não conheci.

Antes de passar pela experiência etnográfica em si, foi necessário um dia de treinamento. Tinha em mente, desde aquele momento, que já sentiria na carne os impactos do que estaria por vir.

Na base da empresa, em um bairro desconhecido para mim, deveria me deslocar no horário designado. Toda a logística para aquele período começou a me exigir determinado planejamento: qual transporte utilizaria, como me alimentaria, etc. Pude perceber, novamente, como minha rotina é determinada por uma específica condição de classe. Não preciso levantar tão cedo e me deslocar pela cidade fazendo uso de transporte coletivo. Tampouco me esmerar no preparo da comida no dia anterior. Basta dirigir

meu carro e escolher o restaurante mais próximo ao Fórum, aquele que me aprover.

O encarregado responsável por me recepcionar informou que me aguardaria no setor de triagem. Assim eu havia compreendido. A chuva na noite que antecedeu o treinamento me fez optar pelo táxi. Do trajeto de casa até a base da empresa reparei em lugares e pessoas. Era mais cedo que meu hábito. A paisagem era completamente outra. Costumeiramente, meu trajeto envolve os pontos turísticos da cidade, passando pela praia de Copacabana, Cristo Redentor e Pão de Açúcar. Naquele dia, minha vista incluía favelas e uma boa parte da cidade abandonada pelo Poder Público. Passando o estádio do Maracanã, avista-se o morro da Mangueira. Nenhuma paisagem talvez representasse tão bem aquele dia e o que estava por vir.

Chegando ao local do treinamento, reparei que havia muitas pessoas ali aglomeradas: a busca de um emprego. Mulheres, homens, jovens e idosos. Fiquei observando como se portavam. Reparei também no semblante de cada uma delas: esperança parecia ser o sentimento predominante.

Encostei em um carro estacionado, e enviei mensagem para o encarregado informando minha chegada. Ele respondeu dizendo que me aguardava no setor de triagem. Alguns instantes se passaram até que me desse conta da gafe: triagem era, na verdade, uma estação do metrô, e não um setor na empresa.

Em dez minutos o encarregado chegou. Pediu para que eu aguardasse ali fora, que logo me chamaria. Entrou por um portão de carros, e não muito depois retornou por um portão de pedestres. Embora muitas das pessoas que aguardavam ainda estivessem do lado de fora, e embora ninguém fosse chamado pelo nome, o tratamento dispensado a mim contrariou esse cenário. Nunca tinha percebido claramente como o nome

é aspecto tão distintivo. Identifica a pessoa, singulariza. Ninguém ali foi chamado pelo nome. Para o propósito, pelo que entendi, o nome de cada trabalhador pouco importava. Como se sente quem – habitualmente – recebe esse tipo de tratamento? Seria humilhação? Daquele lado do túnel, é como se as pessoas estivessem pouco a pouco sendo invalidadas em suas individualidades.

Junto ao nome, veio todo o zelo, uma certa preocupação de que eu fosse bem cuidada e protegida. Perguntaram sobre meu deslocamento e minha alimentação. Garantiram que eu não fosse receber o uniforme sozinha. O nome pareceu uma manifestação particular de todo o cerimonial comigo. Havia uma espécie de rede de proteção ao meu redor. O encarregado pareceu-me uma pessoa altamente sensível, um homem de raras qualidades. A gentileza apareceu também no tom de voz e na tranquilidade ao explicar os procedimentos.

Entrando no prédio, um corredor comprido, ao longo do qual identifiquei várias salas, ao que tudo indicava reservadas às entrevistas. Ao fim do corredor, um estacionamento. Depois dele, uma sala de treinamento. Um palestrante já estava recepcionando os candidatos. Cheguei discretamente e sentei ao fundo.

O treinador dizia como era importante aquela oportunidade, que deveria ser valorizada. Enfatizou que, dentre tantos candidatos, eles eram os selecionados. Isso era, portanto, grande realização. Dizia também como a empresa era boa para se trabalhar e que, sem dúvida, era possível imaginar ali um plano de promoções para a carreira. Como se a empresa não precisasse deles, mas eles precisassem da empresa. Assim me pareceu aquele discurso.

Não fez menção à diversidade. Não levou em consideração a diferença entre homens e mulheres, entre os jovens e os idosos. Ali todo mundo

foi tomado como idêntico, e todos deveriam produzir da mesma forma. A identidade não importava. Se adocece ou não, se há filhos, se tem família ou não, se mora longe ou perto, nada disso foi abordado. O desejo final era de que aquelas pessoas *vestissem a camisa*. Ouvi tudo da seguinte forma: quando chegar à empresa, troque de roupa, abandone sua identidade e mantenha-se uniformizado, em trajes e pensamentos: sejam uns como todos os outros.

No esforço incansável de motivar os ingressantes, citou o exemplo de um funcionário símbolo de progresso, a partir da empresa: tornou-se juiz. Sobre uma empresa que oferece serviços de limpeza e a conexão com a ocupação de um magistrado – associação nada óbvia – nenhuma palavra foi dita. Após quinze minutos sobre a instituição, outro representante assumiu a sala. Ele efetivamente era encarregado de treinar aquelas pessoas. O sujeito foi breve, e nos encaminhou para uma sala ao lado. Local amplo e repleto de apetrechos para realização de limpeza.

Além dos que estavam em treinamento para auxiliar de serviços gerais, havia duas mulheres – de humores opostos – que treinavam para a função de encarregada.

A mais doce ficou responsável por auxiliar no manuseio do *mop pó* (substituto profissional da vassoura) e do *mop água* (substituto profissional do rodinho com pano). A mais sisuda esteve responsável pela enceradeira.

Meu primeiro instrumento foi o *mop água* e, ao manusear aquilo, ficou evidente minha falta de traquejo. A encarregada perguntou se eu já havia trabalhado com aquilo, ao que respondi negativamente. Muito pacientemente, ela me ensinou. Na sequência, perguntou se eu já havia manuseado o *mop pó*, e nova negativa. Aparentemente intrigada, ela persistiu na aula.

Após haver manuseado os dois instrumentos, fui deslocada para treinar com a enceradeira. Na verdade, duas e, em razão de minha inabilidade, pareceram ainda mais pesadas e desgovernadas. Tentando, sem sucesso, controlar a enceradeira, comecei a rir, o que é em mim uma resposta natural ao nervosismo.

*Bonitinha, não é pra rir não, bonitinha. Aqui o negócio é sério!*

Pedi desculpas e expliquei que o riso era de nervoso. Não caiu bem. Senti que eu não poderia ser *eu*, com meu riso frouxo. Uma livre sinalização de minha personalidade não era bem vinda naquele momento. Ao longo do dia, foi ficando cada vez mais claro que aquele universo pendia à opressão.

Os candidatos vinham me perguntar quem eu era, e se estava ali para tentar uma vaga no setor da limpeza. Também questionaram se eu era da empresa e, portanto, se fazia parte do time de examinadores. Uma das pessoas, inclusive, quis saber se eu era gerente de shopping (!).

Conversei com uma moça jovem, mas de expressão sofrida. Maranhense, casada e com filhos. Havia conhecido o marido em um clube de forró. Desempregada havia sete meses, assim como o companheiro, recentemente contratado. Perguntei como sobreviviam sem renda alguma, e ela respondeu que era graças à solidariedade dos vizinhos também maranhenses.

Outra mulher veio puxar assunto comigo, dizendo que estava menstruada. Contou de suas dores femininas e como era sua vida a cada mês. Em meio às dores de cabeça e cólicas, aproximamo-nos em nossos sintomas mensais. Estranho perceber tanta similaridade em nossa condição feminina, mas, ao mesmo tempo, reparar em antagonismos de classe saltando aqui e ali.

De todos os candidatos, uma pessoa me chamou a atenção. Uma senhora, aparentemente contando uns 70 anos. A dificuldade no manuseio dos instrumentos e no deslocamento do próprio corpo era inquestionável. Era nítido o seu cansaço, mas a necessidade em estar ali parecia movê-la. Muitos tentavam ensiná-la a trabalhar com os aparelhos, mas ela não conseguia aprender. Testemunhar aquilo foi nauseante. Não consegui interromper meus pensamentos a respeito de seu sofrimento em um mercado de trabalho tão cruel.

O dia do treinamento chegou ao fim. Os demais candidatos me olhavam desconfiados. De nada pareceu adiantar todo meu esforço em estar ali encenando ser um deles. Decidi que não contaria quem eu era, a fim de preservar a experiência etnográfica propriamente dita. Depois me arrependi. Mas o leitor provavelmente só compreenderá, de fato, o meu sentimento ao fim da narrativa em meu diário de campo.

Saindo da sala de treinamento, fui em busca do meu uniforme. Era preciso ir até um galpão, localizado a uma quadra da base da empresa. Vesti os que seriam apropriados pelo tamanho, peguei os equipamentos de proteção individual e fui embora. Usando táxi. Desde então, permaneci ansiosa para o dia de trabalho na limpeza.

Chegando em casa, meu esposo quis me ver no uniforme. Ele fez fotos. Tudo está guardado como uma bela recordação. Trata-se de uma jornada que ainda não compreendi plena e totalmente. Mas impossível negar alguma transformação em mim.

No dia anterior à experiência propriamente dita, novamente a logística do transporte e da alimentação. Da mesma forma, pensei em ir de metrô, mas teria que acordar às 03h30. Não tenho costume de me levantar tão cedo, e confesso minhas limitações em vencer a preguiça nos primeiros horários do dia. Optei, novamente, pelo táxi. Em ponto, 05h00.

Pelo trajeto, fui observando como a cidade poderia parecer tão diferente de acordo com o período do dia. Naquele horário, as pessoas transitavam majoritariamente a pé, levando nas costas as suas mochilas. Pareciam todas em marcha para o trabalho. Não transito pelas ruas a esta hora, a não ser quando estou voltando de alguma festa nos fins de semana. Foi curioso reparar pela primeira vez como a cidade pulsava tão cedo.

Em 40 minutos, eu estava em frente ao shopping, local de minha empreitada. Desci do táxi e notei um portão aberto. Não era a entrada principal, que ficava à sua direita. Parecia um portão destinado à carga e descarga.

Perguntei para um rapaz da segurança se aquela era a entrada dos funcionários. Ele indicou uma passarela mais ao lado. A visão a partir dela revelava um lugar muito sofisticado. A passarela – iluminada como pista de aeroporto – era bonita de se ver naquele fim de madrugada, antes do raiar do dia. As luzes se destacavam.

Ao fim da passarela, curva à direita. Junto à porta de vidro que dava acesso ao shopping, dez minutos de espera. Um homem da segurança veio abrir a porta, e somente assim é que todos os funcionários puderam entrar.

Entreguei a ele a carta de encaminhamento da empresa, e perguntei sobre a pessoa a quem deveria me apresentar. Ele chamou um funcionário para que me conduzisse até o supervisor.

Em uma sala de cerca de dez metros quadrados, eles se encontravam para bater o ponto, pegar produtos e iniciar a jornada. Naquela troca de turno, senti-me bem recepcionada.

Inicialmente deduziram que eu substituiria alguém demitido, e debateram acerca de quem teria sido dispensado. Depois que o supervisor informou minha jornada de apenas um dia, o clima pareceu retornar à tranquilidade anterior. A suspeita da demissão de alguém querido

pareceu causar uma certa perturbação. A curiosidade sobre minha identidade surgiu.

O supervisor determinou que eu acompanhasse uma funcionária em suas atividades do dia, para que ela pudesse me ensinar. Ela não gostou, porque era muito esperta e era claro que eu atrasaria o seu expediente. Mas acatou, sem questionamentos. De poucas palavras, ela permaneceu ressaltada e observadora.

A rotina seria iniciada com a limpeza da área administrativa, também localizada no subsolo. Iniciaríamos pelo escritório. Ela ordenou para que limpasse os lixos. Tarefa fácil, pensei. Ledo engano. Para tudo há de ter uma técnica, é claro! Fui tirando saco por saco das lixeiras, e, sequencialmente, trocando um por um. Mas fui repreendida neste procedimento. Ela informou minha ineficiência e ensinou: se o saco não estivesse sujo com café ou outro líquido, bastava tirar os papéis. Era preciso ser rápida. Logo ela percebeu minha inabilidade. Perguntou onde eu morava. Ao ouvir *Copacabana*, reagiu imediatamente:

*Sabia que era rica. Olha essa cara de rica!*

*Chamou outra funcionária para confirmar sua opinião:*

*Olha só, mora em Copacabana! Tem ou não tem cara de rica?! Você não trabalha com limpeza, né?! Não tem cara.*

Eu questionei se tinha que ter cara para trabalhar com limpeza e ela afirmou que *tem que ter cara de pobre*. Insisti sobre o assunto. Ela disse que meus traços eram muito finos. Confirmei que nunca havia trabalhado com limpeza, porque o sigilo não era uma questão.

Ela quis saber se eu era lojista, e me comparou às meninas que trabalham nas lojas dos shopping centers, sempre bem arrumadas, segundo ela.

Disse que não. Logo ela concluiu que eu deveria trabalhar em escritório e ficou satisfeita quando eu confirmei seu raciocínio. Perguntou, também, se eu tinha curso superior e, diante da afirmativa, contou a história de uma moça que, formada em administração, estava trabalhando como vigilante em razão da crise econômica. E prosseguiu:

*É... Não tá fácil pra ninguém!*

Parecia óbvio: embora fosse formada, eu seria mais uma pessoa prejudicada pela crise econômica do Brasil. A conclusão pareceu-lhe confortar.

Durante todo o dia, na maior parte do tempo, ficamos no subsolo. Era a parte que a ela cabia. Os funcionários entravam às 06h00. Até às 10h00 o shopping deveria estar limpo e organizado. Depois de sua abertura, haveria apenas a manutenção superficial da limpeza. Até às 10h00 era permitido utilizar as escadas rolantes e transitar pelos locais destinados aos clientes. Depois disso, apenas as escadas laterais poderiam ser acessadas. As pessoas que ali trabalham não deveriam circular pelos locais que elas próprias mantêm limpos. Chocante.

No subsolo, banheiros para quem ali trabalha. Os demais sanitários, também proibidos. Outra separação me surpreendeu ainda mais: eram dois banheiros, um utilizado por funcionários terceirizados e o outro pelos demais.

Ainda antes de 10h00 eu já estava exausta. Com os pés cansados e doloridos pelo desconforto do calçado, preocupava-me a proximidade com a hora do almoço. Como seria? Dividido em turnos, minha companheira e eu saímos juntas. Em geral, a maioria dos funcionários leva de casa a própria comida. Talvez por ser sexta-feira, boa parte deles comprou

marmitta levada por uma senhora. O cardápio era feijoada. Eu havia levado um lanche de casa. Havia um local destinado para alimentação. Fomos até um refeitório improvisado, um espaço de pouco mais de vinte metros quadrados, com uma mesa comprida de madeira e bancos também alongados. Todos ali se sentavam e conversavam enquanto comiam. Todos, menos aqueles que haviam pedido a *quentinha*, porque a senhora atrasou naquele dia. O cansaço e a fome (30 minutos esperando) aumentaram o receio de que a intrajornada se encerrasse sem que tivessem se alimentado. Tardou, mas chegou.

Terminada a refeição, o destino certo foi o banheiro. Refúgio insólito, lugar para conversar e trocar histórias. Foi exatamente neste momento que me senti como se fosse uma delas. Ali, de fato, em alguma medida senti que nos misturamos. Embora parecesse certo que elas soubessem minha real condição, apreciei aquele feliz instante em que éramos mulheres, simplesmente. Embora de mundos sociais tão diferentes, o universo feminino nos unia. Histórias de como nossas famílias se portavam diante de algumas situações eram bem parecidas. Ali, percebi que por detrás de toda separação classista, no fundo, éramos gente falando e gente ouvindo. Nada mais.

As quatro mulheres viram o tempo esgotado. Mas não as histórias. Fui informada de que depois do almoço a tarefa consistia em voltar aos lugares já limpos e verificar se alguma manutenção se fazia necessária. Assim fizemos.

Não demorou para que me desse conta de como meu corpo estava dolorido, especialmente minhas pernas. Não aguentava mais andar pelo shopping. O calcanhar parecia anestesiado! Normalmente, ao final de um dia de audiências, meu corpo está intacto, embora a cabeça não sirva mais para muita coisa.

Durante o período da tarde, meu esposo e uma amiga apareceram por lá. Impressionante como esta experiência aguçou a curiosidade dos meus próximos. Ao me verem de uniforme, acharam graça e quiseram saber como meu dia transcorria até ali. Era tanta informação e tanto cansaço que disse pouca coisa. O silêncio pareceu uma boa solução. E, de fato, foi.

Até às 14h20 o tempo parecia uma eternidade, talvez por estar extenuada. Em certo momento, no corredor que havia no subsolo, à frente da sala em que eles confraternizavam, havia uma mancha preta no chão que nós limpamos. Questionei a funcionária sobre o que seria aquela mancha. Prontamente, um funcionário do shopping veio me explicar o que seria. Tão logo o rapaz saiu, ela me disse que a explicação oferecida veio em decorrência de minha presença. Que eu não me enganasse, porque ali ninguém lhes dava satisfação. Apenas sujavam.

Na hora de ir embora, voltei à primeira sala da manhã, local em que todos registravam seus pontos. Solicitei que o supervisor chamasse a turma toda, para que eu pudesse me identificar. Quis fazer fotos com eles, tão logo revelei minha condição profissional. A surpresa foi tamanha que, a partir de então, caímos em absoluto silêncio. Não sei o que pensaram ou o que sentiram. Se o silêncio era apenas espanto ou, talvez, desapontamento. Certo é que o intervalo de tempo, momento em que as palavras faltaram, representa – coerente e proporcionalmente – o lapso histórico no qual alimentamos tamanha desigualdade social e política. O silêncio que nos engoliu e nos arremessou de volta à separação merece reflexões e enfrentamentos. Reflexões coletivas – valorizando o ponto de vista de todos, em especial daqueles que em geral não são ouvidos – e enfrentamentos que superem um dia de trabalho compartilhado. Uma sociedade fundada sobre classes antagônicas e em luta, no fundo, emudece e ensurdece todos nós. Pois falar e ouvir nessas condições,

ignorando tamanho distanciamento, condena emissores e receptores a desacreditar o vácuo, sabidamente um estado em que nada sonoro é capaz de se propagar.

## **Raquel de Oliveira Maciel**

Sou a mais velha de cinco filhos. Mineira de Belo Horizonte, filha de uma professora do ensino fundamental e de um comerciante que estudou até o 4º ano do ensino fundamental.

O Rio de Janeiro tornou-se minha cidade aos dez anos, no subúrbio, em Campo Grande. Frequentei escolas municipais e estaduais. No ensino médio, beneficiada pelo fato de minha mãe trabalhar em um colégio particular do bairro, estudei por meio de bolsa. A base suficiente para ingressar em uma universidade pública, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), certamente deveu-se a isso.

Advoguei por cinco anos em um escritório próprio (em companhia de mais dois sócios) e, após quatro tentativas, ingressei na magistratura do trabalho.

Meu interesse pelo direito social veio após trabalhar no Sindicato Nacional dos Aeronautas. Fui filiada ao Partido dos Trabalhadores dos 18 aos 28 anos. Participei do movimento estudantil no centro acadêmico da UERJ.

Para o dia do treinamento, cheguei à EJ1 às 12h30 um pouco atordoada, nauseada até, refletindo acerca das recentes atrocidades na reforma trabalhista. Aguardo meu instrutor, Ranulfo, na sala 2 da Escola. Não o conheço, mas soube que é empregado da Liderança, terceirizada que mantém contrato com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), local onde irei trabalhar. Ansiosa: será que sou capaz de realizar bem aquele trabalho? Nesse primeiro momento, não consigo pensar nos objetivos do projeto, nos textos que li, mas me sinto como se estivesse sendo entrevistada para obter o emprego. Angústia em passar por uma avaliação e não ser aprovada. E se eu precisasse desse emprego? E se minha família

estivesse aguardando o meu retorno com uma aprovação, eu como a única chance de renda fixa? Ranulfo será exigente?

Marina, servidora da EJ1, abre a porta da sala onde estou e pergunta: *Não chegaram? Será que além do Ranulfo, virão outros profissionais? Talvez venha também uma copeira; até que seria interessante.* Ranulfo chega às 13h40 e me explica que diante de um problema que surgiu no TJ/RJ, vou ser deslocada para a Justiça Federal. No mesmo momento, Marina o interrompe, dizendo que Marcelo Augusto – atual diretor da EJ1 – está insistindo para que o treinamento ocorra no TJ/RJ. Enquanto não resolvem o impasse, Ranulfo informa sobre o dia seguinte: meu treinamento será feito pela copeira Alice que, pelo que compreendi, imagina que estou sendo contratada para trabalhar em um posto novo. Ela me conduzirá a fazer café (em máquinas industriais); também indicará os locais onde devo servir a bebida e água, e a maneira correta de disponibilizar a garrafa térmica. Meu trabalho será de 10h00 às 19h00. O intervalo para almoço será a combinar com a Sra. Alice.

Apenas no fim do dia veio a decisão. Fui informada de que não iria para a Justiça Federal, e sim para o Tribunal de Justiça. Devo me apresentar no CEALE, quarto andar, Lâmina 1. Lá estará a Sra. Margarida, fiscal do contrato da Liderança junto ao TJ/RJ e que tem conhecimento do projeto da EJ1. Depois devo me dirigir à Lâmina 3, terceiro andar, e procurar Delmo, meu chefe imediato durante a jornada.

Estou há 24 anos ouvindo os trabalhadores e empregadores, em audiência. Confesso que já não tenho estado comovida como antes. O sofrimento daqueles que procuram a Justiça do Trabalho encontra uma magistrada anestesiada pelas situações que se repetem diariamente. Cansaço? Descrença? Não vi qualquer alteração na relação trabalho/capital durante mais de duas décadas. Quando me emocionei ao ler alguns

trechos do *Diário da Fábrica*, da filósofa francesa Simone Weil, percebi que a participação no projeto estava resgatando e alterando algo em mim. Talvez minha capacidade de indignação, de reação. Retornar ao prédio do TJ/RJ, local que frequentei na condição de estagiária e advogada. Como será este impacto? Vou dormir ansiosa.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é composto de um conjunto de quatro prédios, todos interligados, conhecidos como Lâminas. Quando o frequentei, só existia um dos prédios, hoje conhecido como Lâmina 1. As salas daquele prédio abrigavam todas as varas da capital, mais o tribunal. Era um local simples, com aspecto de qualquer repartição pública, sem ostentações; lá circulava um enorme número de pessoas que formam o mundo jurídico: partes, advogados, juízes e desembargadores. Bom, também deveria circular o pessoal que mantinha o local limpo, mas não me lembro de tê-los visto em algum momento. Certamente alguém realizava esta tarefa. Por que nunca os vi?

Agora, depois de 25 anos, os novos prédios são locais luxuosos e sofisticados. Reparei também nas separações de acesso mais determinadas, com elevadores privativos de juízes e desembargadores. Há maior conforto para magistrados, com exclusivas copas em cada um dos andares. Em uma dessas copas é que trabalhei como copeira.

Ingressei no prédio pela porta principal da Lâmina 1. Indagada pela recepcionista se sou advogada, disse que não e passei pelo detector de metais. Na fila de entrada, à minha frente estavam duas pessoas que pediam informação. Uma senhora mostrou uma carta escrita pelo seu filho (que se encontrava preso) e pedia que a atendente lhe orientasse. A conversa era ruidosa. A certa altura, percebi que a funcionária fazia perguntas sobre onde o filho estava preso, quem era o juiz, o desembargador, etc. Demonstrava nítida impaciência com a mãe do rapaz. A mãe falava baixo!

Era impossível ouvir o que ela dizia, em contraste com a recepcionista que, em tom elevado, tornou pública a condição carcerária do rapaz. Foi desconcertante.

Após aguardar por vinte minutos na sala do setor de alimentos, conheci a Margarida (ali carinhosamente chamada *Mag*). Servidora do TJ/RJ e responsável pelos contratos dos terceirizados, dentre eles o pessoal que trabalha nas copas existentes em cada um dos andares das quatro Lâminas do TJ/RJ, ela explicou que todos os novos *colaboradores* ficam sob sua supervisão antes de assumirem suas funções. Descobri mais tarde que não era assim. Fui a única colaboradora acompanhada até o posto de trabalho. Troquei de roupa no banheiro da sala da supervisora. Em seguida, ela me levou a alguns setores antes que chegássemos àquele onde eu permaneceria durante o dia. Essas copas são ambientes bem planejados e sofisticados: dispõem de três a cinco mesas, duas ou três geladeiras, forno elétrico, micro-ondas, máquina de café expresso e sanduicheira. Ali trabalham um chefe, quatro garçons (dois por turno), duas copeiras (uma por turno). Depois de conhecer duas copas em andares distintos, *Mag* me deixou na copa do terceiro andar da Lâmina 3. Fez minha apresentação aos três empregados que ali estavam, como uma nova *colaboradora*: Luciana (copeira), Adílio e Odilon (ambos garçons).

Luciana é uma bonita mulher. Reparei que era mulata, e me questionei se encontraria naquele dia algum magistrado também não branco. Logo que cheguei, perguntou se eu já havia tomado café. Em seguida, partiu para instruções sobre a máquina industrial onde ele é preparado. Por ser alta, alcançava com facilidade a ponta da cafeteira. Notou minha dificuldade; tanto quanto reparei que subestimei a complexidade daquela tarefa. Quanto mais a Lu dizia que era fácil, mais eu ficava ansiosa, com medo de errar. Somente depois de assistir a execução do processo

completo por duas vezes fui capaz de arriscar. E mesmo assim errei. Ela me ensinou também como atender ao telefone e anotar os pedidos dos desembargadores, a importância do horário do pedido e a arrumação dos alimentos dentro e fora da geladeira, a posição dos utensílios na cozinha. Tentei puxar assunto, mas ela estava demais atenta ao celular. Apesar de cuidadosa ao me ensinar, não pareceu interessada em conversar. Ao final do dia, quando contei sobre o motivo pelo qual estava com eles – o projeto da EJ1 – é que finalmente compreendi sua atitude.

Adílio e Odilon (garçons do primeiro turno) permaneceram calados. Reparei que ambos tinham um semblante triste. Quando não estavam servindo os gabinetes, sentavam-se às mesas e assistiam mecanicamente a algum programa de TV. Com Adílio não consegui nenhum diálogo, à exceção de uma vez, em uma das suas saídas para atender os gabinetes. Transportando um carrinho com café, água, chás, sanduíches, perguntei se gostava daquele trabalho, se era bom estar ali. Respondeu secamente que a *firma* era boa e pagava em dia. Mas disse também que o salário havia diminuído quando acabou o contrato do TJ/RJ com uma das terceirizadas. Trabalha naquele local há quatro anos. Entre um gabinete e outro, ele me apresentava como a nova copeira que veio para *agregar*, e me aconselhou a estudar para melhorar de vida. Mesmo desanimado, não deixou de ser atencioso comigo. Fez questão de me apresentar aos servidores em cada um dos dez gabinetes, dependências nas quais entramos para servir o lanche que carregávamos no mencionado carrinho. Informou meu nome para os servidores, em todas as ocasiões. No entanto, curiosamente, não me apresentou aos poucos desembargadores que estavam em seus gabinetes. O que o motivou a essa evidente distinção de atitude? Apresentar aos servidores, mas não aos desembargadores? O semblante triste permaneceu durante todo o dia, inclusive quando contei sobre o projeto.

Cerca de uma hora após minha chegada, o chefe daquela copa, Delmo, entrou no ambiente. Negro, baixa estatura, bem vestido, semblante alegre. Conduziu-me para conversar em uma sala anexa à copa e explicou como chegou à chefia da copa: havia começado como auxiliar de serviços gerais, vinte anos antes. Falou sobre a responsabilidade em servir aos desembargadores, especialmente sobre o fato de que suas reclamações jamais devem ser contra-argumentadas. Salientou a respeito de que eu deveria ter extremo cuidado ao preparar os alimentos servidos, e contou que, no dia anterior, um magistrado recebeu uma água de coco com data de validade expirada: foi a maior confusão, porque ninguém se encorajou em assumir a responsabilidade na copa. Comentou que o intervalo para refeição era de uma hora – à exceção de terças e quartas-feiras, quando era impossível parar por aquele tempo, diante do enorme número de pedidos. Nestes dias, há grande concentração de sessões de julgamento; para compensar, deixava que os garçons e copeiras saíssem mais cedo às sextas-feiras.

Depois de informar as tarefas e explicar como tudo funcionava, perguntou o que eu estava fazendo ali e o que pretendia. Tentei, mas não consegui manter o sigilo quanto ao projeto. Delmo empalideceu! Começou a me chamar de *Excelência* e disse que era um prazer receber a visita de um magistrado para compartilhar um dia de trabalho naquela copa. Bastou aquela notícia sobre eu ser juíza para que a subserviência se escancarasse automaticamente. Foi impressionante! Pedi para que não relatasse aos demais, e que fosse comigo o mais natural possível. Retornamos à copa.

Assumi a função de lavar a louça que voltava suja dos gabinetes, e consegui fazer café na máquina industrial. Daniela elogiou o sabor da bebida. Perto da metade do dia, chegaram a Cristina (copeira) e o Elias (garçon), ambos do turno da tarde. Negros. A primeira me olhando desconfiada,

foi logo dizendo que o dia não estava bom. O segundo, com um sorriso estampado no rosto, recebeu-me muito bem. A evidência da negritude uniformizada em trajes subalternos, em contraste com a brancura dos magistrados em roupas elegantes era cada vez mais escancarada para mim.

Elias contou que no carrinho que ele utiliza para servir os gabinetes leva também balas, bombons e outros doces. Com essa venda paralela ao serviço, incrementa o baixíssimo salário de novecentos reais, insuficiente para lhe garantir a sobrevivência. Eu o acompanhei em suas visitas aos gabinetes. Assim como havia acontecido com o Adílio, ele me apresentou, brincando com os servidores e vendendo suas guloseimas.

Os gabinetes do terceiro andar da Lâmina 3 são compostos de três ambientes: o primeiro, onde ficam os cinco assessores dos desembargadores, cada um com uma mesa, cadeira, microcomputador, estante, móveis ergonômicos e estilosos; o segundo e o terceiro, só visualizei até onde pude ingressar, ou seja, no primeiro ambiente. Mas acredito que seja uma antessala e depois a sala do desembargador, também decorada com requinte. Um lugar lindo e confortável.

Quando retornei à copa, depois das visitas aos gabinetes, tentei puxar assunto com a Cristina. Foi impossível. A conversa com a Luciana parecia empolgante e sem fim. No entanto, de repente me chamaram para sentar junto a elas. Perguntaram onde eu morava. Cristina reside em São Gonçalo, tem dois filhos e um neto. No telefone celular, mostrou fotos de todos e deixou uma frase no ar: quanto menos tempo se passasse naquele lugar, melhor seria. Fez algumas observações sobre o meu comportamento, dizendo que também havia ficado nervosa em seu primeiro dia de trabalho na copa, mas que logo eu estaria dominando todo o serviço.

Enquanto fui ao banheiro, Daniela foi embora sem se despedir de mim. Apesar de eu ter a sensação de que as horas se arrastavam, chegou

a hora do almoço. Saí para a rua e me vi perdida, desnorteada mesmo. Estava sem saber para onde ir, e sem apetite. Telefonei para meu marido. Telefonei para minha irmã. Ambos estariam pelo centro da cidade, mas nenhum deles me atendeu. Com frio e sem casaco, uma sensação de vazio e aniquilamento me paralisou. Aquelas pessoas que eu havia conhecido eram capazes de trabalhar naquele luxuoso local, sem revolta aparente, sem reclamações oficiais, servindo outras pessoas, as mesmas que eram abastecidas mensalmente com cerca de quarenta mil mensais, enquanto eles, às migalhas, pálidos e aviltantes novecentos reais! Quanta desigualdade! Quem sustenta essa circunstância? Quem mantém isso assim? Interessa a alguém esse estado de coisas? A isso não nomeiam violência?

Na volta do lanche rápido, eu permanecia angustiada. Não estava no meu lugar, nem no lugar dos outros. Era como se eu estivesse presa em um intervalo de lugares, neste caso, lugares simbólicos. Estar ali com eles não me fazia ver a partir dos olhos deles, mas com meus próprios olhos. Aquelas geladeiras abarrotadas de guloseimas, vinhos importados caríssimos... Eu desejava ter minha angústia encerrada tão logo o dia acabasse.

Ainda assim, gostaria de saber a opinião deles sobre o trabalho, suas expectativas, se conheciam os direitos trabalhistas previstos em lei. Percebi que fazer perguntas não fazia com que o assunto se desenvolvesse. O melhor momento do *estar fora do meu lugar*, tentando estar no *lugar deles*, foi quando resolvi aceitar o convite, deixar de levar a louça e sentar-me ao lado deles. Sem fazer perguntas, passei apenas a ouvi-los. Ao fim do dia de trabalho, foi quando vieram fáceis as conversas, as verdadeiras conversas, as lamentações sobre o salário, as histórias de família. Precisei de um dia inteiro para perceber que bastava ter ficado ao lado deles e ouvi-los, para que talvez pudesse compreender o que eles viam e um pouco do que sentiam.

Terminada minha jornada ali, contei sobre o projeto aos que ficaram no turno da tarde – Adílio, Elias, Lu e Odilon. Algo fluiu. E conforme relaxei, comecei a chorar. Chorei, simplesmente. Depois, menos abalada, pensei sobre não ter sido capaz de perceber como eu estava distante daquela realidade, talvez em ter agido prepotente em pensar que o estar ali entre aqueles – sujeitos que exercem um trabalho subalterno – seria importante para os jovens juízes. Julguei que não precisava daquela experiência. Chorei também – e principalmente – porque depois de 24 anos de magistratura ainda não consegui assistir na mesa de audiência qualquer alteração no conflito trabalho/capital. Algo, além disso, ainda me dói: talvez não tenha inspirado confiança para que pudessem ter me contado mais acerca de suas mazelas naquele local, lugar paradoxal, em que jamais poderíamos sentir tanto a evidência da desigualdade social.

Delmo havia me convidado para almoçar com todos na copa. Aceitei prontamente e, no dia combinado, lá eu estava. Levei um bolo para sobremesa. Depois de abraços e beijos, Cristina começou a se sentir mal e foi levada por Lu ao setor médico do TJ/RJ. A copa estava agitada, com o telefone tocando a todo instante. Muitos pedidos. Muitos mesmo. Os garçons – Adílio, Odilon e Elias – fazendo as vezes das copeiras, ausentes pelo infortúnio da Cristina. Ofereci ajuda, mas eles não aceitaram. O yakisoba que haviam preparado para celebrar foi servido apenas para mim. Vez ou outra, cada um vinha se sentar. A quinta-feira estava agitada, realmente. Fui almoçando praticamente sozinha. Quando um sentava, o telefone já tocava. Mais pedidos. Nos curtos e escassos momentos em que cada um sentou-se comigo – eu já preparada para ouvir mais do que falar – fui digerindo as muitas reclamações, aquelas mesmas que talvez estivessem engasgadas em nosso primeiro encontro.

Adílio falou de dores no corpo e de índices preocupantes atestados em recente exame de sangue. Contou que passa cinco horas do dia no trajeto casa-trabalho-casa. O salário costuma ser insuficiente mesmo para as coisas básicas.

Elias disse que está fazendo curso para massoterapeuta. Pretende comprar uma cadeira profissional e oferecer os serviços no TRT/RJ. Tanto ele quanto Adílio revelaram que aquele trabalho eventualmente era interessante, sob uma condição nada promissora: uma vez por semana, realizavam *bicos* em eventos particulares de juízes e desembargadores.

Lu retorna da enfermaria. Cristina permaneceu porque sua pressão arterial estava elevadíssima.

Odilon é o único que não se aproxima. Ocupado o tempo todo, nem se ouve sua voz. Teria ficado ofendido porque omiti minha identidade profissional durante o primeiro dia? Seu semblante permaneceu triste.

Delmo chega da rua. Comprou um carro para o terceiro filho, conta orgulhoso. Percebe-se que tem um padrão econômico melhor que os outros. Revela ter uma casa na praia e diz que pretende fazer um churrasco para todos os companheiros da copa.

Cristina retorna da enfermaria, depois de medicada. Bem sonolenta e pálida, também reclamou do stress. Na verdade, todos demonstram cansaço emocional e físico. Fazem um convite: festa de fim de ano, organizada por eles próprios ali no TJ/RJ. Os magistrados contribuem com uma caixinha generosa. Ano passado, utilizaram-na para custear o tratamento de uma das copeiras, paciente com câncer e afastada pelo INSS.

Despeço-me, convidando-os a visitar-me na 49ª Vara do Trabalho. Volto para a Rua do Lavradio. Coração apertado e angustiado. Impotência. Quantas dúvidas! Para o capitalismo, é melhor manter os subtrabalhadores?

Os escravos eram mais baratos do que a classe dos subtrabalhadores? De que liberdade goza o trabalhador assalariado? Os patrões dormem tranquilos?

Vinte e quatro anos na magistratura e muita convivência profissional com colegas mais novos, principalmente na condição de tutora, entendi que seria importante para eles passar pela experiência proposta pelo projeto. Importante. Mas para eles. Não para mim. O nível de reclamações dos mesmos, de improcedências, da falta de paciência (com as partes e advogados) sempre foi elevadíssimo, o que muito me preocupava. No entanto, ao final, percebo que minha premissa não se sustenta totalmente, ou com exclusividade. Essa experiência tão pontiaguda, tão enigmática e complexa, qual de nós poderia prescindir?

Encerro este diário com Mia Couto, que talvez possa identificar o poder transformador desta experiência etnográfica:

*Para que as luzes do outro sejam percebidas por mim,  
devo por bem apagar as minhas, no sentido de me tornar  
disponível para o outro.*

## **Roberto da Silva Fragale Filho**

Eram quase 18h00 quando me despedi do pessoal na Escola. Conquanto fosse ainda quarta-feira, precocemente desejei um bom fim de semana para todos. Olharam-me com alguma estranheza. Então, lembrei-lhes que, nos dois dias subsequentes, eu não apareceria para trabalhar, pois estaria envolvido com minha experiência de trabalho subalterno. Fora designado para cumpri-la na Comlurb, mais especificamente na limpeza hospitalar. Por conta disso, naqueles dois dias, eu estaria no Hospital Municipal Souza Aguiar.

Era difícil esconder a ansiedade, e para descontraír disse-lhes que seria minha quarta ida ao hospital. De fato, eu já estivera lá em três outras ocasiões. Em maio de 1987, eu havia destruído a velha Brasília de meus pais, quando dormi dirigindo e colidi com o muro do presídio da Rua Frei Caneca. No Souza Aguiar, fui atendido na emergência, onde tive o queixo costurado e foi constatada a fratura da cabeça do fêmur. Puseram-me uma tração para recolocar as partes ósseas no lugar, enquanto aguardava a transferência pretendida por meus pais para o Hospital Samaritano. Lembro-me da remoção de um hospital para o outro com cinco bolsas de soro fazendo as vezes de contrapeso da tração e com meus pais assumindo e honrando o compromisso de devolvê-las ao hospital público. Regressei ao Souza Aguiar alguns anos mais tarde levando o porteiro do prédio em que morava para ser atendido, após ele cortar o braço tentando impedir que a água da chuva torrencial inundasse seu apartamento. Quando ele bateu na porta de minha residência, hesitei em oferecer a pretendida carona, pois tudo estava alagado e meu velho Opala não era, naquelas circunstâncias, muito confiável. Mesmo assim, o pânico diante do sangue que jorrava de seu braço fez-me encarar o dilúvio carioca para levá-lo

ao hospital. O êxito da empreitada não impediu que, no retorno, o carro naufragasse na Avenida Presidente Vargas e de lá se recusasse a sair. Como fosse incapaz de fazê-lo funcionar, abandonei o Opala por lá, só voltando para buscá-lo no dia seguinte, quando descobri ter sido multado por estacionamento em local proibido. Pelo menos, o porteiro ficou bem e foi socorrido a tempo e a hora. Houve ainda uma terceira ida, anterior às duas narradas. Ela ocorreu em tempos imemoriais, quando era ainda criança e tive um infortúnio com o zíper da calça, o que nem vale a pena comentar.

Essa seria, portanto, minha quarta ida ao Souza Aguiar, mas em uma circunstância totalmente diferente. Afinal, eu fora designado para trabalhar, ainda que por um dia, na limpeza hospitalar. Rimos juntos das minhas histórias e pediram-me fotos. Prometi fazê-las se o meu velho celular não me deixasse na mão. Despedimo-nos sem escondermos a ansiedade: a minha por não saber o que iria vivenciar naquela experiência, a deles por escutar as improváveis narrativas de um dia de trabalho diferente.

De noite, em casa, pus-me a pesquisar sobre o Souza Aguiar. Originalmente instalado na Rua Camerino, ele foi inaugurado, em 1º de novembro de 1907, pelo prefeito Francisco Marcelino Souza Aguiar e transferido para o atual sítio na Praça da República em 17 de outubro de 1910. Foi apenas em 1955 que ele ganhou seu atual nome em homenagem ao prefeito de sua inauguração. Considerada a maior emergência pública da América Latina, o Souza Aguiar é objeto frequente de reportagens jornalísticas narrando muitas das dificuldades da saúde pública, cuja leitura fazia-me pensar na confortável situação de meu pai. De fato, eu iria trabalhar na limpeza de um hospital que contrastava enormemente com o conforto da situação de meu pai que estivera internado no Hospital Samaritano ao longo de 2016 e que, depois de duas curtas internações em fevereiro e abril, voltara ao mesmo hospital e ali se encontrava internado

desde junho de 2017. Por conta disso, nos últimos meses, eu havia interagido enormemente com equipes de enfermagem e com o pessoal da limpeza, mas algo me dizia que eu iria encontrar uma situação absolutamente distinta. Definitivamente, a experiência hospitalar privada não servia como parâmetro para a experiência que eu estava prestes a viver.

Eu transbordava de expectativas, indagando-me continuamente o que aprenderia com aquela experiência, quando resolvi que o melhor consistia em deixar as coisas acontecerem e viver os dois próximos dias da forma mais natural possível. Eu havia sido designado para trabalhar como gari na limpeza hospitalar no Souza Aguiar e o melhor a fazer consistia em assumir esse papel plenamente, sem muito me perguntar sobre o que me esperava.

Meu treinamento no dia seguinte foi absolutamente teórico, mas ainda assim estava exausto quando pousei minhas coisas na mesa de casa. O dia fora, sem dúvida, longo e intenso, marcado por grande ansiedade desde o momento em que o despertador tocou às sete horas da manhã. Eu havia me programado para ir de metrô, usando o ônibus de integração para chegar até Botafogo. Entretanto, um compromisso em Santa Teresa às 15h00 bagunçou meu planejamento. Optei por ir de carro até o Rio Comprido, deixando-o na garagem da residência de meu pai. Esperava assim não atrasar para meu compromisso vespertino. De lá, segui para a estação Estácio do metrô rumo à Central do Brasil. Eram 08h30 quando saí na Avenida Presidente Vargas em frente à Praça da República, que contornei com passos modorrentos, como se quisesse fazer desaparecer a ansiedade ou saborear a expectativa da chegada ao hospital. No fundo, não conseguia realmente definir qual era o sentimento que me invadia naquele momento.

Passei pelo Arquivo Nacional, pela Rádio MEC, pela Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Odontoclínica Central do Exército, onde antes funcionava uma seção administrativa na qual eu havia efetuado meu alistamento militar. Enquanto tentava decidir se aquela era uma boa ou má recordação, cheguei à entrada do Souza Aguiar. Perguntei ao segurança da guarida onde ficava a gerência da Comlurb e, como ele não sabia a resposta, encaminhou-me para a recepção, sem que eu lá conseguisse chegar, pois fui redirecionado pelo vigilante que estava na porta de entrada: *A gerência da Comlurb fica atrás do Santander, contornando a capela*. Atravessei o pequeno estacionamento de carros e cruzei com dois senhores que pareciam estar vindo da Comlurb, um deles vestido com um colete laranja. Poucos metros depois, cheguei à gerência, onde fui recepcionado pela Arlete. Expliquei-lhe que estava procurando o gerente Gonzaga ao que ela replicou dizendo que eu havia provavelmente cruzado com ele a caminho do auditório. Prosseguiu dizendo que alguém me levaria lá, mas ofereceu-me antes um café ou água. Hesitei e, sem muita convicção, aceitei a gentileza. Ela então me conduziu pela sala até uma copa, onde outros tomavam café e comiam pão com mortadela. Arlete estendeu-me o copo de plástico e indagou: *Açúcar ou gotinhas?* Repliquei que preferia puro, amargo. Nesse momento, Cledir, que em seguida me conduziria ao auditório, exclamou: *Nossa, sem nada? Impossível! Não dá para beber*. Arlete levantou o braço fingindo flexionar o bíceps e disse baixinho que eu devia ser forte...

Enquanto tomava meu café, passei os olhos ao redor da sala, cujo ambiente era fortemente acolhedor. Ao lado da mesa, que comportava cerca de oito pessoas ao seu redor, havia dois murais de informes denominados Radar Comlurb, com vários cartazes remetendo à questão da segurança do trabalho, além de outros lembrando que 16 de maio é o dia do gari

e enfatizando o orgulho profissional inscrito na *#somostodosgaris*. Não demorei a terminar o café e, assim que me levantei, Arlete pediu para Cledir levar-me ao auditório. Caminhamos alguns passos até a capela, quando Cledir perguntou-me: *Você é da Comlurb?* Balbuciei um som gutural em resposta, que nem eu mesmo saberia dizer se aquilo era um sim ou não. De qualquer forma, ela prosseguiu caminhando como se a resposta não fosse importante, pois, naquela circunstância, eu deveria ser da Comlurb. Chegamos ao meu ponto de barragem, o vigilante da recepção. Cledir disse-lhe que estava me levando ao auditório e, sem fazer maiores objeções, perguntou pelo meu crachá. Como não tínhamos um, ele pediu que eu passasse pela recepção e fizesse um provisório. Não foi necessário nem mesmo um minuto para sua confecção. Na verdade, o crachá provisório era um adesivo, no qual a recepcionista apenas inseriu a data, sem me pedir qualquer documento de identidade.

Devidamente credenciado, vi outra funcionária da Comlurb se aproximar e cumprimentar Cledir. Quem se aproximara era Ligia, que, depois de um breve cumprimento, dispensou Cledir dizendo que se ocuparia de me conduzir ao auditório. Em silêncio, subimos as escadas e entramos no auditório, onde me esperavam os gerentes Robinson e Gonzaga. Cumprimentamo-nos e, em seguida, orientaram Ligia a levar-me ao espaço da gerência, onde poderia tomar um café e trocar de roupa. Optei por não dizer que lá já estivera e deixei-me conduzir de volta.

De volta ao ponto de partida, sou novamente recepcionado por Arlete que me informa sobre a presença de Silvana, que me esperava na copa. Dirijo-me para lá e quando chego travo finalmente conhecimento com aquela que tinha sido a interlocutora da Escola ao longo das últimas semanas. Quando se dá conta que eu já havia estado ali e estava regressando do auditório, Silvana diz que agora o comentário do segurança da guarida

faz sentido. Faço cara de desentendido e ela, rindo, explica que, ao chegar, perguntou-lhe onde ficava a gerência da Comlurb, ao que ele respondeu que aquela era a segunda vez que lhe faziam essa mesma pergunta. Decididamente, havia muita gente indo para a Comlurb naquela manhã. Silvana ficou inquieta com a possibilidade de eu ter chegado antes dela, o que contrariava seus planos de receber-me. Rimos mais um pouco e falamos sobre o treinamento da véspera feito pela Anelise e Marcelo Augusto. Nesse momento, Arlete entregou-me o uniforme indicando onde ficava o banheiro para que eu pudesse me trocar. Tranquei-me e comecei a trocar de roupa. Embora a calça fosse um pouco apertada, como a cintura tinha um ajuste de elástico, ela não se transformava em um problema. Como não havia camisa G, pedi uma GG que, surpreendentemente, ficara ótima. Mas, quando pus a bota, dei-me conta que havia pedido um número grande demais para mim e que meu pé ficava sambando dentro do calçado. Aquilo ia ser um suplício, porém não havia o que fazer. Olhei-me no espelho e perguntei-me qual seria o impacto do uniforme. Um turbilhão de possibilidades passava pela minha cabeça, enquanto guardava meus pertences em um saco plástico de supermercado para, em seguida, abrir a porta do banheiro. Arlete recebeu-me com um sorriso e disse-me:

*Agora, você é um laranjinha!*

Era mesmo?

Arlete acompanhou-nos até o auditório. Mais uma vez, na recepção, instaurou-se o imbróglio do crachá. De uniforme e com meu adesivo de provisório, não fui importunado pelo vigilante. Silvana, entretanto, foi direcionada para a recepcionista, mas, antes que fosse atendida, sacou de sua bolsa seu crachá profissional. Ela estava agora devidamente

identificada e podia prosseguir. Resolutos, subimos até o auditório, onde fomos recepcionados por Robinson e Gonzaga. Arlete verificou que havia água à disposição para o treinamento e não tardou em regressar para o seu trabalho. Ficamos os quatro no imenso auditório: eu, Silvana, Robinson e Gonzaga.

Robinson apresentou-se dizendo que tinha 27 anos de Comlurb. Na limpeza hospitalar, tinham sido 14 anos de Souza Aguiar, 9 anos de Salgado Filho, 3 meses de Lourenço Jorge e 3 anos de Miguel Couto antes de regressar ao posto do Souza Aguiar no qual estava atualmente lotado. De colete, mais que experiente, ele parecia portentoso e imponente. Gonzaga, por sua vez, não estava lotado no Souza Aguiar, mas no Salgado Filho, onde trabalhava havia sete anos. Ele viera expressamente para meu treinamento e, eu aprenderia um pouco mais tarde, seria o gerente do meu dia de trabalho, pois Robinson havia sido requisitado para alguma coisa na Barra da Tijuca. Não me pediram uma apresentação formal, mas Silvana sugeriu que eu explicasse o projeto e as razões de minha presença ali.

Resolvi não me perder em explicações teóricas e contei o episódio do Fernando não sendo reconhecido pelos colegas ao por eles passar uniformizado como gari, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Era um bom atalho para falar sobre invisibilidade pública e sobre a percepção do Outro. Gonzaga reagiu dizendo que aquilo seria uma forma velada de discriminação. Aquiesci sem estender a conversa, pois queria começar o treinamento.

Nos primeiros minutos do treinamento, havia uma espécie de ruído na linha, pois ambos – Gonzaga e Robinson – dirigiam-se a mim chamando-me de senhor. Pensei em interromper e pedir-lhes que me chamassem de Roberto e que utilizassem o pronome *você*, mas fiquei quieto. Não tardou cinco minutos para que eles fizessem a transição, a formalidade do *senhor*

desaparecesse e o *você* informal emergisse como forma de tratamento. Perguntei-me qual teria sido o impacto do uniforme naquela transição. Quanto ele teria contribuído para desmaterializar o juiz do trabalho – ali presente – e transformar-me em um simples aprendiz das técnicas de limpeza hospitalar?

O treinamento consistia em uma apresentação feita pelo Gonzaga a partir de um *PowerPoint* que reproduzia o Manual Técnico de Limpeza da Comlurb. Como eu e Fernando tínhamos recebido previamente a mesma apresentação, o ineditismo do treinamento encontrava-se muito mais nas explicações que Gonzaga oferecia sobre o trabalho que eu faria no dia seguinte. Nesse sentido, foram bons minutos nas lâminas iniciais, discorrendo sobre a missão, a visão e os princípios relacionados com a atividade de limpeza. Em seguida, ele começou a explicar as técnicas de limpeza hospitalar. Basicamente, três a aprender: a varredura úmida (e a retirada de pó das superfícies), o ensaboar e, por fim, o enxaguar e secar. Para a primeira, consoante a técnica dos dois baldes, utilizava-se pano úmido e rodo, além de pá, fazendo a varredura em um mesmo sentido, dos cantos para o centro, e sem fricção. Enquanto a varredura úmida tinha por objetivo remover o pó com a vantagem de não levantar poeira, o ensaboar tem como finalidade remover toda a sujeira. Diferentemente da varredura úmida – que utiliza os dois baldes com água, com um deles funcionando como tanque – o ensaboar emprega um dos baldes com detergente e outro com água. Por fim, o enxaguar e secar – que tem como finalidade remover todo o detergente e secar toda a superfície – também utiliza os mesmos instrumentos de trabalho, preenchendo os dois baldes com água. Durante todo o trabalho é exigido o uso de luvas, alternando-se entre uma de cor amarela para os mobiliários e outra de cor verde para superfícies onde a sujidade é maior. Durante o treinamento, Gonzaga enfatizou

enormemente a dificuldade de realização da limpeza concorrente, isto é, aquela que concorre com a presença de outras pessoas durante sua consumação. Para equacionar este problema, ele indicou ser importante a sinalização do trabalho, a divisão do espaço durante sua realização para que não fique prejudicada a circulação dentro do hospital e a urbanidade com as pessoas.

Gonzaga descreveu o hospital como um espaço psicológico complexo, onde as interações nem sempre são tranquilas. Dessa forma, mencionou conflitos com a enfermagem, referenciando enfermeiros que se sentem *donos* do estabelecimento, bem como do trabalho realizado pelo pessoal da limpeza. Para ilustrar, disse já ter ouvido alguém da enfermagem dizer-lhe um pouco amigável *Vocês trabalham para mim*. Na sua narrativa, essa percepção de propriedade amplifica o que já é por si só complicado no âmbito de um hospital público: falta de material, falta de medicamento, momentos tensos. No caso específico do Rio de Janeiro, o hospital também funcionaria como um reflexo da violência da cidade, exigindo preparação para lidar com situações extremas: pacientes feridos, corpos dilacerados, parentes desinformados e angustiados, balas perdidas. Não raro, disse ele, há pacientes sob forte custódia policial. Eventualmente, faz-se também necessário administrar eventuais tensões com pessoas do público, sempre propensas a estimar que seus problemas sejam mais urgentes que os demais.

Ao cabo, o gari invisível das ruas torna-se quase onipresente nessa teia complexa de relações hospitalares. Ouvindo Gonzaga, dei-me conta que a literatura da sociologia das profissões que trata das relações de poder dentro do hospital investiga competições profissionais em torno do ato médico – envolvendo médicos e enfermeiros – bem como processos decisórios que contrapõem escolhas clínicas e orientações administrativas,

mas não empresta maior importância ao pessoal da limpeza. Não se está aqui a insinuar que estes participem da definição do ato médico ou das decisões médico-administrativas, mas a especular sobre o eventual impacto que eles têm nesses processos em virtude de sua participação nas rotinas da vida hospitalar.

No hospital, a produção de lixo é intensa e contínua. Produz-se muito lixo ordinário, ou seja, resíduos sólidos urbanos, mas produz-se também lixo biológico orgânico. Os riscos de contaminação são enormes, assim como as possibilidades de ter que se lidar com sangue, excrementos e secreções. No material do treinamento, embora houvesse poucas fotos e a maioria delas fosse de baldes e empregados efetuando a varredura, destacava-se uma foto de uma grande poça de sangue utilizada para exemplificar a técnica de desinfecção de matéria orgânica. Foi difícil esconder minha ansiedade diante da possibilidade de ter que lidar com tal circunstância e, querendo disfarçar, timidamente, perguntei sobre coleta seletiva e reciclagem no hospital. Gonzaga respondeu que a existência do debate não fora ainda suficiente para transformar em realidade essa circunstância e voltou a falar do lixo biológico: cuspe, secreção, vômito, escarro, sangue.

Meu desconforto deve ter ficado evidente, mas meus instrutores procuraram me tranquilizar dizendo que meu dia no hospital não envolveria passagem pelo necrotério ou pelo setor de queimados e, provavelmente, não reproduziria as dificuldades iniciais por ambos enfrentadas.

O ambiente distendeu-se, estabelecendo-se entre eles uma competição velada sobre quem teria enfrentado a tarefa inicial mais difícil. Gonzaga contou-nos seus primeiros dias no Centro de Tratamento e Terapia Intensiva (CTI), enquanto Robinson descreveu a primeira vez em que se viu obrigado a limpar vômito. Para realçar a dificuldade da tarefa, enfatizou

que a técnica naquela época não envolvia rodo e pá, mas consistia em reunir o material com pano da borda para o centro. Empolgada com as narrativas, Silvana acrescentou que conhecera aquelas dificuldades no laboratório anatômico de seu curso universitário. Como não me competia arbitrar aquela disputa silenciosa, disse-lhes que esperava ter apenas e não mais que um dia calmo de limpeza no hospital.

Que tipo de limpeza eu faria? Com quem eu trabalharia? Nada disso foi-me revelado no treinamento. Quando quis saber, Gonzaga, enfatizando que todos devem ser capazes de fazer tudo, descreveu uma alocação naturalizada de papéis, consoante a qual o gari minucioso ficaria no CTI ou no centro cirúrgico; o gari bruto, na varrição externa; e o gari discreto, na enfermagem. Para descontrair, contou a confusão que se estabelecera na pediatria por conta da presença de um gari formoso e bonito. Percebi que nada ganharia insistindo em saber minha alocação e deixei que ela se transformasse em surpresa.

Era pouco mais de meio dia e meia quando, no encerramento de treinamento, eles me propuseram um passeio pelo hospital. Disse-lhes que adoraria fazer a visita, mas seria interessante que ela fosse efetuada com a presença do Fernando, que fora dispensado do treinamento por conta de sua larga experiência na varrição pública. Despedimo-nos com o Robinson explicando que não estaria presente no dia seguinte, pois fora chamado para trabalhar em algum evento preparatório do festival *Rock in Rio*. Meu dia no hospital dar-se-ia, portanto, sob a supervisão de Gonzaga. Quando ambos sugeriram que fizéssemos uma foto, Silvana intercedeu pedindo que ela não fosse divulgada. Ninguém se opôs e, com meu celular, registramos o término do treinamento.

Difícilmente eu poderia dizer que estava pronto para o trabalho do dia seguinte, mas, ao menos, eu tinha como redimensionar minhas

expectativas e imaginar as dificuldades do dia seguinte. Eram pouco menos que uma da tarde quando cruzei o portão de entrada. Eu havia romantizado minha saída, imaginando que entraria no Campo de Santana e sentaria em um de seus bancos para reler meu diário de campo e, com um olhar perdido no vazio, refletir sobre o que seria meu dia de trabalho subalterno. Nada disso ocorreu, contudo. Na companhia de Silvana, cortei apressadamente o Campo de Santana e, no Saara, saciamos nossa fome com um bom prato de comida libanesa. Ao fim, fiz minha segunda despedida do dia, não sem antes tentar explicar para Silvana porque havíamos escolhido a designação de subalterno para o projeto. No metrô, tomamos direções opostas: ela para Botafogo, eu para o Estácio, onde recuperei meu carro para voltar para casa, não sem antes cumprir meu compromisso em Santa Teresa.

Quando em casa cheguei, às cinco da tarde, estava exausto. Não havia feito nenhum trabalho braçal, mas sentia-me fraco, com as pernas pesadas e a emoção à flor da pele. Pensei na rotina do dia seguinte e tomei algumas decisões práticas: iria de carro até o Rio Comprido de novo, levaria marmita para o almoço e usaria duas meias para diminuir o desconforto da bota. Ansioso, fui dormir às 23h00.

Eram 05h11 quando o despertador tocou. Pavlovianamente esbarrei no botão *snooze* para prolongar meu sono por mais nove minutos. 05h20. O alarme volta a tocar e, resolutamente, levanto-me. Faço minha higiene pessoal olhando para o relógio, com medo de me atrasar. Verifico minha mochila duas vezes, pego minha marmita e deixo para trás meus adornos: nada de anel e relógio de pulso. 05h50. De carro, sigo para o Rio Comprido, onde chego muito mais rapidamente do que havia imaginado. Deixo o carro na garagem de meu pai e tomo o caminho da estação Estácio do metrô. Na estação da Central, tomo a saída Praça da República e margo

os mesmos prédios da véspera. Não é uma caminhada refletida, mas quase inercial, pois sei que devo chegar trinta minutos mais cedo para tomar café. Chego à porta às 06h30, mas nela não encontro o Fernando. Olho minhas mensagens e vejo seu *WhatsApp* dizendo que irá se atrasar. O motorista do Uber se perdeu. Resolvo entrar para aproveitar o café.

06h35. Dou bom dia para Arlete e pergunto por Gonzaga. Ela responde que ainda não chegou. Indago se posso me trocar no banheiro. Ela hesita um instante, mas responde que sim. Provavelmente teria respondido *não*, mas a referência prévia ao gerente talvez seja a causa de sua hesitação. Na verdade, só mais tarde é que me dou conta de que o banheiro era da gerência e que os garis devem utilizar o vestiário. Erro óbvio, mas que ela deve ter creditado à minha inexperiência.

Cinco minutos depois emergo de laranjinha, mas ela não me chama assim dessa vez. Olho ao redor e dou-me conta de que todos portam um uniforme azul, enquanto eu, Fernando e mais dois ou três garis usamos o modelo laranja. Para os dois estranhos até fazia sentido, mas o que explicaria a diferença para os demais?

Deixo minhas coisas no cabideiro e sigo para a copa, onde umas dez pessoas tomam café. Depois de colocar minha marmitta em uma das prateleiras da geladeira, sento-me à mesa, onde um gari me oferece café. Sirvo-me um longo copo, sem açúcar ou gotinhas. O gari oferece-me pão e manteiga. Café e pão com manteiga compõem o meu desjejum. Permanecemos quietos, construindo uma cumplicidade silenciosa. Nenhum de nós ousa romper o silêncio da mesa, como se estivéssemos nos preparando para uma partida de xadrez.

06h55. Os retardatários correm para bater o cartão de ponto. 07h00. Enche-se a sala, quando um gari faz a leitura do *minuto de segurança*. Nele, uma recomendação qualquer de higiene e segurança é repetida para

todo o grupo. Em seguida, Gonzaga nos apresenta e diz que passaremos o dia em treinamento com a equipe. Enquanto todos saem para a labuta, fico esperando minhas orientações e observo, na sala ao lado, Fernando preparando-se para o treinamento que não tivera na véspera. Olho ao redor e dou-me conta de que não estou sozinho. Ao meu lado, ainda tomando café, está Beatriz, que também está vestida com uniforme laranja. Ela pergunta de onde venho. Não entendo a pergunta, mas respondo que sou novo na empresa. Ela diz que está voltando de licença, pois operou o ombro, e que trabalha em uma escola no bairro de Olaria. Pergunto por que não voltou para lá. Ela diz que é comum que o retorno de licença se faça pelo hospital. Pergunto ainda qual trabalho ela prefere e ela me replica que na escola tem horário, mas tem mais tempo livre e pode tomar café com calma, enquanto que, no hospital, o tempo é mais controlado. Na conversa, intuo que a varrição na rua é mais pesada, mas a liberdade é muito maior, ou seja, que a alocação entre rua, escola e hospital estabelece uma relação diretamente proporcional entre liberdade e penosidade no trabalho. Ela se despede quase ao mesmo tempo em que Gonzaga aproxima-se acompanhado do encarregado David, que me estende um avental. Eles me apresentam Fátima, que será minha companheira de trabalho. Com ela, está a encarregada Lindalva, que nos acompanha ao depósito, onde recebo duas luvas, ambas amarelas.

Antes que dissesse algo, sou advertido de que a luva verde está em falta e que aqueles são os dois últimos pares de tamanho G. Que eu cuidasse bem deles era a recomendação explícita do almoxarifado, pois não haveria outra em caso de perda ou inutilização. Além disso, fazia-se necessário diferenciar as luvas, razão pela qual fui instado a escrever meu nome em uma delas com a indicação (de limpeza) *pesada*. Despedimo-nos de Lindalva e rumamos para nossa unidade.

Enquanto caminhávamos pelo corredor do subsolo do hospital, Fátima indagou-me quando eu havia feito o concurso para a Comlurb. Balbuciei um grunhido e, esperando a réplica, calei-me. Fez-se um silêncio de segundos que, para mim, pareceram uma eternidade. Fátima optou por outro caminho para obter a informação e perguntou-me quanto tempo eu havia esperado para ser chamado para o trabalho. De novo, fui para as cordas, sem saber o que responder. Escolhi uma resposta genérica, dizendo que tinha sido muito tempo. Quanto ela já armava a terceira pergunta, interrompemos a sabatina para dizer bom dia aos demais passageiros do elevador que nos conduziria até o quarto andar, onde trabalharíamos na unidade coronariana.

Na saída do elevador, ao cruzarmos com dois policiais militares fortemente armados, o assunto *concurso* parecia extinto. Fátima ficou mais interessada em dizer-me que provavelmente havia algum bandido na área. Passamos por eles fazendo um leve aceno de cabeça. Percorremos um longo corredor, que terminava no meio de um segundo longo corredor. Para a esquerda, ficava a unidade coronariana e, para a direita, o setor de urologia. Viramos à esquerda e caminhamos até o final do corredor na coronariana. No fim, ficava a área de expurgo, que seria nossa base, o local onde ficava nosso material de trabalho.

Esperando por nós estava Mauro, que se ocupava da urologia e cuja área de expurgo ficava na outra extremidade do corredor. Fátima fez nossas apresentações e, em seguida, olhamos nossa programação. Como era sexta-feira, o trabalho deveria começar pelo setor de desinfecção. Nele trabalhava Florisbela, que nos encontrou no meio do corredor. Mais uma vez, Fátima ocupou-se das apresentações. Florisbela estendeu-me apenas um dedo para cumprimentarmo-nos e, pedindo desculpas, explicou que não podia abrir a mão, pois estava carregando seu remédio. Mauro não perdeu tempo

e brincou: *Ainda tomando anticoncepcional?* Florisbela, que é uma senhora de mais idade, lançou um olhar de repreensão em direção a Mauro, mas não replicou e todos terminaram por rir silenciosamente. Entramos no setor de desinfecção e, subitamente, deu-se uma desaceleração do grupo. Perguntei, sem indicar um destinatário específico, qual era o problema. Fátima e Florisbela explicaram-me que, entre os garis, havia aqueles que cumpriam horário diário de 07h00 às 16h48 e os que trabalhavam em escala 12x36, enquanto o pessoal do hospital rodava na escala 12x60. Essa distinção fazia com que as equipes só se cruzassem episodicamente, em ciclos relativamente longos. O incômodo noticiado revelava uma relação tensa entre a equipe da limpeza e os funcionários do hospital daquele dia. Fátima disse-me que desejar bom dia era uma regra de boa educação, mas que eu não estranhasse caso a equipe do hospital não me respondesse. Em seguida, arrematou dizendo:

*Se a gente deixar, (a gente) vira empregada doméstica.*

O incômodo era nítido, quando começamos o trabalho da primeira sala. Como era para fazer uma limpeza terminativa, enquanto Fátima explicava-me o trabalho, Florisbela começou a ensaboar o chão da sala. Em seguida, teve início o enxaguar, o que produziu uma razoável quantidade de água. Com a sala empoçada, entregaram-me o rodo para que eu fizesse a secagem. Em segundos, dei-me conta de que a sala não tinha ralo e que o recolhimento da água deveria ser efetuado com a pá. Desnecessário dizer que me acometeu, então, uma enorme ansiedade, pois aquela me parecia uma tarefa quase impossível. Embora eu tentasse trazer a água para dentro da pá, eu tinha a sensação de estar espalhando-a cada vez mais. Reconhecer meu fracasso era uma questão de tempo. Fátima, sempre

ela, veio em meu socorro e disse-me para ficar calmo. *Ninguém aprende tudo no primeiro dia*, disse-me ela. Com poucas e rápidas estocadas, ela recolheu o restante da água para que eu, em seguida, secasse o chão.

Passamos para a segunda sala, onde era efetuada a esterilização do material cirúrgico. De pronto, pedi para fazer sua ensaboadura, o que me permitiu constatar que ali tampouco havia ralo. Mesmo assim, enchi-me de coragem e prossegui enxaguando e secando o chão. Ao final, olhei para Fátima implorando por uma boa avaliação. Ela consentiu dizendo que eu poderia melhorar, mas que já era um bom começo, proporcionando-me uma satisfação difícil de descrever. Estávamos os quatro na porta da sala retirando os sacos de lixo, quando um funcionário do setor de esterilização saiu pedindo que abríssemos o lixo. Em poucos segundos, ele retirou do saco uma garrafa plástica de um litro de detergente enzimático. Percebendo nosso espanto, ele explicou que o produto estava agora vindo em embalagem de cinco litros, o que, por gerar uma percepção de bonança, acarretava em um maior desperdício do material. Ou seja, o uso reiterado da garrafa de um litro geraria mais cautela nos seus usuários e, por via de consequência, proporcionaria alguma economia. Fizemos um sinal de concordância e dirigimo-nos para a copa, próxima etapa da limpeza.

Caminhamos poucos metros e paramos os quatro diante da entrada. Dentro, os funcionários do hospital conversavam animadamente, discutindo a reforma trabalhista e sem dar qualquer evidência de que esvaziariam a sala nos próximos minutos. Mauro fez um muxoxo resignado, enquanto Fátima perguntava-se, em voz alta, se deveriam deixar a limpeza para mais tarde. O incômodo ampliava-se com o distanciamento dos funcionários, que continuavam a interagir como se não estivéssemos ali. Quando lhes perguntei se não podíamos pedir que se retirassem da sala, responderam-me em uníssono que eu ouviria uma resposta ríspida,

sugerindo que eu me colocasse no meu lugar, o que faria com que me aborrecesse, sem sequer conseguir que eles dali saíssem. Fátima orientou-nos a deixar a copa para depois, lançando no relatório a impossibilidade de acesso. Caso possível, Florisbela faria a limpeza sozinha; caso contrário, voltaríamos depois do almoço.

Deixamos o setor de desinfecção e, voltando para nosso corredor, Fátima voltou a explicar a divisão entre as unidades coronariana e de urologia. De repente, ela parou e perguntou-se em voz alta como me explicar que tipo de problema tinham os pacientes da urologia. Com um sorriso tímido, ela orientou-me a olhar um cartaz na parede que trazia diferentes fotos de pênis e, em seguida, perguntou-me se eu havia entendido. Repliquei que sim, desconversando. Rumamos para o expurgo da urologia, onde ela e Mauro apresentaram-me Débora. Enquanto nos apresentávamos, Fátima pediu licença para ir ao banheiro. Quando ela reapareceu no corredor, diante do olhar de reprovação por conta de sua demora, ela deu início a um escatológico papo sobre constipação e necessidades fisiológicas, que, felizmente, foi rapidamente interrompido pela sugestão de retomarmos o trabalho. Dessa forma, despedimo-nos dos dois e dirigimo-nos para nossa área de expurgo, onde ela pôs-se a explicar-me o horário do almoço, quando eu ficaria com Débora, já que ela precisaria ausentar-se para fazer um exame médico.

Ela aproveitou para contar-me o caso de Débora, que havia sido dispensada supostamente por justa causa em decorrência de excesso de atestados médicos. Como eu não estivesse entendendo, ela explicou-me que a colega tinha um filho especial – autista, enfatizou – e que, por conta disso, ela deveria acompanhá-lo ao médico duas, três vezes por semana. Ressaltando que excesso de atestado resulta mesmo em dispensa, ela disse que teria faltado compreensão por parte do gerente com a situação

de Débora, que precisou entrar na justiça. O processo demorou seis anos. Mas, ao final, a empresa teve que trazer ela de volta e, o mais importante, com a mesma matrícula, além de pagar todos os atrasados e indenização. Dei-me conta que, sem perceber, ela estava falando do meu trabalho de juiz. Disse-me ela, em seguida, que, só de tíquete-refeição, Débora teria recebido 35 mil reais e que o valor mensal era de 690 reais. Matematicamente, a conta não fechava, mas optei por nada perguntar. Talvez devesse, pois, com aquela informação, a conversa tomou um rumo difícil para mim com ela indagando-me se eu sabia o que ganhávamos. Respondi enumerando o que me parecia óbvio: salário, auxílio alimentação e vale transporte. Ela replicou, dizendo que eu havia esquecido o plano de saúde e o plano dentário, e que eu devia ter assinado tudo isso na admissão. Como eu disse que não havia assinado esses documentos, ela perguntou-me se eu tinha assinado meu contrato de trabalho em Botafogo. Tentei desconversar dizendo que havia passado em Botafogo, mas não lembrava o que tinha assinado. Ela insistiu: *Mas sua carteira foi assinada?* Fiz uma cara abobalhada e antes que dissesse alguma coisa, ela perguntou qual seria minha matrícula. Como eu não soubesse responder, ela perguntou pelo meu crachá. Repliquei dizendo que, na véspera, recebera um provisório, em forma de adesivo, do hospital. Ela hesitou um pouco e disse não estar entendendo nada, pois, sem contrato, assinatura, matrícula ou crachá, eu não poderia estar trabalhando ali com ela. Ela foi incisiva:

*Deus me livre, mas, vamos supor, que você tenha um acidente grave aqui, como é que fica? Quem vai ser responsável?*

Tentei argumentar que eu havia assinado um termo de responsabilidade. Ela não largou o osso e perguntou-me se eu tinha assistido ao treinamento

técnico. Disse-lhe que sim, que havia assistido na véspera no próprio hospital.

*Não, disse-me ela, estou perguntando sobre o treinamento na Tijuca, na Major Ávila.*

Meio perdido com o bombardeio de perguntas e totalmente embananado para oferecer respostas, quando já estava pronto para revelar minha condição, fui salvo por Gonzaga e David, que se aproximavam na companhia de Fernando. Vieram entregar meu crachá provisório: *Roberto da Silva, Temporário*. Eles perguntaram se estava tudo bem, e como eu estava me saindo na limpeza. Fátima descreveu como tinha sido o trabalho na desinfecção e recapitulamos as regras de varredura úmida, falamos sobre a ensaboadura e, por fim, recapitulamos como enxaguar e secar. Recebi novas orientações sobre as luvas e, enquanto os três afastavam-se, aprontamo-nos para começar a limpeza das enfermarias.

Começamos pelo quarto 309. Um cômodo masculino, com dois leitos, cujos ocupantes não interagiram conosco. Na janela, havia um monitor que reproduzia um canal de televisão. Enquanto Fátima perguntava o que eu queria fazer, passou por nós a chefe da enfermagem – Rebeca – que nos dirigiu um simpático *bom dia*. Fátima fez questão de dizer que era o meu primeiro dia na Comlurb, ao que Rebeca simpaticamente respondeu desejando-me sorte.

Optei pela limpeza do mobiliário e deparei-me com a primeira dificuldade: as mesas de refeição dos pacientes tinham bordas elevadas, que retinham farelos e migalhas, tornando impossível uma limpeza adequada. Fátima disse que eram antigas, e que as mais novas não tinham esse problema. Limpei como pude as mesas, o beiral da janela, alguns

poucos móveis, enquanto ela fazia a varredura úmida do chão. Quando chegamos ao banheiro, Fátima começou a explicar a importância de tirar a gordura decorrente do uso, a cautela com o papel higiênico (que não podia molhar) e a necessidade de limpar o rejunte dos azulejos. Dividimos a limpeza: ela na parte relativa à luva amarela, e eu assumindo a limpeza pesada da luva verde. Não me recordo de trocar uma única palavra com os pacientes, que permaneciam inertes diante de nossa presença.

Episodicamente conversava com Fátima, que, vendo-me atrapalhado com a contínua troca de luvas, dizia para eu não ficar nervoso e que *primeiro dia era assim mesmo*. Quando ela perguntou se eu sabia o que iria encontrar ao ser designado para trabalhar no hospital, repliquei dizendo que não tinha pensado no assunto, pois achava que seria alocado na varrição de rua. Ela disse, então, que seu treinamento inicial fora na rua, embora já soubesse que trabalharia no hospital. Entabulamos uma conversa sobre os locais de trabalho: hospital, escola e rua. Ela explicou que alguns gostam de escola, onde o *encarregado não fica pegando no pé*, o que seria uma bobagem, pois *chefe só pega no pé se você tiver fazendo besteira*.

Nesse instante, entrou no quarto um médico que não nos cumprimentou e, dirigindo-se a um dos pacientes, informou-o que ele receberia alta naquele dia. Do mesmo modo que entrou, ele saiu do quarto sem trocar uma única palavra com qualquer outra pessoa. Na porta, cruzou com Lindalva (nossa encarregada), que veio verificar se tudo estava correndo bem. Ela explicou para Fátima que nós deveríamos descer juntos para o almoço. Fátima perguntou-me se eu havia trazido marmita, ao que respondi afirmativamente: *está na geladeira*. Ela indagou se na gaveta ou na prateleira. Disse-lhe que tinha deixado na prateleira do meio. Ela retrucou: *quando descermos, sua marmita estará na estufa*.

O código para o almoço era simples: quem quisesse que a marmita fosse posta para esquentar mais cedo na estufa, devia deixá-la nas prateleiras da geladeira; quem prefere esquentar a comida no forno de micro-ondas, deve deixá-la na gaveta. Registrei a orientação, torcendo para que o pote de plástico com minha salada não tivesse ido para a estufa, pois ele certamente derreteria com o calor.

Retomamos a limpeza concentrando-nos no banheiro. Comecei pela pia, e prossegui com os azulejos. Fátima perguntou-me como eu faria para limpar a parte alta da parede. Olhei espantado, e ela imediatamente replicou que eu não precisava ficar nervoso. Calmamente, explicou que precisávamos de escada para fazer a limpeza da parte alta, mas que como elas não eram fornecidas, devíamos fazer a limpeza até onde o braço alcançava.

*Imagina você. Só aqui no nosso andar seriam quatro escadas!*

Não saber as respostas deixava-me ansioso e, quando disse isso, ela replicou:

*Nada se aprende em um único dia, hoje ou amanhã, mas tudo se aprende com o tempo. Eu estou fazendo curso para encarregado, mas não sei tudo. O mais importante – quando a gente não sabe algo – é perguntar como fazer.*

Reclamei das luvas e ela me deu uma aula sobre como calçá-las e descalçá-las calmamente. Reiterou o pedido para que eu não ficasse nervoso. Depois de explicar-me que, ao fazer a limpeza, a primeira coisa que

eu deveria proteger era minha coluna (a fim de evitar a escoliose), Fátima redirecionou nossa conversa para um velho assunto, perguntando-me por que razão eu havia feito concurso para a Comlurb. Disse que estava procurando emprego como todo mundo, e repliquei perguntando por que ela havia feito o concurso. A resposta não poderia ser mais objetiva: *Eu estava desempregada*. Ela prosseguiu dizendo que a Comlurb não era ruim como empregadora e contou-me que, diferentemente dos empregados homens, ganhava auxílio-creche. Tentei não prolongar aquela discussão, fazendo perguntas sobre as técnicas de limpeza, indagando se naquele momento eu precisava trocar as luvas, que me incomodavam enormemente, pois eu estava suando barbaridades nas mãos.

Repassamos as etapas da limpeza para ver se tudo estava feito e, ao constatar que havíamos realmente concluído o primeiro quarto, retornamos ao expurgo para limpar os panos e trocar a água dos baldes. Em seguida, ocupamo-nos do quarto 307.

De novo, havia apenas dois leitos com ocupação masculina. Entretanto, aqui havia algo diferente: enquanto um paciente dormia olímpicamente, o outro interagiu conosco, entrando e saindo continuamente do quarto. Ao cruzar conosco na entrada, deu-nos *bom dia* de imediato e disse para não nos preocuparmos com o barulho, pois seu vizinho *dormia como uma pedra*. Ele prosseguiu informando que os médicos haviam retirado a medicação do colega de quarto, pois, caso contrário, ele dormia 48 horas seguidas. Era um senhor gordo, que havia sofrido uma amputação logo abaixo do joelho e roncava ferozmente. Sua mesa de alimentação, por sorte, não possuía as tais bordas elevadas. Isso facilitou que eu executasse sua limpeza de forma silenciosa. Mas o outro paciente tinha razão: nada era capaz de acordá-lo, nem mesmo o rádio que ecoava alto e, sintonizado na rádio Tupi, transmitia o programa do ex-governador Garotinho.

Dirigi-me para o banheiro, onde iniciei a limpeza dos azulejos. Depois de explicar como se aplica o cloro, ela indagou se o cheiro me incomodava. Disse que não, imaginando que ela se referia ao produto químico. Mas o que ela tinha em mente era o odor proveniente do mofo dos banheiros. Era a deixa para ela me perguntar se eu tinha notado que, nos banheiros da enfermaria, não havia qualquer saída de ar, nem mesmo um exaustor. Olhei em volta, constatando que ela tinha razão. Ela disse então que, se eu precisasse respirar, podia descer na gerência para dar uma volta e me recuperar. Declinei da oferta e recapitulamos o processo de limpeza do banheiro. Em seguida, troquei as luvas, peguei esponja de aço e continuei a esfregação. Concluído o banheiro, regressamos ao quarto.

Fátima disse para fazer a limpeza sem pegar nos pertences dos pacientes. Ela exemplificou falando do problema que eram os celulares:

*Têm paciente que tem implicância. Mesmo já tendo passado copeira, enfermeira, gente da portaria, da manutenção, quando chega o gari... A culpa é sempre do gari! Até que se prove o contrário...*

Contou-me ela que isso já tinha acontecido com o Mauro e até mesmo com ela, quando o filho de um paciente levou o celular sem avisá-lo. Reagi dizendo que *gente é um bicho difícil*, ao que ela imediatamente replicou acentuando que, no hospital, está cheio de *gente difícil* e que tudo é *muito difícil*. Nesse intervalo, o paciente acordado regressou ao quarto e, aumentando o volume do rádio, passou a comentar em voz alta uma notícia sobre engenharia e mobilidade urbana. Ele emendava um sem número de palavrões, dizendo que carro não era para todo mundo, que havia muito carro na rua e que as pessoas tinham mais é que andar de

ônibus. De repente, talvez por não termos oferecido a devida atenção, ele sintetizou seu argumento explicando que carro e amante são coisas caras, opções apenas para quem tem dinheiro de sobra. Ainda ríamos com a frase, quando demos por concluída a limpeza do quarto.

Regressamos ao expurgo, onde saquei minhas luvas. Eu suava abundantemente nas mãos e tinha a camisa grudada ao corpo. Não tinha a impressão de estar fazendo um esforço físico desmesurado, mas o desgaste emocional presente naquelas relações circunstanciais era enorme. Por detrás de cada personagem que encontrávamos no hospital havia uma história simultaneamente individual e familiar, com mil variações possíveis. Negociar em permanência essas relações parecia-me, ao cabo de quase três horas de trabalho, uma exigência extenuante do trabalho.

Enquanto repetíamos o ritual da lavagem dos panos e troca de água dos baldes, dei-me conta que meu avental estava desamarrado. Saquei o acessório e fiz uma pausa. Fátima perguntou se eu estava cansado. Disse-lhe que não, mas expliquei que precisava ir ao banheiro. Ela repreendeu-se dizendo que não havia sequer me mostrado onde poderíamos beber água. Deu-me então um copinho de água mineral e disse que, caso quisesse a bebida gelada, deveria fazer o descarte daquela e abastecer o copo no bebedouro.

Quando voltei do banheiro, ela já havia renovado nosso material. Rumamos para o quarto 305, que abrigava três leitos ocupados por mulheres. Entramos dizendo *bom dia* para todas e constatamos que a paciente do leito mais próximo à janela estava tomando banho. Por sua vez, a paciente do leito do meio ignorou-nos, virando de lado para não ter que conosco interagir. Fátima fez festa para a paciente do leito mais próximo à porta, a quem chamava de *vovó*. Era uma senhora idosa, contando 80 e poucos anos, e que recebia visitas. Fátima explicou que em início de

mês aquelas visitas costumavam aparecer, provavelmente porque é o momento em que a pensão da *vovó* deve ser depositada. Escondi meu mal-estar, pensando na frequência com que visito meu pai no hospital e no que o pessoal da enfermagem e/ou da limpeza deve(m) imaginar sobre mim e meus familiares. Visito meu pai cerca de três vezes por semana, enquanto meu irmão, em média, uma vez por semana. Não sei dizer se isso é muito ou pouco, mas não pude deixar de pensar nas ilações que as pessoas fazem a partir das visitas de familiares no hospital.

De fato, minha história é uma incógnita para a recepção e/ou enfermeiros, que, não obstante, produzem interpretações sobre minha conduta durante as visitas, sobre sua frequência. Meu devaneio já se perdia longe, quando ouvi Fátima dizer para *vovó* que o *cornio* não tinha vindo hoje. Perplexo, indaguei-lhe o que era aquilo e recebi uma sucinta explicação: o gari do outro turno era um brincalhão, engraçado e falante, que tinha assim se apresentado para *vovó*. Fátima explicou que quem acabava sofrendo com tudo isso era a mulher do gari, pois era ela quem levava a culpa de infiel. Nesse momento, a paciente saiu do banheiro perguntando quando iríamos repor o papel higiênico, que havia acabado. Fátima respondeu que iria verificar, sem explicar que aquela não era uma obrigação da limpeza. Na verdade, a limpeza era responsável pelo fornecimento do papel toalha e do sabonete, mas não tinha qualquer obrigação em relação ao papel higiênico, ainda que tentasse fazer a reposição com o material fornecido pelo hospital. O problema é que não havia material para ser repostado. No fim das contas, Fátima respondeu educadamente, mas ignoramos a demanda.

Dividimos a limpeza: fiquei com o mobiliário e o chão do quarto, enquanto Fátima ocupava-se do banheiro. O que parecia mais simples, à medida que aumentava o número de pessoas nos quartos, tornava-se mais

complexo. Mesmo assim, limpei as mesas, o beiral da janela, os rodapés e varri o chão. Quando recolhi o lixo, deixei escapar uma parte e Fátima chamou-me a atenção que aquilo poderia acarretar perda de pontos, caso um auditor passasse e visse a sujeira por ali. Aquilo afetava a PGR, que ela identificou como Participação na Geração de Resultados (e que, na verdade, chama-se Programa de Gestão de Resultados), mas que ela jamais conseguiu receber. Prometi ficar mais atento, enquanto prosseguíamos na limpeza agora de forma trocada: ela no quarto e eu no banheiro.

Tentávamos nos ajudar reciprocamente, navegando entre as duas limpezas, quando ela me perguntou se tinha filhos. Duas, eu disse. Ela tem um, que agora estava com dez anos. Quando ela prestou concurso para a Comlurb, ele contava apenas dois de vida. Voltávamos assim à conversa do concurso, que ela havia prestado em 2009, embora só tivesse sido chamada para trabalhar quatro anos mais tarde, em 2013. Antes que perguntasse de novo sobre o meu concurso, peguei o rodo e pus-me a concluir a limpeza do banheiro do quarto 305. Poucos minutos depois, estávamos de regresso ao expurgo para fazer a limpeza dos panos e baldes.

Com o material de trabalho renovado, dirigimo-nos para o quarto 303, que era bem maior que os anteriores. De fato, nele havia seis leitos, distribuídos de forma espelhada: dois próximos à janela e dois próximos à porta de entrada, com mais dois inseridos entre ambos de cada lado. No meio das duas fileiras de três leitos, formava-se, da porta até a janela, uma área de circulação. De cada lado da porta havia um banheiro. Na verdade, era como se fossem dois quartos em um único espaço. Era um quarto masculino, no qual, além dos seis pacientes, circulavam naquele momento mais quatro visitantes. Próximo à janela, entre os leitos, havia uma televisão que transmitia um programa matinal de culinária, ainda que a imagem estivesse bastante prejudicada. Dividimos o cômodo em

dois, como se cada um ficasse responsável por um quarto imaginário, correspondente à metade daquele espaço. Eu suava intensamente e a troca de luvas havia se tornado um tormento. Fátima dizia que era a falta de hábito e que eu deveria ficar calmo.

Começamos ambos pela limpeza do mobiliário, com ela explicando que não seria possível limpar todo o beiral, pois um dos leitos da janela estava colado à parede e não poderíamos tocar o paciente. Limpamos o beiral, as mesas de refeição e fizemos a varredura úmida do quarto, sendo constantemente interrompidos pelo miado reiterado de um gato, cuja presença ali era bastante improvável. Procurei-o, sem sucesso, imaginando que alguma daquelas visitas estivesse escondendo-o em uma sacola qualquer. Resolvi perguntar a Fátima se aquilo era normal, se ela já tinha visto algo parecido no hospital e ela, rindo, disse que era a campainha do celular de um dos pacientes. Fiquei sem graça, amaldiçoando os telefones celulares que constituíam um personagem à parte. De manhã, no café, alguns garis permaneciam colados em seus telefones. Nos quartos das enfermarias, médicos e enfermeiras circulavam com seus aparelhos, consultando-os eventualmente. Para os pacientes, eles se tornavam objetos de controvérsia e impertinentes acusações de furto – como acontecera com Mauro e Fátima. Eu mesmo tive que me controlar para não usar o aparelho com a sofreguidão habitual. No final das contas, de forma irônica, a onipresença do telefone era galhofeiramente traduzida naquela campainha que reproduzia o miado incessante de um gato.

Voltamos à limpeza, com cada um se ocupando de um banheiro. Entretanto, não pude entrar naquele a mim designado, pois estava ocupado por um dos pacientes. Aguardei sua saída. Quando pude entrar, percebi que nem todas as fezes desceram com a descarga. Contive-me para não reclamar, e lidando com o fedor ainda presente no ambiente, acionei o

botão duas vezes. Resignadamente, em seguida, peguei esponja de aço e pus-me a limpar os azulejos e a pia. Em seguida, após trocar as luvas, fiz a lavagem do vaso e do chão, que também enxaguei e sequei. Voltei para ajudar Fátima com o outro banheiro, o que exigia nova troca de luvas. Calcei novamente as amarelas, que deveriam efetivamente ser daquela cor, pois não estavam ali para substituir as verdes. Pus-me a limpar pia e torneiras. Eu estava incomodado pela postura do paciente que, ciente de nossas presenças e de nosso trabalho, não tinha se preocupado com a eficiência da descarga e, além disso, minhas mãos continuavam a suar enormemente. Resolvi interromper o trabalho e respirar um pouco no corredor. Quando quis retirar as luvas, deu-se o desastre: a luva da mão direita desfez-se em pedaços, ficando imprestável para o trabalho. Mostrei para Fátima, que fez lembrar a impossibilidade de troca: não havia nenhum par sobressalente. Ela verificou o celular e informou que restavam menos de dez minutos para o almoço: o melhor seria deixar para ver depois o encaminhamento que a gerência daria ao meu caso.

Eu estava emocionalmente exausto e não balbuciei qualquer objeção. Disse-lhe que faríamos como ela dizia e, encostado à parede, procurei descansar um pouco no corredor. Nesse instante, uma enfermeira dirigiu-se a mim indagando onde estava Fátima. Apontei para o quarto 303. De longe, a enfermeira pediu-lhe que retirássemos a lixeira de seu setor. Fátima fez um sinal positivo de cabeça, mas não esboçou qualquer movimento para atender ao pedido. Olhou para mim e disse para eu não esquentar, pois faltavam menos de cinco minutos para o almoço: aquele serviço era para ser feito à tarde. Havia precipitação na fala da enfermeira, que, aliás, nem se dera conta que estávamos perto do intervalo para refeição. Perguntei-lhe então o que faríamos com o quarto 301. Ela disse

para não me preocupar. Caso eles pudessem, Mauro e Débora se ocupariam durante nosso almoço; caso contrário, faríamos após o intervalo.

Retornamos ao expurgo e lavamos nosso material. Penduramos aventais e guardamos as luvas. Pus no bolso o meu par inutilizado, esperando poder falar com a gerência durante o almoço. Guardamos tudo e descemos as escadas em direção à copa onde havíamos tomado o café e onde, agora, alguns estavam almoçando.

Na frente da capela, encontramos Fernando e Samuel, seu colega de trabalho, que estavam saindo para almoçar na rua. Declinei do convite deles, explicando que eu havia trazido uma marmita. Fátima seguiu direto para o vestiário e, poucos minutos depois, aparecia já de roupa trocada dizendo que não almoçaria, pois tinha que fazer seu exame médico. Desejei-lhe sorte e procurei a estufa onde deveria estar meu almoço.

Logo após entrar na copa, retirei minha marmita da estufa. Eu tinha preparado uma boa refeição de lombo de porco desfiado, acompanhado de quiabo, arroz e feijão, além de uma pequena salada de tomate, cebola e cheiro verde. Fiquei feliz em constatar que o pote plástico da salada não tinha sido posto na estufa e, portanto, estava preservado. Procurei uma mesa para sentar e pus-me, inicialmente, ao lado da parede, bem embaixo de uma televisão pendurada bem no alto, transmitindo o noticiário.

O barulho era realmente incômodo e acabei mudando-me para uma mesa mais distante da televisão, próxima à estufa. Pedi licença e sentei-me na companhia de Débora e mais dois garis, cujos nomes não consegui registrar. Permanecemos em silêncio até que Débora apresentou-nos dizendo que era o meu primeiro dia na Comlurb. Fiz um sinal positivo, confirmando a informação dada por ela. Não tardou que viesse a pergunta fatídica: *Qual é o seu concurso?* Inseguro, informei que tinha algum tempo. Um dos garis disse que, como não houvera concurso em 2016 e o de 2017

tinha sido impugnado, eu deveria ter entrado em 2015, data do último certame. Engasguei, pensando no que responder. Terminei replicando de forma genérica que ele deveria estar correto na afirmativa.

Meu silêncio denunciava o desconforto, quando Débora ofereceu-me Fanta Uva. Aceitei de bom grado, esperando que aquilo ajudasse a mudarmos de assunto. Olhei em volta e a sala começava a esvaziar-se. Nesse momento, Débora voltou-se para os dois colegas de mesas e indagou: *Vamos louvar o Senhor?* André, um dos garis sentado à mesa, agradeceu e disse que não iria hoje. Débora levantou-se com o gari remanescente que almoçava conosco, e saíram ambos pela porta. Levantei e resolvi descansar do lado de fora, enquanto esperava o horário de retomarmos o trabalho. Cerca de quinze minutos depois, quando Débora passou por mim, chamei por ela e perguntei o que era aquela louvação. Ela disse que iria falar com o encarregado e foi-se embora.

Poucos minutos depois, David aproximou-se e contou que Débora havia falado de meu interesse pela louvação. Ele explicou que, ao final do almoço, o pessoal fazia uma reunião perto da área do contêiner para louvar o Senhor. Havia uma primeira louvação por volta do meio-dia e meia, para o pessoal que almoçava no primeiro intervalo, e uma segunda por volta de uma e meia, para o segundo intervalo. Finalmente, disse que eu era muito bem-vindo. Enquanto agradecia, vi Fernando aproximar-se saboreando um picolé de sobremesa. Ofereceu-me um pedaço, que gentilmente recusei. Trocamos uma ideia sobre como tinha sido nossa manhã e ele contou ter revelado nossa situação. Disse-me que Dona Marta, sua colega de andar, havia desconfiado e dito que nem ele tampouco o *cabeludo* eram garis, pois *ser gari é algo que vem de dentro; não basta vestir o uniforme*. Disse-lhe que eu não havia contado nada, e que tinha passado por alguns momentos difíceis com perguntas sobre meu ingresso na Comlurb. Na verdade, eu

tinha recebido apenas uma pergunta pessoal – sobre filhos – mas, por diversas vezes, perguntaram-me sobre meu ingresso na comunidade de garis, sobre meu concurso de admissão.

Conversávamos de forma despreziosa quando Gonzaga e David aproximaram-se: fomos convidados para fazer um passeio pelo hospital. Nossa tarde não começaria, portanto, pelo retorno ao trabalho pesado, mas com um *tour* no Souza Aguiar.

Começamos pela rampa da entrada principal, que era lavada diariamente, conforme informou David, enfatizando a dificuldade por conta da presença de moradores de rua. Gonzaga explicou que esse era um problema que se reproduzia também no Salgado Filho, onde ele trabalhava, pois os moradores de rua banhavam-se nas torneiras dos banheiros, o que impunha a necessidade de limpezas repetitivas para os garis. Passamos pela emergência, e pedi que nos levassem à área dos contêineres. Cruzamos o pátio e chegamos a um depósito onde era reunido o lixo para posterior retirada acondicionada em caminhões.

Perguntei onde era a louvação, e David apontou para um espaço embaixo de uma frondosa árvore, próximo ao depósito. Repetiu a explicação dos dois turnos e disse, em seguida, que hoje eles tinham sido cerca de dez pessoas a louvar e ouvir a Palavra.

Fizemos o caminho inverso pelo pátio para retornar ao prédio principal do hospital. Rumamos para o segundo andar, onde também havia atendimento emergencial. Passamos em frente a alguns quadros de vidro, local no qual estavam expostos objetos engolidos por pacientes e deles retirados mediante procedimentos cirúrgicos. Era impressionante imaginar a retirada daqueles objetos de esôfagos e adjacências, pois havia um pouco de tudo: moedas, fichas (da Companhia Telefônica Brasileira para orelhões), alfinetes e pregos.

Prosseguimos a visita em meio a pacientes nos corredores, aguardando exames ou, ainda, familiares ansiosos e circulando de um lado para o outro. Era nítida a tensão, a infinidade de histórias pessoais que cada uma daquelas pessoas transbordava. Gonzaga explicava que a orientação era para não desenvolver vínculos com os pacientes, pois quem ali trabalhava convivia continuamente com nascimentos e mortes, com momentos de extrema felicidade, mas também de intensa dor. Definitivamente, aquele não é um trabalho simples.

Rodamos pelos demais andares parando longamente na pediatria, onde Fernando havia trabalhado na parte da manhã. Havia poucas crianças no hospital naquele momento, mas ainda assim as poucas que ali estavam indicavam que aquele era um setor diferente, marcado por uma inocência incapaz de decodificar a gravidade das diferentes situações médicas. Fernando explicou-nos que, por conta do pequeno número de crianças, havia lavado muitos quartos vazios, sem qualquer paciente. Como que querendo ratificar a informação dada por ele, Samuel e Dona Marta, seus colegas de trabalho na parte da manhã, assentiam com um sorriso largo. Fiquei algo constrangido por saber que eles já sabiam que eu não era um gari em treinamento, como fora anunciado no início de nossa jornada no *minuto de segurança*, mas sorri de volta, um sorriso de cumplicidade e admiração.

Nossa visita prosseguiu pela ortopedia e pelo setor de queimados que, contudo, na véspera, fora informado de que não veríamos. Gonzaga e David contavam-nos diferentes histórias de seus cotidianos no hospital. David relatou que dois pacientes da ortopedia – embora impossibilitados de se locomover – puseram-se a brigar desde seus leitos, atirando um no outro todo e qualquer objeto ao alcance da mão: café, pão, lençol, biscoitos.

Tudo voava pela enfermaria, recentemente limpa. Resultado: nova limpeza teve que ser realizada, imediatamente após a primeira ter sido concluída.

Essas histórias quebravam a rotina do trabalho árduo e emprestavam enorme humanidade ao difícil cotidiano da limpeza hospitalar. Esbarramos em outra equipe que estava se preparando para fazer um processo terminal com uma espécie de enceradeira, cujo manuseio não parecia fácil. Estancamos para ver e ficamos impressionados com a destreza do pessoal. Eles fizeram questão de demonstrar o procedimento para a retirada de água com a pá *cata-cata*, desprezando, inclusive, o ralo existente no banheiro. Não pude deixar de pensar na minha dificuldade na primeira sala (sem ralo) que limpei: atrapalhado, eu tinha a sensação de nada retirar da água acumulada. Fernando sugeriu que os garis deveriam ter três tamanhos de rodo, pois era muito difícil alcançar os cantos. A recusa, entretanto, foi geral. Gonzaga disse que os garis acabariam por usar um único deles e um dos trabalhadores explicou que tudo era uma questão de hábito. Realmente, todos com quem eu havia trabalhado ao longo do dia exibiam uma desenvoltura que eu estava longe de ter. No fundo, minha impressão era que nem o tempo me proporcionaria a agilidade por eles demonstrada. Agradecemos a exibição e, percebendo que eram quase três da tarde – hora do lanche – começamos a descer em direção à sala da copa.

Na descida, entabulamos uma conversa sobre a diferença entre a varrição de rua e a limpeza hospitalar. Fernando disse ter a impressão de que o trabalho na rua seria mais bruto, com enorme desgaste físico, sem exigir tanta psicomotricidade. Em seguida, explicou que o problema da varrição pública seria a opressão moral ao passo que, no hospital, a dificuldade seria emocional, algo que pode deixar a gente mais triste. Gonzaga parecia concordar, quando fomos abordados por uma ambulante vendendo doces e bolos.

Fernando entusiasmou-se e perguntou pelos preços, ao que ela respondeu dizendo que os bolos custavam quatro ou seis reais dependendo do tamanho. Fernando pôs-se a contar de dois em dois: dez, mais dez, trinta, mais dez, pronto, dez bolos somavam cinquenta reais. A ambulante não cabia em si de tanta felicidade. Em um minuto havia vendido todos os seus produtos. Cada um de nós saiu carregando dois ou três bolos para compartilhar no lanche. Gonzaga sugeriu que aproveitássemos o momento para tirar uma foto com todos os garis, caso quiséssemos. Decidimos, então, que aquele seria o instante ideal para revelarmos para todos os demais garis nossa condição incógnita.

No meio do pessoal que estava chegando para o lanche, avistei Florisbela e perguntei-lhe sobre a limpeza da copa da desinfecção, que não tínhamos conseguido fazer. Ela disse que ainda não estava concluída e que, se tudo corresse bem, fariam após o lanche. Olhei em volta e vi Fernando oferecendo bolo para Dona Marta. Aos poucos, a sala encheu-se e os bolos fizeram um enorme sucesso. Enquanto alguns perguntavam se podiam mesmo comê-los (inclusive querendo saber quanto deveriam pagar pelos mesmos), duas moças tentavam fazer um pudim no aparelho micro-ondas. As conversas começaram a cruzar-se na copa, com uns falando da perspectiva do encerramento do dia, outros falando do resto do trabalho que ainda havia por fazer.

Reunimo-nos em torno da mesa, onde Fernando estava sentado. Os funcionários da gerência entraram na copa com um olhar interrogativo, enquanto Gonzaga dizia que eu e Fernando tínhamos gostado bastante do dia de trabalho, e que pretendíamos ter uma foto de todos juntos, mas antes falaríamos algo para todos. Fernando começou então a explicar como tinha começado a trabalhar na varrição da USP, e relatou o *episódio do uniforme* no Instituto de Psicologia (prédio que àquela altura

ele frequentava diariamente como aluno), quando não foi reconhecido pelos seus colegas de curso. Disse que seu trabalho havia resultado na publicação de um livro, e que eu o tinha comprado em uma livraria de aeroporto. Falou de nossa aproximação, de sua participação nos cursos de formação dos juízes, e explicou como formatamos o projeto para que os juízes trabalhassem um dia inteiro no exercício de uma atividade braçal.

Fernando apresentou-se finalmente como psicólogo, dizendo ainda que eu era juiz do trabalho e trabalhava no tribunal. Houve um burburinho na sala, com uma moça dizendo: *Eu sabia que vocês não eram garis!* Outra disse que todos tinham desconfiado, embora não soubessem o que estava acontecendo. Fernando falava ainda sobre os possíveis desdobramentos, quando, de repente, emocionou-se e começou a chorar. O silêncio era sepulcral e a emoção cortava o ar. Ele recuperou o ar, e pôs-se a nos contar o pedido dos garis paulistas: *Diz lá para eles quem somos e o que fazemos.* Era perceptível a identificação dos garis cariocas com aquele pedido.

Chegara minha vez de falar algo, mas eu não tinha uma história pessoal para contar. Na verdade, o que eu queria era mesmo agradecer pela acolhida de todos e, em especial, de meus colegas de andar. Fátima, Débora, Mauro e Florisbela foram extremamente pacientes com meus erros. Com a voz embargada, calei-me. Alguém gritou no fundo que devíamos ficar uns quinze dias! Em seguida, Gonzaga tomou a palavra para justamente enfatizar a receptividade e o acolhimento dos garis, cuja conduta mostrava a qualidade do trabalho de todos que ali estavam. Como estava ciente da nossa identidade, ele contou como tinha sido difícil falar, dirigir-se a um juiz que estava ali fazendo o *nosso* trabalho. Mais ainda, ele explicou como se emocionara ao ver a ambulante tentar fazer sua venda para um gari ao invés de abordar um médico, e como aquilo seria uma

evidência de que *não importa sua classe social, quando você está disposto a ajudar as pessoas.*

A sala transbordava em emoção e, após uma longa salva de palmas, todos se puseram a abraçar-se enquanto saíamos para as fotografias.

Do lado de fora, iniciou-se uma longa sessão. Todos sacando seus celulares para registros pessoais, além de muitas gargalhadas. Dou um abraço de agradecimento em Florisbela, Lindalva, Beatriz e Arlete, indagando se Fátima já teria regressado. Recebo uma resposta negativa, e tem início uma conversa coletiva sobre as desconfianças iniciais. Uma das moças diz que achava que eu tinha vindo de alguma escola, que deveria estar afastado, voltando para treinamento e que, por isso, tinha aparecido de barba e cabelos longos, mas que, no dia seguinte, eu já apareceria de barba feita e com o cabelo arrumado. Outra diz que tinha desconfiado desde o início, que um de nós deveria ser engenheiro e outro do administrativo. Finalmente, uma terceira diz que eu tinha me entregado desde o início, só pelo meu jeito de entrar, falando baixo e manso com todos. Fico acanhado com o comentário, mas saboreio o carinhoso clima de cumplicidade existente, enquanto mais e mais fotos são registradas por todos.

David pede a mim e Fernando nossos números de celulares, com planos de montar um grupo de *WhatsApp* e assim poder compartilhar conosco as diferentes fotos tiradas. Quando indicamos que estamos prontos para regressar ao trabalho, um clima de surpresa se instaura: *Mas vocês vão trabalhar ainda?*

Passamos antes pela copa para tomar um gole de água e descobrimos que o pudim não funcionou. Vejo Lindalva entrar, e brinco com Gonzaga dizendo que minha encarregada veio cobrar o retorno ao trabalho. Resolvo acompanhar Fernando até a pediatria, onde ele deseja recuperar o resto de seu material de trabalho, ou seja, avental e óculos de proteção.

David pergunta se assim também desejo, ao que replico dizendo que o que gostaria mesmo era de poder agradecer pessoalmente a Fátima pela atenção com que me tratou ao longo da manhã.

Passamos rapidamente pelo meu andar e constatamos que ela ainda não havia regressado do médico. Como são quase quatro horas da tarde, damo-nos conta que o segundo turno do lanche irá começar em breve e que seria simpático também compartilhar nossa identidade com o restante dos garis. Optamos então por regressar à copa, de tantos encontros e desencontros.

O cenário repetiu-se da mesma forma, mas dessa vez sem a fartura dos bolos e doces comprados pelo Fernando. Na verdade, sobraram uns quatro bolos, que estavam dispostos sobre a mesa. O pessoal do segundo turno começou a chegar e sentar-se em torno da mesa. Gonzaga pediu silêncio e repetiu o comentário do turno precedente, passando a palavra para Fernando, que, mais uma vez, narrou o episódio do uniforme, acrescentado que na experiência ele havia *ficado invisível*. Enquanto Fernando falava, Fátima chegou com ar espantado e, sem saber o que estava acontecendo, sentou-se ao fundo da copa. Quando Fernando concluiu, pedi a palavra dizendo que precisava contar algo para Fátima, que, durante a manhã, tinha se exaurido em perguntas que eu não conseguia responder. Compartilhei com todos o que tinha sido minha manhã, o carinho com que Fátima tinha me ensinado o trabalho, minhas dificuldades com as luvas que haviam rasgado e, então, subitamente, a voz embargou e sumiu...

Uma lágrima escorreu enquanto fiz silêncio. Não consegui dizer mais nada além de um *Obrigado*. Puxaram uma salva de palmas, antes que Gonzaga retomasse a palavra. Ele repetiu o agradecimento do turno precedente, ressaltando o companheirismo dos garis que, espontaneamente, procuravam ensinar as técnicas de seus trabalhos.

Ele repetiu a mesma ponderação sobre *classes sociais* e enfatizou a importância de sempre recebermos os *novos* colegas com um sorriso no rosto. Finalmente, puxando uma salva de palmas, sugeriu que fôssemos para fora a fim de registrar aquele momento.

De novo, as pessoas abraçavam-se e registravam sua surpresa com a experiência. Enquanto os celulares passavam de mão em mão para capturar aquele momento, alguém nos trouxe um broche com a inscrição *#somostodosgaris*. Eu e Fernando os penduramos em nossos uniformes com indisfarçável orgulho. No meio do grupo, vi Fátima e pedi que Fernando tirasse uma foto com minha *professora* e Lindalva, que carinhosamente chamei de *diretora da escola*. Fernando não perdeu a oportunidade para brincar comigo e dizer que eu estava com medo de não passar de ano. Nesse momento, Fátima disse que minha reclamação em ser por ela chamado de *senhor* ao longo do dia não tinha cabimento e que agora deveria realmente se referir a mim daquela forma. Retruquei, insistindo que o tratamento correto era *você*. Afinal, não havia porque mudar o que havíamos conquistado em termos de cumplicidade na limpeza. Dei um abraço carinhoso em Fátima, que pediu licença para voltar à copa.

Com a dispersão do grupo, Gonzaga perguntou o que faríamos com aquele dia de trabalho. Expliquei-lhe que tínhamos prometido dar um retorno para a Comlurb, compartilhando nossas percepções da experiência, mas que tínhamos previsto um tempo para digerir a montanha-russa de emoções que fora aquele longo dia. Continuei explicando que, no momento oportuno, haveria uma reunião com o pessoal dos recursos humanos com quem havíamos negociado a realização daquele dia de trabalho no hospital, além de duas outras vagas na varrição pública (preenchidas pelo Marcelo Augusto e pela Anelise, na área de Botafogo). Gonzaga agradeceu pela explicação e contava-nos um pouco de seu trabalho no Salgado Filho,

quando Fátima passou por nós dizendo que ainda não tinha entendido nada do que tinha acontecido. Dei-lhe outro abraço, e perguntei como tinha sido seu exame. *Demorado*. Agradecei, por tudo. Ela disse que quem agradecia era ela, ainda que não soubesse por que estávamos nos agradecendo reciprocamente.

Fernando indagou o que estava acontecendo e, após Fátima reiterar que não estava entendendo nada, retomou a explicação sobre a experiência, dizendo que havia doze juízes trabalhando em circunstâncias parecidas, vivendo a experiência de um trabalho braçal, subalterno, e o sentimento de humilhação e invisibilidade que ele proporciona. Fátima interrompeu:

*Engraçado. A primeira coisa que falei para ele, quando começamos de manhã, foi que íamos entrar e desejar bom dia, mas ninguém iria nos ver. E que quando cai alguma coisa no chão...*

Impressionado, Fernando pediu que ela repetisse o que tinha dito. Fátima reproduziu a mesma frase dizendo que ninguém responderia ao nosso bom dia, mas que *quando cai alguma coisa, “meu amor”, vem aqui; até “meu amor”..* Entreolhamo-nos, e começamos a mostrar as fotos dos outros juízes trabalhando. Quando ela viu a foto da Amanda de trocadora, reconheceu o uniforme dizendo que era da *ƒAL*. Diante da foto do Marco Antonio, vestido para trabalhar de operador de caixa, ela imediatamente reconheceu o uniforme do *Intercontinental*, e disse que bem que poderia ser no *Guanabara*. Finalmente, vendo a foto da Natália vestida para trabalhar no *Rio Design Barra*, ela exclamou: *Ah, sim, de faxineira da Nova Rio!* Era impressionante a familiaridade de Fátima com aqueles uniformes, que ela decodificava sem maiores dificuldades.

Despedimo-nos mais uma vez, e ela partiu pelo caminho entre a gerência e a capela, em direção à unidade coronariana, onde eu havia passado minha manhã de trabalho.

Eram pouco mais de quatro e meia da tarde quando entramos no vestiário para trocar de roupa. Nele, encontramos outro gari que também estava em trajes laranja. Mais um passando por treinamento para voltar ao seu posto de trabalho, na escola em Vicente de Carvalho. Timóteo apresentou-se, e disse que estava retornando de uma cirurgia no joelho. Mostrou a cicatriz, e disse que aquilo era a consequência de muitos anos de trabalho. Reclamou do sindicato: *a vida é assim mesmo, cada um por si*. Eu exalava cansaço, e estava preocupado com o horário do voo do Fernando, que regressaria naquela mesma noite para Jundiaí, no estado de São Paulo. Optei por não prolongar a conversa, despedi-me de Timóteo e dirigi-me à gerência para fazer o mesmo com o Gonzaga.

Na sala, encontramos o pessoal do administrativo, que ainda comentava as revelações da tarde. Lindalva estava por ali, e brincou dizendo que, entre os garis, havia duas histórias correndo sobre nossa presença: na primeira, nós éramos *janeleiros* e, certamente, não iríamos ficar naquele tipo de trabalho; ou seja, aquilo era uma espécie de treinamento para sermos aproveitados em alguma atividade administrativa; na segunda, nós estávamos regressando de licença, sendo que eu, por ser muito quieto, deveria ter tido algum problema psíquico e Fernando, mais expansivo, deveria ter tido algum problema físico. Rimos gostosamente de ambas as hipóteses, que estavam longe da verdade. Éramos intrusos em um mundo desconhecido, tentando aprender um pouco mais sobre a vida dos Outros e tudo o que ela poderia nos ensinar sobre a nossa própria vida.

Despedimo-nos mais uma vez e tomamos o rumo da saída. Mal tínhamos caminhado cem metros, David chamou-nos e pediu para nos dirigir uma

última palavra. Aquiescemos, enquanto ele se aproximava. Ele parou diante de nós e começou a nos explicar que todos cumprimos o destino que Jesus teria nos reservado, que nossas vidas existem para glorificá-Lo e que a humildade com que eu e Fernando tínhamos abraçado aquela jornada revelava que Cristo tinha grandes planos para nós dois. Tudo o que precisávamos fazer era aceitá-Lo em nossos corações e prosseguir trabalhando para Sua grandeza.

Fiquei encabulado, e agradei por aquela palavra final, sem saber ao certo se a resposta era adequada. Trocamos um último abraço e, acompanhados de Gonzaga, que acabara de se aproximar, rumamos para a rua. Caminhamos juntos até a esquina da faculdade de direito da UFRJ. Gonzaga despediu-se, seguindo em direção à Central do Brasil, enquanto eu e Fernando atravessamos a rua em direção à Praça da República. Em frente à estação do metrô, expliquei-lhe as alternativas para chegar até o aeroporto, tendo ele optado, sem sucesso, por usar uma daquelas bicicletas da Prefeitura. Infelizmente, a estação estava desativada. Orientei-o a pegar o VLT e pedi que me mandasse notícias quando chegasse ao aeroporto. Exausto, entrei no metrô para pegar o carro na casa de meu pai.

Cheguei em casa muito cansado, com o telefone tocando. Era minha esposa dizendo que não tinha podido pegar nossa filha na escola e que ela chegaria bem chateada. Pedi-me que fizesse um carinho nela para mitigar a frustração de ter voltado no ônibus escolar. Olhei para o relógio e dei-me conta que não daria tempo para tomar banho. Optei então por recebê-la de imediato e, contrariando as recomendações do treinamento, dei-lhe um longo abraço no portão. Ela aproveitou o momento de fraqueza para pedir-me pela enésima vez um gato de estimação. Contrariado, fui obrigado a dizer não. Prometi um cinema no dia seguinte ou, caso ela preferisse, algum outro tipo de passeio. Ela ficou de pensar, enquanto entrávamos todos em casa.

Botei minhas roupas de gari para lavar e fui olhar os recados do celular. No grupo de *WhatsApp* montado para a atividade, os juízes narravam suas experiências e falavam das emoções sentidas ao longo do dia. Raquel dizia ter chorado, e Fernanda agradecia pela oportunidade de ter vivido um dia inesquecível. Chorei copiosamente. Eu sentia um profundo cansaço nas pernas – aliás, foi só naquele momento que me dei conta de que havia passado praticamente o dia inteiro em pé – e estava emocionalmente exaurido.

Queria compartilhar o que estava sentindo, mas não havia ninguém para conversar. Tomei um longo banho e preparei-me para o churrasco que faríamos em casa à noite, aproveitando a presença de alguns familiares do Nordeste.

Aos poucos, as pessoas foram chegando para o churrasco. Minha esposa, minha sogra e sua irmã, meu cunhado e sua esposa, a prima de minha esposa e sua filha, minhas filhas: todos ali, em volta da churrasqueira. Falamos sobre a crise, sobre nossas vidas, sobre nossas escolhas. Nem todos sabiam que eu tinha passado o dia como gari e, quando a informação veio à tona, pediram-me que contasse como tinha sido a experiência.

Falei sobre Fátima, Florisbela, Mauro, Débora, Lindalva, David, Gonzaga e muitos outros. Descrevi o carinho com que fora recebido, e as lições de solidariedade que havia aprendido. Descrevi o árduo ambiente de trabalho que era o hospital, e as dificuldades que aquelas pessoas enfrentavam com um orgulho infundo. Disse-lhes que, ao fim do dia, David havia montado um grupo de *WhatsApp* nomeado *Visita dos Mestres*, para compartilharmos nossas vivências daquele dia. Eu, solicitando a devida autorização, havia trocado o nome do grupo para *#somostodosgaris*. Estávamos colegas, talvez amigos? Não sei dizer ao certo, mas, de minha parte, havia brotado um

grande respeito por aquela gente simples e carinhosa. Deitei-me, ao final do dia, feliz e contente com a experiência e dormi um sono tranquilo.

Na semana seguinte, o grupo de *WhatsApp* bombou com fotos e mensagens. Eunice, com quem eu tivera contato apenas na copa, mandou mensagem: *fiquei muito feliz e emocionada pelo carinho mesmo desconfiando, foi maravilhoso ouvir da boca de vocês essa experiência*. Samuel, após localizar pelo *Google* as reportagens sobre o trabalho do Fernando como gari na USP, compartilhou os links no grupo. Quando Fernando encaminhou a foto enviada por Natália, Samuel disse ter reconhecido uma das funcionárias da Nova Rio, que seria irmã de um amigo seu. Não tardou para que alguém brincasse dizendo que tínhamos estado lá para ensinar como ser dispensado em apenas meio dia de trabalho. Incontáveis desejos de *bom dia* apareceram cotidianamente no grupo. Compartilhamos até mesmo a indignação em face do assalto sofrido por Arlete, quando ladrões levaram seu aparelho celular. Em seguida, vieram piadas sexuais e futebolísticas, bem como anedotas com a violência do Rio de Janeiro, além de mensagens religiosas. Choveram críticas à iniciativa da Prefeitura em contratar empresas terceirizadas para fazer a retirada do lixo dos prédios e estabelecimentos comerciais da Avenida Rio Branco. Enfim, foram inúmeras mensagens que, posteriormente, ganharam um tom carinhoso pelo dia dos pais. Ainda que precariamente, eu agora fazia parte de uma comunidade virtual, cuja origem para mim fora um dia extraordinário de trabalho.

# DOZE MAGISTRADOS

**Fernando Braga da Costa**

Estávamos todos já reunidos. As mulheres, como de costume, mais arrumadas que os homens. Para aquele almoço, Rosângela, Sheila e Clara não dispensariam o salto e a maquiagem, mesmo suave. De janeiro a dezembro de cada ano, era a única refeição em que todos se sentavam à mesa sem uniforme, jaleco ou qualquer vestimenta que identificasse cargo ou profissão. Fato ímpar. A época do Natal chegava e, informalmente, apareciam as sugestões de restaurantes próximos.

A clínica não era grande. Entre profissionais da saúde, segurança, limpeza predial e recepcionistas, éramos no máximo doze pessoas, embora o número pudesse variar minimamente. Naquele 23 de dezembro estávamos quase todos lá, na sala de espera, fazendo um brinde com espumante: um ritual, antes de sairmos para o almoço festivo. O clima estava leve e descontraído, ainda que para um ou outro parecesse haver certo esforço para tanto.

Enquanto chacoalhava a bebida ansiosamente, um dos proprietários do estabelecimento – médico – pediu a atenção de todos. Assim fizemos, reunidos, formando um círculo. O discurso que proferiu foi breve e um tanto artificial, mas em consonância com suas atitudes médias. Em seguida, levantou a garrafa, e nós, os copos, já que não havia taças. Ele apelou para a ideia de *equipe unida, time coeso*, um *grupo de trabalho* onde todos éramos *igualmente importantes*. Esse discurso referindo-se à igualdade me chamou a atenção.

Vejamos.

Terminadas as palavras claramente escolhidas e balbuciadas de forma um pouco hesitante, eis que Dr. Clóvis interrompe o balançar do vasilhame e saca a rolha. Lógico e previsível, mais que o próprio discurso, fato é que bebida gaseificada e estimulada em sua pressão não se acanha em voar da garrafa. Boa parte da champanhe estava agora derramada no chão.

Fiquei apreensivo.

Não temia pelo desperdício do espumante, como se alguém ali ficasse sem um mísero brinde. Também não me preocupava pelo líquido derramado manchar o piso, porcelanato impermeável e de fácil limpeza. Nenhum de nós, isso certamente, considerou referir-se à imprudência do chefe. Todos riam da situação, até mesmo o médico, com a face agora um pouco ruborizada.

Dr. Clóvis, ainda em meio ao burburinho, interpelou Dona Clara. Naquele instante, ela saboreava a bebida pouca. O médico não disse nada à faxineira. Foi desnecessário. Apenas chamou-lhe o nome e, com os olhos agudos, apontou a molhadeira por ele promovida. Indicou, com um simples movimento de cabeça, que o que ele sujou ela deveria limpar.

O breve brinde precipitou-se ainda mais. Para aquela mulher, imagino, foi como um susto. Paradoxalmente, uma surpresa altamente previsível. Surpreendente mesmo teria sido outro encaminhamento para a cena. Como dizem, *era bom demais para ser verdade*. Era bom demais para ser verdade ela ali, em meio aos demais, como se fora um deles. Era bom demais para ser verdade a horizontalidade momentânea, o grupo reunido, ninguém trabalhando. Nada de ordens ou execuções. Era bom demais para ser verdade a suspensão das divisões, das verticalizações, do hiato.

Mas o fosso novamente estava aberto.

O clima galhofeiro foi interrompido sem cerimônia alguma. O relaxamento breve e alegre dos ali presentes, o inusitado da cena – porque

a atmosfera pretensamente solene se elevou à descontração – tudo isso que pairava no ar, evaporou. Mas não para todos.

Desapareceu Clara. Apareceu a funcionária da limpeza.

O vestido vermelho e o sapato preto de salto alto. A bolsa pendurada no ombro esquerdo. O cabelo solto – preparado para o evento – e a maquiagem. Os brincos, a pulseira e a delicada gargantilha. Nada foi suficiente para constranger o doutor. Ante a senhora vestida para festa – uma mulher contagiada pelo momento e finalmente vaidosa – de frente para o que era evidente – uma vez encerrado o período de labuta – uma força maior, uma razão maior, uma lógica maior, apequenou nosso raro momento. Fúnebre espetáculo, estávamos inevitavelmente devolvidos à separação e à exclusão. Assim, acachapante e instantaneamente.

Desapareceu Clara. Apareceu a funcionária da limpeza.

Não perceberam. Nenhum sinal de solidariedade ou cooperação. Sheila e eu ainda tentamos algo no corredor que leva à lateral de trás do prédio, no caminho dos baldes, panos e vassouras. Inútil. Para Clara, a festa já tinha acabado. A sorridente convidada foi expulsa da celebração. Para cada gole de bebida na parte da frente da clínica, nos fundos da mesma alguém engolia em seco o enigma daquele rebaixamento súbito e irremediável. Não perceberam seu constrangimento. Se perceberam, não fizeram notar. Se não fizeram notar, se fingiram não ver, agiram cegos diante de Clara.

No exato instante em que a funcionária da limpeza foi emergencialmente acionada, Clara foi tornada invisível. Ou não. Deveríamos nos perguntar se em algum momento, em mais de uma década de dedicação diária ali, aquela mulher foi realmente vista. Certamente, todos nós contávamos com seus serviços, com sua agilidade, com sua prontidão. Mas o que dela sabíamos realmente? O que dela realmente desejávamos? Desejávamos ela, realmente?

Desapareceu Clara. Apareceu a funcionária da limpeza.

No tal corredor – interminável caminho, espécie de purgatório, inescapável – ela reagiu à nossa tentativa de apaziguamento com igual cortesia. *Pode deixar, gente*. Seu olhar, seu semblante, o corpo todo era fuga. Ah, se ela pudesse correr dali, evaporar, ser abduzida a outra dimensão!

Fundamental aqui abrir algum espaço, mínimo que seja, para a psicanálise. A fim de compreender mais plenamente o impasse no qual estamos envolvidos, seria necessário atinar para as diversas camadas de significados, para as muitas complexidades sociais, mas, também, para as repercussões e soluções psíquicas daí derivadas. Por mais sofisticadas que sejam, nenhuma interpretação sociológica ou antropológica teria êxito na compreensão de certas sutilezas.

O trauma impingido a Clara é sintoma de um evidente antagonismo de classe. Certamente, estamos diante de uma situação fundada e construída ao longo de muitas gerações. Antes de Clara, há toda a história brasileira que remonta à exploração de imigrantes pobres e, principalmente, à escravidão de negros africanos. Reconhecer e atestar isso, no entanto, não alcança as dimensões profundas do indivíduo. Se é correto afirmar que Clara e Clóvis agem informados por suas respectivas condições de classe, também é verdade que cada um, à sua maneira, circunscreve essas ações a um conjunto de projeções e introjeções, elabora e estrutura-se, simboliza e reconstrói internamente os fatos sociais. Tudo isso não apenas em uma intensa e dialética trama intersubjetiva mas, fundamentalmente, em suas almas.

Acontecimentos muito agudos em intensidade afetiva exigem do aparelho psíquico uma condição proporcional de absorção e drenagem. A capacidade para tanto seria a conjuntura imprescindível para uma solução minimamente organizada. A sobrecarga neste sistema econômico origina

o trauma, espécie de efeito patogênico – mais ou menos duradouro – em resposta ao que é sentido como um transtorno. Um traumatismo – sofrimento composto e resultante de diversas lesões – caracteriza-se pelo excedente psíquico, aquilo que é desproporcional tomando-se por base o nível de tolerância de um determinado sujeito. Sua incapacidade em elaborar tais estimulações demasiadamente intensas define a patologia.

Os transtornos de natureza econômica no aparelho psíquico podem ocorrer quando, pelos meios naturais, a simbolização de determinados eventos fracassa. Uma experiência que traz excitação excedente à vida emocional – seja acontecimento violento único, seja um acúmulo de experiências nocivas – configura um traumatismo. Neste sentido, o sujeito assim afetado pode sentir e descrever um estado de angústia, uma reação desorganizada disparada por um enigma, isto é, algo que lhe é a priori incompreensível em sua natureza.

Como recuperar-se de um trauma? Como refazer-se? Uma vez que o golpe possa ser sentido individualmente mas, de certo, represente o antagonismo de grupos, como restaurar a harmonia psíquica do sujeito em um estado social fundado em segregações brutais e exclusões sucessivas?

Resgatemos Dona Clara.

Ao inusitado da situação – uma mulher produzida para festa, mas com balde, rodo e pano de chão em mãos – nenhum aceno ou menção. Nenhuma referência àquela despropositada situação, àquela estupidez. Talvez porque a estupidez seja o padrão e a norma. Talvez porque estejamos habituados a essa circunstância naturalizada de separação. Talvez porque estejamos de fato encarcerados em fantasias de democracia, e obviamente dopados, entorpecidos em alienação egocêntrica e consumista.

No restaurante, amargamos a refeição outrora desejada como celebração. Dona Clara optou por uma das laterais das pontas, cadeira

quase colada à parede. Comeu pouco. Diria que empurrou a comida, como quem procura não fazer desfeita à generosa oferta, opulência tão rara em seu cotidiano. Intercalava frases curtas e o silêncio, que mantinha mansa e pesadamente. Ria às vezes, mas sem intensidade ou alegria verdadeira. Embora o fato pontiagudo tivesse ocorrido duas, três horas antes da sobremesa, o efeito nefasto daquela violência prolongou-se até a despedida. Digestão de matéria e símbolos, simultaneamente.

Clara não despencou sozinha. Junto a ela, intimamente, em suas divagações mais profundas, não teria deixado de encontrar em sofrimento seus amigos e familiares, alguns vizinhos e, por que não, seus ancestrais.

Clara não desapareceu. Na verdade, Clara foi apagada. Ali, em meio a todos, fizeram-na *invisível*. Tal afirmação encontra-se alinhada à experiência etnográfica prévia – dez anos trabalhando duas vezes por semana como gari, na cidade de São Paulo – em uma pesquisa que conduzi desde a Iniciação Científica, passando pelo Mestrado, até o Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Estudos teóricos aprofundados por mais de uma década, o convívio ombro a ombro com aqueles homens pobres, trabalhando com eles e como eles – varrendo e recolhendo lixo, carpindo e rastelando, limpando lixeiras públicas, ruas e calçadas, acatando e executando ordens, sob sol ou sob chuva – orientaram-me à determinação de um fenômeno enigmático, ainda a nos desafiar, àquela época ainda sem interpretação específica e ainda sem nome. A dedicação e o enfrentamento da questão convergiram à definição de conceito fronteiriço, no encontro de disciplinas como a psicanálise e a sociologia, a história e a antropologia: a invisibilidade pública.

A *invisibilidade pública* é sustentada por motivações psicossociais, por antagonismos de classe mais ou menos conscientes. O olhar personalizante, olhar de reconhecimento interpessoal, perde espaço

para o olhar *humilhante*, olhar objetivante, olhar *reificado* e *reificante*. A *invisibilidade* pública é cegueira psicossocial. Parece ser tanto mais automatizada quanto menor for o sentimento de *comunidade* que o cego tenha com o indivíduo que não foi visto. Parece haver mais consciência do cego sobre sua cegueira quanto maior for o grau de *comunidade* em que ele possa ingressar com quem ficou apagado.

O olhar *reificado* e *reificante* de Clóvis não viu Clara. Opostamente, o médico e patrão teria visto a funcionária da limpeza – sua subalterna, sua comandada. A dominação prevaleceu. A única celebração coletiva ali, o momento singular do ano, aquele aparente oásis em meio à convivência ressecada e desértica, em uma fração de segundo virou pó.

O sentimento de *comunidade* não é experiência fácil e corriqueira. Não se alcança simplesmente porque frequentamos o mesmo espaço físico. Não estaria disponível apenas porque eventualmente compartilhamos elevadores, gabinetes ou mesmo a mesa de um refeitório pretensamente democrático. Tampouco é daqui, de frente para o computador e confortavelmente instalado, mesmo repleto de honesto e intenso desejo de um mundo entre iguais, que se vive uma genuína experiência de *comunidade*.

Na verdade, no mais das vezes, tudo o que fazemos, a maneira como agimos, a forma como acatamos a hegemonia da dominação de humanos sobre humanos – a estupidez da segregação social em classes – tudo isso vem apenas reforçar e perpetuar as infinitas rupturas que tão silenciosamente (para os que não querem ouvir), tão sorrrateiramente (para os que insistem em não ver), vão desmanchando as poucas possibilidades de vínculo honesto e duradouro que se apresentam delicada e verdadeiramente.

Clóvis esteve com a faca e o queijo na mão para abandonar o mandonismo. Bastaria para isso que ignorasse o piso molhado ou que

ele próprio tivesse se curvado, tivesse levado em conta a velha máxima de que um cavalheiro sempre reconhece uma dama. Ou, quem sabe, imagine que bem-aventurado (!), enfatizasse: *Agora é hora de festa. Ninguém está trabalhando! Depois cuidamos disso. Vamos ao brinde.* Claro que um único episódio de horizontalidade não apagaria 365 dias de verticalização. Mas que bela oportunidade perdemos em ver sorrir Clara, e justamente pela deferência do patrão ali destronado.

A atitude impetrada pelo doutor parece sustentada por algumas certezas, ideias que alimentam também boa parte dos discursos dominantes em nossa sociedade. Há aqui uma lógica nefasta a formar e informar esta compreensão de mundo. Compreensão esta, na verdade, que em instante algum se configura como entendimento livre e ingênuo das realidades que vão se apresentando à consciência. Trata-se de reprodução maciça de percepção hostil e segregacionista, espécie de classificação e interpretação das condutas humanas segundo posições profissionais, e, obviamente, conforme condições socioeconômicas. *Manda quem pode. Obedece quem tem juízo*, como tão passivamente ouvimos.

Do mesmo modo como a matemática classifica equações de primeiro e de segundo grau, da mesma forma como a ciência química classifica elementos segundo sua volatilidade, da mesma maneira como a ciência biológica classifica animais em grupos vertebrados e invertebrados, em algum nível nos habituamos também a classificar pessoas. Pessoas que classificamos como funções operacionais. Pessoas que classificamos segundo potenciais de consumo. Pessoas que classificamos segundo critérios onde as *pessoas* propriamente ditas estão bem distantes de contar.

A vida mundana faz experimentar os mais diversos dramas psíquicos, dos mais banais aos mais complexos. Segundo Freud, de algum modo estaríamos frente à eterna luta que opõe o Princípio do Prazer *versus*

o Princípio da Realidade. Exigir que nossos desejos sejam satisfeitos é viver sob o império do prazer. Atinar para o fato de que esta experiência é variável e intermitente nos faz aterrissar na realidade incontestável, na esfera de que algumas muitas frustrações nos serão impingidas no decorrer da vida.

Não obstante, a lógica aqui está longe de ser matemática. Mesmo assim, é possível supor que a maturidade de um sujeito (não dispomos de instrumento objetivo de mensuração para tanto) corresponde diretamente à sua habilidade emocional em manter-se equilibrado e, ainda como ser desejante, muito embora reconheça e aceite a realidade de que desejar não necessariamente implica ser atendido. Pessoas psiquicamente reguladas por sentimentos infantis não podem admitir experiência tão democrática em seu cotidiano. Naturalmente recorrem a instrumentos de controle e de dominação, facilmente disponíveis em certos estratos sociais. Agem como *bebês-majestades*, entidades que não podem ser frustradas em suas vontades. Porém, como no conto machadiano, com uma vara em mãos: dispõem de recursos os mais variados a fim de justificar *racionalmente* sua intolerância, bem como suas exigências.

O sistema de produção capitalista engendrou circunstâncias a partir das quais lugares sociais específicos imobilizaram-se. Estes lugares cristalizados padronizam as ações esperadas para seus atores; sobremaneira, e de acordo com estas posições, uns comandam e outros são comandados. O exame profundo destes desdobramentos históricos, exigindo inclusive pesquisa dialética e documentos, é fundamental. Porém, na consciência imediata que temos acerca da realidade, pode estar ausente. A inteligibilidade a respeito do mundo tende a se construir como invertida e lacunar. Invertida: ao ocultar tais processos, não pode considerar a realidade efetiva como condição a partir da qual a consciência

é engendrada; deste modo, passa a conceber de modo abstrato e arbitrário a realidade, o sentido verdadeiro das coisas todas e do próprio mundo. Lacunar: tangencia processos históricos de longa duração através dos quais a realidade foi assim construída.

A separação entre sujeitos que servem e sujeitos que são servidos parece implicar a existência de dois mundos humanos diferentes. Tal divisão – representada em circunstâncias socioeconômicas que a sustentam materialmente – origina-se em longuíssimo processo histórico e que produziu a cisão – ilusória – entre trabalho braçal e trabalho intelectual.

Entre a concreção da realidade e as interpretações daí derivadas, habitam processos de elevada complexidade. Neste trajeto entre a percepção e o pensamento – e entre a ação e o pensamento – aparentemente algo foi diluído. Pensando com Karl Marx, estaríamos sob efeito daquilo que se convencionou denominar *ideologia*: instrumento de dominação de classe no qual ideias autonomizadas, desligadas de qualquer efetivo recurso à história, ocultam as divisões sociais, a exploração e a opressão. A *ideologia* ostenta o poder de transformar ideias particulares da classe dominante em ideias universalmente aceitas e difundidas.

A separação original – cisão social do trabalho – inaugura a aparente autonomia do trabalho do pensamento sobre o trabalho de execução. Tal autonomia, que é só aparente, vem apresentar-se à consciência humana como autonomia dos produtores do trabalho intelectual, que, por sua vez, apresenta-se falsamente como movimento autônomo dos produtos deste trabalho: as ideias ou pensamentos.

De acordo com Marx, a consciência configura-se como a consciência informada pelo mundo: nada mais é do que consciência ingênua informada por aparências, consciência crítica informada por história, informada pela complexidade e gênese destas aparências. O ser humano pensa o

mundo a partir de seus vínculos efetivos neste mesmo mundo. Em regime de *ideologia*, passa-se a imaginar que o homem possui uma consciência autônoma face à realidade; portanto, o pensamento dispendo o que quiser sobre as ações humanas e não mais as ações, de todos e de cada um, despertando e incrementando as ideias a respeito de mundo. É como se as ideias controlassem extrinsecamente – e de cima – a realidade concreta da práxis humana.

Como abstração e inversão da realidade, a *ideologia* estrutura-se no campo do aparecer social, ou seja, no modo como os movimentos histórico-sociais apresentam-se imediatamente à consciência humana. Sendo o aparecer social a base real da ideologia, não se ultrapassa a aparência. Superá-la depende da investigação da realidade concreta, a realidade como resultado temporal e sobredeterminado de muitas condições e contradições ocultas, a realidade concreta enquanto condição *sine qua non* de engendramento de ideias plausíveis e reveladoras.

Para as classes dominantes, a ideologia é imprescindível. Através dela, a evidência da dominação e exploração não pode ser percebida como violência; sendo assim, assume legitimidade. A ideologia constrói-se como força sócio-histórica e instala um modo de compreender a realidade do mundo que se constitui, na verdade, como dispositivo para não pensá-la. Para processar-se e agir com tamanha eficiência, a ideologia, fenômeno histórico-cultural característico das sociedades burguesas, alcança e reúne motivações e processos também psíquicos.

O conceito de *racionalização* – contribuição freudiana – é promissor no que desejamos interpretar. Uma experiência de intensa densidade afetiva, experiência cujas motivações reais desconhece, eventualmente arremessa um indivíduo na necessidade de criar artifícios defensivos – explicações lógicas ou que se adequem à moral de seu grupo – a fim de

ocultar interesses mais ou menos inconscientes satisfeitos pela experiência em questão. A *racionalização* impossibilita a percepção profunda dos fatos e sua interpretação mais precisa. Limita a consciência a estruturar-se em um nível de operação o mais superficial possível.

Em ambos os processos, *racionalização* e *ideologia* – ou, melhor, neste processo misto, a *racionalização ideológica* – o impacto de uma experiência, o impacto de uma realidade efetiva – interna e intersubjetiva – parece amortecido. A racionalização ideológica abranda a força do que, sem freios e livre, seria uma angústia. A *racionalização* ideológica pode adormecer nosso ímpeto por buscar as entranhas de um fato social e psicossocial. O processo fundamenta-se como abafador e afrouxador de tensão.

A energia psíquica aí empregada é de grande monta, interferindo certamente na economia de nossas trocas simbólicas, na economia de nossos encontros e desencontros com o outro. *Racionalizações ideológicas* abrandam, abafam, tornam frouxa a percepção da realidade e da experiência do antagonismo de classes. A luz que esclareceria desencontros humanos esmorece. Um encontro é desviado de seu curso natural para a encenação de um desencontro vivido com neutralidade ou indiferença, com soberba ou humilhação.

A *racionalização ideológica*, tal qual a *invisibilidade pública*, é uma construção psíquica e social. Nestas circunstâncias, muita violência e verdade amortecidas contam como ingredientes que impedem a compreensão da mórbida cegueira psicossocial como signo de uma luta *social*, uma luta de classes. Desta forma, o autoritarismo jamais é percebido como sintoma social, cristalização histórica de um desencontro, mas pode apresentar-se à consciência humana como fato natural.

O presente trabalho, projeto-piloto delineado na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (EJ1), ousou dialogar acerca

de tema tão pontiagudo. Dialogar, é bom que se diga, sugerindo mais que trocas de informações frias ou trabalhadas juridicamente por seus pares. Magistrados habituados aos gabinetes climatizados – como o Dr. Clóvis confortável em sua clínica – estiveram empenhados em tarefas braçais diversas – como a de Dona Clara, responsável pela manutenção da limpeza de muitos metros quadrados.

A condução da atividade como curso teórico e tarefa etnográfica (posteriormente supervisionada) fomentou reflexões, mais que teria rendido em conclusões. Dentro da sala de aula e para além dela, aguçou curiosidade e estimulou entrega. Entrega física, certamente; até porque não poderiam dispor da proteção proveniente do cargo para o qual estão empossados. Mas juízes e desembargadores entregaram mais, muito mais.

Parte do que foi indagado dentro e fora das salas de aula na EJ1, parte do que foi vivido como experiência em corpo e alma, o leitor tem agora em mãos. Estejamos certos de que há necessidade de ultrapassarmos o inédito e o inusitado da experiência – sem dúvida especial – de ler os relatos de quem trocou toga por uniforme de peão. O que se desejou com isso não foi a banalização em formatos midiáticos de longo alcance, como alguns puderam supor. O que se desejou com isso certamente não teria sido construir uma narrativa visando à absolvição de almas magistradas supostamente frias e arrogantes. O propósito de convidar juízes e desembargadores para um período etnográfico – que, insisto, não deve estar restrito a um único dia – encontramos no que, delicado e certo, o professor José Moura orientou (e escreveu no prefácio de meu livro) e que, anos depois, em uma sala na EJ1, na cidade do Rio de Janeiro, uma magistrada com a voz embargada e os olhos marejados, nos fez lembrar:

*Olhar a opressão perto dos oprimidos, perto o bastante para estimar o que se vê do lugar deles. Estimar o que os outros veem nunca será coincidir com os olhos deles. A compreensão mais segura vai sempre depender de ouvi-los. Não pede adesão irrefletida às opiniões dos oprimidos, mas alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões. Desde então, pede para dali formar minhas opiniões, dali desse lugar que não é o meu, não é o lugar do outro, mas um lugar intermediário, feito de quem saiu do seu e foi sentar-se em lugar estranho, ao lado de um nativo. Sentar-se ao lado traz conversa entre cidadãos e o gosto pela opinião dos outros. E o fim de conversa é o começo de outras. Nem sempre os nativos, para falar, precisam que nós sentemos ao lado deles: mas nós, para ouvi-los precisamos sempre.*

A história da dominação de humanos sobre humanos é realidade escancarada em livros e documentos, páginas e mais páginas que registram diversas formas de escravidão. Em nossa compreensão superficial da realidade das relações patronais, a atmosfera escravocrata – tal qual fixamos na memória em imagens de senzalas, chibatas e sujeitos negros sendo covardemente açoitados – parece definitivamente superada.

Talvez percebêssemos a ingenuidade desta convicção caso estivéssemos submetidos a um trabalho braçal, um ofício assalariado nos moldes atuais. Todos nós – sem exceção – nos poderes legislativo, executivo e judiciário. Um dia por semana, uma jornada integral de oito horas. Não estariam dispensados também os intelectuais da universidade tampouco empresários e diretores do setor privado. Gerentes e funcionários de alto

escalão também seriam bem-vindos. Funcionários públicos, profissionais autônomos ou liberais. Todos nós.

Atividade compulsória – magistrados varrendo ruas, ministros de governo lavando vasos sanitários, presidentes de empresas transnacionais descarregando cargas de caminhões. Um dia de trabalho braçal a cada semana, durante dez anos. Tendo o corpo *mastigado* pelo esforço brutal ou a alma *açoitada* pela experiência subalterna obrigatória, manteríamos a afirmação de que abandonamos o modelo escravagista? Insistiríamos nesta ilusão?

Algumas ruas asfaltadas de nossas cidades já estiveram recobertas apenas por paralelepípedos. Antes das grandes pedras, talvez apenas brita ou terra batida e nivelada. Independentemente das condições de pavimentação ao longo dos tempos, as vias foram abertas em nome de estratégias e projetos urbanísticos ou simplesmente a partir das necessidades prementes (e iniciativas nem sempre organizadas) dos cidadãos. De qualquer modo, o revestimento do solo não transforma a direção da rota. Em se tratando das relações de trabalho entre seres humanos, a analogia parece milimetricamente provocativa. Depois de nos orientarmos pelo caminho da dominação – seja adotando a escravidão tal qual a terra batida, ou o trabalho assalariado como a massa asfáltica – estamos todos em sentido equivocado. Reitero. A sofisticação do material que cobre a via não modifica o caminho já traçado. Não importa a velocidade do deslocamento, mais cedo ou mais tarde estaremos todos destinados a identificar e reconhecer que a organização do nosso mundo do trabalho produz, reproduz e perpetua sofrimento humano. É urgente interditar essa estrada maldita.

# O IMPACTO NA FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

**Roberto Fragale Filho**

Era para ser um momento de celebração, pois era noite de réveillon. Um novo ano se avizinhava e os votos de boas festas se multiplicavam, com muitos apostando na loteria da virada. Entretanto, naquela noite de 31 de dezembro de 2009, durante a apresentação do telejornal noturno da TV Bandeirantes, o apresentador Boris Casoy, aquele mesmo que cunhara o bordão *isto é uma vergonha!*, após a exibição de uma vinheta com dois garis desejando um feliz 2010 para os telespectadores, sem saber que havia um vazamento de áudio, diria: *Que merda, dois lixeiros desejando felicidades do alto de suas vassouras... O mais baixo na escala do trabalho.* No dia seguinte, no mesmo telejornal noturno, após afirmar que teria dito uma frase infeliz que ofendeu os garis, ele apresentaria um protocolar e sucinto pedido de desculpas aos garis e telespectadores. Entretanto, as desculpas protocolares não satisfizeram os garis José Domingos de Melo e Francisco Gabriel de Lima, que processaram o apresentador e, quase sete anos mais tarde, o valor corrigido da indenização de vinte e um mil reais estipulada na sentença judicial resultou no pagamento de sessenta mil reais para cada um deles. Na época dos fatos, além de outros garis, outros sindicatos também ajuizaram ação contra o jornalista, sustentando que a ofensa alcançava todos os integrantes da profissão. Essas ações, contudo, não obtiveram êxito, pois, por um lado, o apresentador não teria sido preconceituoso ou discriminatório e, por outro lado, a referência ao ponto mais baixo da escala do trabalho estaria relacionada com a realização de um trabalho eminentemente braçal, cuja remuneração seria

justamente por isso inferior àquela paga às demais ocupações laborais. Essa naturalização profissional e de suas escalas remuneratórias é, por sua vez, desconstruída em um trecho de *Os Saltimbancos*, no qual o compositor Chico Buarque fala do interesse de Benedita, sua babá, pelo lixeiro José e pela justificativa por ela apresentada para com este não se casar. Embora enamorada do lixeiro José, ela dizia que o casamento era impossível, pois ele ganhava muito pouco, já que era lixeiro. Chico Buarque elabora então uma narrativa de contraste entre o sujeito que trabalhava na pior profissão do mundo, carregando latas e se sujando todo, e seu pai que tinha um dos melhores trabalhos do mundo realizando uma atividade intelectual no escritório de sua residência.

Essa tentativa de distinção em relação aos garis não é, contudo, uma novidade. De fato, corria o mês de setembro de 1997 e o Congresso Nacional discutia o primeiro capítulo da ainda inconclusa reforma da Previdência. Pretensos culpados pelo déficit, os parâmetros de integralidade e paridade impunham a condenação do vigente regime de aposentadoria do servidor público, eleito, aliás, o vilão da novela. De roldão, condenava-se também a situação previdenciária de magistrados, amalgamando sua situação àquela dos parlamentares com seu Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Era tudo privilégio, bradava-se à época nos jornais, em percepção que duas décadas mais tarde talvez ainda seja hegemônica. Entretanto, naquele início de primavera, uma voz dissonante escrevia em favor dos juízes, de suas remuneração e aposentadoria diferenciadas. Em artigo de opinião publicado no jornal *Folha de São Paulo*, o advogado Saulo Ramos, que, no passado, fora consultor-geral da República e ministro da Justiça, tecia argumentos em favor do diferenciado padrão remuneratório da magistratura por conta de seu importante papel para a garantia dos direitos dos cidadãos.

*Juízes e lixeiros* era o provocativo título do artigo, que produzia, ainda que tangencialmente, uma comparação entre as duas profissões. Na verdade, a comparação tinha maior amplitude e, com o intuito de responder a editorial prévio da imprensa paulista, contrastava diferentes profissões. Inicialmente, magistrados e professores; em seguida, médicos, engenheiros, padres, escreventes e lixeiros. No seu texto, ele dizia que professores ganhavam miséria; médicos e engenheiros não tinham limitações de renda e competiam plenamente no mercado privado; padres desfruta(va)m de uma ontológica paz de espírito; escreventes podem ser substituídos; e lixeiros, *por mais digna que possa ser a profissão, como todas as demais, não precisa(m) de ciência alguma para varrer o lixo. Nem de biblioteca, nem de fatos sociais além do(s) seu(s) próprio(s)*. O mapeamento profissional por ele realizado carregava um forte simbolismo, contrastando duas extremidades: em uma ponta, alguém engajado na defesa dos direitos da sociedade, o agente da lei, ou seja, o juiz de direito e, na outra ponta, o lixeiro, que não precisa de ciência alguma para exercer seu digno ofício. Ao final, o texto concluía dizendo ser necessário *meditar, sob o ponto de vista social e no interesse do povo, sobre a diferença que existe entre a vontade do juiz e a vontade do lixeiro. Ou se o direito dos cidadãos pode ser comparado ao lixo deixado para trás*. O argumento é claro: ao enfatizar que direitos e lixo não são a mesma coisa, que o lixo pode ser deixado para trás (até porque haverá sempre um terceiro para limpá-lo), ele naturaliza a hierarquia e os locais sociais que devem ser atribuídos a cada um.

Confesso que meu olhar só agora se voltou para esses três episódios por conta de minha participação em uma atividade formativa da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (EJ1), na qual me foi possibilitado trabalhar um dia como lixeiro. Na verdade, fomos três

juízes a ter essa experiência, dois deles na varrição urbana na Praça Nelson Mandela, no bairro de Botafogo, e eu, que trabalhei como gari no Hospital Municipal Souza Aguiar. De imediato, devo advertir o leitor: a experiência foi uma pancada e minha leitura talvez esteja eivada de um improvável viés, o da profunda simpatia pela comunidade que, desconhecadora de minha condição profissional, recebeu-me com alguma desconfiança, abraçou-me ao longo do dia e produziu episódios que ampliaram minha frágil alteridade. Minha experiência com os garis do Souza Aguiar traduz-se em um longo dia, cujo poente ainda não ocorreu. Quando dela participei, eu desconhecia o vídeo de Chico Buarque, não tinha nenhuma recordação do episódio com o apresentador Boris Casoy e sequer tinha feito a leitura do artigo de Saulo Ramos. Com efeito, ele apareceu em minha caixa postal por acaso, na esteira do também interminável debate sobre o padrão remuneratório da magistratura. Chamou-me atenção, mais que tudo, seu título e a comparação que ele sugere entre juízes e lixeiros. É essa circunstância que desejo aqui retomar, sem me preocupar com seus outros possíveis temas, cujo arco vai desde o sistema previdenciário da magistratura (aliás, hoje dividida em três regimes distintos que ajudam a fragmentar sua unidade profissional) até a equivocada apreensão do conceito *durkheimiano* de fato social.

Neste longo e ainda inconcluso dia, muito maior que uma simples jornada de trabalho, foi-me possível constatar que o ofício de gari exige uma proficiência negligenciada por Saulo Ramos. De fato, não tenho aqui linhas suficientes para descrever a ciência exigida para, com água abundante, lavar uma sala de hospital sem ralo. Algo parecido deu-se na varrição pública, quando meus colegas foram advertidos de que não era necessário *arear a rua*. O desconforto físico do trabalho realizado é gigantesco e sua domesticação vem com o tempo, com a ciência do

manuseio adequado das ferramentas de limpeza, com a compreensão de uma economia do corpo que não se reduza à sua simples domesticação. Lidar com *sangue, excrementos e secreções* não é algo que se faz sem ciência e sem técnica. Exige-se o domínio de um intenso conhecimento técnico de preservação de si, mas também requer destreza na administração de falas, olhares e silêncios. Na rotina hospitalar, tornei-me invisível para médicos e enfermeiros, que sequer nos davam *bom dia*. Aprendi que a hierarquia social não se constrói a partir de ordens e comandos, mas é plena de silêncios, pausas e timbres de voz. Quando desvendei minha condição de magistrado, disseram-me que eu não poderia ser gari, pois falava *baixo e muito educadamente*. Nunca meus maneirismos de classe foram tão evidentes e tão incisivos. Ou seja, meus gestos delicados desvendavam-me sem que eu sequer me desse conta da distância que eles impunham entre mim e meus colegas daquele dia de trabalho.

Essa distância traduz uma subalternidade invisível já decantada pela literatura acadêmica. Não penso aqui exclusivamente no trabalho já clássico *Homens invisíveis*, de Fernando Braga da Costa, parceiro nessa empreitada coletiva desde os primeiros momentos e que comigo também trabalhou no Souza Aguiar. Na verdade, nos últimos anos, o tema tem sido objeto de um olhar fresco e revigorado, que evidencia como garis, serventes de limpeza e cobradores de ônibus compartilharam uma mesma sensação de invisibilidade decorrente da ausência de valorização social de seus trabalhos. A invisibilidade de cobradores e ex-cobradores de ônibus é descrita por Juliana Ladeira Pereira em artigo publicado na revista *Libertas*. No texto, ela dá voz a esses trabalhadores, que se queixam de indiferença, desrespeito e desvalorização: às vezes passam pessoas e nem percebem que a gente tá ali sentada. Não é muito diferente a narrativa construída por Valquiria Padilha para descrever, em dois artigos distintos, o trabalho

subalterno de limpeza realizado em shopping center. Em ambos os textos, ela define o trabalho subalterno como *aquele que não é exercido como uma escolha pessoal, que oferece baixa remuneração e é desempenhado por pessoas de pouca qualificação e escolaridade. Normalmente, esse trabalho é terceirizado e se reveste de características de precariedade*. Consoante sua análise, as características de subalternidade estariam presentes no trabalho de limpeza, *por se tratar de uma atividade considerada historicamente como inferior, sem valor, “apêndice inútil da sociedade” e que implica uma relação clara de mando e obediência que pode ser revestida de invisibilidade social e de humilhação social*.

Publicados com um intervalo de três anos, seus artigos contrastam trabalhadores de shopping centers do Estado de São Paulo e da Província de Québec, no Canadá. Enquanto, no primeiro texto, ela analisa a humilhação decorrente das perversas relações hierárquicas entre as limpadoras e seus chefes, ou seja, uma espécie de aviltamento entre iguais, no segundo texto, ela estende o olhar para as interações estabelecidas com consumidores dos shopping centers. Neste último artigo, a autora distingue três núcleos analíticos para a compreensão do sofrimento desses trabalhadores no seu cotidiano: o nojo, a humilhação e o controle. O domínio sobre o nojo e a repugnância quanto ao lixo alheio, quanto ao manuseio de *substâncias plenas de aspectos sociomateriais como sujeira, pó, lixo, vômitos (e) excrementos*, engendra um gigantesco esforço emocional, pois *limpar banheiros não demanda apenas um esforço físico, mas um esforço emocional associado com humilhação, rebaixamento e baixa autoestima. Limpar banheiros é a pior parte do trabalho, segundo os entrevistados*. Por sua vez, conquanto ligada ao nojo, a humilhação o extrapola na medida em que ela decorreria da subalternidade com uma conotação de inferioridade. Entre os diferentes elementos de evidência dessa circunstância figurariam: o uniforme, o

espaço de serviços *feito, abafado, sem boas condições*, e as judiações dos superiores hierárquicos. Esse último aspecto, por fim, remete à terceira dimensão analítica do texto: o controle, que é tensamente construído entre um falso protagonismo (sem limpeza e higiene, não haveria clientes no shopping) e o aviltamento dos *baixíssimos salários e de jornadas muito extensas*. Mas há uma dimensão ainda mais complicada, o chamado *cliente oculto*, um interlocutor anônimo que supervisiona e avalia o trabalho das limpadoras. É, aliás, curioso como a descrição dessa prática se assemelha com o sistema de controle antes utilizado nos ônibus com o assim denominado *inspetor secreto*, cujas narrativas eram utilizadas para fundamentar alegações de justa causa. Ao cabo, a autora conclui que *a docilização pela humilhação, a gestão pelo medo, o desrespeito aos limites do corpo, o roubo do tempo da vida pelo trabalho e salários aviltantes são impostos aos faxineiros terceirizados de shopping centers, mutatis mutandis, no Brasil e no Canadá*.

No fundo, identidade social negativa, invisibilidade e humilhação social constituem a tônica identitária dos trabalhadores/as no setor de serviços de limpeza e conservação no Brasil, consoante o inventário realizado por Jordão Horta Nunes. Em seu texto, ao analisar a construção identitária dos serventes de limpeza terceirizados em instituições públicas de ensino, ele sustenta que *a construção simbólica prevalecente, para homens e mulheres, é a da invisibilidade, reforçada por estratégias empresariais empregadas pelas empresas, como rodízio periódico das equipes em cada unidade acadêmica, dificultando a manutenção de contatos interativos e de vínculos socioafetivos*.

Esse mesmo olhar fresco e revigorado é também encontrado na produção de dissertações e teses no Brasil que incorporam o conceito de invisibilidade social em um díspar conjunto de objetos de investigação. Entre outros, ele é mobilizado para falar de populações de rua, jovens de

periferia, jovens jogadores de futebol, portadores de neurofibromatose, portadores de necessidades especiais, acompanhantes de luxo, prostitutas, mulheres negras idosas, velhos travestis e, sobretudo, catadores de material reciclável, que sozinhos constituem o objeto de centenas desses trabalhos acadêmicos. Catadores de lixo são analisados em trabalhos sobre exclusão social, educação ambiental, políticas públicas, precarização do trabalho, cooperativismo e trabalho associativo, formação infantil, padrões de consumo, saúde coletiva e processos identitários, entre outros. O conceito de invisibilidade social, originalmente cunhado em um contexto de análise sobre o trabalho dos garis, ganha aqui, na interface com o lixo, o descarte e a coleta de resíduos, força descritiva e analítica transversal para dar conta nesses diferentes campos investigativos das múltiplas circunstâncias de vidas sofridas e negligenciadas. Ele funciona como um mecanismo de exposição, como ferramenta teórica para jogar luz sobre situações naturalizadas. Na verdade, no contraste entre invisibilidade/visibilidade e luz/sombra, ele alavanca a percepção do Outro e remete, por via transversa, ao conceito de alteridade, que é diversamente mobilizado na administração, na antropologia, na educação, nos estudos culturais, na literatura ou ainda na sociologia. Existe, entretanto, uma convergência no uso efetuado por todos esses múltiplos campos: em todos eles, ao mobilizar a noção de alteridade, está-se sugerindo que a constituição da individualidade, o falar de si, consiste em pensar sua própria identidade a partir da interação com os Outros.

Ora, é justamente essa concepção transversal, que remete ao colocar-se na posição do Outro, que permite a aproximação com o campo específico da formação de juízes. De fato, na construção de seu projeto pedagógico, a EJ1 incorporou alteridade e tolerância como valores que norteiam suas ações pedagógicas, postulando assim evidenciar a importância da ética

e do respeito para com o Outro. Estar a serviço do Outro foi por ela assumido como um valor fundamental para o serviço público de justiça, que deve refutar todas as leituras enviesadas do complexo mundo social. Em suma, despir-se de preconceitos e estar pronto para ouvir o Outro é algo essencial para o bom e ético desempenho da magistratura.

Conquanto o projeto *Vivendo o trabalho subalterno* seja um desdobramento natural das preocupações inscritas na referência à alteridade, ele foi construído também em decorrência das demandas formuladas pelos magistrados participantes dos cursos de formação inicial. Com efeito, ao longo especialmente do VII Curso de Formação Inicial (Módulo Regional Concentrado de Formação Inicial), ao serem trabalhados temas originalmente explorados no campo da psicologia social, os juízes-alunos sentiram-se mobilizados a iniciar estudos básicos em antropologia, psicanálise e sociologia. Esta circunstância explica-se, sobretudo, por conta de lacunas na formação dos bacharéis em direito. Os profissionais em questão explicitaram a ausência quase completa de conteúdos curriculares que os preparassem para o enfrentamento de certas complexidades agora evidenciadas em suas práticas profissionais. As narrativas acerca das audiências trabalhistas por eles realizadas, por exemplo, revelaram diversos entraves no manejo técnico de certos aspectos, pois há implicações intersubjetivas que interferem – boa parte das vezes de forma nociva – no equilíbrio psicodinâmico do magistrado. Evidentemente, ao longo dos anos no exercício da profissão, estas ocorrências conduzem à degeneração paulatina da vitalidade do indivíduo, não raras vezes podendo acarretar a formação de psicopatologias funcionais. De qualquer modo, é certo que a lucidez racional, cuja imprescindibilidade no exame das mais variadas causas é inequívoca, pode ser severamente prejudicada quando não há respaldo técnico e teórico para a solução do que se lhe apresenta

subliminarmente. E, antes que se sobrevalorizem realidades manifestas objetivamente – todas elas com sua devida e incontestada importância –, a negligência daquilo que costuma ser determinado inconscientemente conduz, inclusive, a alterações da plena consciência do que está disponível de forma escancarada.

Lado a lado com a iniciativa de aprofundamento técnico-teórico, constituiu-se também como objetivo da formação – talvez o principal deles – proporcionar a esses sujeitos ao menos um dia de experiência etnográfica junto a trabalhadores braçais. Durante oito horas ininterruptas, os juízes foram chamados a assumir funções subalternas e não qualificadas tecnicamente, que, retirando-os de suas zonas de conforto, desfocavam as lentes com as quais estavam acostumados a decodificar o mundo. Eles eram assim chamados a se colocar na posição do Outro, a dimensionar o quanto de suas identidades é constituída a partir dessa mesma interação. Encerrada esta atividade prevista inicialmente para uma única inserção, cada *juiz-antropólogo* foi instado a redigir um diário de campo contendo a narrativa densa de todos os episódios por ele selecionados como pontiagudos e reveladores. O empenho em uma tarefa que não exigia qualificação técnica ou escolar buscou, guardadas as devidas e inevitáveis limitações, aproximar os juízes da possibilidade de estabelecer uma comunidade mais estreita e mais profunda com homens e mulheres (muitas vezes semi ou completamente analfabetos) que provavelmente apenas encontrariam – excetuando-se situações pontuais e assimétricas – frente a frente já em condições de julgamento.

Em se tratando de uma realidade socioeconômica repleta de tantos antagonismos em nosso país, o dimensionamento mais real de como se configura o cotidiano da maioria de nossos trabalhadores é praticamente inacessível à esmagadora maioria dos juízes. Isto implica a

grande probabilidade de que, diante de uma litigiosidade desconhecida, o magistrado não esteja adequadamente amparado para compreender aspectos mais distantes de sua realidade social, na periferia de seu campo de visão. A experiência de um dia de trabalho braçal foi, portanto, concebida como uma alavanca para suscitar novas reflexões, na medida em que, ao posicionar momentaneamente o magistrado neste outro lugar profissional, o ponto a partir do qual sua visão agora se abre exigiria recompor suas impressões acerca das relações sociais de luz e sombra, de visibilidade e invisibilidade públicas.

Quem aceitaria participar de tal exercício era, entretanto, uma dúvida que esteve presente desde o início do projeto, cuja opção foi, desde sempre, pela participação voluntária. Compelir os juízes a submeter-se à experiência proposta não era algo sensato na medida em que a participação compulsória eliminaria o frescor do olhar, a predisposição à exposição improvável. Romper com a equivocada percepção do experimento como um exercício ideológico, como uma prática de desprestígio socioprofissional ou, ainda, como algo pura e simplesmente desnecessário, constituía-se em um dos grandes desafios do projeto. No fim, doze magistrados voluntariaram-se para participar, entre eles eu mesmo. Movia-me, além de uma imensa curiosidade, uma falsa certeza: a de que pouco aprenderia, já que me concebia como um sujeito aberto, polifônico, sensível, garantidor da democracia por meio de minha atuação judicial. Enfim, alguém com uma função social muito importante, inserido – ainda que criticamente – na distinção que Saulo Ramos sugere em seu texto. Afinal, juízes não são lixeiros. Dei-me conta, entretanto, de que havia naturalizado esse discurso e assumido que meu relevante papel era parte de minha ontologia social. Naturalizar a mim mesmo fora a consequência desse processo, no qual minha profissão distinguia-se das demais. O exercício

proposto desconstruiu minhas certezas e fez-me ver que o mundo é muito mais complexo do que imaginamos. Gestos de solidariedade e carinho abalaram arraigadas convicções e fizeram-me ver que a distância entre juízes e lixeiros é muito menor do que imaginamos, porque a verdadeira distância, aquela que importa, não é profissional. Não calcei a sandália da humildade conforme sugerido pela nota publicada na coluna do Ancelmo Gois em *O Globo*, que exacerbou a controvérsia em torno da atividade formativa, mas descobri uma solidariedade que vai além da classificação *durkheimiana*. No fundo, orgânica é a presença de ambos – juízes e lixeiros – na sociedade e mecânica é a estratégia reducionista que utilizamos para enaltecer o trabalho de uns e desqualificar o trabalho de outros. Recusar toda e qualquer espetacularização dessa navegação é fundamental para que o aprendizado não se transforme em uma experiência protocolar, em um gesto individual cuja marca é a possibilidade de retorno ao *status quo ante*. Entre juízes e lixeiros, há um *continuum* cujo conteúdo é escrito diuturnamente pelo abandono das zonas de conforto individuais. Distinguir ou equiparar juízes e lixeiros vai, portanto, muito além da ideologia, do estranhamento, do argumento de conveniência em uma discussão remuneratória, mas consiste em um exercício que incorpora uma dimensão esquecida do trabalho da magistratura: pôr-se no lugar do Outro, ouvir o que o Outro tem a dizer.

Com este projeto, a EJ1 ofereceu a possibilidade de os magistrados atuarem como trabalhadores subordinados. Ao posicionarem-se momentaneamente em contato intersubjetivo com empregados e empregadores, os juízes puderam experimentar uma dimensão do trabalho a partir da vivência real do contexto em que este se insere. Essa experiência permitiu, sem dúvida, a ampliação de seus registros perceptivos e sensoriais a fim de mitigar seu isolamento institucional

e apurar sua capacidade de escuta, habilidade requerida em seu ofício. Além disso, o exercício etnográfico por eles realizado constituiu uma rica oportunidade para ampliar suas percepções do Outro e dimensionar o alcance da invisibilidade social atribuída tanto a estes trabalhadores quanto ao seu próprio trabalho. Eles puderam assim experimentar um trabalho subalterno, cuja polissemia remete à subordinação típica do contrato de trabalho, à hierarquia, à inferioridade, bem como à própria noção original de invisibilidade. Eles puderam comunicar-se a partir de um lugar de fala diferente e dessa forma constatar que, como diz Tzevtan Todorov, *cada um é o bárbaro do outro quando não nos comunicamos*. Talvez seja pouco para um mero dia de trabalho subalterno e braçal, mas já é um largo passo para que juízes possam lançar sobre sua prática profissional um olhar diferenciado, um olhar enriquecedor de sua constituição como mais um Outro na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Fernando Braga da (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
- NUNES, Jordão Horta (2014). “Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação”, *Sociologias*, vol. 16, núm. 35, janeiro-abril, p. 238-273, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86830164009>, acesso em: 11 nov. 2017.
- PADILHA, Valquiria (2011). “A realidade do trabalho subalterno de limpeza em shopping center”, *Perspectivas*, v. 39, janeiro-junho, p. 75-98, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. Disponível em:

- <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4753>, acesso em: 11 NOV. 2017.
- PADILHA, Valquiria (2014). “Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá”, *Caderno CRH*, vol. 27, núm. 71, junho-agosto, p. 329-346, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632473008>, acesso em: 11 NOV. 2017.
- PEREIRA, Juliana Ladeira (2011). “Tudo nessa vida é passageiro até mesmo o cobrador e o motorneiro: a questão do emprego e do desemprego no setor de transportes urbanos”, *Libertas*, vol. 11, núm. 2, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1825>, acesso em: 11 NOV. 2017.
- RAMOS, Saulo. “Juízes e lixeiros”, *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz300910.htm>, acesso em: 11 NOV. 2017.
- TODOROV, Tzevtan (1983). *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- YOUTUBE. *Boris Casoy humilha garis lixeiros e depois pede desculpas*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uI-ALaP\\_8xU](https://www.youtube.com/watch?v=uI-ALaP_8xU), acesso em: 11 NOV. 2017.
- YOUTUBE. *Chico fala sobre a babá, o lixeiro e o comunismo* (trecho do DVD *Os Saltimbancos*, vol. 11). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6qUX\\_zsLbpk](https://www.youtube.com/watch?v=6qUX_zsLbpk), acesso em: 11 NOV. 2017.

## APÊNDICE



Amanda Diniz Silveira



Roberto Fragale Filho



Fernando Braga da Costa



Cléa Maria Carvalho do Couto



Raquel de Oliveira Maciel



Marcelo Augusto Souto de Oliveira



Fernanda Stipp



Marcelo Fisch Teixeira e Silva



Marco Antonio Belchior da Silveira



Natália dos Santos Medeiros



Daniela Valle da Rocha Muller



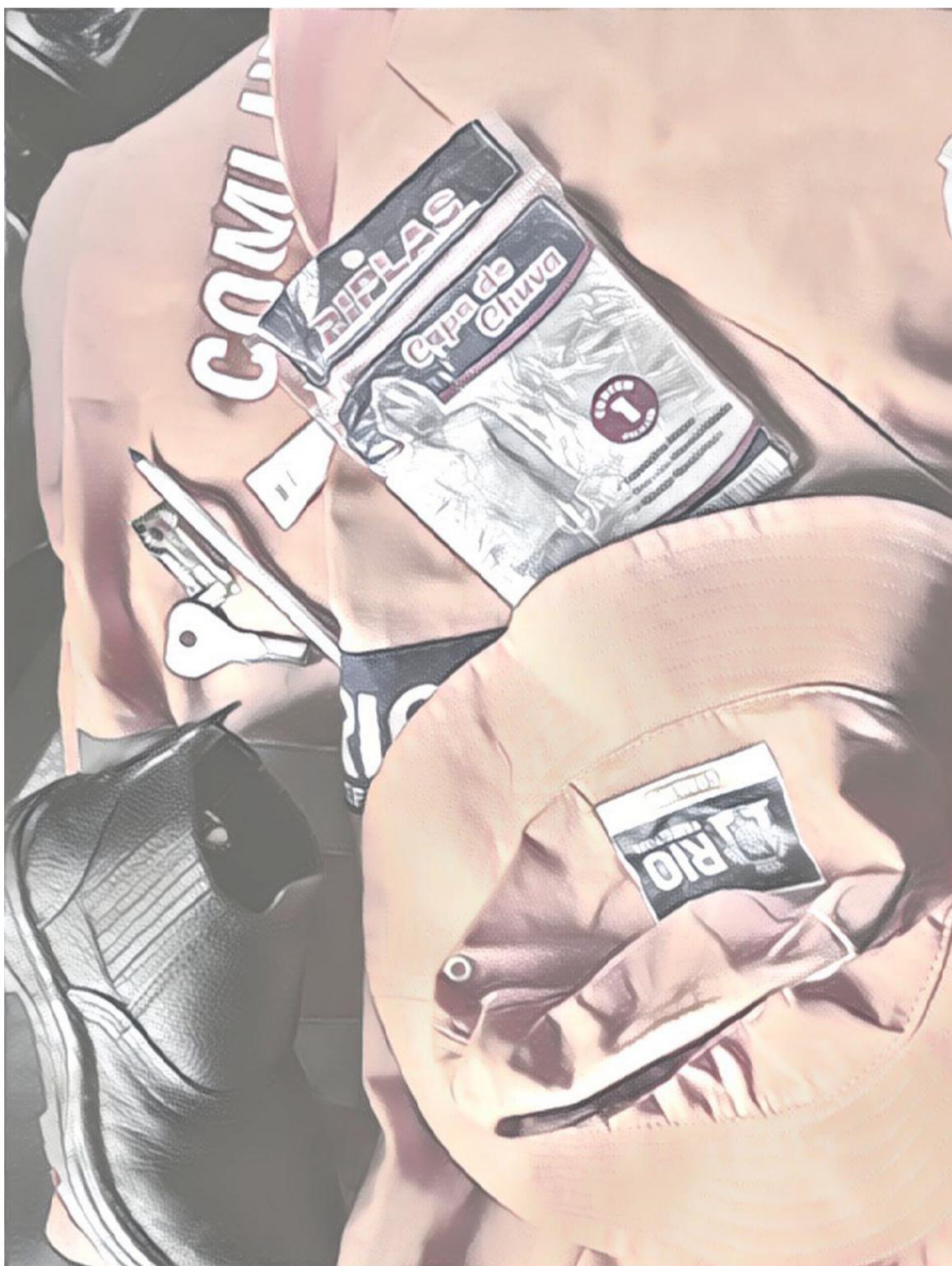
Da esq. para dir.: Fernanda Stipp e Daniela Valle da Rocha Muller;  
atrás: Marco Antonio Belchior da Silveira



Hernani Fleury Chaves Ribeiro



Anelise Haase de Miranda



Uniforme usado por Anelise

